

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018



Resúmenes de ponencias por campo temático

9 | Desigualdades y pobreza



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

“MODERNIDADE PROMETIDA” E EXCLUSÃO SOCIAL DE POVOS TRADICIONAIS: REFLEXÕES A PARTIR DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO DE PESCADORES ARTESANAIS NO BRASIL

*Carolina Cyrino

Este estudo traz a reflexão sobre um ideário de modernidade assumido pelo Estado, através de políticas desenvolvimentistas, que marcam uma lógica moderna de ser e viver, produzindo recorrentes processos de exclusão social para àqueles que passam a ser classificados como atrasados ou incapazes de contribuir para o progresso do país, como por exemplo, povos que tem seus modos de vida e trabalho relacionados à cultura tradicional, como os pescadores artesanais.

Somando mais de um milhão de trabalhadores no Brasil, os pescadores artesanais atravessam um crescente processo de desigualdade e exclusão social. Essa condição é agravada pelo avanço industrial nos territórios, a apropriação dos recursos pesqueiros, a priorização da pesca de grande escala e aquicultura e, em especial, pela ausência/ineficácia de políticas públicas que valorizem a atividade artesanal.

Não se trata de um dado amplamente estudado, mas as ações políticas para a pesca foram fortemente marcadas pela atuação da Marinha do Brasil, que criou as primeiras oitocentas colônias de pesca em todo litoral brasileiro. Assim, numa empreitada iniciada em 1919, os militares cadastraram mais de cem mil pescadores, passando a controlar toda a atividade pesqueira, com o objetivo de modernizar a pesca e conduzir os pescadores à civilização e ao progresso. Nesse caminho, os modos de viver e trabalhar dos pescadores foram considerados atrasados, reforçando a ideia de que precisavam modificar seus costumes e práticas para serem hábeis a contribuir com o desenvolvimento do país. Essa “modernidade prometida”, assim denominada nesse estudo devido à forma como foi apresentada aos pescadores, revela-se como um horizonte a partir do qual estes poderiam alcançar um novo modo de vida, que só os benefícios do “ser moderno” seriam capazes de concretizar. Essas representações e imaginários sociais sobre o pescador ganharam relevo, definindo-os como um grupo atrasado e que precisava ser civilizado. As políticas de Estado subsequentes não apenas vão intensificar esse tipo de leitura social, mas também utilizá-la como justificativa para promover processos ainda mais elaborados de exclusão desse grupo, numa recorrente investida de impedir a reprodução de seus modos de vida e trabalho.

Desse modo, essas orientações não apenas instituíram regras para o exercício da atividade pesqueira, como também passaram a produzir interpretações acerca de qual seria o papel do pescador artesanal no contexto do desenvolvimento brasileiro. Sustentadas no ideário nacional-desenvolvimentista, as ações políticas apresentaram a

atividade artesanal como obsoleta e entrave à modernidade, e os pescadores como alheios à civilização, o que reforçou a equivocada compreensão de uma cisão entre o tradicional e o moderno, e uma visão estereotipada e estigmatizada dos pescadores.

Comum nos países da América Latina, o projeto nacional-desenvolvimentista visava à autonomia nacional pela intervenção do Estado na propulsão do mercado interno através da industrialização, acionando o discurso da urgência do continente latino-americano modernizar-se. Os trabalhos de Canclini (2015) e Domingues (1999) auxiliam na compreensão de como esse modelo de desenvolvimento apropria-se do ideal de modernização a fim de atingir os seus objetivos de controle econômico e social. Nessa problemática, as teorias pós-coloniais também vão questionar a modernidade como ideário universalizante, confrontando as marcas desse modelo totalitário que, ainda persiste, na supressão de outras formas de ser e existir, como traz, por exemplo, o trabalho de Bhabha (1998).

A partir do viés da sociologia histórica, objetiva-se examinar raros documentos históricos militares que narram o processo civilizatório de pescadores artesanais na primeira metade do século XX, trazendo a discussão para as representações dessa doutrina de nação moderna nos modos de vida de povos tradicionais, numa recorrente tentativa de invisibilizá-los, não sem luta destes pelos seus direitos de (r)existirem.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

DOMINGUES, José Mauricio. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Contra capa, 1999.

.....

* Carolina Cyrino

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

A INTERFERÊNCIA DOS SENTIDOS COLONIALISTAS NA POLÍTICA LATINA E NA PRESERVAÇÃO DOS DESNÍVEIS SOCIAIS

*Klondy Lúcia De Oliveira Agra

As teorias e práticas pós-coloniais têm sido importantes ferramentas para questionar o discurso colonial e trazer à tona discussões sobre suas interferências em questões morais e raciais. Neste estudo, que tem como principal objetivo demonstrar como os sentidos colonizadores interferem na Política da América-Latina e auxiliam na preservação de desníveis sociais, procurou-se, também, refletir sobre a representação de identidades, com especial atenção para os processos de construção de subalternidades. Para atingir esse objetivo, partiu-se da crença de que o cenário contemporâneo da política na América Latina não deve ser observado apenas sob a luz da história recente da região, pois, formada por países colonizados e com vieses culturais descendentes de forte imperialismo, a América Latina, ao longo de sua história, se mostra com políticas enfraquecidas e com um quadro político e social que se desenha exibindo de um lado, o modelo neoliberal de acumulação capitalista e, de outro, fortes resistências populares à implantação dessas políticas. Dois polos divergentes que apresentam crises políticas e exibem fortes características deixadas pela burguesia europeia colonizadora e fortemente resgatada nas práticas políticas atuais. Ademais, a América-Latina, devido a sua colonização europeia, traz em suas raízes sentidos colonizadores, que admitem vieses culturais que não possibilitam valorizar seu próprio povo e saberes. Com esses sentidos, o colonizado - colonizador forma grandes correntes hegemônicas de poder que dominam e exploram toda a sua população. Tais correntes elegem políticos entre si e através de negociatas e jogos do poder governam para si próprios, forjando identidades num quadro de dominação colonialista e imperialista e, assim, provocam crises e preservam alarmantes desníveis sociais. A política, neste estudo, é considerada não apenas em sua dimensão institucional, mas em um sentido amplo, como assinalado por René Rémond, enquanto esfera que se comunica com diversos âmbitos da realidade, da cultura à sociedade, da economia às relações internacionais. Durante o estudo, utilizou-se uma posição epistemológica interdisciplinar, através de abordagem qualitativa. Prevaleceu o levantamento bibliográfico para compor esta pesquisa relevante a sua temática. Buscou-se pela compreensão dos sentidos que conduzem a diferentes percepções, visões de mundo e construções de pontos de vista, em Frege (1978) e a sua concepção de unidade de sentido, com base no clássico ensaio Sobre o Sentido e a Referência. Para a discussão, procurou-se pelas críticas decoloniais de Anibal Quijano, Edgard Lander, Oscar Guardiola-Rivera, Immanuel Wallerstein, Arthuro Escobar, Gayatri Spivak, María Lugones, Peter Fitzpatrick, Frantz Fanon, entre outros. Ademais, observou-se durante este estudo, componentes da identidade cultural que com sentidos próprios formam o nacionalismo, o latino-americanismo, o hispanismo e hoje,

fortemente realçada um europeização da elite brasileira que foram compreendidos aqui como partes integrantes da vida política e como formadoras da cultura política, entendida como um sistema de representações portador de normas e valores políticos que encontra-se intimamente interligado a fenômenos como o autoritarismo, a democracia, o populismo e ao próprio nacionalismo. Após pesquisa e análise, concluiu-se que, num mundo globalizado, com uma visão geopolítica de centro e periferia, percebem-se suas populações em crise de sentidos devido aos constantes ataques da mídia e discursos diversos e contraditórios. Um espaço mediado pela linguagem e pelas múltiplas interferências que compõem o imaginário e a história da vida e da política latino americana, sendo componentes agregadores, também, de sentidos e significados que compõe seus saberes que não se baseiam em visões idealizadas de comunidades e sim em sentidos, percepções, valores e ideologias enraizadas em suas culturas. Comunidades que não são unidades harmoniosas e não correspondem a categorias bem definidas de comportamento, mas são comunidades caracterizadas pelas suas dinâmicas, moldadas por conflitos, disputas de poder, competição de variados interesses, exclusão, inclusão e desempenho de múltiplas identidades constituindo suas realidades. No entanto, a realidade que é informada institucionalmente aparece ao indivíduo não como uma entre outras formas de viver, mas como realidade correta, e o sujeito, com toda sua comunidade, não encontra mais em sua verdade a verdade do “Outro”. Uma crise de sentidos que alcança homens e mulheres da América Latina e os fazem crer que não há mais valores comuns e, por isso, são incorporados na sociedade como colonizadores (aquele que manda) e/ou colonizados (aquele que obedece), reforçando as diferenças, mantendo preconceitos e preservando os imensos desníveis sociais.

.....

* Klondy Lúcia De Oliveira Agra

Faculdade Interamericana de Porto Velho UNIRON. Porto Velho, Brasil

Resumen de ponencia

A RELAÇÃO POBREZA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Keila Maria Castro Alves Dos Santos

A pobreza tem sido uma das temáticas mais discutidas nos últimos anos no campo das ciências sociais. O interesse por ela tem sido atribuído à importância das políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais. Enquanto tema de estudo, a pobreza tem despertando a atenção de profissionais que lidam com políticas sociais, como os operadores do Programa Bolsa Família, bem como de pesquisadores que buscam apreender seus condicionantes sociais. No Brasil, a pobreza é uma construção sócio histórica, pois vincula-se ao projeto de sua constituição como Estado de desenvolvimento econômico e social atendeu aos interesses das elites. Aos pobres restava apenas o trabalho escravo como instrumento de subsistência. No domínio do senso comum, a pobreza é entendida, como um problema de ordem moral do indivíduo. Esse é duplamente culpabilizado por sua carência material e espiritual. É necessário, pois, compreender o fenômeno da pobreza para além das explicações de cunho moralizante. Para Arroyo (2012. p.7) “Essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres.” A escola, como instituição de socialização do saber sistematizado, pode reforçar ou combater o discurso moralizante da pobreza. O intuito desse trabalho é problematizar a complexa relação entre pobreza e currículo. Trata-se de responder a questão norteadora: como a pobreza aparece no currículo de Educação Infantil. A base empírica desse estudo foi o Projeto Pedagógico do Centro Municipal de Educação infantil -CMEI - “Príncipes e Princesas”, unidade educativa da rede municipal de Educação da cidade Palmas-Brasil. Do ponto de vista metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os conceitos de pobreza e currículo foram elaborados a partir da produção de ARROYO (2012) e SILVA (1995). A pesquisa documental foi realizada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEIS, do MEC, bem como no Projeto Político Pedagógico, do Centro Municipal de Educação Infantil Príncipes e Princesas. 2. A relação pobreza e currículo na educação infantil Pobreza e Currículo são palavras que nomeiam realidades históricas. Trata-se de uma “questão social” que deve ser tratada como uma política de pública na perspectiva da inclusão social. Considerando que a escola é um espaço de construção de subjetividades, de formação da cidadania cabe a escola organizar seu currículo para garantir o direito a aprendizagem dos sujeitos empobrecidos. Entretanto a experiência histórica tem revelado que a escola tem ignorado a existência da pobreza em seus currículos, na medida em que o saber a cultura do mundo dos pobres são negligenciada nas práticas educativas. O currículo é o elemento pedagógico que organiza as experiências de conhecimento a serem adquiridas no ambiente educativo. Conforme Arroyo (MEC/SECADI, 2014), a pedagogia curricular vigente não dialoga com a pobreza, pelo contrário, os currículos tem

ignorado a pobreza, o que acaba por excluir esses indivíduos do processo escolar. Vejamos como a pobreza é tratada no currículo do CMEIPP é uma instituição educativa da rede municipal de Palmas. Atende, atualmente, 446 crianças, entre 01 a 05 anos de idade. Desse quantitativo de crianças 75 são assistidas pelo PBF é necessário aprofundar a forma como a escola lida, em seu projeto pedagógico, com a questão da pobreza. A escola tem conquistado sua autonomia didática e pedagógica. A Lei Federal 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem garantido essa autonomia conforme o Art. 12º lê-se: os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica. Nesse aspecto, o projeto político pedagógico significa um instrumento de orientação da política pedagógica na escola, vai além do conjunto de planos e programas de curso. Assim, o - PPP- CMEIPP, elaborado nos anos de 2016/2017 tem esse caráter. O PPP do CMEI é um documento que orienta as ações a serem implementadas. O mesmo foi elaborado com base nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil que visam promover “o desenvolvimento integral das crianças, como base nos princípios cuidar, educar e brincar e que envolve a todos”. Nesse sentido, Arroyo (201.p.40) afirma: “É ético que os profissionais e educando lutem por devolver-lhes o que vem sendo subtraído, o direito a pensar, criar, escolher o que ensinar e como, o que aprender que conhecimentos garantam o direito a entender suas vivências”. Para saber quem são as crianças atendidas no CMEIPP foi analisada a documentação relativa às matrículas das crianças e, se essas estavam sendo contempladas pelo Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal. Durante a análise no sistema de matrícula, constatou-se que há 75 crianças atendidas pelo PBF. Entretanto, não há nenhuma menção de sua existência no PPP da unidade, ou seja, essas crianças são ilustres desconhecidas para equipe pedagógica dessa unidade educativa. Ao observar o PPP do CMEI “Príncipes e Princesas” constatou-se (2017 p. 3) que esse: “Atende atualmente 446 crianças de 01 a 05 anos de idade, com turmas de berçário II, Maternal I, Maternal II, Período I e Período II. A localização do CMEI está na região central da cidade, atendendo na grande maioria a uma população da classe social média e média alta”. Foi possível constatar que não há referência aos sujeitos que são atendidos pelo Programa Bolsa Família- PBF. Por outro lado, na perspectiva do atendimento ao direito da aprendizagem da criança percebeu-se no - RCNEIS um conjunto de ações pedagógicas de cunho individual e coletivo privilegiando assim o direito ao conhecimento e a aprendizagem. Resta saber se as crianças do PBF tem esse atendimento diferenciado. Neste sentido Arroyo (2013 pag.12) questiona: “esses currículos não dialogam com os (as) pobres ou com a pobreza, nem para entendê-la nem para que os (as) pobres compreendam sua própria condição.” Compreender o fenômeno da pobreza supõe superar a barreira dos preconceitos relacionados ao pobre e a sua condição de pobreza. É preciso que se altere o entendimento sobre a pobreza. Nesse sentido Arroyo (2013. p.7) é categórico: “o mais terrível da pobreza, é viver nos limites do viver, do sobreviver, colocar milhões de seres humanos nos limites do viver mais precário do sobreviver mais precário. A fome... Pobreza É FOME”. É imprescindível o reconhecimento do fenômeno da pobreza para vincula-lo ao Programa Bolsa Família, que é um programa criado para auxiliar as famílias que vivem em extrema pobreza no país, assim então receber uma renda fixa e mensal, as crianças devem frequentar a escola e enviar a frequência escolar. Campello (2013, p. 15) mostra que: “Há dez anos, o PBF, era primeira vez que se desenhava uma política

pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais.” A consolidação do programa Programas Sociais do Governo Federal se concretizou com o - Cadastro Único. Unificando os diversos programas sociais que operavam separadamente, atendendo a todos, especialmente as crianças. Campello (2014. p.13) afirma que “Passados dez anos, os objetivos foram plenamente alcançados e, na maioria dos casos, superados. O PBF se afirmar como experiência bem-sucedida por ter ampla cobertura, ótima focalização e relevantes impactos nas condições de vida da população”. A inserção bem-sucedida possibilita a qualificação e melhorando o acesso a serviços públicos expandindo atendimento prioritário a quem mais precisa com objetivo de mudança social e real.

Considerações Finais-
Compreender que a pobreza e as desigualdades existem e persistem dentro das escolas é condição primordial para elaboração do Projeto Político Pedagógico, não só para saber que escola está cheia de crianças pobres, mas para fazer reflexões e debates das práticas pedagógicas, junto aos profissionais do ensino precisam ir além da precariedade a que estão submetidas precisam da resposta para o questionamento: Como atender as crianças do Programa Bolsa família - PBF, vítimas do sistema perverso de exclusão social e educacional. A escola como instituição reprodutora desse sistema precisa reinventar seus projetos curriculares, a fim de refletir os estereótipos e preconceitos às crianças oriundas de comunidades quilombolas, dos guetos, do campo, dos negros e pobres que estas precisam que o direito a uma vida digna e justa. Nesse contexto é preciso repensar a forma como a educação vem acontecendo e, até onde ela tem dado resposta a sociedade, e quais recursos são necessários para que ela aconteça de verdade. Torna visível a política ética e social que a instituição promoverá ao longo do tempo. Recomenda-se que o PPP do CMEIPP passe por uma atualização incluindo as crianças oriundas do programa Bolsa Família, para que assim possam ter oportunidade e direito de aprender e de entender sua realidade social, e só poderá ser possível com mais ações de formação continuada para os professores, em sua rotina de sala levar e transparecer para as crianças, as incentivando a buscar e mudar.

Referências Bibliográficas ARROYO, Miguel Gonzalez. *Corpos Precarizados que interrogam nossa ética profissional*. In: ARROYO, Miguel Gonzales; SILVA, Maurício Roberto, (Org.). *Corpos precarizados*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014 ARROYO, Miguel Gonzalez. *Currículo, território em disputa/ Miguel G. Arroyo - 5. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes. 2013* Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. 27 de out de 1991 L.D. B - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96 Senado Federal. Brasília-DF. 2004. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996

.....

* Keila Maria Castro Alves Dos Santos

keila Maria Castro Alves dos Santos UFT. Palmas, Brasil

Resumen de ponencia

AGENDA 2030: LA INSOSTENIBLE OTREDAD DEL DESARROLLO

*Javier Surasky

En el año 2015 los países miembros de las Naciones Unidas adoptaron por consenso el documento “Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible” (Agenda 2030) presentada como “un plan de acción en favor de las personas, el planeta y la prosperidad [que] también tiene por objeto fortalecer la paz universal dentro de un concepto más amplio de la libertad” (Preámbulo).

Los elementos que se repiten desde intentos anteriores por fijar prioridades globales de desarrollo son varios, entre los cuales destaca el carácter político, no jurídico, de los compromisos asumidos. Sin embargo, aparecen algunas consideraciones nuevas que dan a esta agenda un diferencial respecto de sus antecedentes, entre los cuales podemos destacar la inclusión de 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible dentro de un marco mayor que, por primera vez, incorpora sistemáticamente un capítulo sobre medios de implementación y otro sobre seguimiento de progresos, la definición de una serie de principios básicos a ser considerados en el camino hacia los objetivos y un cambio en el paradigma del desarrollo que, habiendo estado dominado desde los años 1990 por la idea del Desarrollo Humano, va cediendo el lugar de privilegio epistémico al concepto de Desarrollo Sostenible.

Desde una mirada crítica, los elementos principales que van a servir a nuestro análisis en este trabajo son los principios de la Agenda y la idea misma del Desarrollo Sostenible, inextricablemente ligados unos a otros. Para nuestro recorrido nos valdremos específicamente de tres principios incorporados en la nueva agenda global de Desarrollo, a saber: “respeto de los derechos humanos”, “no dejar a nadie atrás” y “universalidad de los objetivos”. Partiendo de los mismos y de la idea del Desarrollo Sostenible, vamos a sostener la insostenibilidad del modelo de Desarrollo Sostenible propuesto basada en la repetición de los esquemas que hacen del “otro” un objeto, al que la Agenda 2030 cubre con nuevas vestiduras pero sin modificar su estado de cosificación.

La referencia al Desarrollo Sostenible como aquel que “satisface las necesidades de la generación actual sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades” presentada en 1987 en el informe Nuestro Futuro Común sigue siendo el punto de referencia al considerar la idea de sostenibilidad del Desarrollo.

Tras la adopción de la Agenda 2030, ese objetivo debe lograrse sin “dejar a nadie atrás”, es decir asegurando que los “beneficios del Desarrollo” lleguen “a todas las naciones y los pueblos y [a] todos los sectores de la sociedad” buscando “llegar primero a los más rezagados” (Agenda 2030, párrafo 4), al tiempo que se logra el respeto universal “de los derechos humanos y la dignidad de las personas, el estado de derecho, la justicia, la igualdad y la no discriminación; donde se respeten las razas, el

origen étnico y la diversidad cultural” (Agenda 20030, párrafo 8). Dado que nada de ello será posible sin el compromiso de todos los países (y otros actores involucrados), el principio de universalidad señala que todas las partes tienen tareas por cumplir más allá de su actual “nivel de Desarrollo”.

Sin embargo, como decía Dussel en su libro 20 Tesis de Política, “más allá de la igualdad de la Revolución burguesa se encuentra la responsabilidad por la alteridad, por los derechos distintos, diferentes del Otro” (p.141), por lo cual “los excluidos no deben ser incluidos (sería como introducir al Otro en lo Mismo) en el antiguo sistema, sino que deben participar como iguales en un nuevo momento institucional (el nuevo orden político). No se lucha por la inclusión sino por la transformación” (p. 106).

Es decir que sin afirmación de la propia subjetividad de los dejados atrás por el orden actual no hay espacio para la creación de soluciones sostenibles, como bien lo relataba Octavio Paz en un fragmento de su obra El laberinto de la soledad “una tarde, como oyera un leve ruido en el cuarto vecino al mío, pregunté en voz alta: ¿Quién anda por ahí? Y la voz de una criada recién llegada de su pueblo contestó: No es nadie, señor, soy yo”.

La colonialidad y el control del deseo que destruyen la posibilidad de los otros de afirmar su subjetividad impiden, en última instancia, la sostenibilidad de cualquier proceso, incluso el del propio orden moderno/colonial, ya que aun cuando las personas son objetivadas no pueden ser completamente atrapadas por los mecanismos de dominación que intentan el imposible de negarles su ser, por lo que - parafraseando a Adorno en “The Schema of Mass Culture” - podemos decir que en el desesperado cotidiano esfuerzo de repetición constante por aferrar ciertas subjetividades a su no-ser reside la esperanza del fracaso de la dominación, que tal vez un día ya no pueda lograr su fin.

.....

* Javier Surasky

Instituto de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de La Plata IRI-UNLP. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

ALGUNAS NOTAS SOBRE LA ASISTENCIA SOCIAL RECIENTE EN ARGENTINA Y BRASIL, SUS POTENCIALIDADES Y LÍMITES.

*Ana Gabriela Logiudice

En las últimas dos décadas, América Latina conoció una importante expansión de sus políticas de asistencia social, que se materializó tanto en la creación incesante de nuevos programas, cuanto en la extensión de la población atendida por intermedio de dichas políticas.

Entre los países que más ampliaron los alcances de su política asistencial se encuentran Argentina y Brasil. Aunque ambos pueden considerarse pioneros en materia de protección social en la región y más allá de que ambos han organizado sus sistemas de protección social sobre la base de las contribuciones efectuadas por los trabajadores asalariados, su trayectoria histórica ha sido diversa. Así, Argentina ha tenido mayor expansión de sus servicios públicos sociales de educación y salud a la vez que su mercado de trabajo ha tenido mayor nivel de formalización de las relaciones asalariadas, motivo por el cual la protección social asociada a la regulación de la condición salarial tuvo un desarrollo mayor, en detrimento de las políticas asistenciales. A su vez, la Constitución brasilera de 1988 dio un impulso notable a la configuración de la asistencia social, en especial aquella orientada a los ancianos y los discapacitados. Como consecuencia de estas diversas características de sus mercados laborales y de sus sistemas de protección, las condiciones socioeconómicas también tendieron a ser diferentes, de modo tal que en Argentina las brechas de bienestar fueron más leves mientras que Brasil se instituyó como un claro ejemplo de la desigualdad social a nivel regional.

Sin embargo, en los dos últimos decenios, luego de las reformas neoliberales aplicadas en ambos países en la década de los noventa, ambos países coincidieron en brindar una cobertura cada vez mayor a la población de mujeres con niños, adultos mayores y personas con discapacidad. Más allá de los diferentes formatos institucionales que asumieron los programas respectivos, el Programa Bolsa Familia y el Beneficio de Prestación Continuada en Brasil, por un lado, y la Asignación Universal por Hijo, la política de inclusión previsional y el crecimiento del número de pensiones por discapacidad en Argentina, por otro, han sido las herramientas más destacadas mediante las cuales se ha materializado la nueva intervención asistencial en este período.

Como resultado de estos procesos y en un contexto de recomposición económica y aumento de los niveles de empleo, esta nueva oferta de programas sociales se tradujo en una mejora de los indicadores socioeconómicos, en especial, en una disminución de

los niveles de indigencia y, en menor medida, de la pobreza moderada y la desigualdad.

En el presente trabajo se analiza la evolución de los programas asistenciales más relevantes gestados e implementados en ambos países durante los dos últimos decenios hasta la llegada al gobierno de las fuerzas políticas de centro derecha, en los años 2015 y 2016. Se presta especial atención a las transformaciones históricas que ambos experimentaron y se analizan comparativamente los mismos. En particular, el interrogante que orienta el presente trabajo apunta a determinar en qué medida la extensión de la cobertura y los cambios institucionales que produjeron algunas de las nuevas formas de intervención -en particular, su configuración como derechos sociales- permitieron una transformación de las condiciones de vida de los sectores populares y, a la vez, como las mismas implicaron una ruptura del modelo de intervención social del neoliberalismo en la región. Asimismo, la indagación busca determinar en qué medida la formulación de las políticas asistenciales en términos de derechos desde el punto de vista institucional resultaron decisivas respecto de las modificaciones de las condiciones de vida y de la transformación del paradigma neoliberal.

En el marco de presente trabajo argumentaremos que más allá de las diferentes configuraciones institucionales de los programas y políticas, las mismas estuvieron prioritariamente orientadas a reducir la extrema pobreza. También sostendremos que la prioridad otorgada a la extrema pobreza en detrimento de la pobreza moderada tuvo que ver con la centralidad asignada por los gobiernos de ambos países a la preservación de aquello que consideraban como la dinámica “genuina” del mercado de trabajo. Por todos ello concluiremos que, estas intervenciones, aunque implicaron cambios de importante envergadura contuvieron limitaciones a la hora de transformar con el paradigma de intervención neoliberal en materia de asistencia social.

.....

*** Ana Gabriela Logiudice**

*Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IEALC/UBA.
Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina*

Resumen de ponencia

AMPLIFICACIÓN DE DESIGUALDADES ACADÉMICAS A PARTIR DE BRECHAS DIGITALES EN EDUCACIÓN SUPERIOR.

*Carolina Matamala

1. Introducción

Desde finales del siglo XX nos enfrentamos a un nuevo escenario tecnológico, vivimos en una sociedad en la que el conocimiento está mediatizado, lo cual implica una dependencia cada vez mayor de los medios digitales para conceptualizar el mundo. No obstante, al amplio acceso y uso de las TIC por parte de la población más joven, persisten importantes brechas entre jóvenes de diferentes zonas geográficas y niveles socioeconómicos, siendo los jóvenes de áreas rurales y de sectores socioeconómicos bajos, quienes se ven más desfavorecidos (Choque, 2009; DiMaggio & Hargittai, 2001; VanDijk, 2006; Wenglinsky, 1998). Adicionalmente, diversas investigaciones (Bennett, Maton, & Kervin, 2008; Cabra & Marciales, 2009; Combes, 2008; Fraillon, Ainley, Schulz, Friedman, & Gebhardt, 2014; Pérez-Rodríguez, Delgado-Ponce, García-Ruiz, & Caldeiro, 2015; Williams & Rowlands, 2007), han constatado que las competencias de las nuevas generaciones para utilizar tecnologías digitales son aún precarias. Al respecto, algunos autores (Helsper, 2012; VanDeursen & Helsper, 2015; VanDeursen, VanDijk, & Helsper, 2014), han comenzado a advertir cómo bajos niveles de capital tecnológico, podrían influir negativamente en el desarrollo de nuevos capitales (en términos Bourdianos), replicando y eventualmente amplificando, las desigualdades sociales en ámbitos no tecnológicos (Toyama, 2011). Tal como plantea Toyama (2011), la tecnología contribuye principalmente al sector más favorecido de la sociedad, generando un efecto de “amplificación” de desigualdades, toda vez que la posibilidad de realizar un uso beneficioso de las TIC dependerá del tipo de uso y del capital tecnológico que posean las personas (Toyama, 2011; VanDijk & VanDeursen, 2014).

Por otro lado, desde el ámbito educativo, las teorías críticas, plantean que la probabilidad de éxito de un alumno está mediada por el grado de afinidad de la cultura y lenguaje escolar con el medio social del cual proviene, puesto que a medida que se descende socialmente, crece la distancia respecto de la cultura y lenguaje escolar, disminuyendo las probabilidades de éxito de dichos alumnos (Bourdieu, 1997; Bourdieu & Passeron, 1995; Martín-Criado, 2010).

En este contexto de desigualdad, las TIC y en particular Internet, se ha presentado como una oportunidad de democratizar el conocimiento, entregando acceso a una gran cantidad de oportunidades de aprendizaje en todos los niveles, desde las escuelas hasta la formación universitaria, y para una gran variedad de propósitos (Moore & Kearsley, 2011). No obstante, el impacto de las tecnologías en diferentes ámbitos, entre ellos el educativo, no depende exclusivamente de la existencia de infraestructura tecnológica, sino principalmente de las capacidades que subyacen al uso de dichas

tecnologías; de esta forma, las tecnologías no serían un caballo de troya que trae en su interior la semilla del cambio y la innovación, como se planteó antaño (Olson, 2000), sino que serían una suerte de amplificador, que multiplica las capacidades o las deficiencias existentes, exacerbando las diferencias que subyacen al uso de TIC.

2. Objetivos de investigación

En consecuencia, la siguiente investigación parte de la hipótesis que las brechas digitales contribuirían a la amplificación de brechas sociales entre la población. En concreto, se plantea que las desigualdades educativas existentes en el campo educativo, derivadas de las desigualdades sociales (Bourdieu & Passeron, 1995; Bourdieu & Passeron, 2003), podrían verse amplificadas a partir de las brechas digitales existentes, todas vez que aquellos estudiantes que no cuenten con capital tecnológico suficiente y que además presentan bajo capital cultural, tendrán dificultades para responder a las exigencias académicas de la educación superior. Para comprobar la hipótesis, se define el siguiente objetivo de investigación: “Establecer en qué medida las brechas de capital tecnológico inciden en la amplificación de desigualdades de desempeño académico de los estudiantes de educación superior de la Región de La Araucanía y comprender cuáles son las implicancias para su desarrollo académico”. Los objetivos específicos son:

1. Describir la relación entre capital tecnológico y desempeño académico de los estudiantes de educación superior de la Región de La Araucanía, desagregado por factores socio estructurales.
2. Describir el efecto de las relaciones entre capital tecnológico, factores socio estructurales y desempeño académico de los estudiantes de educación superior de la Región de La Araucanía.
3. Describir cómo se producen los procesos de amplificación de desigualdades a partir del uso de TIC y qué implicancias tienen dichas desigualdades para el desarrollo académico de los estudiantes de la Región de La Araucanía.

3. Método

Para llevar a cabo la investigación, se propone utilizar un diseño metodológico que combine el uso de encuestas y entrevistas en profundidad. Las encuestas serán aplicadas a una muestra representativa de estudiantes de educación superior de la región de La Araucanía, con el objetivo de levantar información acerca de características sociodemográficas (nivel socioeconómico, sexo, etc.) capital cultural (acceso y consumo de artefactos culturales, nivel de estudios de los padres, conocimiento de idiomas, etc.), capital tecnológico (acceso a TIC, motivación de uso, habilidades digitales y uso de las TIC) y desempeño académico (notas, intereses académicos, uso de recursos de aprendizaje, etc.). Por su parte, la aplicación de entrevistas permitirá profundizar en los resultados obtenidos de las encuestas, permitiendo determinar cuáles son los principales problemas y dificultades que presentan los jóvenes en el uso de recursos digitales y cuáles son las implicancias de la falta de capital tecnológico. Los datos cuantitativos serán analizados utilizando técnicas multivariadas y multinivel, por su parte la información cualitativa será analizada utilizando la lógica del análisis del discurso. Los resultados serán interpretados en el marco de un cuerpo teórico que combina componentes educativos y sociológicos.

Los resultados que se expondrán en la ponencia, serán los resultados de la prueba piloto del cuestionario. El cuestionario, corresponderá a una encuesta de preguntas

cerradas y escalas tipo Likert, en donde se consultará por: i) Caracterización sociodemográfica, ii) antecedentes académicos, iii) acceso a equipos y servicios tecnológicos, iv) motivación en el uso de TIC, v) habilidades digitales, vi) propósito de uso de las TIC, vii) formas de uso de las TIC para actividades académicas, y viii) actividades académicas con TIC que generan dificultad.

La encuesta será piloteada en una muestra de 350 estudiantes de educación superior de la región de La Araucanía (equivalente a casi el 20% del n), con el objetivo de tener datos suficientes, para realizar los análisis preliminares y los ajustes correspondientes. En concreto, en la prueba piloto, se encuestarán a 200 estudiantes de universidades (100 de universidades públicas y 100 de universidades privadas), 100 estudiantes de institutos profesionales y 50 estudiantes de centros de formación técnica.

Una vez recolectados los datos de la encuesta piloto, estos serán ingresados a una base de datos y serán analizados utilizando el Software de análisis estadístico SPSS versión 20 y Stata 14. A partir de los datos recolectados se prevé realizar a lo menos: i) análisis descriptivos, ii) análisis factorial exploratorio, iii) análisis de fiabilidad y iv) análisis de correlación entre las variables que componen el capital tecnológico y las variables que componen el desempeño académico.

4. Resultados esperados

Los resultados de la aplicación piloto de la encuesta, servirán para establecer la calidad métrica de la encuesta diseñada, dando cuenta de la capacidad del instrumento de medir capital tecnológico. En este contexto los resultados que se presentaran son:

- 1) Principales factores exploratorios obtenidos de la encuesta.
- 2) Comprobación empírica de los factores que componen capital tecnológico.
- 3) Análisis de fiabilidad de las escalas aplicadas.
- 4) Análisis descriptivos de los factores encontrados.
- 5) Análisis de correlación entre capital tecnológico y desempeño académico, controlado por nivel socioeconómico.

La investigación formulada, permitirá comprender cómo las tecnologías digitales pueden relacionarse con el desempeño educativo de los estudiantes, pero desde una perspectiva diferente a la investigada tradicionalmente, entregando nuevos antecedentes respecto de cuáles son las características de los jóvenes con menor capital tecnológico, cómo inciden las brechas digitales en la amplificación de desigualdades académicas y qué prácticas con TIC, podrían contribuir al desarrollo académico y educativo de los estudiantes. En este contexto, la presente investigación pretende ser un aporte a las investigaciones y marcos teóricos desarrollados desde la sociología de la educación por un lado y al estudio de las Tecnologías de Información y Comunicación por otro.

.....

* Carolina Matamala

Núcleo de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad de la Frontera - CISOH. Temuco, Chile

Resumen de ponencia

ANÁLISIS ESPACIAL DE LA DESIGUALDAD DE OPORTUNIDADES EDUCATIVAS DE LOS JÓVENES EN COLOMBIA

*Diana Lorena Pineda Ospina

La ponencia que se presenta a continuación tiene como objetivo de identificar en qué medida la desigualdad de condiciones del origen social de los jóvenes en Colombia se traduce en desigualdades de oportunidades en el momento de realizar la transición a la educación superior. Para su desarrollo, el análisis aborda el enfoque del curso de vida el cual permite entender cómo la transición da lugar a cambios de estado, de posición o de situación (Blanco, 2011) en relación a su destino académico.

Por lo anterior, se propone describir espacialmente la relación y los efectos existentes, en, términos de probabilidades, entre la desigualdad de las condiciones de los jóvenes sobre las desigualdades de oportunidades al momento de la transición a la educación superior en Colombia.

Metodológicamente, el desarrollo del análisis se orienta a la identificación espacial de las características sociales de los jóvenes colombianos a través del estudio de relaciones bivariadas entre variables asociadas a:

- ☐ Características socio-demográficas: Edad, sexo, horas de lectura semanal, horas destinadas a navegar en internet
- ☐ Característica socioeconómica: Índice de Riqueza Socioeconómica en el Hogar
- ☐ Clima educativo padres: Índice de Antecedentes de los Padres
- ☐ Familia: Tamaño de la familia, número de libros en la vivienda
- ☐ Antecedentes académicos: Antecedentes académicos, desempeño académico
- ☐ Oferta institucional: Tipo de Institución Educativa, jornada, tipo de formación, clasificación de la Institución Educativa, Naturaleza de la Institución Educativa

Respecto a la medición de los efectos, se propone la estimación de un modelo de regresión logística binomial (Hosmer & Lemeshow (2000); Considine & Zappalà (2002); Long & Freese (2006); Solís, Rodríguez-Rocha & Brunet (2013); Blanco, Solís & Robles (2014)), que permita calcular las probabilidades de la relación entre la desigualdad de origen social y la desigualdad de los resultados educativos en la etapa de la transición a la educación superior.

Para el desarrollo del análisis propuesto se trabajará con la base de datos de la prueba SABER11 del Instituto Colombiano para la Evaluación de la Educación (ICFES) del segundo semestre del 2017 que cuenta con datos de todos los municipios del país y en los software especializados de ArcGis 10, para el análisis espacial, y en STATA 14, para el análisis estadístico.

Finalmente, se espera realizar la presentación de los resultados en tres partes. En la primera se realizará el análisis descriptivo bivariado entre las características sociales de los jóvenes en Colombia y su desempeño académico, donde el eje central será el análisis de las desigualdades de condiciones. En la segunda parte, se presentarán los efectos de la desigualdad de oportunidades a través del análisis de probabilidades. Por último, en la tercera parte se presentarán las conclusiones sobre cómo la desigualdad de condiciones del origen social de los jóvenes en desigualdades de oportunidades en el momento de realizar la transición a la educación superior.

Bibliografía

- Blanco, E., Solís, P. & Robles, H. (2014) Caminos desiguales. Trayectorias educativas y laborales de los jóvenes en la Ciudad de México. Colegio de México.
- Blanco, M. (2011) El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. Revista Latinoamericana de Población, vol. 5, núm. 8, enero-junio, 2011, pp. 5-31. Asociación Latinoamericana de Población. Buenos Aires, Organismo Internacional
- Considine, G. & Zappalà, G. (2002) The influence of social and economic disadvantage in the academic performance of school students in Australia. Journal of Sociology, 38 (2), pp. 129-148. doi: 10.1177/144078302128756543
- Hosmer, D. & Lemeshow, S. (2000). Applied logistic regression, Nueva Jersey: John Wiley & Sons.
- Long, S. J. & Freese, J. (2006). Regression models for categorical dependent variables using Stata, Texas: Stata Press Publication, College Station, McLanahan
- Solís, P., Rodríguez Rocha, E. & Brunet, N. (2013). Orígenes sociales, instituciones, y decisiones educativas en la transición a la educación media superior: el caso del Distrito Federal. Revista mexicana de investigación educativa, 18(59), 1103-1136.

.....

* Diana Lorena Pineda Ospina

Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Universidad del Valle - CIDSE/UNIVALLE. Cali, Colombia

Resumen de ponencia

APONTAMENTOS SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL EM CAMPO NOVO DO PARECIS - MT

*Eilson Castro Soares De Oliveira

O presente resumo trata de alguns apontamentos sobre o fenômeno da desigualdade social em Campo Novo do Parecis. Esta é uma reflexão de caráter exploratório, que busca contribuir com a compreensão e documentação da realidade social desta localidade, visto a escassez de literatura acadêmica sobre o município.

Como fonte de dados, foram utilizados os resultados de Censos Demográficos, principalmente do ano de 2010, disponibilizados pelo IBGE no site sidra, para a construção de indicadores que possibilitem explorar aspectos importantes da desigualdade em Campo Novo do Parecis, tendo como unidade mínima de análise os dados disponibilizados por bairros.

A localidade tem seu nome vinculado aos Paresi, etnia indígena, que desde o século XVII possui registros de contatos com os bandeirantes, assim como nos ciclos de exploração econômica de Mato Grosso, como a mineração em Cuiabá e mais tardiamente em Diamantino, no período do Brasil Colonial. No início do século XX, a relação de contato deste povo com a sociedade envolvente possui relação com as linhas telegráficas, que passavam em terras onde estes habitavam, e a atuação do SPI - Serviço de Proteção ao Índio (ISA, 2009).

Segundo o Censo Demográfico de 2010 a etnia Paresi possuía 2.015 pessoas, distribuídas em 10 Terras Indígenas, na região denominada de Chapada dos Parecis, sendo que em Campo Novo do Parecis, foram contabilizadas 546 pessoas autodeclarados índios dentro de terra indígena.

Cabe destacar que nessa região, ao lado da demarcação das terras indígenas, houve um processo intenso de povoamento por parte da sociedade nacional envolvente (não indígena) gerando uma nova realidade social que demanda esforços para sua compreensão, que possui como característica marcante a migração de grupos populacionais advindos de diversas localidades do Brasil, em especial das regiões Sul e Nordeste.

Com a implementação de projetos de colonização agrícola na região da Chapada dos Parecis, a partir da década de 1970 houve uma forte migração de pessoas do sul do país. Estes projetos tiveram como foco a estruturação da economia local de produção da agricultura voltada à exportação para mercados internacionais, sendo atualmente esta região um importante polo de produção do setor rural. Um dos municípios que se originaram neste movimento de ocupação do território da Chapada dos Parecis é Campo Novo do Parecis, fruto da articulação de produtores rurais, que ocuparam grandes propriedades e em 1981 organizaram um novo centro urbano, que consegue obter a sua emancipação em 1988 (DUBREUIL, 2005). Assim, o núcleo urbano, tem origem com a ocupação da região em fazendas que concentram grande tamanho territorial, impulsionando o que convencionou-se chamar de Agronegócio, tendo como

unidade produtiva a organização de propriedades com concentração de terra. No contexto da organização do setor produtivo, para além da população indígena e dos migrantes oriundos do Sul do país, encontra-se em Campo Novo do Parecis, uma presença significativa de nordestinos, que migraram em buscas de novas oportunidades.

Desde o seu surgimento, Campo Novo do Parecis possui uma pequena dimensão populacional, mas que apresenta crescimento acelerado. Em 1991, ano do primeiro Censo Demográfico o qual a localidade teve participação, foram registrados 6.311 moradores, sendo que a maioria, cerca de 65% da população ou 4.100 pessoas foram registrados na área rural. Em 2010, o município já contava com 27.577 habitantes, sendo que apenas 7%, ou seja, 1.993 pessoas estavam na área rural.

Deste modo, estamos diante de uma realidade complexa, que apesar da economia agrícola, concentra a maioria da população na área urbana, com a presença forte da migração de sulistas e nordestinos, bem como a presença indígena, tanto no território quanto na população local.

A cidade de Campo Novo do Parecis possui três núcleos populacionais principais: o distrito Marechal Rondon, o distrito Itamarati Norte e a sede urbana da cidade. Considerando a realidade vivida na sede urbana da cidade, que foi estruturada às margens da BR 364, encontramos de um lado os bairros Centro, Nossa Senhora Aparecida e Alvorada, que na denominação das pessoas da localidade são tidos como centro, de outro os bairros Boa Esperança, Jardim das Palmeiras, Jardim Primavera e Olenka, tidos como periféricos. Uma questão interessante é que em 2010 a população residente no núcleo urbano da cidade estava praticamente dividida ao meio entre os dois lados da BR 364, com 11.273 pessoas do lado mais central e 11.700 do lado periférico.

Uma primeira questão que podemos observar dos dois lados da cidade é da distribuição da renda. Considerando os dados do IBGE de 2010, em especial, o rendimento médio mensal da população acima de 10 anos de idade, vemos que a média de rendimento em Campo Novo do Parecis era de R\$ 903,22, sendo que a época o salário mínimo correspondia ao valor de R\$ 510,00. Observando esse valor distribuído pelos bairros da cidade, vemos que o menor valor registrado foi no bairro Boa Esperança com R\$ 554,41, seguido pelo Jardim das Palmeiras R\$ 625,08, Olenka R\$ 931,02 e Jardim Primavera R\$ 1.040,94. Do outro lado da rodovia os rendimentos médios por Bairro se apresentam com valores superiores, com o Alvorada R\$ 1.091,83, Nossa Senhora Aparecida, 1.143,75 e Centro 1.316,19. Deste modo, os dois lados da cidade possuem diferenças quanto ao rendimento mensal de sua população, sendo que os bairros ditos centrais possuem melhor rendimento.

Possivelmente essa desigualdade no rendimento deve-se a distribuição da população da cidade em áreas ricas e pobres, concentrado de um lado a população que ocupa os postos com menor valorização social, principalmente dos trabalhadores rurais que ocupam atividades manuais nas fazendas. De outro, há a população com maior poder financeiro e acesso aos melhores postos de trabalho, bem como donos de várias propriedades rurais.

Se olharmos a desigualdade de renda pela questão racial, vemos uma diferença muito marcante. Em 2010, a média do rendimento mensal da população acima de 10 anos autodeclarada branca era de R\$ 1.161,90, sendo maior que de todas as outras

categorias registradas pelo IBGE, sendo de R\$ 734,52 a preta, R\$ 818,92 a amarela, R\$ 689,92 a parda e R\$ 443,13 os indígenas. Essa é uma questão que merece maior atenção, pois a composição étnica do município é marcada pela migração de contingentes populacionais de diversas partes do país, que acabam influenciando na composição racial. A população vinda da região sul em sua maioria de Brancos, enquanto os grupos populacionais vindos de outras regiões do Brasil possuem maior destaque nos outros grupos raciais.

Observando a composição racial da população em 2010, podemos ver que nos bairros Boa Esperança e Jardim das Palmeiras a maioria da população se autodeclarou preta ou parda, correspondendo ao percentual de 69% e 65% respectivamente. Por outro lado, nos bairros Centro e Nossa Senhora Aparecida, há maioria de população branca, com 66% e 55% respectivamente.

Portanto, com um olhar exploratório, pode-se verificar que há várias questões ligadas a desigualdade que devem ser analisadas em Campo Novo do Parecis, levantando-se a hipótese de divisão da cidade tendo como referência a BR 364. De um lado os bairros, com menor rendimento, que concentram a mão de obra de trabalhadores manuais nas lavouras do município, nos postos de trabalho com menor rendimento e status, com maior concentração de nordestinos e população autodeclarada negra ou parda. De outro os bairros com maior concentração de migrantes sulistas e maior rendimento.

▣ DUBREUIL, V. BARIOU, R. PASSOS, M. FERRAND, R. NÉDÉLEC, V. Evolução da fronteira agrícola no Centro-Oeste de Mato Grosso: municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Diamantino. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 463-478, maio/ago. 2005.

▣ IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo Demográfico 2010. Rio Janeiro: IBGE, 2011.

▣ JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

▣ ISA. Instituto Socioambiental. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. 2009. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/paresi/print>>. Acesso em 13/06/2017

▣ TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a03.pdf>>. Acesso em 02/06/2016.

.....

* Eilson Castro Soares De Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT. Campo Novo do Parecis, Brasil

Resumen de ponencia

AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS DIFERENTES CONCEPÇÕES NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA

*Daniela Spinelli Arsky

O estudo preliminar tem por objetivo identificar a percepção das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) na visão de três níveis de atores envolvidos no programa: gestores formuladores da proposta, gestão local de implementação e beneficiários. A partir de estudos e observações, notamos que há três diferentes concepções de condicionalidades. A primeira é vista como uma forma de efetivar o direito de acesso aos serviços públicos de saúde e educação; a segunda é vista apenas como um processo mecânico, burocrático e assistencialista no registro das informações; e a terceira é vista como uma obrigação para merecer o benefício. Para constataremos essas hipóteses, será necessária uma pesquisa de campo no local onde a política se materializa, assim, foi escolhido um município no qual iremos nos aproximar da gestão e de algumas famílias beneficiárias e ex-beneficiárias do PBF.

A pobreza e a exclusão social são consequências dos processos que geram desigualdades econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos, grupos, regiões e países no acesso a recursos (tais como poder, renda e prestígio). Esse processo de empobrecimento resulta em um desrespeito aos direitos humanos e a não igualdade das capacidades básicas reais das pessoas, assim, é preciso refletir sobre um dos desafios da globalização, o de pensar uma alternativa ao modelo econômico neoliberal, o qual potencializa a produção e a reprodução das situações de pobreza e de desigualdade. É notável que esses fatores são mais evidentes nos países em desenvolvimento, como no Brasil por exemplo, onde a principal causa dessas mazelas é a má distribuição de renda e riquezas.

Genericamente, a pobreza pode ser definida como insuficiência de recursos (renda) que assegurem as condições básicas de subsistência e de bem-estar de um indivíduo. Dessa forma, "a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda". A pobreza está relacionada a situações de negação de direitos humanos e de restrição das capacidades básicas e das oportunidades reais de pessoas e grupos. A visão multidimensional da pobreza está presente nas discussões de Amartya Sen e, atualmente, é a visão que orienta um debate ampliado sobre o problema.

Diante dos contextos de desigualdades, as políticas sociais são pensadas a partir de medidas de focalização, vistas como uma estratégia ao universalismo. É uma forma de se enfrentar as desigualdades em busca da equidade social. Assim, o Estado passa a se preocupar com um conjunto de políticas e ações que estão relacionadas à construção dos direitos sociais de educação, saúde e proteção social, identificados como base da cidadania social. Em busca de alternativas ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade que assolavam os países, o Brasil, durante a década de 1990, participou

de vários debates e propostas que se propunham a mitigar a situação de fome e miséria aos quais estavam expostas muitas famílias brasileiras. Propostas como renda básica de cidadania, renda mínima e transferência de renda com condicionalidades foram surgindo, e o Brasil, a partir de 2003 tomou a decisão de enfrentar a pobreza com o Programa Bolsa Família. O PBF é um programa federal orientado para o combate à pobreza e que se espera que contribua também na redução da desigualdade no Brasil. Ele possui três eixos principais: complemento da renda (por meio da transferência de renda, pensando no alívio imediato de pobreza), acesso a direitos (por meio do acompanhamento das condicionalidades, pensando na ruptura do ciclo intergeracional de pobreza) e articulação com outras ações. Entendendo a pobreza como uma questão multidimensional, desde o início, no desenho do programa, as condicionalidades são vistas como um elemento fundamental para a melhoria de condições de vida e para a inclusão social sustentável das famílias. O programa considera que além da ausência de renda, as famílias têm dificuldades para acessarem os serviços de educação e saúde, e a renda pode materializar esse acesso, seja na alimentação das crianças, na compra de material ou uniforme escolar, ou da forma que as famílias entenderem onde é necessário aplicar o benefício. O PBF não exige a comprovação onde o dinheiro é aplicado. Isso pode ser visto como um êxito do programa, pois dá autonomia às famílias beneficiárias. Mais um ponto que caracteriza o programa, é a recomendação, prevista na legislação que o criou, do benefício ser pago preferencialmente à mulher, ela é vista como a responsável familiar pelo PBF. Sob muitas críticas, positivas ou não, isso traz um empoderamento às mulheres beneficiárias.

O PBF é um programa intersetorial. Sua gestão compartilhada entre os três entes federativos se empenha em ofertar o acesso aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social às famílias beneficiárias, para que elas possam garantir a renda na medida em que enfrentam sua situação de pobreza. A premissa básica do programa é a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza, ao apostar na integração de renda aos serviços básicos de educação e saúde. No caso de descumprimento das condicionalidades, o serviço socioassistencial é fundamental para apoiar as famílias na superação de suas vulnerabilidades.

Quanto às informações sobre o PBF, as famílias beneficiárias devem estar registradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. Nem todas as famílias cadastradas são perfil para o programa. Podem ser beneficiárias famílias com renda per capita de até R\$ 170,00. Do total de famílias cadastradas, 27.073,383 em abril de 2018, 13.919.429 foram beneficiárias do programa em maio de 2018, recebendo um benefício médio mensal de R\$ 178,46 cada família. Esse número significa 21,11% da população de nosso país. Ou seja, estamos falando de mais de 1/5 de cidadãos brasileiros vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza que dependem dessa renda.

Ao longo dos 15 anos de transferência de renda com condicionalidades por meio do PBF, foram alcançados muitos resultados positivos que tiveram impacto na vida das milhões de pessoas que participam ou participaram do Bolsa Família. O reflexo se deu também na oferta de serviços públicos de educação, saúde e assistência social. O acompanhamento de condicionalidades proporciona uma visão abrangente da oferta dos serviços de educação e saúde disponíveis à população pobre atendida pelo programa, além de sinalizar vulnerabilidades que as famílias podem estar vivenciando.

A contrapartida das famílias deve ser matricular e manter os filhos de 6 a 15 anos com 85% de frequência à escola, os filhos de 16 a 17 anos devem ter 75% de frequência escolar, as crianças até 7 anos devem estar com o calendário de vacinação em dia e ter o acompanhamento nutricional, e as gestantes devem realizar o pré-natal. Assim, as famílias criam um vínculo com a rede de educação e saúde, o que pode despertar a consciência de que esses serviços são direitos de cidadania.

A presença das condicionalidades é o que tira o caráter assistencial do PBF e o coloca para além de uma visão de proteção social, o deixando numa perspectiva de desenvolvimento social. A condicionalidade de saúde aponta para a garantia das condições físicas e nutricionais adequadas para o desenvolvimento cognitivo na primeira infância, condição inicial e primeira para o desenvolvimento da criança com reflexo no rendimento escolar. A condicionalidade de educação aponta para a garantia dos adequados processos de alfabetização e instruções primária e secundária, condições fundamentais para a continuidade do aprendizado e formação profissional. As condicionalidades de saúde e educação podem auxiliar, portanto, para que as pessoas não entrem de forma precária no mundo do trabalho, pois traz condições de igualdade, uma vez que sem o desenvolvimento na primeira infância e dos demais níveis de educação, essas pessoas estariam condenadas ao subemprego ou à vínculos precários de trabalho, perpetuando o ciclo de pobreza. Além disso, o contato com a educação pode ser libertador, na medida em que pode ampliar a rede de relações sociais do indivíduo.

Durante o processo de acompanhamento das condicionalidades, estados e municípios têm um importante papel de coleta, registro e avaliação das informações dos beneficiários. Bimestralmente, as redes municipais de educação recebem do Governo Federal um público com cerca de 17 milhões de crianças e jovens beneficiários de 6 a 17 anos para que acompanhem a frequência. As áreas de saúde municipais têm seis meses para realizarem o acompanhamento e registro de cerca de 11 milhões de famílias beneficiárias, que devem ter o acompanhamento da atenção básica: gestantes devem realizar o pré-natal e crianças até 7 anos devem ter a caderneta de vacinação atualizada e o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento nutricional realizado.

O programa foi formulado pensando na redução da pobreza, no combate à fome, na promoção à rede de serviços públicos em especial, de saúde, educação e assistência social, na emancipação sustentada das famílias beneficiárias e na promoção da intersetorialidade de ações sociais do Poder Público, porém, com um desenho federal, centralizado e verticalizado, ele foi concebido sob diversas perspectivas nos municípios. Além disso, os diferentes contextos de regiões, Estados e municípios no Brasil, deixam claro que a implementação enfrenta percepções dos diferentes atores envolvidos. As características e organizações das redes de serviços municipais e estaduais, nas quais as políticas públicas se concretizam, podem trazer visões negativas à proposta do Bolsa Família, o que compromete uma visão mais abrangente do programa, de que ele pode ser uma boa estratégia em direção à redução da pobreza e das desigualdades sociais.

.....

*** Daniela Spinelli Arsky**

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais . Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

AS PESQUISA SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INFÂNCIA DO GRUPO DE PESQUISA GEPEDISC- LINHA CULTURAS INFANTIS

*Ana Lúcia Goulart De Faria

*Flavio Santiago

*Márcia Lúcia Anacleto De Souza

O Grupo de Pesquisa em Educação e Diferenças Sócio-Culturais - Linha Culturas Infantis (GEPEDISC - Linha Culturas Infantis), do Departamento de Ciências Sociais e Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP), reúne pesquisas em âmbito de graduação e pós-graduação voltadas para a infância em suas múltiplas facetas: a educação infantil, a infância vivida em comunidades tradicionais, à docência na infância, infância, raça e gênero, as culturas infantis, a luta por creches. As análises do grupo destacam que, após o golpe de Estado em 2016, diante da admissibilidade do impeachment da presidenta democraticamente eleita em 2014, e a recentemente prisão do ex-presidente da república Luíz Inácio Lula da Silva, temos vivido no Brasil um momento de retrocessos políticos e sociais que aumentam as desigualdades sociais, afetando diretamente as crianças das camadas populares, cujo maior percentual, são negras. Diante dessa realidade, evidencia-se que a cor da pele no Brasil se manteve como um critério objeto de estratificação, que a sociedade de classe herdou dos padrões de relações raciais elaborados sob a escravidão, e manteve as principais iniquidades que pesavam sobre os “libertos” na ordem social escravocrata e senhorial (FERNANDES, 2007). Neste sentido, o presente estudo apresenta o debate produzido pelas pesquisas do GEPEDISC culturas infantis a respeito das relações étnico-raciais que perpassam as infâncias vividas em creches e pré-escolas, comunidades quilombolas e indígenas brasileiras. Trata-se de pesquisas que realizam a interlocução teórico-metodológica com os estudos acerca das culturas infantis existentes em territórios urbanos e rurais, articuladas às questões de classe, raça, gênero e idade, de modo interseccionado, procurando compreender a gênese da transformação de diferenças em elementos para justificar as desigualdades criadas pelo sistema capitalista, que privilegia um padrão de homem, de mulher, de sociedade e de sujeito social, dentro desse quando é importante ressaltar que o processo de diferenciação de grupos humanos com base em atributos classificatórios é a marca da narrativa da história ocidental. A escolha por esse modelo teórico-metodológico não representa um tema novo, mas um desafio político em interpretar como são estabelecidas as diferenciações entre os sujeitos, por meio de contexto cultural e social. Dentre as pesquisas do GEPEDISC culturas infantis, destacamos as que revelam a realidade sociocultural de meninas negras e meninos negros oriundos/as de um quilombo paulista (SOUZA, 2015) e de creches urbanas do interior paulista (ROSA, 2009; MORETTI, 2009; SANTIAGO, 2014), e também a infância vivida por crianças Guarani/Kaiowá do Mato Grosso do Sul (NOAL, 2009) e as crianças pomeranos do

Espirito Santo (RAUTA, 2011). Estas crianças de origens socioculturais e étnico-raciais distintas evidenciaram como ressignificam, cotidianamente, suas realidades em termos materiais e simbólicos, e como se identificam e são representadas pelo olhar do outro: adulto, branco, representante do Estado e de interesses latifundiários. A partir da etnografia dos cotidianos infantis, caracterizados pela interação entre pares e crianças não pares, de idades diferentes e entre crianças e adultos, analisamos o modo como as crianças transgridem as imposições colonizadoras da sociedade capitalista, desigual, heteronormativa, adultocêntrica e racista. A abordagem do protagonismo infantil aqui explicitada resulta também da interlocução do GEPEDISC culturas infantias com os Estudos da Infância das últimas três décadas nas distintas abordagens, através dos campos teóricos da Pedagogia da Infância, Sociologia da Infância e Antropologia da Criança, os quais consideram “o meio infantil”, lembrando Marcel Mauss (2010) como território a partir do qual as crianças educam-se entre si, e nos dão a possibilidade de analisar as relações sociais mais amplas a partir de outra perspectiva. As pesquisas de Moretti (2009), Rosa (2009), Santiago (2014) e Souza (2015) apontam como as crianças, em meio às culturas infantis, revelam aspectos da realidade social em consonância com a sociedade mais ampla, e neste sentido, apontam o quanto a sociedade brasileira (re)produz diferentes formas de exclusão e desigualdade social, racial, etária, de classe e de gênero. Os movimentos, relatos, silêncios, choros, gargalhadas e outras linguagens infantis pesquisadas revelam uma sociedade do direito, da cidadania e da ânsia pela democracia e, ao mesmo tempo, o longo caminho a ser seguido para que as políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças, homens e mulheres negros e indígenas no Brasil sejam de fato uma realidade concreta.

.....

*** Ana Lúcia Goulart De Faria**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, Brasil

*** Flavio Santiago**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, Brasil

*** Márcia Lúcia Anacleto De Souza**

Prefeitura municipal de campinas - PMC. Campinas, Brasil

Resumen de ponencia

AS RELAÇÕES ENTRE PAÍSES CENTRAIS E PERIFÉRICOS E A SUBNUTRIÇÃO COMO PRIVAÇÃO E OBSTÁCULO PARA O DESENVOLVIMENTO: HAITI.

*Beatriz Gomes Cornachin

Resumo

O Haiti possui um histórico de praticamente ausência de regimes democráticos e presença de países centrais nas relações do país. Tendo como base o ensaio da dependência e desenvolvimento na América Latina e o Desenvolvimento como liberdade, buscou-se relacionar ambos esclarecimentos com a realidade haitiana. Observando o histórico do Haiti em relação à Fome, quase inexistência de regimes democráticos duradouros e a constante presença de países centrais nas decisões políticas do país, percebe-se a conexão entre o subdesenvolvimento, entendido aqui como parte do resultado das relações entre países centrais e periféricos.

Introdução

A busca por alimento, desde os primórdios, foi o que impulsionou e ainda impulsiona todo ser vivo dentro do sistema Terra. Foi a busca pelo alimento que levou a espécie humana a desenvolver técnicas e a se estabelecer como civilização. A formação de aglomerados humanos, cidades e territórios expansivos iniciaram-se a partir do estabelecimento pela garantia alimentar. Assim como o sistema atual monetário, também se iniciou a partir da troca de alimentos até atingir o patamar hoje conhecido. Porém, sabe-se que a fome ainda é um problema vivenciado pela humanidade e tal fato constitui como uma privação de liberdade (SEN, 2000) O Haiti é um exemplo de como a fome ainda persiste. De acordo com dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) mais da metade da população do Haiti é subnutrida, o que leva a indagação dos motivos pelos quais isso ocorre, além claro dos acidentes ocasionados pela sina geográfica na qual o Haiti está localizado. A fim de compreender o contexto haitiano, procurar-se-á relacionar o histórico haitiano com a teoria de dependência e desenvolvimento na América Latina e a quase inexistência de regimes democráticos com a explanação presente em Desenvolvimento como Liberdade, relacionando governos ditatoriais e a fome.

Dependência e desenvolvimento na América Latina

Além de outras questões em relação ao que o trabalho presente aborda, o ensaio feito por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” busca elucidar essas relações entre externo e interno dos países e os vínculos de tais relações com as situações de subdesenvolvimento e dependência dos países, buscando com a delimitação geográfica e histórica da América Latina, compreender os motivos pelos quais, apesar de um cenário aparentemente favorável para alguns países, houve certa estagnação do cenário econômico dos mesmos.

Dentre os fatores é apresentado o “efeito de demonstração” o qual pode exercer papel negativo para o desenvolvimento econômico de um país na medida em que a pressão modernizadora pode favorecer a importação de bens de consumo ao invés de ocorrer investimentos para setores internos importantes para diversificação produtiva interna, mas que do ponto de vista social e político, no caso da região em questão, trouxe a presença de massas para participação política, por exemplo - sendo aqui colocado como historicamente precoce, se comparado com os países centrais do sistema capitalista. Busca-se uma análise sociológica do quadro econômico do país, procurando entender a reciprocidade entre questões sociais e políticas assim como o vínculo entre países centrais e periféricos. Tal relação, quando colocada em uma análise global do desenvolvimento, resulta no que entende-se por subdesenvolvimento CARDOSO, 2010:

Segundo os autores o que se coloca como relações imperialistas entre países “explorados” e países “exploradores” carece de profundidade quanto à necessidade de abordagem do tema. Para estes, as relações entre países centrais e países periféricos se dá muito mais pelas ações que os grupos dominantes dos países periféricos tomam conjugando à interesses internacionais, como a caracterização “desenvolvimento-dependente-associado” . Tais grupos dominantes, utilizando-se do poder econômico como dominação social, tentam moldar e estruturar relações sociais que lhe sejam favoráveis. Essa vinculação ao exterior que de certa maneira é imposta devido à característica supracitada dos grupos dominantes internos, são fatores que fazem parte do quadro de subdesenvolvimento desses países tido como periféricos:

Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão dos países capitalistas originários. CARDOSO. FALETTO (2010, p. 39)

Desenvolvimento como liberdade

SEN (2000), em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade” coloca que o desenvolvimento deve ser visto além do fator econômico, de obtenções e crescimento de renda, deve ser entendido como liberdade, ou em outras palavras que o desenvolvimento deve ser encarado como o processo pelo qual as privações dos indivíduos deixem de ocorrer ou diminuam. Os problemas ainda enfrentados pela humanidade como a fome, a pobreza, o privação de direitos políticos, podem ser encarados pela condição de agente do indivíduo, que por sua vez sofre restrições no que diz às oportunidades sociais, políticas e econômicas. A liberdade, não deve ser vista única e exclusivamente como fim do desenvolvimento, mas também como meio. Quando as liberdades políticas individuais são retiradas e a democracia não está em exercício, o desenvolvimento pode ser comprometido na medida em que o poder, assumindo caráter ditatorial, não necessita do aval do povo por meio do voto para permanecer no poder, o que por sua vez tira a necessidade de atender às demandas que esse mesmo povo pode colocar em pauta.

O autor também explicita a relação entre as diferentes liberdades e como o comprometimento de uma acarreta no comprometimento de outras. Do ponto de

vista econômico, SEN afirma que liberdades políticas ajudam a promover liberdades econômicas:

Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. SEN (2000, p. 26)

Portanto, dentre as privações de liberdade que o desenvolvimento deve se comprometer, está também a liberdade de se alimentar ou de não sucumbir à morte pela privação de alimentos. Partindo desse pressuposto, Sen afirma que ao analisar a questão da fome, deve-se atentar para, além da produção de alimentos do país e sua capacidade produtiva, para a capacidade do indivíduo e das famílias em comprar os gêneros alimentícios e que isso está relacionado à diversos fatores, tais como os ganhos dos indivíduos, o preços dos alimentos e até mesmo a dependência de troca em relação a produtos mais caros e baratos quando comparados derivados animais e grãos por exemplo. Realizando a devido distinção entre fome crônica e aguda, assim como Josué de Castro, Sen também problematiza as possíveis prevenções aos diferentes tipos de fome, dentre eles um sistema de seguridade social que permita ao menos recursos para a obtenção de alimentos e relacionando a liberdade de se alimentar com a liberdade política, o autor afirma que

“Não seria desarrazoado concluir que a democracia pode ser uma influência muito positiva na prevenção das fomes coletivas no mundo contemporâneo” SEN(2000, p.14). Ou ainda em uma ocasião anterior:

A tendência tem sido as fomes coletivas ocorrerem em territórios coloniais governados por dirigentes de fora (como a Índia britânica ou a Irlanda administrada por governantes ingleses desinteressados), em Estados unipartidaristas (como a Ucrânia na década de 1930 ou a China no período 1958-1961, ou ainda Camboja na década de 1970), ou em ditaduras militares (como a Etiópia, a Somália ou alguns países subsaarianos no passado recente) SEN (2000, p.)

A relação dos pressupostos e o Haiti

Partindo dos pressupostos acima, faz-se necessário lançar dados sobre o menor recorte geográfico que esse trabalho se propõe: analisar os índices da fome no Haiti em épocas ditatoriais, levando em consideração, que a fome, uma característica do subdesenvolvimento - entendendo subdesenvolvimento como um dos resultados das relações entre países periféricos e centrais - assim como a fome como a privação da liberdade de conseguir se alimentar e, portanto a privação da vida.

As relações de dependência presentes no Haiti se manifestam em um primeiro momento, com a França e posteriormente com os Estados Unidos da América. MATIJASCIC (2014) afirma que devido à imposição da indenização que o Haiti deveria pagar à França por sua revolução (1804) , por mais esforços que o novo país independente realizasse, dificilmente seria possível o pagamento da mesma, favorecendo assim a dependência econômica tendo como conseqüências a concentração de riquezas e tensões sociais. Posteriormente, devido à intensificação das tensões sociais, ocorre a legitimação da intervenção militar dos Estados Unidos da América, criando o “Gendarmerie d’Haiti” em 1915 a fim de abafar manifestações e

descontentamentos da população. Entre 1934 (ano de retirada das tropas estadunidenses) e 1956 a instabilidade política persiste e em 1956 inicia-se o período Duvalierista, que dura até 1986, com François Duvalier e Jean-Claude Duvalier. Amartya Sen coloca a democracia como um elemento que pode prevenir a fome na medida que o povo pode escolher seu líder e este está subordinado a atender os interesses de quem o elegeu, porém regimes democráticos foram praticamente inexistentes no Haiti, devido em grande parte às relações entre o interno - dominante - e o externo.

.....

* Beatriz Gomes Cornachin

Universidade federal do ABC - Mestrado em Ciências Humanas e Sociais UFABC. São Bernardo do Campo, Brasil

Resumen de ponencia

ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO EMANCIPADORA: O PROTAGONISMO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL.

*Patrícia Novais Calheiros Cardoso

Resumo

Pretende-se neste trabalho mostrar como a formação de associações, podem ser consideradas uma alternativa de produção emancipadora para os catadores de material reciclável. A partir de um projeto intitulado “Agricultura Familiar e Resíduos Sólidos” sob a responsabilidade da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O projeto atuou junto a associações de resíduos sólidos, na Região Metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco, Brasil, no período de 2013 a 2016. Foi desenvolvido com grupos de catadores de cinco associações de material reciclável. Foi realizado levantamento de cada associação, aplicação de oficinas e capacitações. Nas atividades desenvolvidas promoveu-se o exercício permanente de diálogo de saberes, no confronto de interesses, de visões de mundo, de expectativas de quem se construiu com os estímulos da academia e com quem se construiu nas vicissitudes da vida das camadas populares.

Introdução

O trabalho dos catadores de material reciclável é realizado por meio de associações, na Região Metropolitana do Recife (RMR), no Estado de Pernambuco, Brasil. CARDOSO (2014, p. 7) define associação como [...] qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. [...] em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. Segundo Kemp (2008, p. 23) “as iniciativas do associativismo econômico emergem justamente por se tratar de uma resposta, muitas vezes de urgência, ao grave problema do desemprego. Deve-se considerar que a produção de material reciclável é realizada como um caminho para a construção de associações de trabalho e como forma de possibilitar a geração de emprego, renda e inclusão social. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPA (2013), a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais recicláveis foi fundamental no processo de fortalecimento de uma identidade coletiva dos catadores de material reciclável. Em termos econômicos as associações de trabalho do setor de reciclagem buscam alternativas como medida de produção emancipadora, frente ao modelo hegemônico capitalista. O objetivo deste trabalho pretende mostrar como a formação de associações, podem ser consideradas uma alternativa de produção emancipadora para os catadores de material reciclável. Assim, o projeto foi desenvolvido nas seguintes associações de material reciclável: Associação dos Agentes Ecológicos

Recicladores da Ilha de Itamaracá (Pro Ilha), Cooperativa de Catadores de Material Reciclável Erik Soares (Coocares), Cooperativa de Reciclagem de Plástico (Cooreplast), Associação de Catadores União e Força (Ascuf) e Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Dom Hélder Câmara.

Metodologia

Foi realizado um levantamento de cada associação buscando compreender a situação atual do indivíduo/família/comunidade/associação, considerando a dimensão econômica. Frente à institucionalização já encontrada, partiu-se para o conhecimento crítico do estatuto, com discussão de critérios, divisão do trabalho, relações interpessoais, confiança recíproca, reconhecimento da diversidade e interesses comuns. Depois, partiu-se para formação e incubação da associação através de cadastramento de moradores de bairros, efetuação da coleta, classificação do material coletado, comercialização e avaliação. Foram realizadas oficinas e capacitações em gestão, legislação, divisão de tarefas, coleta seletiva, classificação, venda e comercialização de resíduos sólidos e seus aspectos produtivos e econômicos. Constituem a amostra as seguintes organizações: Associação dos Agentes Ecológicos Recicladores da Ilha de Itamaracá (Pro Ilha), em Itamaracá, Cooperativa de Catadores de Material Reciclável Erik Soares) e Cooperativa de Reciclagem de Plástico (Cooreplast), ambas em Abreu e Lima, Associação de Catadores União e Força (Ascuf) em Paulista, Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Dom Hélder Câmara em Igarassu. O número de catadores que perfazem a população amostra foi de 72 catadores.

Resultados e Discussões

O processo de acompanhamento das associações se deu a partir das necessidades de cada grupo. Nas associações Pro Ilha e Dom Hélder foram trabalhados os princípios do associativismo como: solidariedade, liberdade, democracia, justiça social e equidade, visando fortalecer nos grupos, a questão da autogestão, dentro dos princípios da solidariedade e da cooperação. Através de oficinas, capacitações, apresentações teatrais, apresentação de vídeo, foram abordados as facilidades de trabalhar por meio da cooperação, do agir em conjunto, união, confiança, respeito, transparência, paciência, comprometimento e participação econômica, como meios de assegurar a sobrevivência do associado. Houve o enfoque na divisão de tarefas, visando fortalecer os grupos na ação coletiva. Também foi iniciado o cadastramento de residências para coleta seletiva do porta a porta. Nas cooperativas Coocares, Coreplast e Ascuf o processo de acompanhamento foi o momento de desincubação, visto que esses grupos já encontravam-se com a autogestão suficiente para continuar as atividades, entretanto, pela falta de adesão de mais associados, os grupos receberam ajuda dos participantes do projeto para a realização do (re)cadastro de residências para coleta seletiva do porta a porta.

Considerações Finais

Na busca de alternativas para melhorar a qualidade de vida e diminuir a exclusão social, o associativismo surge como um instrumento importante de geração de trabalho e renda para homens e mulheres, constituindo ainda uma possibilidade de incremento no potencial econômico de uma determinada localidade ou região. A produção dos materiais reciclados, antes de ser econômica é uma alternativa de

trabalho, renda e ocupação para os catadores. Por isso, se faz necessário melhorar as condições de trabalho desses associados, fortalecendo a ideia de que como associação é mais fácil conseguir a emancipação produtiva, como um espaço de produção/satisfação de necessidades na sociedade.

Referências

CARDOSO, Univaldo Coelho. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Brasília, 2014. Disponível em: . Acesso em: 08 mar.2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil. Brasília: Livraria, 2013.Disponível em:. Acesso em: 19 fev. 2018.

KEMP, Valéria Heloísa et al. Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte/MG: Autêntica,

.....

* Patrícia Novais Calheiros Cardoso

Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE. Recife, Brasil

Resumen de ponencia

BRECHAS SOCIO-ECONÓMICAS AL INTERIOR DE CABA, UNA PROPUESTA DESDE LA MEDICIÓN MULTIDIMENSIONAL DE LA POBREZA

*Jorge Lo Cascio

*Julián Gabriel Leone

*Ricardo Gabriel Martínez

El trabajo forma parte de un proyecto UBACyT “Tendencias demográficas, carencias sociales y desarrollo urbano en las comunas de ciudad autónoma de Buenos Aires” que indaga sobre brechas en el bienestar de sus habitantes.

En esta ponencia se exponen los avances correspondientes a las carencias sociales en las cuatro zonas geográficas: sur, oeste, norte y centro/este de la Ciudad, en función de lograr contrastes entre las diferentes zonas y distinguir aquellas en donde las carencias son mayores. Las zonas surgen de las agrupaciones por comunas. Los resultados se indicarán en términos de diferencias o brechas entre las zonas.

La ponencia consta de cuatro secciones, en la primera se pasa revista de la literatura y propuesta de medición de la pobreza multidimensional, principalmente los intentos en Argentina, como en México, Colombia y los avances del Oxford Poverty and Human Development Initiative. En la segunda sección referida a la metodología se proponen indicadores multidimensionales para captar la pobreza incorporando dos innovaciones al cálculo tradicional de pobreza por NBI, por un lado, el aumento de dimensiones e indicadores a considerar para describir mejor las situaciones de pobreza al interior de la jurisdicción de manera de generar políticas públicas. Se amplía la cobertura en la dimensión educación y capacidad de subsistencia, al tiempo que se agregan indicadores de salud. Por otro lado, se realiza una propuesta en la agregación de las variables a fines de lograr superar las deficiencias del método por medio de una resolución novedosa que considera la importancia relativa de cada uno de los indicadores.

Los nueve indicadores seleccionados fueron agrupados en cuatro dimensiones, acceso a la vivienda (A y B), acceso educativo (C y D), acceso a la salud (E y F) y acceso al empleo (G, H e I). A continuación, se especifican los criterios de cada uno.

A. Hacinamiento: hogares con 2 o más personas por habitación.

B. Tipo de vivienda: hogares que no sean casa o departamento.

C. Insistencia de los niños en edad escolar a un establecimiento educativo: hogares con niños entre 4 y 17 años que no asisten a la escuela.

D. Máximo nivel de enseñanza obligatorio: hogares con algún miembro mayor de 18 años y menor de 30 años sin secundaria completa.

E. Embarazo adolescente: hogares con madres de cuya edad esta entre los 14 y 19 años.

F. Afiliación en salud: hogares con miembros sin afiliación en salud, es decir, hogares que sólo cuentan con el servicio público de salud.

G. Desocupación: hogares con algún miembro desocupado.

H. Informalidad: hogares con algún miembro ocupado que no aporta ni le descuentan jubilación.

I. Empleabilidad: hogares con al menos un miembro entre 18 y 29 años inactivo y que no asiste a un establecimiento educativo.

En la tercera sección se exponen los resultados obtenidos para los indicadores de carencias, su intensidad en las comunas y zonas geográficas, así como también las brechas existentes al interior de la Ciudad de Buenos Aires. Luego, en la cuarta sección se combinan los resultados con las líneas de pobreza e indigencia estimados de modo de incorporar la dimensión monetaria.

En cuanto los resultados preliminares de la investigación se destaca una fuerte asimetría entre las zonas sur y norte, en particular, y una asociación entre la oeste y la primera y el centro este y la segunda. Dadas las condiciones demográficas de ambas zonas, el norte con una tasa de envejecimiento mucho más alta y con ingresos medios altos relativos elevados y la sur, con una franja etaria joven, una alta tasa de fecundidad e ingresos medios relativos bajos y en función de las perspectivas dadas las condiciones sociales de cada una de estas poblaciones sugieren resultados que, permiten suponer que en vislumbrar en algún futuro una brecha en las condiciones sociales cada vez sean mayores. Es decir, los déficits en salud y educación detectados en la zona sur, principalmente, y en menor medida en la oeste, de no mediar la política pública, implicará una mayor proporción de hogares con carencias que de no adecuarse el acceso al trabajo digno se tornará muy dificultoso.

La evolución evidencia un crecimiento del hacinamiento y un empeoramiento de las condiciones de empleabilidad, en particular, la de jóvenes entre 18 y 29 años, justamente, la zona sur es la que comprendió la mayor cantidad relativa de casos. Esta última variante se refiere a los desocupados, en cuanto a los ocupados, las asimetrías fueron también muy grandes, la afiliación a un sistema de salud y la informalidad laboral.

Por último, en referencia de las fuentes de información se optó por utilizar la Encuesta Anual de Hogares que produce la Dirección General de Estadística y Censos del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires para los años 2010, 2013 y 2016. No obstante vale resaltar la limitación en las fuentes de información en particular la formulación de la encuesta debe considerar los avances en la medición de fenómenos multidimensionales como la pobreza o la desigualdad. En este sentido, las preguntas deberían ampliarse hacia una mirada más profunda en dimensiones centrales como educación, salud, nutrición, condiciones laborales, acceso a bienes culturales, entre tantas posibles.

.....

*** Jorge Lo Cascio**

Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. FCE-UBA. Ciudad de Buenos Aires, Argentina

*** Julián Gabriel Leone**

Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. FCE-UBA. Ciudad de Buenos Aires, Argentina

*** Ricardo Gabriel Martínez**

Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires - FCE-UBA. Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

CALIDAD DE VIDA Y DESIGUALDAD SOCIAL

*Karina Gatica

El territorio se ha convertido en el marcador más evidente de las nuevas desigualdades y la diversidad social se expresa cada vez más como yuxtaposición de espacios homogéneos y aislados unos de otros (Bauman, 2011).

La ponencia da cuenta de la importancia de estudiar la desigualdad social contextualizada en tres poblaciones del Gran Santiago - Chile, que experimentan niveles de vida desiguales vinculadas a las condiciones y experiencias que surgen del territorio que se habita, relevando la idea de P. Rosanvallon, que el hombre es esencialmente “reciproco”, concebido como “homo reciprocus”. Esta concepción implica que la igualdad se da en la interrelación de los sujetos, tendiendo idealmente al equilibrio en las relaciones sociales, de ahí la importancia del lugar que se habita y las interrelaciones que allí se generan.

Concebir la igualdad como una relación es beneficioso, en tanto permite la creación de un mundo más tranquilo, con menos riesgos, bajo esta concepción todos estamos involucrados. Sin embargo, esta relación se tensiona en virtud de concebir la posición social, parafraseando a Pickett y Wilkinson (2009) como una especie de ranking de las capacidades de la especie humana, por lo que los signos externos de éxito o fracaso son los que diferencian a los sujetos.

La presente ponencia tiene como objetivo describir tres poblaciones socioeconómicamente desiguales y la percepción en torno a la calidad de vida, relevando el entorno socio territorial como aquel generador de calidad de vida más allá de las condiciones de desigualdad social que experimentan los sujetos.

Lo anterior logra conocerse a partir de una investigación de carácter mixta con aplicación de encuestas y entrevistas en profundidad a sujetos residentes y expertos comunales que forman parte de las poblaciones estudiadas.

Existe la constatación de las profundas diferencias existentes entre las distintas comunas que configuran el entramado metropolitano en el Gran Santiago, en efecto, las desigualdades en equipamientos, rentas y modos de vida entre unas comunas y otras hacen que las poblaciones vivan en entornos en que sus habitantes se encuentran a años luz de distancia. Estas diferencias se evidencian con claridad respecto, por ejemplo, los años de escolaridad de la población, los porcentajes de pobreza e indigencia comunal, la renta de los hogares, entre otros elementos importantes de considerar.

La calidad de vida es un fenómeno que hoy se concibe como valor posmaterial (de acuerdo a los planteamientos de Ronald Inglehart), producto de la superación de las necesidades básicas, transitando a una sociedad que cada vez anhela la satisfacción de necesidades tendientes a la estimación, valoración social y en definitiva tal como lo plantea A. Maslow (1972) a la autorrealización del sujeto.

Tal como plantea R. Inglehart (1991), la sensación de satisfacción que hacemos de nuestra propia vida, no obedece únicamente a la capacidad económica que cada uno

de nosotros posee, aunque no se niega como uno de los factores que intervienen en esta construcción.

Referente a la pertenencia comunal, no podemos cometer el error de identificar linealmente la condición socioeconómica con la pertenencia espacial del sujeto en la ciudad, por ende, establecer la importancia del entorno comunal en la percepción de la calidad de vida de los sujetos, nos ayudará a no concebirlo como un fenómeno dado, rescatando las particularidades de este entorno, sus principales fortalezas y debilidades, que no guardan únicamente relación con el plano socioeconómico, evidenciando características propias que contextualizan la percepción de la calidad de vida de sus habitantes.

En la Región Metropolitana de Santiago, se advierte que una de las principales fuentes de desigualdad en relación a los ingresos se explica a partir de la brecha entre aquellos sujetos pertenecientes al decil más rico y el resto. El informe señala que si se excluyera a este segmento socioeconómico del análisis los resultados podrían semejarse a aquellos que se observan en los países desarrollados. Esta situación de desigual distribución de los ingresos, puede ser fácilmente reconocida en la estructura y distribución espacial de la ciudad.

En el caso del Gran Santiago, que forma parte de la Región Metropolitana, existe claridad respecto de las características comunales que posee cada sector de acuerdo a su posición geográfica y la estratificación social por comunas. “En Santiago, y posiblemente más que en otras capitales latinoamericanas, es posible advertir una localización espacial de la pobreza al interior de la ciudad; el sentido común indica que basta preguntarle a alguien en qué comuna vive para tener una idea de su nivel socioeconómico y de su participación cultural al interior de una determinada clase social” (Gatica K. en Cáceres y Sabatini 2004:210). Por ejemplo, las comunas del sector sur de Santiago, siempre han sido caracterizadas por poseer los mayores índices de pobreza, denominadas como “bolsones de pobreza”, a diferencia de comunas del sector oriente, denominadas por algunos como “barrio alto”, en alusión a su condición socioeconómica.

A pesar de lo anterior, este último tiempo, se ha dado paso a un fenómeno emergente contribuyendo al cambio en el patrón de segregación residencial, a juicio de Francisco Sabatini, “hasta hace poco se podía hacer un claro ranking socioeconómico de las comunas. Ahora las cosas están cambiando. Hay varias comunas en que habría que hacer distinciones entre sectores en su interior. Justamente este hecho es indicador de que la escala geográfica de la segregación está reduciéndose en algunas zonas de Santiago, una de nuestras principales hipótesis sobre la evolución del patrón de segregación de la ciudad latinoamericana” (Sabatini F. en Cáceres y Sabatini 2004:281). A pesar del fenómeno emergente que acabamos de describir, aún pueden diferenciarse las comunas de acuerdo al predominio socioeconómico de las personas que en ellas habitan.

.....

*** Karina Gatica**

Universidad del Pacífico UPA. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

CAMPESINOS PRODUCTORES DE CAFÉ DE OAXACA, FRENTE A LAS CONDICIONES DE DESIGUALDAD Y POBREZA EN MÉXICO.

*Gladys Karina Sánchez Juárez

El objetivo del presente trabajo es analizar las condiciones de desigualdad y pobreza en un municipio del estado de Oaxaca en México, tomando de referencia a familias que se dedican a la producción de café orgánico y quienes comercializan en el sistema de comercio justo, a través de una organización que se encuentra en la región.

Se analizan las políticas sociales focalizadas en México que se implementan en comunidades rurales, para identificar si en efecto uno de los programas más destacados en México permite disminuir las condiciones de pobreza y desigualdad en el país, asimismo identificar en que medida estos recursos forman parte de la economía de las familias que se dedican a la actividad productiva del café y explicar en que forma utilizan estos recursos.

En esa línea de reflexión, la desigualdad es una situación que ha generado una preocupación internacional, por lo cual en cada país del mundo tratan de superar esta condición de su sociedad. Para este trabajo partimos de reconocer que la desigualdad va más allá de la posibilidad de no contar con ingresos monetarios, ya que más bien, ésta última es sólo uno de los aspectos de la desigualdad porque si bien, tiene que ver con la concentración del ingreso, también se refiere al acceso de las necesidades básicas en la sociedad, reconociendo que estas necesidades son un derecho social, por tanto, el acceso a la salud, educación, alimentación y vivienda, conforman esa gama de derechos, ya que cuando una sociedad no cuenta con estos derechos básicos, su participación ciudadana se ve limitada porque sólo tienen tiempo para tratar de sobrevivir y por lo mismo no son visibles o escuchados (Torres, 2016).

Desde mediados de la década de los setenta del siglo XX, la desigualdad en el mundo creció, particularmente en los países ricos (Pikety, 2013; Székely, 1999), esto es importante porque mientras más se amplían las brechas de la desigualdad, se obstruyen los procesos de desarrollo social en los diferentes países. Para el caso de México, en particular en el año 2015 el proceso de desigualdad aumentó en tanto que más de 23 millones de personas no podían adquirir ni siquiera los artículos principales de una canasta básica (Esquivel, 2015), además para el año 2016, 53 millones de personas se encontraban en situación de pobreza.

En Oaxaca, durante el año 2014 66.8% de la población se encontraba en condiciones de pobreza, esto de acuerdo con los datos del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL), la mayor parte de esta población es rural.

Partimos de que 33% de la población oaxaqueña se dedica al sector primario y pese a que mucha de esta población es productiva y es beneficiaria de algún programa de transferencia monetaria, a pesar de ello las condiciones de carácter estructural limitan su desarrollo social.

Desde la década de los setenta se comenzaron a instrumentar políticas sociales de combate a la pobreza; sin embargo, fue hasta la década de los ochenta cuando el combate a la pobreza se tomó como un objetivo prioritario en las políticas sociales. En este sentido, después de haber implementado estas políticas en México, los resultados no dan cuenta de un impacto positivo en la disminución de la pobreza, al contrario se sigue profundizando en espacios rurales principalmente.

En México el programa social más destacado es lo que se denomina de transferencia monetaria condicionada, de tal forma que desde el año 1994 se implementó, aunque su nombre ha cambiado en cada periodo presidencial, en realidad su funcionamiento continua con operación similar hasta llegar al actual programa Prospera, una transferencia monetaria que va dirigida al consumo.

El trabajo empírico para este análisis se realizó con familias que participan en una organización de café que se denomina Yeni Navan, de manera particular se entrevistaron familias que viven en una comunidad del municipio de Tataltepec de Valdés que se localiza en el estado de Oaxaca. Son familias que se dedican a una producción de exportación, están organizados para vender su café orgánico y sin embargo, también recurren a la obtención de las transferencias monetarias condicionadas que el Estado distribuye.

.....

*** Gladys Karina Sánchez Juárez**

Instituto de Investigaciones Sociológicas . Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca - IIS/UABJO. Oaxaca de Juárez, México

Resumen de ponencia

CÉU AZUL E PÉ NA AREIA: UMA ANÁLISE DE COMO UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DO RECIFE PROPICIA ÀS CRIANÇAS DE CLASSE MÉDIA O GANHO DE CAPITAL CULTURAL

*Júlia Figueredo Benzaquen

*Mayara Yane Pereira Gonçalves Da Silva

Este trabalho foi desenvolvido como forma de conclusão de curso de bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e procura investigar como espaços de educação não formal contribuem na aquisição de capital cultural, através do ato de brincar livre. A ideia da pesquisa surgiu da percepção de que alguns pais da classe média recifense estavam pagando para os seus filhos brincarem. Num contexto onde as crianças dessa classe se restringem ao espaço domiciliar e que o mundo tecnológico, com tablets, celulares e videogames, se fazem muito presente é interessante perceber o surgimento de espaços de educação não formal que reproduzem quintais, nos quais as crianças podem brincar livremente, evitando essa exposição exagerada ao mundo tecnológico. Para refletir sobre isso foi preciso entender o conceito de classe social, o de capital cultural, o de educação não formal e o do brincar livre. Utilizamos então as teorias cunhadas por Jesse Souza, pesquisador brasileiro que estuda a desigualdade no país, onde o mesmo afirma que a classe é constituída também por aparatos éticos, morais, educacionais, enfim, ideológicos. Ele divide a sociedade brasileira em quatro classes sociais que se interligam, entre outras causas, pela apropriação desigual dos diferentes capitais, são elas: os endinheirados, a classe média, os batalhadores e a ralé. Trouxemos também os conceitos de capital cunhados por Pierre Bourdieu, onde o mesmo vê o espaço social como um campo de lutas no qual os indivíduos elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social, estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. O autor traz o conceito de “capital” nos seus escritos para referir-se não apenas a forma econômica, como a forma cultural e social. Fazendo uma discussão acerca da estratificação social no Brasil através das teorias desenvolvidas por Jesse de Souza, e de como se dá a aquisição de capital cultural e social pelas diferentes classes sociais através das teorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu, investigamos, através de observações não participantes e realização de entrevistas com famílias da classe média Recifense, de que forma as suas crianças são induzidas, desde pequenas, a aquisição dos diferentes tipos de capital através do ato de brincar. Acredita-se que a família pode ser considerada como responsável pela transmissão de um patrimônio econômico e cultural, uma vez que é nela que a identidade social do indivíduo é construída. E as instituições de educação não formal apresentam-se como auxiliadoras neste processo de construção da identidade do sujeito. Buscamos então aprofundar-nos sob as teorias que tratam dos benefícios do brincar livre e investigar até que ponto

este ato traz algum benefício para as crianças. A partir disso, assumimos enquanto hipóteses do trabalho que o ato de brincar é de fundamental importância, tanto para o desenvolvimento cognitivo, emocional e artístico da criança, quanto para a aquisição de capital cultural e/ou social e que este espaço de educação não formal age como um facilitador de tais ganhos. Em contra partida, analisamos também famílias pertencentes à uma classe social mais baixa e cujos filhos não frequentam espaços de educação não formal, a fim de entender como se dá a aquisição de capital através do ato de brincar destas crianças. Consideramos este trabalho de fundamental importância para contribuir acerca dos estudos sobre a desigualdade social no Brasil e, mais especificamente, na cidade do Recife, onde o estudo é realizado.

Através do presente trabalho confirmamos a teoria de que as classes mais altas utilizam seus privilégios de possuir tempo e dinheiro para ascender socialmente, enquanto as classes mais baixas dedicam maior parte do seu tempo ao trabalho, o que acaba por contribuir para a manutenção da estratificação social.

Trazendo a tona as questões referentes a falácia da meritocracia, este trabalho busca também fazer discussão acerca da problemática da estratificação social, onde confirmamos, através deste estudo, a teoria de que as classes mais altas utilizam seus privilégios de possuir tempo e dinheiro para ascender socialmente, enquanto as classes mais baixas dedicam maior parte do seu tempo ao trabalho, o que acaba por contribuir para a manutenção da estratificação social.

.....

*** Júlia Figueredo Benzaquen**

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Recife, Brasil

*** Mayara Yane Pereira Gonçalves Da Silva**

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Recife, Brasil

Resumen de ponencia

CHIAPAS: CRISIS ESTRUCTURAL, DEMOCRATIZACIÓN DE LA POBREZA Y MIGRACIÓN

*Jorge Alberto Lopez Arevalo

La economía de Chiapas, desde 1900 -hace más de un siglo- tiene tasas de crecimiento económico mediocres, inferiores a la media del país, excepto en el periodo 1970-1980. En consecuencia, evidencia que hay problemas en la estructura económica de Chiapas. La distancia con el resto del país se ha ampliado en algunos periodos y estrechado en otros. En términos relativos la menor distancia del PIB per cápita de Chiapas con respecto al nacional se observó en 1980, cuando el primero llegó a representar al 68 por ciento del segundo. Es decir, aun en los años de mayor prosperidad, la riqueza promedio de los chiapanecos llegó a representar apenas dos tercios del resto del promedio de los demás habitantes del país. El año de mayor distancia fue 1960 cuando el producto por habitante de Chiapas llegó únicamente al 37 por ciento del resto de México. En 1900 el PIB por habitante de Chiapas había sido de 63.1 por ciento y sólo se vino a superar en 1980. Se necesitaron 80 años para que el promedio inicial del cual había partido en 1900 se superara. En 2016 el PIB per cápita de Chiapas es apenas el 39.0%, inferior al que tenía la entidad en 1970 e inferior al que tenía en 1900. Se puede ver que el comportamiento de la economía chiapaneca en un periodo de más de un siglo, de muy largo plazo (1900-2016) el PIB per cápita de Chiapas es inferior al que tenía en 1900 y en el periodo 1980-2016 es de decrecimiento constante, todo lo cual nos habla de una crisis estructural, ya que el ciclo económico no es capaz de generar condiciones de que a la recesión la acompañe un crecimiento económico. Es por ello, que desde que iniciaron las mediciones de pobreza en México, Chiapas ha ocupado siempre uno de los primeros lugares a nivel nacional en la proporción de población que vive bajo condiciones de pobreza patrimonial, de capacidades y alimentaria. El porcentaje de población que vivía en pobreza patrimonial en Chiapas alcanzó el 75.1% en el año 1990, veinte años después la cifra llegó al 78.1% en 2010. Estos resultados muestran, por una parte, el fracaso de los programas de combate a la pobreza, mientras que por otra parte, son producto de una combinación de la falta de dinamismo de su economía y el rápido incremento de la población, todo ello exacerbado por los altos niveles de desigualdad social y económica, además de factores de carácter discriminatorio de facto hacia las poblaciones indígenas. Entre los años 1990-2010, los niveles de pobreza alimentaria crecieron de forma más dramática en los municipios con mayores niveles de marginación, es decir, en 87 de los 118 municipios, por lo que la pobreza alimentaria cubrió poco más de tres cuartas partes del territorio del estado con niveles superiores al 50%. Lo que implica que la pobreza se ha democratizado no solo entre los individuos sino también entre los municipios y que abarca cada día una mayor proporción del territorio chiapaneco. Se puede ver que en Chiapas hay más pobres en 2010 que en 1990 en las tres modalidades (alimentaria, capacidades y patrimonio), no es el caso del promedio

nacional que disminuye ligeramente. En relación del índice de Gini, también se da el caso que Chiapas quien es la entidad que exhibe el Gini más desigual del país es donde menos disminuye. Es decir, el EZLN se levantó en armas para mejorar las condiciones de vida de los pueblos indígenas, pero hoy hay más pobreza que en 1990, antes del levantamiento zapatista, pese a la transferencia masiva de recursos federales. El levantamiento del EZLN visibilizó el problema de la pobreza de Chiapas, vinieron recursos, pero éstos no han tenido efectos sobre los que deberían tenerlos: los pobres, entre los que se encuentran la mayoría de los indígenas (López y Mayo, 2015).

Con base en lo anterior se puede decir, que en Chiapas el gasto gubernamental ha servido como maximizadora de utilidad de los burócratas y las élites políticas, se ha dado una especie de efecto Hood Robin , pues es evidente que el dinero público que ha llegado en cantidades significativas no ha impulsado el crecimiento económico ni mejorado la distribución del ingreso ni mejorado los indicadores de pobreza, se ha despilfarrado o se ha ido por los conductos de la corrupción, beneficiando a la élite política, que se ha enriquecido con los recursos públicos.

El cambio estructural más importante que se ha producido en Chiapas en los tiempos del neoliberalismo es sin duda el éxodo de parte de su población a Estados Unidos y a otras entidades del país.

.....

*** Jorge Alberto Lopez Arevalo**

Facultad de Ciencias Sociales Campus III. Universidad Autónoma de Chiapas - FCS C-III. San Cristobal de las Casas, México

Resumen de ponencia

COHESIÓN SOCIAL Y LA RELACIÓN ENTRE REZAGO SOCIAL Y PARTICIPACIÓN SOCIAL (GUANAJUATO, MÉXICO)

*Carmen Rosa Rea Campos

*Eloy Mosqueda Tapia

*María Del Carmen Cebada

Diversas estadísticas y fuentes señalan que los países de América Latina presentan altos índices de desigualdad y persiste la idea que las desigualdades rompen el principio de equidad, favorecen el conflicto social y constituyen un obstáculo que atenta contra el desarrollo social. En el mismo sentido, se señala que los altos índices de desigualdad social y de pobreza que afecta a segmentos importantes de la población permite explicar la frágil cohesión social que experimentan. En otros términos, se afirma que el costo que se ha pagado con la concentración de la riqueza, del ingreso y del poder que caracteriza a las sociedades latinoamericanas ha sido la pérdida de cohesión social: cada vez es menor el número de personas que comparten un mismo proyecto, en común.

Con base en ello, en esta ponencia nos interesa presentar algunas reflexiones en torno a la relación que se da entre situaciones de pobreza o rezago social y participación social, preguntándonos si esta participación trasciende el nivel individual y trasciende a una participación en un ámbito colectivo o comunitario, y si aporta a la cohesión social. Para el análisis nos basamos en los resultados obtenidos en una investigación evaluativa que realizamos sobre cohesión social y desarrollo comunitario. El eje del análisis se ubica en torno a la cuestión de si es posible la integración social en sociedades tan desiguales y contradictorias como las latinoamericanas; pues se captó que en los programas de política social se tiene la idea que una sociedad cohesionada experimenta menos violencia, inseguridad y conflictos entre los individuos que la integran. Pero la noción de cohesión social que se maneja contiene dimensiones de índole más individualista y con enfoque de bienestar económico y capacidades individuales.

Precisamente se hace una breve discusión sobre conceptos como cohesión social, bienestar social, capital social con el fin de comprender cómo se ha ido incorporando la noción de cohesión social en las políticas públicas en el ámbito social y cómo se ha ido vinculando con la visión del bienestar social ahora denominado bienestar subjetivo; y cómo es considerada o no la dimensión colectiva del concepto. Una primera reflexión es que, si bien el concepto de cohesión social ha ido ganando terreno en el ámbito de los organismos internacionales como el Banco Mundial, la CEPAL y la OCDE, ha sufrido cambios, siendo un aspecto importante que la dimensión colectiva ha ido perdiendo terreno y sus indicadores se han ido sustituyendo por dimensiones de carácter más individualista.

Al amparo de una metodología explicativo-comprensiva la investigación intentó

examinar las acciones implementadas por el programa Centros Impulso Social que implementa la Secretaría de Desarrollo Social y Humano del gobierno del Estado de Guanajuato. El Programa en cuestión tiene como principal objetivo fortalecer la cohesión social como un elemento clave para el desarrollo social en las colonias y barrios de mayor marginación social de las zonas urbanas de las principales ciudades del estado de Guanajuato. Las acciones del programa están encaminadas a fomentar el incremento de la cohesión social, como un mecanismo de contención de la inseguridad social y como estrategia para combatir la pobreza, mejorar la calidad de vida y elevar el bienestar social de la población. Para el levantamiento de la información se aplicó una encuesta por cuestionario, se realizaron entrevistas y se llevaron a cabo grupos focales a usuarios y no usuarios del programa social denominado Centros Impulso Social en siete ciudades del estado de Guanajuato. Con el fin de captar la dinámica sociodemográfica y perfil social de la población; las condiciones socioeconómicas y organizativas, así como si participaba o no en sus barrios o colonias, considerando usuarios y no usuarios del programa. El propósito es establecer comparaciones y poder determinar si el programa influye o no en el mejoramiento de la cohesión social. Desde el punto de vista subjetivo se preguntó sobre lo que el programa significa para la población (usuaria y no usuaria) y lo que piensan de cómo ha impactado en sus vidas, con el fin de detectar si el programa ha impactado en el rezago económico y/o sobre la cohesión social. Con los indicadores elaborados y medidos en la encuesta se exploró la cohesión social tanto a nivel individual como colectivo. Para ello se contemplaron las siguientes dimensiones de la cohesión social: vínculos sociales y confianza. Cada una de éstas se desagregó en indicadores, la primera en relaciones familiares e individuales. La segunda a través de los indicadores de sociabilidad, seguridad y solidaridad.

En general, se trata de captar cómo se da o no la participación de la gente en términos de extensión, densidad espacial y social además de identificar el tipo y formas de participación, pero principalmente si se impactaba en la cohesión social.

Con el análisis de la información, se llegó a la conclusión de que, si bien es cierto que el programa tiene un impacto positivo en la cohesión social de las poblaciones atendidas, éste impacto es muy pobre (tan sólo del 1%). Sin embargo, hubo en algunos lugares, donde la población tenía como origen haber sido una comunidad rural, donde la dinámica interna y su vinculación con el entorno lo hace destacar por encima de los demás, por lo que constituye un punto de referencia a considerar.

.....

*** Carmen Rosa Rea Campos**

Universidad de Guanajuato - UGto. León, México

*** Eloy Mosqueda Tapia**

Universidad de Guanajuato - UGto. León, México

*** María Del Carmen Cebada**

Universidad de Guanajuato - UGto. León, México

Resumen de ponencia

COLOS - PROJETO VOLUNTÁRIO EM EDUCAÇÃO AFETIVA PARA BEBÊS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE EM RISCO SOCIAL

*Anabel Gonçalves Ferreira

*Sonia Aparecida Das Dores

8º Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales

“Las Luchas por la Igualdad, la Justicia Social y la Democracia en un mundo turbulento”
y el Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico - 26ª Asamblea General de CLACSO

Relato de Experiência

PROJETO COLOS - UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO AFETIVA PARA BEBÊS EM RISCO SOCIAL

Autoras - Sônia Aparecida das Dôres (Organizadora)

Anabel Ferreira Gonçalves; e

Solange Batista das Dores

Esse projeto tem como objetivo organizar o trabalho pedagógico de estimulação precoce com foco na educação afetiva para bebês em situação de risco social em idade de 0 a 3 anos que se encontram na instituição de acolhimento - Lar Padre Cícero (LPC). Essa vivência é realizada em duas versões que se complementam, a saber: “COLOS de Algodão” em encontros semanais nas quintas feiras das 9h00 às 11h30; e “Dia de COLOS - um toque a mais” em encontros mensais aos primeiros sábados de cada mês das 14h45 às 16h. Em ambas versões, cada bebê recebe atendimento individual de acordo com as suas necessidades e potencialidades do momento, prioritariamente o COLO só para ele com duração aproximada de cinquenta minutos.

Historicamente crianças cuidadas em instituição de acolhimento apresentam déficit no desenvolvimento global e se tratando do LPC essa afirmativa se confirma e toma uma dimensão político-social- educativa com o projeto COLOS, iniciado em 2011 pela Educadora Sônia Aparecida das Dôres e nos anos seguintes foi ganhando adeptas, hoje a Equipe é composta por um coletivo de trabalhadoras das áreas de Educação, em sua maioria, Saúde, Comunicação Social, Recursos Humanos e Estudantes Universitárias que participam das atividades planejadas de forma socializada para esse grupo de crianças.

O projeto COLOS se justifica pelo entendimento de que todo ser humano tem o direito à vida e isso significa o acesso a dignidade, saúde, respeito, educação e uma infância feliz, condições básicas para a vida humana, mas que não se constata nos bebês que chegam ao LPC, órfãos sociais, pois não tem a proteção da família biológica e

tampouco a de um Estado que possa garantir os seus direitos de infância que desde muito cedo tem sido negados, então, sofrem as desvantagens e prejuízos sociais da desigualdade e mazelas humanas, carecendo assim, dos direitos humanos básicos.

Nessa linha de pensamento, faz-se importante citar Bobbio (1996) ao ressaltar que os direitos humanos são os direitos históricos que nascem gradualmente em determinado contexto, na luta em defesa de novas liberdades contra antigos poderes. Brotam ainda como proteção diante das ameaças a liberdade da pessoa ou como exigência afim de sanar alguma carência para impedir os malefícios do poder ou dele obter benefícios.

Sob esse aspecto, o Art. 6º da Constituição Federal do Brasil (1988) afirma que: “[...] São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta” [...]. No entanto, verificamos na prática que essa consignação está distante ser assegurada a todos. O que constatamos em nosso ativismo social é que essas crianças antes mesmo de nascer já vivem uma exclusão anunciada, pois seus genitores são pessoas que intergeracionalmente sobrevivem à margem de uma sociedade que os rejeitam e que não oferece oportunidades concretas para a erradicação da pobreza em que neles residem, o Estado que poderia ser a autoridade a proteger, se minimiza de forma contundente ao priorizar políticas paliativas e transferir a sua responsabilidade a segmentos sociais precários sem a devida preparação e formação para encararem de forma qualitativa a guarda desses menores. Em outras palavras, o Direito para essas crianças se encontram apenas no texto da lei e não no ambiente físico que elas se deparam.

Complementando essa visão, é importante salientar o pensamento de autores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento infantil e suas implicações quanto a um ambiente favorável ou desfavorável. Carvalho e Mansur, 2005 adverte que:

[...] “O ambiente em que o lactente vive pode dar diferentes formatos ou moldar aspectos do seu comportamento motor. Portanto, o ambiente positivo age como facilitador no desenvolvimento normal da criança, possibilitando a exploração e interação com o meio. Já o ambiente desfavorável, faz com que o aprendizado seja lento, dificultando as aquisições motoras das crianças” [...]

Visto esses fatores, o projeto COLOS busca oferecer a essas crianças em condições de risco social e abandono familiar e do Estado, ações educativas intencionais focadas no afeto e que possam auxiliar no seu desenvolvimento neuropsicomotor, emocional e social e quem sabe somar para alcançar o previsto na legislação brasileira sobre o direito à vida, acesso à educação infantil e ao bem-estar geral da criança. Além de auxiliar na Formação de Trabalhadores no LPC, ministrando oficinas, palestras e minicursos condizentes a Educação Infantil.

Acreditamos que o COLOS, longe de querer suprir as necessidades básicas da condição infantil, o cuidado em geral que requiere essa situação e o direito à educação para o seu desenvolvimento humano é uma ação voluntária, inovadora de organização e

gestão humana-social. Um projeto que observa os seus limites, mas que ao nosso olhar procura ampliar e democratizar o acesso dessas crianças à educação precoce com ênfase no afeto de forma sistematizada e vivencial, como também criar oportunidades às trabalhadoras do LPC à entrada ao conhecimento produzido pela literatura das áreas da Educação Infantil, Neurociência e Humanidades, compartilhando saberes e experiências.

Referência Bibliográfica

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988.

CARVALHO A.T.S, MANSUR S.S. Desenvolvimento neuropsicomotor de lactentes de risco social em um programa de estimulação precoce. In: II Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas/Criança e VIII Congresso Brasileiro de Urologia Pediátrica; Curitiba; 2005.

CAVALCANTE L.I.C, MAGALHÃES C.M, PONTES, FE. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo os aspectos decisivos para o desenvolvimento. Aletheia n.25 Canoas jun. 2007.

BORGES, Maria Beatriz Silva: SILVA, Keila Araujo da: OLIVEIRA, Renata Rosa. Avaliação do desenvolvimento neuromotor de crianças institucionalizadas em entidades de acolhimento. Brasília 2012.

.....

* Anabel Gonçalves Ferreira

Lar da Criança Padre Cícero. Taguatinga-DF, Brasil

* Sonia Aparecida Das Dores

Lar de Criança Padre Cícero - LPC. Taguatinga DF, Brasil

Resumen de ponencia

CONFIGURACIÓN DE SUJETOS TRABAJADORES-CONSUMIDORES EN LAS EMPRESAS DE MARKETING MULTINIVEL AMWAY Y HERBALIFE CON PRESENCIA EN LA CIUDAD DE MEDELLÍN-COLOMBIA

*Juan Felipe Mejía Giraldo

El objetivo de la ponencia es reconocer la configuración de un sujeto consumidor-trabajador en las empresas de marketing multinivel (MML) Amway y Herbalife con presencia en Medellín-Colombia. Para esto se aplica una investigación doctoral soportada en los paradigmas críticos y hermenéuticos, y a partir de los conceptos de relacionalidad económica y poder de agencia de los sujetos, en relación con las categorías trabajo, consumo y bienestar. Las técnicas de investigación utilizadas fueron la revisión de fuentes documentales y bibliográficas sobre variables sociopolíticas que han influido en la consolidación de un escenario de informalidad laboral en Medellín, también se realizó un análisis crítico de discurso a piezas de comunicación gráficas y audiovisuales de las empresas Amway y Herbalife y a las presentaciones que realizan estas empresas en la ciudad para atraer nuevos miembros a su negocio. Por último, se aplicaron entrevistas en profundidad a participantes activos de estas dos empresas en la ciudad de Medellín. Dentro de los principales hallazgos, se puede evidenciar que la informalidad laboral que vive Medellín y la precarización del empleo se articula de buena forma con los discursos de estas empresas que prometen una amplia flexibilidad de trabajo y una ausente subordinación, en la medida en que los sistemas de marketing multinivel consisten en la participación voluntaria de personas naturales en un negocio, sin un contrato laboral formal que los una a estas empresas, en el cual consumen con regularidad los productos que venden estas organizaciones, los comercializan y reclutan nuevos miembros para edificar una red de negocios que les produce ingresos pasivos, que dependen del esfuerzo de los que están por debajo. Así mismo, se evidencia una alta afinidad de los participantes con discursos asociados a un cierto ideal de estilo de vida, en el caso de Amway a lo que se podría nombrar como estilo de vida americano, y en el caso de Herbalife a un estilo de vida marcado por la apariencia física. En ambos casos, estos discursos están fuertemente marcados por ideales de éxito ligados con el dinero y las posesiones materiales, sin embargo, al mismo tiempo destacan otros factores sociales como compartir tiempo con amigos y familiares, por lo que se puede apreciar el uso por parte de estas empresas de motivaciones egoístas como ganar dinero y tener un nivel de vida con altos gatos, combinado con la apelación a motivaciones de carácter altruista como ayudar a amigos, familiares y otras personas a vincularse a un negocio que los puede liberar de sus problemas financieros y que los invita a ser parte de una comunidad que los apoya. En este sentido, si bien se evidencia un compromiso de los participantes de Amway y Herbalife con estas empresas, ligados con una suerte de agradecimiento, en gran

medida la participación continua está motivada con un compromiso por parte de los participantes consigo mismos y con los que conforman su red, lo que equivale también a decir que estas empresas, que han creado un modelo de negocio al que puede acceder cualquiera y en el que también cualquiera puede ser exitoso desde el punto de vista de los ingresos, por otra parte parecen estar exentas de cualquier fracaso que padezcan los participantes, así como de comportamientos inadecuados de éstos con el fin de vender los productos y para reclutar nuevos miembros.

Por otra parte, es interesante cómo los discursos de las empresas de MML y que replican sus participantes poseen un aire de crítica al modelo tradicional que utilizan las organizaciones para la generación de ingresos basado en la subordinación laboral, lo que podría representar una alternativa de emancipación frente al sistema capitalista. Sin embargo, es posible apreciar que en el fondo este cuestionamiento al modelo de relación laboral usual plantea una alternativa igualmente capitalista para generar ingresos por medio de un marketing uno a uno, en el cual cada persona según su esfuerzo al momento de vender los productos que compra y de reclutar nuevos participantes para su red genera ingresos para sí, ingresos que también genera para la empresa con la ventaja para ésta que no paga un salario estándar independiente de los resultados sino que sólo les reconoce a sus participantes un porcentaje sobre el dinero que efectivamente ingresó a la empresa por su trabajo, lo que además le permite no tener una cartera de cuentas por cobrar. Sumado a esto, estas empresas aumentan sus márgenes de utilidad porque no deben asumir costos laborales como los asociados a seguridad social y otro tipo de beneficios legales que generan los contratos entre empleadores y empleados. Las empresas de MML han usado cierto discurso social para validarse ante la sociedad. Además de la libertad financiera y su crítica al trabajo tradicional, se ha planteado que estas empresas comparten con sus participantes sus ganancias, a partir de la premisa de que prefieren pagar este dinero a las personas por su labor de vender y reclutar que gastarlo en grandes campañas publicitarias como las empresas tradicionales. Sin embargo, es evidente que estas comisiones no se pueden concebir como un reparto de utilidad, sino más bien como un incentivo monetario para que los participantes se esfuercen más en el consumo, venta y reclutamiento de nuevos miembros, como lo hacen las empresas tradicionales cuando otorgan comisiones a sus vendedores, lo que a larga se traduce en ambos casos en más ventas para la empresa con un margen de utilidad mayor.

De igual forma, participar de este modelo de negocio puede ser asumido como una forma de resistencia por parte de personas que se desenvuelven en un escenario laboral precarizado (exceso de trabajo con menos estabilidad y beneficios laborales), por lo cual, se apela a una aspiración de libertad y al ideal de dejar de ser un empleado y convertirse en empresario, cuyos ingresos no dependan directa y exclusivamente de su esfuerzo, sino, sobre todo, del de otros, a modo de una reivindicación que a la postre reitera, paradójicamente, el modelo laboral de subordinación y de explotación de que el sujeto quiere liberarse, ubicándose en este caso (como pretensión) en una aparente cima y no en la base, para lo cual usa a otros que tienen esta misma aspiración, por lo general, familiares, amigos o allegados. Por este motivo, aunque el modelo estimula la creación de relaciones interpersonales, lo hace con una marcada intención utilitaria y basada en unos ideales de bienestar y éxito fuertemente ligados con el dinero. Para esto, las empresas capacitan a sus miembros, recurriendo a estos discursos motivacionales y aspiracionales, pero sin asumir responsabilidad directa con

los sujetos participantes ni mucho menos por sus actos, ubicando a estas personas como las únicas responsables de su éxito o fracaso.

Los participantes de empresas de MML se conciben como un grupo trasgresor al modelo tradicional impuesto de trabajo y consumo, buscando reivindicar otras nociones de bienestar ligadas con las relaciones humanas (compartir con la familia, amigos, etc.), sin embargo, este modelo reitera elementos como el individualismo y el materialismo como condición de bienestar, anclados en una lógica igualmente capitalista tradicional en que los participantes se configuran como engranajes que mueven intereses empresariales, a partir del consumo y la venta de los productos que ofertan estas empresas y el reclutamiento de nuevos participantes, con base en una racionalidad, motivada por incentivos monetarios y simbólicos (vacaciones pagas, reconocimiento por resultados, ascenso en niveles), la cual no es construida por los mismos participantes, sino que es impartida por estas organizaciones a partir de lo que nombran como modelos educativos, y que está cimentada en ideales como el “estilo americano” o el “estilo de vida saludable”. Estos discursos y patrones de bienestar, sustentados en las motivaciones extrínsecas e intrínsecas que los respaldan, logran una alta vinculación de los participantes, los cuales, a su vez, activan y amplifican comportamientos muy similares a los de consumidores o trabajadores tradicionales, como el sentido de pertenencia por la organización y la alta fidelidad a sus bienes ofertados.

.....

*** Juan Felipe Mejía Giraldo**

Escuela de Ciencias Sociales. Universidad Pontificia Bolivariana- Sede Medellín - ECS/UPB. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE LOS DETERMINANTES DEL INGRESO LABORAL: UNA MIRADA DESDE LAS HETEROGENEIDADES SECTORIALES Y LA EDUCACIÓN

*Agustín Salvia

*Maria Noel Fachal

*Ramiro Robles

A lo largo del último cuarto del siglo XX, y la primera década del siglo XXI, la Argentina atraviesa un profundo proceso de reestructuración productiva, sucesivas crisis macro-económicas y una modificación sustantiva de su patrón de distribución del ingreso. Estos fenómenos no son ajenos a las modificaciones generales que experimenta el régimen de acumulación capitalista a partir de la segunda mitad de la década del setenta, momento en que recrudece el avance de los procesos de globalización y financiarización de las economías de mercado. Para la sociedad argentina, el derrotero antes mencionado -con efectos directos sobre los principales indicadores del mercado de trabajo urbano-, está acompañado por cambios demográficos en lo que refiere al nivel educativo de la mano de obra, en el tamaño medio de los hogares y en la participación de la fuerza de trabajo femenina. En términos generales, estas transformaciones repercuten en un empeoramiento de la desigualdad por ingresos, un crecimiento de la marginalidad económica y un aumento de la pobreza, así como de otros indicadores de bienestar social y material que exhiben niveles de empeoramiento significativos. Promediando la primera década del siglo XXI, el deterioro en las condiciones de vida de las personas se detuvo, aunque ello no necesariamente significa un cambio profundo en la estructura ocupacional y en la forma general de la distribución del ingreso.

Un número relevante de estudios enfatizan la importancia de la forma en que se distribuyeron los premios a la educación como efecto de los cambios tecnológicos y en el capital educativo de la oferta laboral. Se argumenta, por ejemplo, que la creciente desigualdad remunerativa registrada da cuenta, mayormente, de un ascenso, y posterior descenso, de los retornos laborales a la educación profesional o calificada bajos diferentes reglas de mercado. En estas producciones -con fuerte sustento en la teoría del capital humano-, el empeoramiento o mejoramiento de los ingresos de los individuos y los hogares se relaciona con la capacidad de los mismos de hacer valer sus credenciales educativas de acuerdo con el contexto de abundancia o escasez de las mismas.

Desde otra perspectiva, apoyada en los análisis de las instituciones regulatorias y del poder de negociación de los actores económicos, se enfatiza la relevancia de la situación macroeconómica general de cada ciclo, y los cambios en materia de políticas y regulaciones laborales, así como sus consecuencias sobre las tasas de participación y registración laboral. En este trabajo se discute con ambas tesis a la luz de los límites que impone la heterogeneidad estructural. Este concepto, originado en la perspectiva

estructuralista latinoamericana, señala la persistencia de una estructura productiva compuesta por estratos con uso de tecnología y capacidad organizacional muy disimiles al interior de cada economía nacional, elemento que reproduce obstáculos difíciles de sortear para la equitativa distribución de los ingresos y el acceso a ocupaciones de calidad en el mercado laboral. A los fines de este trabajo se analizan sus cambios durante estas décadas y los efectos que los mismos tienen para los mercados de trabajo urbanos de la Argentina. Desde esta perspectiva, la desigualdad remunerativa se aborda discriminando a la demanda de empleo en términos de sectores que componen de manera asimétrica la totalidad de la estructura ocupacional. Las categorías a utilizar son: a) sector formal -moderno o dinámico- y; b) sector micro-empresario -o informal-. Asimismo, se distingue el empleo regulado por las instituciones de cobertura previsional y laboral; y el empleo no regulado o "precario". A este análisis se suma la evaluación de factores vinculados con la oferta laboral -características de la mano de obra como pertenencia de género, edad y nivel educativo-. Por otro lado, se comparan las tendencias registradas durante la última fase del modelo de industrialización por sustitución de importaciones, el estancamiento y crisis de este modelo durante la llamada década perdida para América Latina -los años ochenta-; la etapa de implementación más aguda de políticas de liberalización económica -cuyo inicio en la Argentina está directamente vinculado al comienzo del plan de caja convertible de la moneda-; y el período de políticas heterodoxas orientadas al mercado interno y políticas activas en materia de protección laboral y social iniciado a comienzos del siglo XXI.

Para abordar estos debates -e identificar la relevancia de los diversos factores puestos en discusión- se sigue la estrategia de ajustar una serie de modelos de regresiones lineales múltiples (modelos mincerianos) en función de estimar sus efectos en materia de elasticidad de los ingresos laborales a partir de factores de oferta y demanda de empleo puestos en competencia. El análisis hace uso de las bases de micro-datos correspondientes al área metropolitana del Gran Buenos Aires de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) relevada por el INDEC para un conjunto de años testigo, tanto en su modalidad puntual -hasta el año 2003- como continua -metodología de relevamiento iniciada en el mismo año y que permanece sin cambios hasta nuestros días-.

.....

*** Agustín Salvia**

Instituto de Investigaciones Gino Germani -IIGG- y Observatorio de la Deuda Social Argentina -ODSA-. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** María Noel Fachal**

Instituto de Investigaciones Gino Germani -IIGG-. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

*** Ramiro Robles**

Instituto de Investigaciones Gino Germani -IIGG-. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

CRÍTICA A LA APAGÓRESIS DE LA MARGINACIÓN EN LA TEORÍA DEL DESARROLLO Y LA MODERNIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA: NOTAS PARA UN DEBATE

*Eder J. Noda Ramírez

El tema de la marginación fue muy debatido en la década de los setenta por la escuela estructuralista del desarrollo latinoamericano, y se le han dado atribuciones históricas en las ciencias sociales de la región relacionadas a la exclusión social y la desigualdad provocadas por los desequilibrios macroestructurales derivados de la inercia del desarrollo capitalista o del sistema-mundo. En ese sentido, los debates de la teoría de la dependencia desde perspectivas marxistas, weberianas y funcionalistas, construyeron un fuerte andamiaje teórico que permitió relacionar a la marginación con la periferia y el subdesarrollo; por ejemplo, desde la influencia marxista como una extensión del ejército de reserva y las categorías de clase o bien, como el atraso civilizatorio de los grupos tradicionales circunscritos en las presiones demográficas de las naciones del tercer mundo en aras de la modernización con claras influencias funcionalistas o de la ecología urbana de la escuela de Chicago.

Actualmente, este tema ha ido perdiendo campo en la exposición de los problemas sociales actuales, teniendo mayor presencia los estudios de la pobreza, la exclusión y vulnerabilidad social, preponderando el discurso dominante de las políticas públicas, los derechos humanos o la sociedad del riesgo, mismo que pertenece a un cambio paradigmático que se trasladó de un Estado y economía del bienestar a una neoliberalización de los mismos, dejando atrás las políticas de la industrialización y los discursos reivindicativos de las clases subalterna.

Justo en esa coyuntura, la marginación se ha quedado como una categoría analítica del subdesarrollo y la desigualdad para hacer análisis regionales en las ciencias sociales aplicada en América Latina; también ha sido politizada por las instituciones de los Estados neoliberales en su mayoría o que han transitado hacia la democracia y con propiedades conceptuales asociadas a la pobreza, exclusión y vulnerabilidad, elementos que dieron forma a la política social contemporánea. En el ámbito de la investigación científica, la marginación engloba una serie de propiedades sociocarenciales que caracterizan a los espacios/territorios, una manera geográfica de estratificar o clasificar los rezagos vinculados al subdesarrollo, dando por hecho que los países periféricos son marginados, es decir, esa es su posición en el sistema-mundo. Entonces, la teoría acerca de la marginación presenta dos cuestiones relevantes: la primera es que sí están enmarcada por un antes y después de la implementación del modelo neoliberal en la región; la segunda consiste en que el concepto de desarrollo y el de modernización se han mantenido perenemente entrelazados para entender este fenómeno ahora en su forma territorial (énfasis en lo político más que en lo sociológico).

Por lo anterior, es importante resignificar o debatir la teoría social sobre la

marginación y unir la dispersión de nociones epistémicas y teóricas que han estado sueltas en el horizonte histórico de las relaciones de dominación en las naciones y estados latinoamericanos, tanto en una apreciación societal como agencial.

El objetivo de este documento, es ensayar una crítica a la razón estructuralista del desarrollo latinoamericano que entiende a la marginación desde una perspectiva sociológica, es decir, la transición e integración a la modernización, y económica, referida a la falta de acceso o de limitantes del desarrollo, apreciaciones diferentes pero que se mantienen circulando en las ideas progresistas hegemónicas del binomio modernización/desarrollo.

Por lo tanto, el direccionamiento del ensayo estará enfocado a exponer tres discusiones: a) los resultados teóricos que ha dejado la escuela latinoamericana del desarrollo en la construcción de la marginación como categoría de las ciencias sociales; b) la mutación del concepto a la luz de la implementación del modelo neoliberal y el triunfo del funcionalismo; así como también, c) la búsqueda de una propuesta que se distancie de los anacronismos del lenguaje en la teoría social heredados por la ciencia eurocéntrica moderna, rescatando las experiencias locales que permitan reconstruir a la marginación desde una visión histórico/espacial que objetive las relaciones de dominación ahora en la actual modernidad transdireccionada a múltiples tipos de sociabilidades macro/micro sociales, es decir, poder concebirla como un objeto fenoménico construido a partir de los agentes que no dominan la estructura pero que están circunscritos a la totalidad capitalista/colonial.

.....

* Eder J. Noda Ramírez

Departamento de Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Iberoamericana - DCSyP/UIA. México, México

Resumen de ponencia

DA DESIGUALDADE À DIFERENÇA: RUMA A UMA CRÍTICA RADICAL N(ÀS) RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Lucas Guerra

Na apresentação aqui proposta, tenho o objetivo de abordar as contribuições que o conceito de “desigualdade” trouxe e continua trazendo para o pensamento crítico nas Relações Internacionais. Em um primeiro momento, isso exige tecer algumas breves considerações acerca de características centrais à ortodoxia teórica da disciplina. Tal ortodoxia, composta especialmente na academia anglo-saxônica, é formada por abordagens (neo) realistas e (neo) liberais que, de maneira geral, compartilham os seguintes elementos: centralidade do Estado (visto de maneira monolítica, como dotado de uma “razão” própria independentemente de suas formações políticas e sociais domésticas) e das relações interestatais em um sistema anárquico, onde considera-se que essas relações ocorrem de maneira não-hierárquica, principalmente devido ao princípio de igualdade soberana, equitativamente aplicado a todos os Estados, a despeito de suas distinções de poder político, econômico e militar. Assim, esse tipo de abordagem prevaleceu nos estudos da disciplina de Relações Internacionais desde sua fundação, em 1919, até meados da década de 1960, com a consolidação da ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial e início das “ondas de descolonização” em países africanos e asiáticos. A multiplicação de Estados no cenário internacional, em sua maioria países pobres do Sul Global, em nítida condição de disparidade política, social e econômica com relação às grandes potências do Norte, levou à inclusão do tema da “desigualdade” nas preocupações das Relações Internacionais. Identifico aqui o surgimento de uma “primeira onda” de produção acadêmica na disciplina centrada nessa questão, e argumento que nesse momento, priorizaram a questão da “desigualdade internacional”, isto é, a desigualdade entre os Estados no sistema internacional.

Para tratar das abordagens dessa “primeira onda”, retomo o pensamento de autores tanto das próprias Relações Internacionais quanto de áreas afins - como a Economia e a Economia Política Internacional -, tais como Robert Tucker, Stephen Krasner, Jack Donnelly, Theotonio dos Santos, André Gunder Frank e Kwame Nkrumah. Com base na avaliação de suas contribuições, argumento que tanto as abordagens realistas quanto as liberais e marxistas ao tema da “desigualdade internacional” compartilham de um forte questionamento às noções ortodoxas de Relações Internacionais, descentrando a noção equivocada de “igualdade soberana” e destacando dinâmicas e processos de “desigualdades soberanas” e “hierarquias na anarquia”. Sendo assim, representam um primeiro ímpeto de análises críticas tanto a partir das Relações Internacionais quanto à própria disciplina.

Tais abordagens, porém, reforçaram alguns outros elementos centrais à ortodoxia das Relações Internacionais, como a centralidade do Estado-Nação moderno nas análises realizadas. Buscando ir além dessa “limitação”, uma série de abordagens -

especialmente no campo da economia internacional - surgiram enfatizando o tema das desigualdades globais. Assim, nessa que aqui chamo de segunda onda de abordagens das RI à questão da desigualdade, busca-se analisar não exatamente a desigualdade entre Estados, mas sim entre grupos e classes da população mundial. Analisando as contribuições de autores como Amartya Sen, Thomas Pogge, Charles Beitz, François Bourguignon e Branko Milanovic, veremos que tal tipo de concepção abre margens para diversas formas de medir as desigualdades globais, e distintas prescrições de solução para essas desigualdades.

Argumento que, apesar do papel importante em promover um pensamento crítico nas Relações Internacionais que vá para além do marco do Estado-Nação moderno, essas formulações acabam propondo resultados meramente paliativos, que reforçam e reificam uma economia mundial capitalista e, muitas vezes, retornam acriticamente ao Estado como plataforma para implementar soluções às desigualdades globais, ignorando a relação intrínseca entre o Estado-Nação e o sistema capitalista, e como essa relação inerentemente produz muitas dessas desigualdades. Ademais, defendendo que as formas de mensuração e categorização dessas abordagens às desigualdades globais são acentuadamente genéricas, contendo em si a invisibilização e marginalização de diversos tipos de desigualdade, como as de gênero, raça e etnia. A partir daí, passo para o que chamo de terceira onda de abordagens à desigualdade nas Relações Internacionais e áreas afins, uma centrada no complexo desigualdade/diferença. Tratam-se de abordagens que questionam o Estado-Nação, o sistema internacional e o pensamento acadêmico ortodoxo sobre a política mundial de maneira geral, enfatizando como essas categorias são compostas por uma determinadas noções de identidade e normalidade, noções que excluem a alteridade e diferença - todos os Outros que não são considerados como parte da normalidade do Self - e, portanto, reifica uma série de desigualdades. Nesse sentido, tem especial relevância abordagens críticas de cunho feminista, racial, pós-colonial e decolonial.

Refletindo acerca das contribuições de autores como Carole Pateman, Cynthia Enloe, Charles Mills, W.E.B. Du Bois, Sankaran Krishna, Naeem Inayatullah e David Blaney, Arturo Escobar, Rob Walker, Tanja Aalberts, Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Ochy Pichardo, pretendo demonstrar como tais abordagens promovem um descentramento tanto do Estado-Nação quanto do internacional/global como categoria, evidenciando que ambos são parte de um sistema de dominação capitalista, racista, etno(euro)cêntrico e patriarcal. Argumento que, ao lançar luz às dimensões de exclusão, invisibilização, extermínio e tentativas de assimilação/normalização da alteridade racial, de gênero, sexual, cultural e étnica - das mulheres, negros, povos indígenas etc. - as abordagens de terceira onda, do complexo desigualdade/diferença, abrem margens para uma crítica radical nas e às Relações Internacionais e, em última instância, às próprias raízes do pensamento político moderno. Concluo com algumas considerações e convite ao debate conjunto a respeito das possibilidades de resistência, luta política e construção de alternativas potencializadas por esse tipo de reflexão.

.....

*** Lucas Guerra**

Instituto de Relações Internacionais . Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - IRI/PUC-Rio. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

DA VERGONHA AO RECONHECIMENTO: O ARTESANATO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA DAS QUILOMBOLAS DO BURITI DO MEIO

*Ana Carolina Radd Lima

Os potes de barro produzidos artesanalmente pelas mulheres do Quilombo Buriti do Meio, comunidade rural situado no Semiárido do Norte de Minas Gerais, que antes eram usados como utensílios doméstico, principalmente para armazenar água, começou a ser comercializado nas fazendas próximas ou mercados das cidades vizinhas e hoje se tornou a principal atividade produtiva da comunidade e ferramenta para as mulheres quilombolas em busca de reconhecimento.

É possível que o desenvolvimento do artesanato para além de sua função material, como atividade econômica, tenha contribuído não só para o processo de reconhecimento da comunidade como Quilombola, perante o estado, como no aspecto subjetivo, das mulheres que agora, se sentem reconhecidas como artesãs, e como cidadãs.

Com o objetivo de estudar o trabalho desempenhado pelas mulheres artesãs do Quilombo Buriti do Meio que dotadas de conhecimentos tradicionais transformam o barro em arte e fonte de subsistência, debruço-me então sobre a sociologia das emoções, por meio da diáde de emoções, vergonha/orgulho.

Busco nesse trabalho pensar as emoções como uma categoria analítica importante nos estudos das relações sociais. É possível que o estudo das emoções abra uma perspectiva complementar ao acervo teórico e empírico que vem sendo desenvolvido na pesquisa que estamos realizando com as mulheres artesãs do Quilombo Buriti do Meio, situado no Município de São Francisco.

Segunda Gonzales, “Las emociones desempeñan un papel transcendental en la comprensión sobre la manera como se estructura la vida social”. De acordo com Le Breton (2013) estamos conectados com o mundo por uma rede continua de emoções. Dito de outro modo, por meio das emoções é que se constituem as relações sociais que estabelecemos cotidianamente com os outros.

O conjunto de emoções que emergem em determinadas situações se torna nesse sentido, uma ferramenta de auxílio que nos permite estudar a estruturação da vida laboral. Dito de outro modo, penso em como as emoções podem contribuir para a compreensão do trabalho desempenhado e de sua relação com quem o executa. A pesquisa, de natureza qualitativa foi realizada através de narrativas biográficas (Santos, 2014) por meio de entrevistas abertas aplicadas as mulheres artesãs, observação direta e diversas conversas que ocorreram informalmente com a população local durante os meses em que estive como pesquisadora, na Comunidade acompanhando o trabalho desenvolvido pelas artesãs.

Por meio das emoções apresentadas nas interações com as mulheres artesãs é possível compreender um pouco mais sobre as relações entre elas - as mulheres quilombolas

artesãs -, o artesanato e a comunidade. Na narrativa das mulheres, o ser artesão sofreu uma transformação, se no passado era motivo de vergonha, pois contam que “ficam sujas” e sofriam discriminação quando precisavam ir a cidade trocar por algum alimento, para dar o que comer a suas famílias, agora, após o reconhecimento como quilombolas, se tornou motivo de orgulho. Essa passagem fica bem clara no relato da artesã AL, “a gente era muito discriminada, quando a gente ia vender, a gente sofria muito, aqueles que não conheciam a gente, que não reconhece nada, acreditava que nós eram uma qualquer ... Fazia piada da gente”. Hoje não (...) A gente caminha mais sem dicrimanação, sente mais a vontade, qualquer lugar que a gente chega é reconhecido”.

As artesãs contam ainda que hoje não precisam levar suas peças a pé como era de costume para fazer as trocas, após o reconhecimento como quilombola, ganharam um caminhão, por meio de um projeto, para distribuição das peças e são convidadas para participar de feiras de economia solidária e expor suas peças. Vendem hoje, sobretudo, por encomenda.

Desta forma, partindo de uma sociologia das emoções, busco nessa pesquisa analisar as estratégias adaptativas desenvolvidas pelas mulheres artesãs da Comunidade Rural Quilombola Buriti do Meio. Procuro pensar na relação das mulheres com o trabalho, com o território e com os conhecimentos tradicionais e assim compreender o panorama das formas de trabalho desenvolvidas pelas mulheres. Em que medida o trabalho contribui para o fortalecimento da autonomia individual feminina - dentro e/ou fora da família - e para a manutenção da família e desenvolvimento da comunidade. A partir da experiência dessas mulheres busco compreender como o trabalho artesanal contribuiu para a permanência dessas mulheres no campo com uma vida digna e sustentável.

.....

*** Ana Carolina Radd Lima**

Pontificia Universidad Católica do Rio de Janeiro Puc Rio. RIO DE JANEIRO, Brasil

Resumen de ponencia

DE LA POBREZA COMO INJUSTICIA Y EL ESTADO

*Pedro Pablo Serna

Teniendo en cuenta el carácter de estructuración interna que tiene el Estado, abordaremos el tema de la justicia para con los más pobres. Esto nos permitirá mostrar el modo como el Estado ha venido evadiendo su responsabilidad con los más pobres entre sus ciudadanos, independientemente de si las causas de tal situación son internas o externas. Esta responsabilidad recae en el Estado porque es el que hasta ahora ha encarnado los valores de la justicia que lo sostienen y le dan legitimidad. Tradicionalmente los pobres no han sido reconocidos como víctimas de algún acto de injusticia. No sólo no aparecen en la lista de personas que deben ser reparadas por el daño que históricamente se les ha causado sino que se les ve como beneficiarios y dependientes directos de los grandes dueños del capital en el mundo. Es como si lo poco que tienen se lo debieran agradecer a los ricos, quienes les han dado la posibilidad de conseguirlo al trabajar para ellos. Esta situación de invisibilidad de los pobres como víctimas es mucho más evidente en el ámbito internacional, donde no cabe pensar algún tipo de responsabilidad con ciudadanos de otros países. Si al interior de los Estados no son visibles, mucho menos en un ámbito en el que no se sabe de los pobres sino por estadísticas.

Este trabajo tiene dos partes fundamentales. En la primera hablamos de la pobreza como un fenómeno violento y evitable en el que se hace hincapié en que éste es un asunto de justicia, no de caridad; y por lo tanto debe ser abordado como tal. Todo esto para poder comprender, en la segunda parte del trabajo, la capacidad real que el Estado tiene a la hora de resolver este tipo de problemas. En la primera parte afirmamos que la exclusión es injusta y, si genera miseria, es aún peor. La pobreza en sí misma no es un problema grave pero hay tres características que la pueden convertir en una situación indigna para las personas y harían de la pobreza una violación clara a los derechos de cualquier ser humano: el que esta pobreza suponga un acortamiento de la vida, el que la pobreza suponga un sufrimiento y dolor por causa de la enfermedad y del hambre; y que impida llevar una vida digna y decente (Dower, 2004, p. 383). Dice el autor que normalmente estas características van unidas pero que efectivamente “un gran sufrimiento y humillación pueden no acortar la vida, pero sí hacerla terrible” (Dower, 2004, p. 383) es por ello que, como lo sostendremos a partir de la noción de florecimiento humano en un capítulo posterior, la pobreza extrema lleva lamentablemente a una pérdida de valor personal; afecta la auto percepción de las personas, anulando, muchas veces, su capacidad política y social y por ello es un mal, tanto moral como político. Un mal que puede y debe ser acabado.

Ha habido tradicionalmente dos ideas principales sobre la pobreza. Una primera visión es la que asocia la pobreza con la escasez; es decir, se es pobre porque no hay suficiente crecimiento económico. Una visión distinta es aquella que considera que aunque haya recursos suficientes, la pobreza se origina en un esquema estructural que genera problemas de subdesarrollo. Es decir, el problema real no es de escasez sino

del limitado acceso que se tiene a los recursos debido a un modelo de desarrollo fundamentalmente excluyente (Cfr. Unceta, 2007).

Uno de los argumentos con los que se afirma la conveniencia del proceso de globalización es que se cree que tiene las condiciones para disminuir la pobreza al interior de los Estados; y se llegaba a la conclusión de que si la globalización era económicamente beneficiosa y que era “bueno para la economía” significaba lo mismo que “bueno en general” (Cfr. Singer, 2004, p. 68). Se hace alusión a los datos que evidencian el crecimiento económico de unos países, sobre todo en Asia. Ya cinco sextas partes de la población mundial están por encima de los requerimientos calóricos mínimos, es decir, pueden conseguir su propio sustento. Pero Stiglitz (2006) nos aclara que, salvo en China, la pobreza se ha incrementado a lo largo de estos últimos 20 años en los países en desarrollo.

Hay cuatro argumentos centrales en los que quiero insistir para fundamentar el problema de la pobreza como un problema de justicia y que tanto el Estado como sus ciudadanos deben enfrentar. Por un lado tenemos el argumento moral al que hace referencia Peter Singer. Si otra persona está en peligro de muerte y la posibilidad de salvarla está en mis manos tengo el deber moral de hacerlo y debería ser judicializado si no lo hago. Este es el sentido de corresponsabilidad que tiene toda la comunidad humana con la vida del otro. Es un asunto de deber y por ello genera obligatoriedad. Claro, habría que crear las condiciones para que jurídicamente también tuviera el carácter impositivo.

Un segundo argumento es el que la pobreza no es fruto de la voluntad de los dioses o de la suerte. Ha sido originada en un proceso histórico de despojo y exclusión, impidiendo que las personas actualmente sean lo suficientemente productivas y participativas para asumir el protagonismo político que la democracia exigiría.

Un tercer argumento por el que podríamos decir que es obligatorio atender el problema de la pobreza es que se requieren unas condiciones mínimas en términos económicos que sustenten la autonomía política del sujeto, característica central del modelo político democrático. No puede haber democracia mientras las condiciones económicas sean una posibilidad de manipulación electoral de los ciudadanos más pobres.

Un último argumento que es importante considerar es el esgrimido por Beitz y Pogge en sus distintas obras y por algunos otros. Ellos plantean una concepción global de la justicia distributiva. Proponen un esquema de distribución global de los recursos naturales y por ello quienes más recursos consumen deben compensar a aquellos que menos lo hacen.

DE LOS LÍMITES DEL ESTADO FRENTE AL TEMA DE LA POBREZA

El Estado tal como lo hemos concebido tradicionalmente en occidente ha venido sufriendo una serie de cambios importantes, sobre todo a partir de la segunda mitad del siglo XX, debido a las mismas transformaciones que se han venido dando en la economía. Muchos hablan de la desaparición del Estado o de la pérdida de control al interior de sus territorios por parte de las instituciones y personas encargadas de gobernar. ¿Hay una pérdida real de soberanía?

A partir de la caída del muro de Berlín algunos llegaron a pensar, ratificando la visión weberiana (2011), que el capitalismo era el sistema adecuado para orientar el destino económico y político de la humanidad. Los nuevos desarrollos de la economía han venido mostrando la influencia de la economía de mercado en la definición del mundo actual y por ello se han venido dando una serie de transformaciones al interior de los Estados. Pero podríamos preguntarnos: ¿Cuánta capacidad tiene el Estado de actuar de manera autónoma a pesar de la influencia de todo el capital privado nacional e internacional? ¿Es posible que los Estados nacionales fortalezcan las redes regionales y con ello su gobernabilidad? ¿Hay condiciones nacionales y/o internacionales que les permita a los ciudadanos organizados acceder a ciertos espacios de poder e influencia? Esta nueva realidad internacionalizada muestra los distintos procesos en los que las economías mundiales se entrelazan, generando interdependencias y con ello flujos constantes de bienes y servicios. Esto ha implicado que el Estado, tal y como lo conocemos, haya venido perdiendo el control total de su economía y con ello se haya trastocado el papel que venía desempeñando en el desarrollo de las economías nacionales. Esta es una fisura importante en el poder soberano existente al interior de los territorios nacionales. Ya Keynes veía que la combinación del libre comercio con la libre circulación de capitales nacionales reduciría la capacidad de los Estados para decidir su propio destino. De todos modos, el Estado supondría el postulado principal del actual concepto actual de orden (Held, 1997, p. 117)

David Held y Charles Beitz coinciden en reconocer que los Estados nacionales, a pesar de los avances en el derecho internacional, en sus relaciones comerciales y políticas, buscan su propio interés, sin tener en cuenta las consecuencias para los otros países. Ello ha hecho que los términos en los que se está desarrollando este proceso de internacionalización de la economía no funcionen democráticamente y que las ventajas de los acuerdos comerciales vayan más en función de satisfacer los intereses de las grandes empresas y las grandes potencias. Es así que las relaciones internacionales actuales y el sistema interestatal que prima hoy guardan poca relación con los principios democráticos de cualquier organización democrática y social (Cfr. Held, 1997, p. 100). La explicación a este fenómeno la encontramos en Beitz (1979) quien considera que, en principio, los Estados no están sujetos a ningún tipo de imperativos morales internacionales que estén por encima de los intereses nacionales. Los Estados defienden el interés nacional, ya que cada Estado es un orden político separado y no existe ninguna autoridad común sobre ellos (Beitz, 1979, p. 25). Pero es importante saber que los temas que tienen que ver con la defensa, las comunicaciones, la economía, etc., están potencializados en procesos de interacción internacional y por ello se hace necesario recurrir a las distintas maneras de cooperación global que posibilitan un control legal y político de estos procesos globalistas; porque la creencia en que el mercado y de manera especial el mercado global, se puede autorregular, no deja de ser ingenua. Ya se han venido mostrando las tendencias monopolísticas en la industria y el comercio.

.....

*** Pedro Pablo Serna**

División de Humanidades y Ciencias Sociales - DHCS/UNINORTE. Barranquilla, Colombia

Resumen de ponencia

DESAFÍOS DE LA DESIGUALDAD SOCIAL E INFORMALIDAD EN LA ARGENTINA QUE VIENE .APORTES METODOLÓGICOS PARA LA REDUCCIÓN DE LA POBREZA ESTRUCTURAL .TENDENCIAS EN LA REGION.

*Luis Braille

En América Latina se ha tenido una recuperación de la economía con los vaivenes propios del ciclo hasta el año 2015, se ha reducido considerablemente la pobreza, se han universalizado, transparentado y bancarizados los programas y planes sociales y se han mejorado los índices de cobertura y accesibilidad, fundamentalmente de los sectores más vulnerables de nuestro país; particularmente en los grandes centros urbanos.

La desigualdad , la pobreza estructural en Argentina y en América Latina son una de las principales preocupaciones para la agenda de los gobiernos nacionales y populares y es un función de variables tales como: crecimiento económico, distribución del ingreso, políticas progresivas tributarias y fiscales, implementación de políticas sociales integrales , programas de empleo con eje en la economía social , etc que hacen que exista una correlación directa con los procesos de inclusión social .Aquí la centralidad e intervención del estado cobra relevancia y es el actor por excelencia que cuenta con diversas herramientas para achicar los niveles de pobreza ,desempleo y exclusión social en los sectores de pobreza estructural ,fundamentalmente en los grandes centros urbanos .

Es por ello que se necesita avanzar desde el estado hacia un nuevo ciclo de políticas sociales que profundicen la calidad de la prestación , la masividad y la universalidad , haciendo eje en el empleo , la producción , la obra pública , el microcrédito , y repensar el rol de las Organizaciones de la sociedad civil que trabajan en el territorio, fortaleciéndolas para la organización popular y empoderándolas para la gestión de programas de desarrollo con inclusión territorial

En función de lo anteriormente expuesto quisiera dejar planteados al menos 6 desafíos de carácter propositivo para achicar la desigualdad y disminuir la pobreza estructural a partir de la implementación de planes y programas con eje en lo socioproductivo y en la economía social .

1er Desafío ; Diseño de políticas socio productivas con un estado presente que tiendan a reindustrializar las distintas regiones del país ,fortaleciendo nuevas PYMES con valor agregado de sus productos , y emprendedores de la economía social.

Este desafío lleva implícito que exista voluntad y visión política , que entienda la potencialidad productiva que tiene nuestro país para fortalecer empresas recuperadas, capacitar a las Pymes, trabajar la asociatividad desde el emprendedurismo ,la comercialización de los productos que de allí emerjan ,generando mejor distribución del ingreso ,una sostenida movilidad social ascendente y favoreciendo procesos de

inclusión social en los sectores más vulnerables ,reduciendo la informalidad en Argentina , con un estado con equidad distributiva.Con relación a la economía social la idea debe orientarse a fortalecer Pymes, cooperativas, cadenas productivas etc , mejorando la productividad y empleabilidad de dicho sector ,achicando las desigualdades de acceso al mercado de trabajo, para ello necesitamos capitalizarlas, teniendo como herramienta al microcrédito y pensar para aquellas más desprotegidas y emergentes ,exenciones tributarias con un régimen más diferenciado ,progresivo y flexible que el actual (2018).

2do Desafío Repensar nuevas conceptualizaciones del estado y metodologías para la planificación de políticas públicas políticas de desarrollo con inclusión social con enfoque en la participación ciudadana, y en espacios multiactorales.

Planteo como interrogante después de un proceso sostenido de crecimiento en los últimos doce años, hacía que tipo de políticas públicas se encamina la argentina en los próximos 10 años? El actual contexto claramente es recesivo, no se genera empleo y las funciones niveladoras del estado tienden a achicarse (9); producto entre otras cuestiones de la visión gerencial del estado.

Considero que cuanto más participación ciudadana, mayor organización popular, generar espacios de concertación entre distintos actores, y un estado presente interventor , regulador , que acompañe dicho proceso, se generaran políticas de inclusión social que disminuyan la pobreza estructural en Argentina , desafío aun en agenda de la democracia representativa.(10)

3er Desafío Problematicar el rol de las escuelas técnicas en Argentina avanzando a sistemas de integración laboral con el estado y el sector privado , desde la lógica de la Responsabilidad Social Empresaria ,generando el derecho al primer empleo joven y creando un fondo de emergencia social y laboral.

En la coyuntura actual Argentina necesita de un plan de alcance nacional que promueva el primer empleo joven; lo que implica conformar un fondo presupuestario de emergencia social , garantizando desde el estado un piso mínimo de ingresos , formación laboral y acceso al mundo del trabajo de los sectores excluidos socialmente . Considero dicho desafío como necesario para organizar el mercado de trabajo en lo local y generar para esta franja etaria empleo decente. Esta medida necesariamente debe ser acompañada desde el sector empresario desde la lógica de la responsabilidad social y con políticas orientadas a los sectores más vulnerables como lo son los jóvenes de 16 a 25 años en Argentina .

4to Desafío Profundizar el desarrollo masivo de planes de viviendas para sectores medios y en situación de vulnerabilidad social que mejore servicios, infraestructura social y promuevan un horizonte de proyecto de vida.

Argentina ha experimentado un gran desarrollo en los últimos años en cobertura habitacional para sectores de bajos recursos (Plan Federal de Viviendas) y en sectores medios (PROCREAR), lo cual ha significado techo y trabajo para millones de familias argentinas .Considerando que la obra pública dinamiza la economía, el consumo interno y achica considerablemente la pobreza estructural es imprescindible sostener y profundizar dichos planes y programas citados. En la actualidad se necesita un plan masivo para llegar al 25% de la población, que se encuentra sin vivienda propia; lo que significa mayor empleo, menor desigualdad social, mayor productividad y mejoramiento de la infraestructura social básica.

5 to Desafío : Implementación de un plan nacional de microcrédito orientado al sector

cuentapropista y a emprendedores de la economía social , que fortalezcan las cadenas productivas a nivel , local y regional .

Existe coincidencia que el microcrédito es un instrumento que ayuda a reducir la pobreza, la informalidad y a planificar el desarrollo. El desafío de una política pública sustentable de economía social, basada en el microcrédito, debe orientarse no solo a construir metodologías de desarrollo para achicar la pobreza extrema fundamentalmente en los grandes centros urbanos, sino en dar un salto en la escala de financiamiento para que los sectores emprendedores se capitalicen y tengan movilidad social ascendente, fortaleciendo las cadenas productivas del país que generen empleo directo como lo es la industria textil , del calzado ,producción de alimentos etc ,

6to Desafío Implementación de Programa Nacional de fortalecimiento de Organizaciones de la Sociedad Civil.

Nuestro país en términos de proyección a corto plazo necesita profundizar el diálogo y la articulación entre el estado y la sociedad (10) Para ello es necesario fortalecer los vínculos sociales , contribuir a la defensa de intereses colectivos , diseñando políticas públicas de segunda generación , fomentando nuevas formas de participación desde un nuevo paradigma(12) y estimulando la riqueza y el potencial que existe en las Organizaciones de la Sociedad civil , las cuales hay que fortalecerlas para la gestión de programas que se vinculen con todas las formas de inclusión social(11)y para la gestión de nuevos recursos que se orienten a la reducción de la pobreza , el desempleo y la desigualdad .

CONCLUSIONES:

En los últimos 14 años y previo a la tercer reforma estructural del estado(2016) ; la reducción de la pobreza, desigualdad e informalidad en Argentina y Latinoamérica, estuvieron fuertemente vinculadas al crecimiento de las economías de la región y a la mayor inversión en el gasto social en programas de políticas sociales integrales y de transferencia de ingresos.

Los desafíos que aquí planteo para el país , están orientados a disminuir las brechas de la desigualdad, la pobreza estructural , la precarización del trabajo, etc .Es necesario seguir promoviendo el acceso a la vivienda digna , generando obra pública para disminuir la informalidad , promover la inclusión de jóvenes al mercado de trabajo, masificar el microcrédito, con políticas de inclusión social , con un estado presente y una sociedad civil participando , con una educación centrada en el acceso , la calidad y la terminalidad educativa ,fundamentalmente en la escuela secundaria .

Considero lo planteado anteriormente como medidas necesarias a discutir y mejorar , que se tendrán que sostener y profundizar para que el Neoliberalismo no evapore los derechos adquiridos en la última década en Argentina; razón por la cual la participación , organización social, la militancia social y política , la discusión de políticas públicas y sociales en espacios multiactorales , cobra sentido si proyectamos una visión compartida de país , en un contexto donde comienza aparecer la ausencia en distintas áreas, de las funciones niveladoras del estado y que conducirán a un retroceso en los distintos indicadores sociales de la clase trabajadora argentina y de los sectores informales con mayor pobreza estructural. Discutiendo estos desafíos podremos encaminarnos hacia una Patria Grande con toda la fuerza inclusiva e identidad de América Latina.

Lic Luis Braile

MP7452

.....

*** Luis Braile**

*MINISTERIO DESARROLLO SOCIAL DE LA NACION , UNIVERSIDAD PROVINCIAL DEL SUDOESTE MDS-UPSO. benito juarez,
Argentina*

Resumen de ponencia

DESIGUALDAD CONSPICUA: ESTRATEGIAS DE MOVILIDAD SOCIAL EN CLASES MEDIAS Y BAJAS DE COLOMBIA

*Diana Esperanza Oliveros Fortiche

“La preocupación por la desigualdad es una posición normativa que entraña la visión de una vida buena y enriquecida. Pero es preciso enunciar y justificar las bases y los límites de su normatividad—es preciso abrir las ventanas y en muchas direcciones” (Therborn, 2015, p.41)

La desigualdad parece que estuviera presente en la vida cotidiana del hombre y fuera un producto de su interacción social y por tanto, el resultado de las tensiones del sistema que la genera como lo afirmara Tilly (2000). Al reconocer que es un producto de la interacción social, cabe la pregunta por la naturaleza del mismo y es así como se hace necesario comprender la particularidad de la desigualdad tanto desde sus límites normativos como de las miradas otras que han tratado de explicarla.

Un concepto que se entrecruza con la idea de desigualdad es el de diferencia, ya que algunos escenarios de discusión contraponen la diferencia como aspecto preponderante de las desigualdades(género, etnicidad, migración, entre otros). Las discrepancias entre desigualdad y diferencia se sintetizan en: a) La diferencia puede estar dada por la biología o psicología de los sujetos o por los estilos de vida que optan en tanto la desigualdad se construye socialmente. b) La desigualdad va en contra de una norma (establecida o por establecerse) mientras que la diferencia no necesariamente es transgresora. c) La diferencia puede coexistir en contextos de igualdad-desigualdad, pero la desigualdad debe abandonar su existencia en dichos espacios y d) La desigualdad es dada por algo en común como la ausencia de un derecho, de un recurso o de una condición, entretanto en la diferencia lo común no se evidencia (Therborn, 2015).

La existencia de la desigualdad no presupone el hecho de no lograr la posibilidad de la existencia de la diferencia. El problema es la dimensión de esas diferencias en relación a la equidad de los procesos que las originan y la legitimidad en la repartición de los pesos y beneficios entre los sujetos que forman una sociedad (Reygadas, 2008).

La distribución de la diferencia está mediada por las relaciones de poder que algunos pueden considerar justa y otros injusta, por ello para definir la diferencia no es necesario solo entender la característica de ella en relación a la distribución de bienes sino a las contradicciones y disputas que establecen los sujetos sobre la equidad de un determinado repartimiento de la riqueza. Es así como la relación entre diferencia y desigualdad se estrechan y una se convierte en el correlato de la otra. En esta relación diferencia-desigualdad surge otro concepto que parece dar respuesta a esta dupla, la igualdad.

La igualdad puede ser considerada como el ideal de superación tanto de la diferencia como de la desigualdad. Amartya Sen (2009) considera que la igualdad debería darse

desde la capacidad de funcionar como ser humano y no remitirla a las mismas necesidades y su resolución. Si se toma la naturaleza humana como referente, la desigualdad puede explicarse de una forma causal y universal. Es así que Therborn (2015) señala que existen cuatro mecanismos de la desigualdad entendidos como procesos que producen efecto sobre la distribución del poder o la riqueza en una sociedad, estos son: 1) distanciamiento o proceso sistémico que origina ganadores y perdedores, así como recompensas y ventajas y produciendo una distancia social entre ellos; 2) explotación que implica un estructura asimétrica de apropiación de los frutos del trabajo; 3) exclusión o el impedimento del avance de los otros tras el señalamiento del “no pertenecer”; y finalmente la jerarquización asociada a valores, roles y estatus. Cada uno de estos mecanismos son acumulativos en su incidencia y no se excluyen mutuamente; por lo tanto para Therborn explican en su conjunto la generación de todo tipo de desigualdades. Para cada mecanismo de desigualdad existe su correspondiente dinámica de igualdad, para distanciamiento aproximación, explotación - redistribución, exclusión- inclusión, y jerarquización - desjerarquización. Ahora bien, qué relación podrían tener estos mecanismos de desigualdad en la práctica social, y en especial con algunos procesos de acceso y distribución de riquezas dados en la movilidad social, entendida como “un movimiento significativo en la posición económica, social y política del individuo” (Miller, 1956 en Stavenhagen, 1996, p.26). Y en particular, cómo se ha expresado esta movilidad en relación a los mecanismos de desigualdad en el contexto colombiano. Esta pregunta mueve el presente ensayo, y cobra importancia a partir de la consideración del continuo histórico de permanencia y acción de los cuatro mecanismos de origen y mantenimiento de la desigualdad en Colombia, ya que se ha mantenido como una sociedad clasista en la que generaciones enteras han vivido en la pobreza y pocas de ellas, logrado el gran escape (Deaton, 2015).

La estructura de desigualdad colombiana es matizada por una particular distribución y clasificación de estratos que determinan el nivel económico de las personas en centros urbanos. Éstos se establecieron a partir de una política pública implementada en las ciudades colombianas desde los años ochenta, que clasificó las viviendas de acuerdo con la calidad del entorno y de los materiales empleados para su construcción. Se constituyeron seis estratos, siendo el uno el que posee un mayor NBI (necesidades básicas insatisfechas) y el seis con el menor NBI. Su principal fin fue otorgar subsidios a los residentes más pobres, permitiendo que los estratos superiores pagaran costos más altos por los mismos servicios procurados a los más bajos estratos (Uribe & Mallarino 2008, pp. 141-142). Lo más significativo de esta estratificación es la relevancia particular que toma en el contexto social, ya que se establece como criterio de exclusión y cuenta como estructura preponderante sobre la que se mide la movilidad social, es decir, las personas se clasifican según su estrato y miden su éxito de movilidad al cambiar a estratos diferentes.

A estas movilidades de estrato se asocian otros comportamientos como los consumos de bienes posicionales o estatutarios que Gorga, Leites & Vigorito (2016) señalan como un aspecto relevante en la modernización de países como Brasil y Argentina, ya que el mayor consumo posicional se correlaciona con la existencia de una mayor desigualdad. Los consumos estatutarios o posicionales son definidos dentro del llamado consumo conspicuo que fue presentado por Thorstein Veblen en su famoso libro Teoría de la Clase Ociosa ([1989] (2004). Veblen mostró la práctica del ocio y del gasto derrochador

social como un comportamiento conspicuo seguido por las elites norteamericanas para exhibir su valía y posición. En el transcurso de los años, el consumo conspicuo dejó de ser una práctica fundamentalmente de elites para convertirse en un consumo desarrollado principalmente por clases medias pues el consumo conspicuo se convierte en una estrategia de acumulación de capitales cuyo objetivo primordial es mantener o mejorar el estatus social de los agentes (Bourdieu, 2000, 2002, 2011), en este caso de los consumidores de clases medias y bajas en ascenso, que tratan de sobresalir de su posición y ganarse la estima de sus semejantes (Veblen, [1889] 2004). La acción del consumidor conspicuo entra en conformidad con órdenes clasistas y de desigualdad pues su actividad exhibitoria no es trasgresora de la estructura de dominancia ni contraria a los habitus establecidos. La observancia de este comportamiento en las historias de movilidad social de colombianos lleva a explicar este fenómeno en términos de una desigualdad conspicua.

Tal desigualdad conspicua se explica desde las prácticas cotidianas y la experiencia de clase, a la pregunta por el cómo hombres y mujeres han conseguido escapar de la pobreza y se han mantenido en la clase media, no sólo a partir de una mejor ubicación laboral y de formación académica sino por medio de estrategias conspicuas y de consumo posicional.

Como metodología de acercamiento a esta experiencia de movilidad y enclasmiento se construyeron 8 historias de vida, a partir de 40 encuentros y más de 80 horas de reflexión y diálogo. Se encontró entre otros valiosos hallazgos como la legitimación a órdenes estructurales y jerárquicos, así como el distanciamiento y la construcción de códigos simbólicos de estatus han sido habitus seguidos por estos actores, quienes finalmente terminan por reproducir el círculo continuo de la desigualdad.

.....

*** Diana Esperanza Oliveros Fortiche**

Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos. Universidad Central - IESCO/UCENTRAL. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

DESIGUALDAD SOCIAL Y POLÍTICAS DE DISEMINACIÓN TECNOLÓGICA EN EL NOROESTE ARGENTINO. UNA LECTURA DESDE EL PLAN CONECTAR IGUALDAD

Universidad Nacional de Jujuy. Centro de Estudios Socioeconómicos para el Desarrollo con Equidad - CESDE (Argentina)

*Alejandra García Vargas

*Laura Andrea Golovanevsky

*Maria Rosa Chachagua

Los usos sociales de las tecnologías constituyen un importante campo de debate, y las condiciones de acceso forman parte de la mayoría de las agendas políticas y educativas de Latinoamérica. En ellas, las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) se visualizan como parte inescindible de las condiciones de vida. Esta ponencia propone mostrar un estado de situación del tema en el Noroeste Argentino, interrogándolo a partir de una específica política pública: el Programa Conectar Igualdad (PCI) en escuelas rurales y urbanas de la provincia de Salta.

El problema de la desigualdad y la inclusión tecnológicas constituyen una de las áreas de trabajo específicas del Centro de Estudios Socioeconómicos para el Desarrollo con Equidad (CESDE-UNJu), reciente miembro pleno de CLACSO, por lo que la presentación se abre con una síntesis del encuadre general en torno a las vinculaciones entre desigualdades sociales, relaciones de poder e intersecciones hegemónicas. Se trata de una serie de consideraciones teórico-metodológicas compartidas que enmarcan nuestra tarea en común en este centro, basadas en la reflexión y el análisis de resultados de investigaciones situadas en el Noroeste Argentino que han sido sostenidas por los investigadores/as que hoy lo conforman. Las coincidencias en ese camino alimentan las diversas líneas de investigación que hoy se radican en este centro.

Esa introducción antecede el análisis de la aplicación del PCI en condiciones territoriales precisas del Noroeste Argentino, señalando la inscripción de dicha política en el horizonte general de presencia/ausencia de tecnologías en los hogares de una de las regiones más desiguales de Argentina; las líneas o tendencias generales asociadas a la aplicación del modelo 1 a 1 como política de diseminación tecnológica estatal-nacional basada en el sistema educativo público; y la heterogeneidad de las experiencias sociales de accesos y usos de los específicos dispositivos tecnológicos distribuidos en instituciones educativas situadas en ámbitos rurales y urbanos de la provincia de Salta durante la vigencia del programa mencionado.

Se trabaja sobre los resultados de la Encuesta Nacional sobre Acceso y Uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (ENTIC) de los años 2011 y 2015 y de los Módulos de Acceso y Uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación (MAUTIC) realizados en el marco de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) de los

años 2016 y 2017. La información estadística se sistematiza por niveles de ingreso y se combina en un abordaje interpretativo sobre el papel, la valoración y la utilización diferencial de tecnologías según contextos, regiones y condiciones socioeconómicas diversas. Para ello, se pone en diálogo estos datos con los debates recientes sobre las políticas de diseminación tecnológica en general y se presenta un estudio de caso en particular, elaborado a partir de trabajo de campo sobre la implementación del PCI en dos escuelas de la provincia de Salta (2015-2017).

El recorrido realizado permite observar que una estructura social inequitativa impacta en las condiciones de acceso de una parte de la sociedad a los bienes y servicios infocomunicacionales. Se trata de recursos que son centrales para el bienestar y que condicionan crecientemente las posiciones relativas de las personas y grupos en la sociedad contemporánea. A su vez, las tecnologías digitales se añaden a tecnologías anteriores, pero en un ritmo desigual que si bien aminora la dimensión material de la brecha, no elimina su persistencia.

Esta dimensión se superpone a las persistentes geografías de la desigualdad en nuestro país, y al mismo tiempo las renueva: el noroeste argentino es desigual tecnológicamente, y mucho más intensamente desigual que el resto del país; las áreas rurales sufren mayores grados de desigualdad digital que las urbanas; los ingresos son determinantes para la conexión. En ese contexto crítico, las experiencias de usos y accesos de los dispositivos del Plan Conectar Igualdad son diversas, pero alentadoras. Entendemos que este estudio contribuye a brindar el necesario sustento empírico y experiencial para pensar, planificar y gestionar políticas educativas y comunicacionales democratizadoras e igualadoras de derechos.

.....

*** Alejandra García Vargas**

Centro de Estudios Socioeconómicos para el Desarrollo con Equidad. Universidad Nacional de Jujuy - CESDE. San Salvador de Jujuy, Argentina

*** Laura Andrea Golovanevsky**

Centro de Estudios Socioeconómicos para el Desarrollo con Equidad. Universidad Nacional de Jujuy - CESDE. San Salvador de Jujuy, Argentina

*** María Rosa Chachagua**

Centro de Estudios Socioeconómicos para el Desarrollo con Equidad. Universidad Nacional de Jujuy - CESDE. San Salvador de Jujuy, Argentina

Resumen de ponencia

DESIGUALDAD Y POBREZA EN LA REGIÓN PURHÉPECHA DE MICHOACÁN A TRAVÉS DE LOS PROCESOS DE PATRIMONIALIZACIÓN Y RECONOCIMIENTO.

*Angélica Navidad Morales Figueroa

Los elementos centrales abordados en este estudio son las tensiones que han generado los procesos de patrimonialización en la región purhépecha de Michoacán. Procesos de reconocimiento que se han dado tanto a nivel nacional e internacional bajo la promesa de mejorar las condiciones económicas de sus pobladores, quienes por más de una década han visto como las políticas estatales tienden a centralizar las decisiones en cuanto a la cultura se refiere, sin tomar en cuenta los derechos de los pueblos sobre su propio patrimonio cultural, y sin lograr mejorar las condiciones de vida de sus habitantes quienes continúan sumidos en un estado de pobreza y desigualdad social de las más altas en nuestro país.

Los procesos de patrimonialización de las tradiciones indígenas en América Latina surgen en un contexto donde las iniciativas de un turismo rural sostenible se convierten en una herramienta de lucha contra la pobreza en los pueblos. En ocasiones dichas iniciativas son impulsadas, tan solo como proyectos políticos, bajo la promesa de mejorar las condiciones económicas en el interior de las comunidades y convertirlas en actores “principales” de las políticas de desarrollo. En Michoacán tales iniciativas fueron propiciadas por el gobierno estatal y federal que poco o nada tomo en cuenta la opinión de sus pobladores, haciendo visible una clara desigualdad en la toma de decisiones sobre los elementos culturales pertenecientes a la etnia purhépecha en donde el gobierno federal recurrió a instancias internacionales.

En este proceso fue fundamental el papel de la UNESCO, esta institución perteneciente a las Naciones Unidas es la que reconoce y certifica las expresiones culturales de identidad que incluyen tradiciones orales, prácticas culinarias, manifestaciones musicales, entre otras. La cultura convertida en patrimonio va acompañada de un despliegue legitimador que incluye acuerdos internacionales, legislaciones nacionales y estatales. El patrimonio cultural puede tener valores y significados diversos, según el momento histórico, el grupo y la posición social de quien lo valora. En los países latinoamericanos, caracterizados por profundas desigualdades culturales y sociales, generalmente el patrimonio responde a los espacios de poder político, cultural y académico, y está ligado a la formación de los estados nacionales. Es el caso de los pueblos purhépechas de Michoacán a partir del año 2001 los procesos de patrimonialización se convirtieron en políticas del estado tendientes a fortalecer el desarrollo de los pueblos purhépechas. Bajo el discurso de mejorar la situación económica de sus habitantes, pueblos “mágicos”, fiestas, artesanías, la comida y la música tradicional, pasaron a formar parte del discurso legitimador y oficial utilizado por el gobierno como estrategia política y económica,

frente a la violencia generalizada que se vivía en casi todo el país. Al mismo tiempo dio inicio un proceso mediante el cual se invitaba a los artesanos a registrar sus productos bajo el esquema de marca colectiva. En él se ofrecieron beneficios tanto para los artesanos como para los compradores en un contexto de reconocimiento y protección federal mediante una serie de leyes expedidas para tal efecto. Además del proceso de reconocimiento y certificación de artesanías como objetos representativos de los pueblos, se buscó a través de la UNESCO el reconocimiento a nivel internacional de otros elementos de la tradición p'urhépecha. Así, la Noche de Muertos en Pátzcuaro fue ratificada como Obra Maestra del Patrimonio Oral e Intangible de la Humanidad en 2008. La Pirekua o canto tradicional de los p'urhépechas en 2010, y la cocina tradicional mexicana parte de la cultura comunitaria en el paradigma de Michoacán en 2011. Mientras que a nivel federal y local se reconocieron como parte de ese mismo patrimonio a 30 marcas colectivas artesanales de las que podemos mencionar a los Diablitos de Ocumicho, la Guitarra de Paracho, el Mueble Tallado de Pichátaro, la Alfarería de Patamban o las Lacas de Uruapan. A pesar de todo el despliegue legitimador del patrimonio cultural durante los últimos 15 años, a desigualdad es persistente en las comunidades p'urhépechas. Las políticas de territorialización por parte del Estado que ahora también abarcan los elementos culturales como propiedad de toda la nación han fragmentado a sus pobladores quienes han recurrido a la protesta abierta ante la UNESCO y ante la comunidad internacional para denunciar la falta de sensibilidad de los gobiernos estatal y federal, ante lo que ellos consideran una pura turistización de sus pueblos, costumbres y tradiciones que son presumidas ahora como Patrimonio Cultural de la Humanidad, sin que su opinión haya sido consultada en un claro ejemplo de desigualdad cultural y sin que la pobreza haya abandonado a sus pobladores.

. Las comunidades continúan en la búsqueda de una articulación cultural y territorial con criterios propios y locales haciendo un llamado a los actores sociales que les permita resistir a las políticas externas y desarrollar sus potencialidades culturales. Las políticas de patrimonio no han asimilado a cabalidad los sentidos y valores compartidos por la población indígena, tanto en la elección de qué preservar, como el modo de hacerlo. La lucha por la libre autodeterminación de los pueblos y por su territorio han aparecido como protesta conjunta que se hace más fuerte ante las políticas de patrimonialización de los bienes culturales adscritos a ese mismo territorio, y que el Estado buscan potencializar como bien económico turístico. En el discurso internacional y nacional el patrimonio cultural aparece como uno de los principales bienes de la sustentabilidad económica. Por una parte, la construcción de la identidad y la lealtad étnica se destacan en el discurso con capacidades de moldear las actitudes hacia el trabajo, el ahorro, y el consumo, para impulsar la acción colectiva de un futuro sustentable. Por otra, también presentan aristas éticas en torno a valor y el uso de los bienes patrimoniales y ancestrales de una cultura. Así como las tensiones sociales que han provocado ante la debilidad de las estructuras tradicionales y sus jerarquías, mismas que han sido obviadas o incluso ignoradas en un discurso que aparenta la búsqueda de una mejor calidad de vida para todos. Los miembros del grupo han recurrido a una protesta abierta en la que buscan ser escuchados y tomados en cuenta antes de que sean implementadas políticas a las que no son convocados más que pequeñas minorías por los que no se sienten representados. La protesta presentada ante la UNESCO en febrero del 2011 es un claro ejemplo en el que los

púrhépechas como grupo cultural exigen respeto a sus tradiciones y costumbres, así como el derecho sobre el uso de las mismas, y a no ser ignorados por las instituciones nacionales e internacionales.

.....

*** Angélica Navidad Morales Figueroa**

Facultad de Filosofía de la Universidad Autónoma de Querétaro UAQ. Querétaro. Querétaro. México, México

Resumen de ponencia

DESIGUALDAD Y PODER EN LA COMPRA DE SERVICIO DOMESTICO DE LOS HOGARES DE MAYORES INGRESOS DE SANTO DOMINGO

*Carlos De Peña Evertsz

PROPUESTA CONCEPTUAL

Tomando como punto de partida los diversos abordajes, miradas y propuestas epistemológicas sobre la desigualdad como fenómeno social y sobre la antropología del poder en los espacios íntimos de convivencia social, pretendemos presentar y explicar en esta ponencia los resultados empíricos de cincuenta y seis entrevistas estructuradas y semiestructuradas realizadas a mujeres en ejercicio de roles de empleadas domésticas y amas de casa dominicanas.

Estos resultados nos permiten formular hipótesis relacionadas con el papel socio histórico que han jugado los factores constantes (explícitos e implícitos) de índole económico, político y cultural que producen y reproducen los patrones de desigualdad que sirven de estímulo a la configuración de la dinámica existente en las relaciones de poder que se concretan y expresan en la compra y venta de servicio doméstico por parte de los hogares de mejores ingresos de la ciudad de Santo Domingo en República Dominicana

PREMISAS FUNDAMENTALES

Se conoce como Trabajo Doméstico Remunerado (TDR) aquel que realiza “un ser humano asalariado en un hogar privado, sin importar el método y periodo de pago, y que puede ser contratado por uno o varios empleadores que no reciben beneficios pecuniarios por este trabajo”. Al ser realizado en la intimidad familiar de una unidad doméstica, se produce y reproduce en la mayoría de los casos con altos grados de informalidad contractual, precariedad laboral y ambiguos marcos de convivencia entre los asalariados y los habitantes del hogar donde los primeros cumplen sus tareas.

En la Republica Dominicana el TDR es realizado por mujeres pobres, de bajo nivel educativo y emigrantes de las zonas rurales a las grandes urbes, esas mujeres pobres, migrantes y de escasa educación, realizan el trabajo doméstico remunerado (TDR) en hogares de la ciudad de Santo Domingo desde los cuales se conforma un sistema de estratificación social determinado por la asimetría de las redes de acumulación patrimonial, cuya característica principal es reforzar la condición desigual de clase de una minoría privilegiada.

Esta clase privilegiada necesita legitimar su distinción social y su consecuente autoridad frente a otras clases a través de atributos asociados a estilos de vida (el tener empleada doméstica es uno de ellos), acumulación de objetos catalizadores de prestigio social y capacidad de representar con eficacia roles estereotipados e importados de la esfera cultural de las sociedades de capitalismo avanzado.

Este sistema de estratificación social se refuerza y se recrea desde la familia, institución que sirve como centro de generación y distribución de recursos de

subsistencia y a la vez como mecanismo social a través del cual se crean y se fomentan los hábitos, sobre todo aquellas sumisiones afectivas básicas que sirven de fuente de poder a los seres humanos que la componen.

Bajo este orden social estratificado, es evidente que la mujer migrante de las zonas rurales poco desarrolladas hacia un Santo Domingo moderno, tiene escasa oportunidades de bienestar y movilidad laboral, y por ende se espera que su condición de precariedad económica y clase le permita poner pocos reparos al ejercer como empleada doméstica.

Mientras en la otra cara de la moneda, la mujer de clases privilegiadas tiende a sentir la necesidad de reforzar su condición de clase a través de los ritos institucionales que construyen las relaciones de poder dentro de la intimidad del espacio doméstico, lo hace en su rol de responsable de las tareas reproductivas, y lo suele manifestar a través del poder simbólico, el cual se presenta a través de las maneras y usos del habla, los estilos expresivos, la vestimenta, la privacidad de los espacios residenciales o el uso de regalos o licencias como instrumentales para lograr la sumisión afectiva de los habitantes subordinados de la casa (hijos o ascendientes) y sobre todo de la empleada doméstica bajo su mando.

A pesar de la dominación/sumisión que se pudiera suponer desde las condicionantes que producen y reproducen los patrones de desigualdad inherente a la estructura social dominicana, las relaciones de poder que se generan a partir de las condicionantes mencionadas para ambas mujeres, son fuente de tensión permanente, esas tensiones se dan en la forma en que como se distribuye la carga de trabajo, en la eficiencia (o no) con la cual las tareas relacionadas a ese trabajo se ejecutan, en el cumplimiento de horarios, en las recompensas ganadas o manipuladas, en la concepción de higiene y limpieza, en el tratamiento del cuerpo femenino, en la lucha por imponer saberes y tradiciones, en las prácticas asociadas a los quehaceres domésticos por una u otra mujer. Y sobre todo se da en lo que antropólogos especialistas en el tema suelen llamar “ambigüedad afectiva”, esa reciprocidad inconsistente de aprecio, temor y rencor con el que suele darse la relación entre empleadas domésticas y sus empleadoras.

PREGUNTAS CLAVES

¿Cómo se sustentan y se desarrollan las relaciones de poder entre roles femeninos contrapuestos en la intimidad doméstica a partir de los patrones de desigualdad socioeconómicos y culturales expresados en el trabajo doméstico remunerado?

¿Cómo se manifiestan estas relaciones de poder en el ejercicio (durante y ante) y el resultado de este tipo de ocupación cuando están condicionadas por determinado tipo de desigualdad? ¿Qué rol juegan la desigualdad simbólica de clase en la producción y reproducción de las relaciones de poder entre empleadoras y empleadas?

.....

*** Carlos De Peña Evertsz**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, República Dominicana - FLACSO. Santo Domingo, República Dominicana

Resumen de ponencia

DESIGUALDAD, POBREZA Y SU RELACIÓN CON LAS PRIVACIONES DE LA LIBERTAD PARA EL DESARROLLO DE LA TLAXCALA EN LA REGIÓN CENTRO DE MÉXICO.

*Dulce Maria Gonzalez Perez

*Ricardo Nava Olivares

El objetivo de la ponencia es presentar los resultados iniciales de las principales privaciones de la libertad de los servicios económicos para el desarrollo de Tlaxcala (Región Centro de México) considerando las libertades instrumentales del autor Amartya Sen y con éstas mostrar que la ausencia de información sobre las privaciones de la libertad puede incidir en la pobreza y la desigualdad en tanto no se consideran éstos indicadores o índices que integren enfoques sobre la expansión de capacidades y acceso a oportunidades. Estos indicadores e índices pueden abonar a partir de hacer comparaciones con otras entidades del país y en el ámbito nacional y con la información disponible se pueden construir políticas sociales diferenciadas, la inclusión del índices en materia de medición, monitoreo y evaluación de la pobreza en México podrá servir para la elaboración, implementación y evaluación de la política social que cierre las brechas de pobreza y pobreza extrema en Tlaxcala, México y aportar a América Latina.

La ponencia se divide en dos apartados, la primera presenta de manera general el planteamiento teórico de Amartya Sen, sobre el papel instrumental y los servicios económicos, en la segunda parte, se presentan los indicadores y sus trayectorias en Tlaxcala del periodo 2005-2018.

Según Sen (2000) establece que vivimos en un mundo de notables cambios positivos, que pueden verse tanto en los países ricos como en los pobres, pero también menciona que vivimos en un mundo de notables privaciones entre ellas las hambrunas, la pobreza, la tiranía, la escasez de oportunidades básicas y económicas, etc. Lo que promueve el desarrollo es la libertad, para Sen (2000) el desarrollo es “un proceso de expansión de las libertades reales de las que disfrutan los individuos” y para eso es necesario eliminar las principales fuentes de privación que existen. La capacidad de agencia es importante para que haya más desarrollo, ya que se considera al individuo como un ser activo que promueve sus capacidades para modificar sus condiciones de vida. En ese sentido, se considera a la libertad desde un papel instrumental, esto se refiere a “la forma en que contribuyen los diferentes tipos de derechos y oportunidades a expandir la libertad del hombre en general, y por lo tanto, a fomentar el desarrollo” (Sen, 2000:56). Hay cinco tipos de papel instrumental los cuales son: 1) libertad política, 2) servicios económicos, 3) oportunidades sociales, 4) garantías de transparencia y 5) seguridad protectora. En este caso se utilizará un tipo de papel instrumental el cual es servicios económicos que se refieren a “la oportunidad

de los individuos de utilizar los recursos económicos para consumir, producir o realizar intercambios” (Sen, 2000: 58).

El Estado de Tlaxcala se localiza geográficamente entre las coordenadas a 19° 06' y 19° 43' latitud Norte y entre 97° 38' y 98° 43' longitud Oeste. Representa el 0.2% de la superficie total del país y colinda, al Norte, con los Estados de Hidalgo y Puebla; al Este y Sur con el Estado de Puebla; y, al Oeste, con los Estados de Puebla, México e Hidalgo. Su capital es la ciudad de Tlaxcala de Xicohténcatl. Desde el punto de vista de su localización geográfica y su integración territorial, pertenece a la región central de México, o Región Centro del País, junto con la ciudad de México y los estados de Hidalgo, Estado de México, Morelos y Puebla.

Los datos de pobreza que presenta Consejo Nacional de Evaluación de la Política Pública (CONEVAL-MÉXICO), a nivel nacional muestra que del año 2008 al 2016 se ha reducido la pobreza al pasar de 44.4 por ciento a 43.6 por ciento, sin embargo en números absolutos, hay más de 53 millones de personas que viven la pobreza en México, lo que significa que a pesar de una intensa política social aún es insuficiente para disminuir la desigualdad y en gran medida se requiere además de las mediciones que ya realiza el CONEVAL complementar con otros enfoques y otras mediciones tales como las pretendidas a las privaciones de la libertad para el desarrollo, que permitirá focalizar y establecer políticas sociales y económicas que incidan de forma directa en el desarrollo de las entidades que integran el país, de hecho, en Tlaxcala, en el mismo periodo de 2008 al 2016, la pobreza paso del 59.6 por ciento al 53.9, mientras que la pobreza extrema paso del 9.5 por ciento al 5.7 por ciento de hecho los indicadores que se presentarán en esta ponencia se centran en las oportunidades de los individuos para utilizar recursos para producir, consumir, realizar intercambios económicos, funcionamiento del mercado, precios relativos, grandes empresas, pequeños establecimientos entre otros que se incorporan al índice de Servicios económicos como una de las privaciones de la libertad que limitan el desarrollo de Tlaxcala y que se pueden transpolar a México y posiblemente a América Latina. Los indicadores que se utilizaran son las siguientes: a) Trabajadores Asegurados Registrados en el IMSS, b) Información laboral Tlaxcala, c) Tasa de desempleo Tlaxcala, d) Salarios mínimos por áreas geográficas, e) Indicadores Estratégicos de Ocupación y Empleo (nacional), f) Índice de Desarrollo Humano (IDH), g) Índice de marginación h) Rezago social, i) pobreza y pobreza extrema, j), así como el porcentaje del PIB en relación nacional, los datos se obtuvieron de registros estadísticos de INEGI, STPS, CONEVAL, PNUD, principalmente. Para hacer este análisis se consideraron tres índices -Índice de Desarrollo Humano (IDH), Índice de Marginación (IM), Índice de Pobreza por Ingresos (IPI) a partir de distintos indicadores, se obtendrá un panorama de la situación actual de pobreza y rezago social en nuestro país, y por ende, de la entidad. Las categorías y dimensiones tomadas en cuenta para la elaboración de dichos estudios pueden diferenciarse entre sí desde lo nominal hasta el aspecto, ámbito o sector a analizar; sin embargo, existen una serie de coincidencias en la forma de medición y en el tipo de indicadores, que permiten identificar aquellos aspectos importantes a tomar en cuenta al momento de hacer un análisis de desarrollo.

.....

*** Dulce Maria Gonzalez Perez**

Centro de Investigaciones Interdisciplinarias Sobre Desarrollo Regional- CIISDER. Tlaxcala, México

*** Ricardo Nava Olivares**

Centro de Investigaciones Interdisciplinarias Sobre Desarrollo Regional- CIISDER. Tlaxcala, México

Resumen de ponencia

DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO EM BAIRROS POPULARES EM NATAL-RN/BRASIL

*Íris Maria De Oliveira

*Maria Regina De Avila Moreira

Desigualdade social, pobreza e políticas públicas: aspectos das condições de vida da população em bairros populares em Natal-RN/BRASIL

Tendo como centralidade estudos acerca da desigualdade social e suas expressões concretas, em especial a pobreza como alvo das políticas sociais públicas, o artigo mostra que, na particularidade sócio-histórica do Estado capitalista brasileiro, a violação dos direitos é consequência e, ao mesmo, tempo constituinte dessa sociabilidade. Esse debate resultou da pesquisa sobre as condições socioeconômicas das famílias dos bairros de Lagoa Azul e Felipe Camarão em Natal - RN, a partir da coleta de dados empíricos, em 365 domicílios do bairro de Felipe Camarão e 375 domicílios de Lagoa Azul, por meio de entrevista, norteadas por formulários contendo questões abertas e fechadas, direcionadas às pessoas responsáveis pelo domicílio ou presentes no momento da visita/entrevista. Quanto à análise, os dados quantitativos receberam tratamento estatístico, através do programa PSPP; e os dados qualitativos categorizados e analisados, a partir da relação entre violação dos direitos e políticas sociais públicas. Assim, o estudo procurou identificar as necessidades sociais e econômicas, tanto em relação às formas de inserção no trabalho e renda, como o acesso aos direitos sociais de saúde, assistência social, educação, cultura, transporte, esporte e lazer, convivência familiar e comunitária, além de suas estratégias de sobrevivência, dentre outros. Para a especificidade desse artigo, priorizou-se a análise de dados referentes à ocupação dos bairros de Lagoa Azul e Felipe Camarão em Natal/RN, condições básicas de infra-estrutura e as repercussões no processo de violação de direitos a partir do contexto de violência. Para tanto, trabalhou-se os resultados referentes à caracterização dos bairros pesquisados, migração, tempo de moradia no domicílio, moradia, acesso a pavimentação e saneamento básico, violência, violações de direitos, dignidade, segurança. A partir dos dados obtidos o texto discute a realidade de bairros periféricos, o processo de urbanização e a negação do direito a cidade no contexto do debate sobre pobreza que, do ponto de vista aqui assumido, constitui-se como uma das expressões da Questão Social. Para tanto esse trabalho compartilha reflexões com os estudos que apreendem a desigualdade social como resultado das contradições na ordem do capital, onde a reprodução da pobreza está histórica e socialmente vinculada à concentração da riqueza e como tal deve se constituir como objeto de investigação. Não se pode pensar em romper com a pobreza e com a desigualdade social sem desvendar os mecanismos econômicos, políticos e

sócio-institucionais que historicamente reproduzem essa concentração com o risco de, ainda que com o compromisso de lutar por uma nova ordem societária, investir em retóricas e políticas que visem atacar a pobreza a partir de sua melhor gestão e, o que nos parece mais grave, sob a responsabilidade majoritária daqueles que vivem suas consequências materiais e espirituais, ou seja, os pobres. Superar a discussão da pobreza como desconectada das explicações macro societárias, além da perspectiva teórico e ideológica da análise, é a possibilidade de estabelecer um patamar estratégico com as políticas sociais, e o Estado de Direito, sob ataque na conjuntura atual, posto que a democracia e a garantia de condições do viver para a parcela da população que produz a riqueza é, na realidade brasileira, uma ameaça ao status quo. Assim, conclui-se que o enfrentamento dessa realidade exige, ao menos, duas posições combinadas. Uma diz respeito, à caracterização desse enfrentamento, o que significa colocá-lo na alçada do político, econômico, social e cultural na historicidade das determinações da sociabilidade contemporânea. A outra e decorrente da anterior, diz respeito ao lugar no Estado e das políticas públicas como estratégicos, não só para avançar na instituição e garantias de direitos e condições imediatas de sobrevivência, como para disputar projetos societários a partir das lutas sociais.

.....

*** Íris Maria De Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal-RN, Brasil

*** Maria Regina De Avila Moreira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal-RN, Brasil

Resumen de ponencia

DESIGUALDADES SOCIAIS E DIREITOS À MATERNIDADE

*Sabrina Finamori

Este paper tem por objetivo apresentar e discutir o direito à maternidade a partir das intersecções de gênero, raça e classe. Tendo por foco o contexto de Belo Horizonte e as recomendações e portarias que previam a “retirada de recém-nascidos” de suas mães, ainda na maternidade, discuto as representações feitas pelos veículos de comunicação sobre a maternidade de mulheres que vivem ou viveram em situação de rua ou que foram, em algum momento de suas vidas, classificadas como “usuárias de drogas” bem como os debates que se sucederam em torno do direito à maternidade em contextos descritos como de “vulnerabilidade social”.

Em Belo Horizonte, a polêmica em torno da “retirada de bebês” se iniciou com a publicação de duas recomendações do Ministério Público em 2014 e uma Portaria da Vara da Infância e Juventude em 2016 que teriam levado a um aumento de casos de encaminhamento compulsório de recém-nascidos para abrigos.

As Recomendações nº 05/2014 e nº 06/2014, publicadas pela 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) dispunham sobre o fluxo de atendimento às gestantes e mães usuárias de “substâncias entorpecentes” nos serviços de saúde. Em julho de 2016, a Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte publica a Portaria nº3, reforçando as recomendações anteriores. Nela estava prevista que profissionais de saúde e assistentes sociais de maternidades públicas da capital comunicassem o nascimento de bebês quando houvesse suspeita ou constatação de situação de risco para os recém-nascidos em virtude de “dependência química ou de trajetória de rua” “de qualquer dos genitores”. Diferentes grupos ligados a movimentos sociais, entidades de direitos humanos, associações profissionais e deputados assinaram um manifesto conjunto no final de 2014 contrários às medidas destacando o aumento de casos de acolhimento institucional de recém-nascidos. Desde então, uma série de movimentos tem sido articulados. Uma audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e denúncias à Secretaria de Direitos Humanos e ao Conselho Nacional de Justiça apontaram a irregularidade das medidas. A Portaria foi suspensa em agosto de 2017, depois desse conjunto de mobilizações, mas a polêmica e as denúncias de que a prática continua a ocorrer tem vindo à tona juntamente com os casos de mães (e também de pais e famílias extensas) denunciando a arbitrariedade no processo de perda do poder familiar.

Nessa direção, parece-nos fundamental problematizar os modos pelos quais a noção de “melhor interesse da criança” tem sido mobilizada nesses contextos. Se do ponto de vista dos propositores e defensores dessa medida, ela é fundamental, pois visa o “melhor interesse da criança” em não ser exposta à “negligência e maus-tratos” que uma mãe “usuária de substâncias entorpecentes” (Trecho da Recomendação nº6, 2014) possa causar, do ponto de vista daqueles que se posicionam publicamente contra a medida é de “melhor interesse da criança” que sua mãe tenha “seus direitos

humanos respeitados” e que, em situações excepcionais, quando essa criança não possa ser mantida junto à mãe, que permaneça em seu núcleo familiar ou família extensa.

Nas vivências de parto e nascimento de mulheres com trajetórias de rua a dimensão social é, certamente, relevante uma vez que a capacidade delas para o exercício da maternidade é constantemente posta em questão tanto pelos profissionais da saúde como também do judiciário. Nessa direção, interessa-nos analisar o embate de direitos que se apresenta em situações contenciosas nas quais o direito da mulher ao exercício da maternidade é contraposto pela afirmação de que é “melhor interesse da criança” da sua mãe ser afastada. Assim, parece-nos fundamental compreender quais são os conteúdos que preenchem essa noção de “melhor interesse” em cada situação particular

No caso da portaria em discussão, embora, em tese, pudesse ser direcionada a mulheres de qualquer camada social, ninguém cogitaria que numa maternidade privada, uma mulher de classe média ou alta pudesse ter seu filho retirado pela suspeita de “dependência de substâncias”. É fundamental, desse modo, levar em conta a questão de classe presente nessas políticas, cujo alvo são mulheres das camadas mais pauperizadas, muitas das quais em situação de rua.

Na mesma direção, é também nosso objetivo deslindar as múltiplas configurações familiares nas quais essas mulheres estão imersas. Essa questão parece importante uma vez que boa parte das políticas direcionadas a mães em situação de rua circunscrevem suas experiências familiares no âmbito da noção de anomia ou desestruturação e justificam a separação de mães e recém-nascidos baseadas na ideia de que a violência constituir-se-ia como a regra dessas relações parentais. É fundamental, desse modo, problematizar as noções de regra e exceção tanto a partir das experiências concretas dessas mulheres como também dos argumentos usados pelos mais diversos atores (dos campos da saúde e da justiça) ao longo dessas trajetórias de parto e nascimento.

O tema é bastante delicado. No caso em tela, há uma nebulosidade em torno do número de crianças separadas de suas mães na maternidade e muitas das histórias que têm vindo à público envolveram uma rápida adoção desses bebês, indo, portanto, contra o princípio de que uma criança só deve ser posta em adoção quando esgotada as possibilidades de acolhida pela família de origem .

Tendo, desse modo, por base análise documental (reportagens, leis, portarias, recomendações), pesquisa etnográfica em eventos ligados à temática e entrevistas, a intenção desta apresentação é problematizar a relação entre desigualdades sociais e direito à maternidade a partir do acolhimento compulsório de recém-nascidos, uma vez que o alvo dessas políticas são mulheres das camadas mais pauperizadas, muitas das quais vivendo em situação de rua.

.....

* Sabrina Finamori

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, Brasil

Resumen de ponencia

DIFERENCIA, DESIGUALDAD Y TERRITORIO EN BOLIVIA

Centro de Investigaciones Sociales de la Vicepresidencia - CIS (Bolivia)

*Bianca De Marchi Moyano

*Farit Limbert Rojas Tudela

*Guillermo Guzmán Prudencio

La asociación entre la construcción de una identidad colectiva y de un territorio es frecuente. Los grupos sociales que se cohesionan en torno a cierta pertenencia, y que se distinguen del resto, muchas veces traducen sus relaciones en la apropiación de un espacio, así como en el control de ciertos recursos y circuitos, sobre los que ejercen dominio. Ahora bien, esas dinámicas de diferenciación pueden comprenderse como una profundización de la desigualdad social; en la medida que permiten la acumulación de ganancias, la protección de intereses y la concentración de beneficios para un grupo en particular, y sobre un territorio delimitado y excluyente. En esta ponencia nos interesa explorar esas relaciones entre diferencia, desigualdad y territorio a partir de tres investigaciones en curso desarrolladas por el Centro de Investigaciones Sociales en Bolivia.

La primera investigación muestra cómo el dominio de las rutas de transporte interprovincial de pasajeros por parte de sindicatos y asociaciones de transporte genera potentes formas de control y de beneficio entre sus miembros. Se trata de grupos que transitan las carreteras de la Red Vial Fundamental boliviana, especialmente en tramos inaugurados los últimos diez años. Las nuevas carreteras facilitan y consolidan procesos de migración de colectividades que mantienen contacto con sus núcleos andinos de origen. Así se desarrolla una desigualdad efectiva y que deviene en un dominio espacial de los caminos y del tránsito de pasajeros.

Una segunda investigación analiza la pluralidad de sistemas de justicia que se practican cotidianamente en Bolivia; en ellos se muestra una efectiva diferenciación de grupos distintos, de espacios de justicia que se desarrollan en la sociedad boliviana como parte de un amplio pluralismo de procedimientos y concepciones. Se trata de una diversidad que se extiende en entidades y organizaciones de diferente naturaleza y, en ese sentido, produce una territorialidad móvil: una espacialidad difusa pero efectiva de resolución de conflictos y de gestión colectiva.

Finalmente, el tercer estudio indaga la estratificación social e histórica de Bolivia. El proyecto construye una aproximación a la historia de la desigualdad en el país a partir de la utilización de medidas alternativas (variables proxis de diferenciales de estatura), correlacionando sus cambios tendenciales con las sendas de crecimiento económico del país, las medidas económicas más importantes y los cambios políticos más relevantes de la historia nacional. En ese sentido, se pone en evidencia una distribución general desequilibrada de recursos, de oportunidades y de las formas cómo éstas se expresan en la corporeidad de los sujetos, en términos principalmente cuantitativos. Ahora bien, el análisis propuesto no explicita territorios claramente

definidos ni en identidades cohesionadas, pese a que sí implica desigualdad.

Los tres cuerpos analíticos permiten el desarrollo de conclusiones transversales interesantes tanto para comprender la realidad boliviana como para discutir la aplicación de las ciencias sociales en la comprensión de la misma.

En el primer sentido, se pone en evidencia que Bolivia efectivamente es plural, pero que esa diversidad tiene muchas más expresiones que las señaladas en la Constitución Política del Estado. Cabe recordar que en ella la plurinacionalidad asume como base territorial e identitaria a las naciones indígena originario campesinas, cuya expresión espacial en un área autónoma es central. En ese sentido, la diversidad y la desigualdad que muestran los estudios no se relaciona con esa idea de naciones, sino con una pluralidad que, aunque tome expresiones territoriales, no tiene que ver con las áreas delimitadas previstas constitucionalmente.

El segundo sentido, más metodológico y epistemológico, es el que discute cuáles son las posibilidades explicativas de los abordajes y objetos de estudios propuestos para comprender las tres categorías: territorio, desigualdad y diferencia. La cuestión se justifica en la centralidad de estos temas en la discusión social boliviana. Así, lo que se debate es cómo los estudios interpelan las políticas públicas aplicadas en Bolivia y permiten, a partir de su diseño particular, imaginar nuevas propuestas.

.....

*** Bianca De Marchi Moyano**

Centro de Investigaciones Sociales de la Vicepresidencia - CIS. La Paz, Bolivia

*** Farit Limbert Rojas Tudela**

Centro de Investigaciones Sociales de la Vicepresidencia - CIS. La Paz, Bolivia

*** Guillermo Guzmán Prudencio**

Centro de Investigaciones Sociales de la Vicepresidencia - CIS. La Paz, Bolivia

Resumen de ponencia

DISCURSOS EN TORNO A LA FUGA DE CAPITALES: ENTRE LO RACIONAL Y LO MORAL

*Mariano Eduardo Bonilla

El presente trabajo surge de una investigación que tiene como objetivo convertirse en una tesis de maestría dentro del campo de la sociología económica, acerca del fenómeno de la fuga de capitales en la Argentina. Se trata de un estudio que busca analizar el período que se inició luego de la implementación del control de cambios impulsado por el Banco Central de la República Argentina, denominado comúnmente como “cepo cambiario”. Este hecho, ocurrido en el año 2011, ha desatado una multiplicidad de interpretaciones acerca de la regulación estatal a la adquisición de moneda extranjera. Dichas interpretaciones son el objeto de estudio de este trabajo. Serán abordados discursos producidos desde diferentes disciplinas como la economía, el derecho o la sociología; enunciados por economistas tanto liberales como heterodoxos, analistas especializados en paraísos fiscales y actores socialmente relevantes. También serán tenidos en cuenta organismos económicos y financieros de relevancia.

Siendo la economía y la sociología dos disciplinas distintas, la intención de llevar a cabo un trabajo de investigación en el campo de la sociología económica es poner el foco en procesos sociales en articulación con fenómenos económicos. En tal sentido, la propuesta busca dar cuenta de cómo esos fenómenos económicos no son disociables de los procesos sociales, problematizando acerca de la contradicción y/o complementariedad entre lo económico y lo social, poniendo en cuestión tanto la autonomía como la determinación de la dimensión económica pretendida por la ciencia económica desde los años 70 (Becker, 1992).

El campo de la economía define a la fuga de capitales como la salida de capitales locales que son propiedad de residentes para constituir activos en el exterior. Si bien es una temática que abunda en los análisis económicos, podría sostenerse que se trata de un concepto lábil: en primer lugar, porque existen diferentes métodos para estimar la fuga; en segundo lugar, porque puede ser legal o ilegal; y por último, porque el sólo hecho de denominar al fenómeno como fuga de capitales implica de por sí un posicionamiento político hacia el mismo.

Una revisión bibliográfica acerca de los estudios producidos sobre la fuga, arrojó como resultado que las investigaciones más relevantes acerca de la temática se han elaborado desde un marco teórico macroeconómico, pudiéndose distinguir dos enfoques diferentes: por un lado, la ortodoxia económica planteando que la fuga existe porque los agentes libres y racionales buscan maximizar su utilidad en un

contexto de alta inflación; en el lado opuesto, la heterodoxia se ha encargado de analizar las distintas formas que adoptó ese drenaje de recursos no percibidos por el fisco (elusión, evasión, endeudamiento externo), adscribiendo a la idea de que ese flujo de capitales hacia el exterior genera un límite al desarrollo socioeconómico, afectando así la capacidad estatal de producir mecanismos institucionales que busquen paliar los impactos negativos en la distribución del ingreso.

La intención que aquí se plantea es ir más allá de la dicotomía anteriormente reseñada. Desde un marco teórico constituido desde la teoría francesa de la regulación, y nutrido por autores como Pierre Bourdieu, Albert Hirschman, Marcel Mauss, Luis Dumont y Boltanski y Chiapello, es que se construye la propuesta de indagar las lógicas que hay por detrás del discurso que justifica moralmente la fuga de capitales. De esta manera, se pretende observar como los dispositivos de regulación social interpelan y estructuran las identidades y las prácticas de muchos argentinos. El objeto de estudio, por lo tanto, no es la fuga de capitales en sí, sino los discursos que la constituyen en tanto práctica económica, política y simbólica.

La fuga de capitales es una restricción macroeconómica muy característica de la economía argentina. Sólo en el año 2011, año en que se intensifican los controles de cambios, la fuga de capitales fue de 21.504 millones de dólares. Desde diciembre de 2015 hasta la actualidad la fuga ronda los 30 mil millones de dólares. Son sumas estructurales, comprometen la democracia, la soberanía, el desarrollo y la riqueza del país.

¿Podría frenarse este drenaje de miles de millones de dólares sólo con la coacción estatal a quienes eluden y evaden y controlando férreamente la venta de moneda extranjera? Este es el núcleo del problema que aquí se trata, a modo de hipótesis: no alcanza solamente con reprimir el delito de evasión, detener la elusión fiscal o incluso impulsar repatriaciones de capitales mediante amnistías fiscales. No bastaría con que el Estado vigilara intensamente las maniobras elusivas de bancos y multinacionales, restringiera la compra venta de divisas a aquel que desee ahorrar en dólares (tal como ocurrió durante el llamado “cepo cambiario”). No alcanza porque detener el flujo de capitales al exterior es tan sólo una arista (la económica) de un fenómeno que también está atravesado por lo simbólico y por lo político, pudiendo considerarse también lo jurídico.

La fuga es una problemática que no merece solamente un tratamiento económico que busque penalizar la evasión tributaria, o un ataque incisivo al diminuto conjunto de fugadores. Es por esta razón que se buscará desarrollar un enfoque acerca del carácter simbólico y político del tema, con un horizonte en la producción de lazos sociales alejados del egoísmo del ahorro privado en jurisdicciones offshore.

Desde esta perspectiva, no se trata de atacar al reducido aunque poderoso grupo de personas que fuga su dinero hacia guaridas fiscales, sino más bien de comprender los requerimientos morales del capitalismo argentino, en el cual hay intereses materiales e ideales (en sentido weberiano), un “ethos”, una creencia de que una persona actúa con justicia cuando fuga su dinero.

En cuanto a la ponencia, el objetivo es presentar a la de la fuga de capitales como un problema en la construcción de acuerdos políticos, económicos y simbólicos que tienen lugar en la Argentina, y que tienen un origen en la Reforma Financiera en el año 1977. Se pretende presentar un análisis de las justificaciones morales estructuradas desde conceptos como racionalidad, libertad o individualismo.

.....

*** Mariano Eduardo Bonilla**

Instituto de Altos Estudios Sociales. Universidad Nacional de San Martín - IDAES/UNSAM. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOCUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

*Adir Valdemar Garcia

*Jaime Hillesheim

*Tânia Regina Krüger

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, no âmbito da proposta denominada Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social, promovida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC).

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as concepções de educação, pobreza e desigualdade social e as proposições relacionadas a essas questões apresentadas pelos governos federal, do estado de Santa Catarina e de municípios dessa unidade federativa, considerando o período de 2003 a 2015, verificando como essas concepções e proposições se materializam no cotidiano escolar.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa quanto à abordagem, básica quanto à natureza, exploratória e descritiva quanto aos objetivos e bibliográfica e documental quanto aos procedimentos.

A amostra foi composta por documentos das seguintes esferas: Federal: 3 Planos Plurianuais (PPA), 2 Planos Nacionais de Educação (PNE) e 1 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 2 Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); Estadual: 3 PPA, 2 Planos Estaduais de Educação (PEE) e 2 Propostas Curriculares Estaduais (PCE); Municipal, considerando 6 mesorregiões e totalizando 12 municípios: 48 PPA, 14 Planos Municipais de Educação (PME), 8 Diretrizes Curriculares (DC) ou documentos equivalentes; Âmbito escolar, considerando 12 escolas localizadas nos municípios selecionados: 11 Projetos Político-Pedagógicos (PPP), visto que uma escola não disponibilizou o documento.

Quanto aos municípios, selecionamos em cada mesorregião o de maior porte e o de menor IDH. No caso das escolas selecionamos, em cada município, as com maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) matriculados.

A análise dos documentos mostrou que não há uma definição clara de educação. O que fica explícito são os papéis a ela atribuídos. No que tange à relação educação/pobreza/desigualdade social, a primeira está sempre relacionada à possibilidade de ascensão social para aqueles em situações mais precarizadas de vida e trabalho. Daí se destacarem três eixos norteadores quando tratado dessa relação: a defesa de uma educação inclusiva, o entendimento da educação como condição fundamental para o exercício da cidadania e a vinculação entre educação e mercado de trabalho.

A análise da realidade da educação e os caminhos a serem seguidos para fazer avançar

os indicadores dessa política, principalmente a qualidade, são relacionados às possibilidades financeiras do Estado e às estratégias de gestão adotadas. Nesse sentido, os avanços propostos dependeriam do estabelecimento de um “círculo econômico virtuoso”. O investimento na qualidade da educação, sempre sujeito ao dinamismo econômico capitalista, encontra, em um contexto de crise global, principalmente em economias periféricas como a do Brasil, impossibilidade de concretude, visto a necessidade de ajustes fiscais para evitar às quedas das taxas de lucro. Neste caso, mesmo que se possa assumir uma eventual universalização da educação básica e que se considerem os dados de frequência escolar, garantidos, principalmente, pela condicionalidade imposta aos beneficiários do PBF, os problemas continuam imensos. Quanto ao ensino superior, o contingenciamento adotado põe em risco o pouco que foi conseguido em termos de políticas de permanência.

No que diz respeito à concepção de pobreza, também não encontramos nos documentos qualquer reflexão direta que indicasse claramente como ela é compreendida. No entanto, da mesma forma que ocorreu em relação à concepção de educação, podemos inferir tal concepção a partir do conteúdo dos documentos, bem como dos programas relacionados às populações empobrecidas, em especial nos PPA. Podemos afirmar que a pobreza é, em primeiro plano, tomada como falta de recursos materiais para a manutenção da vida, expressando sua dimensão econômica. Mas também é tomada como ausência de cidadania, expressando sua dimensão política. Não sem motivo, os programas mais específicos voltados para a atenção aos pobres, em especial o PBF, se referem à garantia de direitos e ao “empoderamento” necessário para a participação social.

Verificamos, especialmente nos PPA federais e estaduais, uma preocupação com a pobreza e com a desigualdade social, esta última relacionada às desigualdades regionais. Considerando essa realidade, os programas sociais e de construção da cidadania são apresentados como absolutamente necessários. Ao Estado é atribuído um papel decisivo no projeto de desenvolvimento, devendo atuar como condutor do desenvolvimento social e regional e indutor do crescimento econômico, expressando uma perspectiva mais socialdemocrata.

Quanto às causas da pobreza constantes nos documentos federais e estaduais, identificamos que a mais destacada é a ausência de um desenvolvimento sustentável que pudesse garantir, como prioridade, a empregabilidade. Aqui, o estabelecimento de um círculo virtuoso da economia também aparece como fundamental. Neste caso, o processo de melhoria da economia se daria por meio da ampliação de um mercado de consumo de massa, indispensável a um desenvolvimento contínuo e sustentável. A solução da pobreza, em boa medida, está ligada à garantia de emprego, sempre atrelada à ampliação da escolaridade e à formação qualificada. Esse mercado de consumo de massa também dependeria dos programas sociais de distribuição de renda, em especial do PBF. À medida que este impõe as condicionalidades para o recebimento do benefício, têm como função romper o caráter intergeracional da pobreza, refletindo um dos papéis atribuídos à educação.

Os discursos voltados para o desenvolvimento da “condição cidadã” também aparecem nos momentos em que os governos das três esferas se referem à pobreza e à desigualdade social. Neste caso, é defendida a “inclusão” dos “excluídos”.

Considerando o objetivo da pesquisa, foram também analisados os PPP de 11 escolas. Para tanto, selecionamos quatro aspectos centrais: a) abordagens sobre a realidade

social, econômica e política do município e da comunidade onde a escola está inserida; b) base teórica que dá sustentação ao PPP; c) papel da educação e da escola; e d) concepções de pobreza e de desigualdade social.

Quanto à descrição da realidade onde a escola está inserida, os PPP analisados, em sua ampla maioria, não apresentam um diagnóstico mais apurado sobre a condição do município. Em alguns casos, encontramos poucos dados sobre a realidade da comunidade e dos/as alunos/as, marcadas pelas condições de pobreza. Nem sempre, contudo, os elementos estruturais geradores dessas condições são apontados. Ao contrário, algumas análises sobre a dinâmica da sociedade apontam para a necessidade de processos adaptativos dos indivíduos às estruturas existentes. Em relação às bases teóricas que sustentam os PPP, podemos afirmar que todos assumem uma perspectiva minimamente progressista, pautada em pressupostos socialdemocratas, como participação, democracia, igualdade, direito a uma vida digna e a uma sociedade justa. Esses pressupostos são tomados como realizáveis no âmbito da sociabilidade burguesa, sendo a educação um dos principais instrumentos para a construção da sociedade desejada. Há uma crítica à realidade existente, tanto que todos os PPP apontam a necessidade da transformação social, logicamente, dentro das margens da legalidade e da conciliação de classe.

Não encontramos nos PPP nenhuma reflexão em torno da pobreza e da desigualdade social de modo específico, apesar das defesas de transformação social dada à desigualdade existente. Aliás, os termos pobre, pobreza e desigualdade social não aparecem na ampla maioria dos PPP, o que chama a atenção, visto que selecionamos as escolas com o maior número de beneficiários do PBF. A referência ao PBF é feita, sem nenhuma reflexão, apenas em dois PPP.

Concluimos que, se há alguma indução dos demais documentos de gestão analisados sobre os PPP - instrumento de gestão escolar - esta está centrada no papel da educação e da escola e numa crítica a respeito da sociedade no que tange às “injustiças sociais”. Não é sem motivo que o discurso da cidadania é tão forte também nos PPP. O papel da educação de formar e qualificar, principalmente as populações pobres, para o mercado, muito evidente nos PPA e nos PNE e PEE, pouco aparece nos PPP. A baixa menção a esse papel da educação deve ser relativizada haja vista que a maioria das escolas cujos PPP foram analisados, oferece ensino até o nono ano. Ademais, a vinculação da educação à formação para o mercado de trabalho é um pressuposto assumido socialmente, principalmente quando são apontadas as alternativas para a superação da condição de pobreza.

A pobreza e a desigualdade social, aspectos tão destacados nos demais documentos de gestão, com exceção dos PPA municipais, são também praticamente ignorados nos PPP, ficando implícitos nas críticas feitas à “ordem social injusta”. Mais sério ainda é a quase inexistência de menção ao PBF. Isso efetivamente mostra que o debate sobre a pobreza e a desigualdade social está ausente nas escolas.

Os dados mostram que há uma crença na possibilidade de construção de uma “sociedade justa” no âmbito dessa forma social, mediada pela educação. Entendemos, porém, que a pobreza e a desigualdade social, no capitalismo, não podem ser administradas de modo sustentável e muito menos erradicadas. Enquanto houver o entendimento de que há a possibilidade de controle sustentável ou superação desses fenômenos, as ações propostas, mesmo que críticas, reforçarão a ideologia burguesa, dificultando a necessária reflexão sobre outra forma de sociabilidade.

.....

*** Adir Valdemar Garcia**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Brasil

*** Jaime Hillesheim**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Brasil

*** Tânia Regina Krüger**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Brasil

Resumen de ponencia

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO E PESQUISA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

*Freire Juciley Silva Evangelista

*João Nunes Da Silva

*José Carlos Silveira Freire

Educação, Pobreza e Desigualdade Social: experiências de formação e pesquisa na Universidade Federal do Tocantins - UFT.

A Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) é um projeto do Ministério da Educação brasileiro, desenvolvido por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC em parceria com universidades federais que tem como objetivo promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas. A EPDS parte da constatação da persistente existência da pobreza no País, que ao longo de nossa história tem afetado crianças, jovens e adultos. Apesar dos avanços das últimas décadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012), apresentou para 2012, o percentual de 12,09% da população brasileira em situação de pobreza ou pobreza extrema, totalizando aproximadamente 22.230.000 pessoas. Tal aspecto evidencia que a pobreza não deixa de existir quando um sujeito entra na escola e permite abrir um debate sobre a relação educação, pobreza e desigualdade social. Permite, também, confrontar com as políticas educacionais, a gestão da educação, a formação de professores, o currículo, dentre outros aspectos do contexto da educação básica. (MEC/Secadi, 2014)

A EPDS se organiza em torno de três dimensões: a Formação continuada (por meio do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social), o apoio a pesquisa acadêmica, à extensão e à difusão do conhecimento. A Universidade Federal do Tocantins por meio do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas - NEPED desenvolveu nos anos de 2016 e 2017 o curso de especialização, Pós-graduação lato-senso, atividades de extensão e uma pesquisa acadêmica intitulada: “Educação, Pobreza e Desigualdade Social no estado do Tocantins: Estudo das configurações escolares de populações em situação de pobreza e extrema pobreza” (UFT, 2016).

No âmbito do ensino de pós-graduação, o Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social foi direcionado aos profissionais de diversas áreas que atuam com políticas sociais que estabelece relações com contextos empobrecidos, dentre estes professores das escolas públicas e os operadores do Programa Bolsa Família que fazem o acompanhamento escolar dos alunos beneficiários deste Programa. O Curso formou 280 especialistas nesta temática, uma cobertura de mais 70% da meta estabelecida de 400 cursistas, atendendo a todas as regiões do estado

por meio dos polos de formação constituídos nas regiões norte, sul e central do estado do Tocantins. A formação teve por objeto de reflexão e debate as problemáticas que envolvem a relação educação e pobreza e suas consequências para os processos de organização curricular e das práticas pedagógicas.

Na dimensão da pesquisa, foi realizada uma investigação que partiu dos seguintes questionamentos: Quem são, onde e como vivem os alunos em situação de pobreza e extrema pobreza no estado do Tocantins? E, como as políticas educacionais pensam esses sujeitos, seus contextos e faz a mediação do enfrentamento dessas condições? O objetivo geral foi apreender como as crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza, especificamente os alunos do Programa Bolsa Família, são pensados e incorporados nas políticas educacionais no estado do Tocantins. Para isso, buscou-se conhecer a realidade socioeconômica e educacional do estado do Tocantins no período de 2010 a 2017; caracterizar o perfil socioeconômico e educacional dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família matriculados na escola pública de educação básica do Tocantins; identificar e analisar no Plano Estadual de Educação (2015-2025) e nos Planos Municipais de Educação de quatro municípios do estado quem são os sujeitos e quais as políticas propostas para a garantia do direito à educação das crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza.

No âmbito da extensão, objetivando alargar a discussão para além dos muros da Universidade, dialogar com estudiosos de outras instituições e constituir um espaço de reflexão e debates sobre a relação educação, pobreza e desigualdade social, foram desenvolvidos ao longo dos anos de 2016 e 2017 quatro seminários de pesquisa, cada um sobre uma temática específica de interesse do projeto de investigação em andamento. Assim, o I Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, refletiu sobre os desafios e perspectivas para a pesquisa e as políticas educacionais na relação educação, pobreza e desigualdade social no Brasil e no Tocantins. o II Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social debateu o tema da Infância e sua relação com a Pobreza e a Desigualdade Social, no intuito de refletir sobre os desafios e perspectivas do direito à educação da criança num contexto onde os mais variados estudos, no Brasil e no mundo, apontam que as crianças das famílias mais pobres estão fora do acesso à educação. o III Seminário de Pesquisa em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, abordou a temática Educação e Diversidade Sociocultural pondo em relevo as questões relativas à pobreza e à desigualdade social que afetam essa relação.

Ainda nessa dimensão da extensão, foi produzido pela equipe de pesquisadores, um vídeo-documentário sobre a relação educação e pobreza no estado do Tocantins, com objetivo de retratar a situação social e as expectativas educacionais das famílias e dos educadores das crianças beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família (SILVA; FREIRE, 2017). O vídeo produzido encontra-se no site do YouTube com o título Educação e Pobreza no Tocantins.

Todas essas atividades realizadas na Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social consistiram num conjunto de ricas experiências em torno de uma problemática que, infelizmente, no contexto de crise política e econômica em que vive o Brasil, se atualiza e torna-se de importância crucial para a continuidade da luta política por uma educação pública, gratuita e de qualidade social para todas as crianças e jovens desse país.

Referência

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília: MEC/Secadi, 2014.

UFT. Projeto de Pesquisa Educação, Pobreza e Desigualdade Social no estado do Tocantins: Estudo das configurações escolares de populações em situação de pobreza e extrema pobreza. Palmas: UFT/Propesq, 2016.

SILVA, João N.; FREIRE, Juciley S. E. Educação e Pobreza no Tocantins, 27 nov. 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yjTFN3DyfPc>. Acesso em 09 abr. 2018.

.....

*** Freire Juciley Silva Evangelista**

Universidade Federal do Tocantins - UFT. Palmas, Brasil

*** João Nunes Da Silva**

Universidade Federal do Tocantins - UFT. Palmas, Brasil

*** José Carlos Silveira Freire**

Universidade Federal do Tocantins - UFT. PALMAS, Brasil

Resumen de ponencia

EFFECTOS DE LA FINANCIARIZACIÓN DE LAS MATERIAS PRIMAS SOBRE LA DESIGUALDAD EN AMÉRICA LATINA

*Isabel Rodríguez-Peña

La desigualdad y la dependencia económica hacia las materias primas han sido dos problemas centrales en América Latina por décadas. En la actualidad el escenario se complejiza debido a los cambios ocurridos con las materias primas a principios del presente siglo, los cuales muestran una compleja relación con el mercado financiero - llamada financiarización- que se refleja en una mayor inestabilidad del precio de las materias primas y, en consecuencia, agudiza los efectos de la dependencia estructural que ha mantenido la región hacia las mismas.

El objetivo de la investigación es analizar los efectos y los mecanismos mediante los cuales la financiarización de las materias se reflejan en mayor desigualdad en la región de América Latina. La investigación se centra en el periodo 2000 a 2017, en el cual la evolución de los precios de las materias primas muestra altos picos y fuertes caídas. La investigación trata de hacer un mapeo de la trayectoria de México, Brasil, Perú, Argentina y Colombia durante el periodo mencionado. La selección de países responde a la dependencia en específico del recurso extractivo, de esta forma se trata de tener una visión completa de la evolución de los precios de las principales materias primas. Se parte de las implicaciones de la abundancia de recursos naturales, especialmente de los recursos no renovables, como minerales, hidrocarburos y gas al relacionarse con mayores grados de desigualdad. El argumento central es que la especialización en actividades extractivas no solo reduce los incentivos para invertir en capital humano, sino que también promueve la concentración de las rentas en redes clientelistas, lo cual lleva a la concentración de los ingresos en aquellos grupos sociales que controlan la explotación y la exportación de dichos recursos. Por lo tanto, una concentración en actividades extractivas puede generar la exclusión del grueso de la población de los beneficios que produce el aprovechamiento de los recursos naturales.

Una vez que se tenga una visión más completa del problema, se analiza la evolución del proceso de financiarización de las materias primas en las últimas décadas América Latina. Lo anterior es central ya que se trata de un concepto nuevo y en construcción, por lo que aún no existe un consenso sobre sus implicaciones y la trayectoria que va a tomar. Posteriormente se abordan directamente la situación de las economías de América Latina como tomadoras de precios dentro de un mercado en el que el capital financiero provoca una mayor inestabilidad. Por último, se exploran los mecanismos mediante los cuales el proceso de financiarización interfiere negativamente en la desigualdad.

La investigación muestra que los altos precios de las materias primas durante los últimos años no han derivado en una menor desigualdad económica. Se observa que dependencia por productos es variada entre naciones y en algunos casos la dependencia se ha reducido en los últimos años, sin embargo, la financiarización de las

materias primas es una condición generalizada que afecta la estabilidad de los precios de las materias primas y en consecuencia vuelve más vulnerables a las economías dependientes (debido a su condición como tomadoras de precios dentro de los mercados internacionales). Se muestra que en un escenario financiarizado, la dependencia hacia las materias primas complejiza y agudiza la dependencia estructural de América Latina. Por ello, las tendencias extractivistas, tradicionales y recurrentes, de los gobiernos de la región se ligan con nuevas formas de acumulación y de valorización de los recursos naturales. Procesos que se desligan del espacio real y termina por definirse dentro del espacio financiero, en el cual abunda la especulación y los intereses del capital global. Lo anterior deriva en un análisis actual de los cambios de las materias primas ocasionados por el mercado financiero y sus implicaciones sobre la desigualdad económica, social y ambiental en una de las regiones que históricamente ha sido castigada por ese mal.

.....

*** Isabel Rodríguez-Peña**

Universidad Anahuac del Norte UA. Ciudad de México, México

Resumen de ponencia

EL DECLIVE DE LA UTOPIA EMPRENDEDORA COMO ESTRATEGIA PARA ERRADICAR LA POBREZA EN EL PROGRESISMO REAL.

*Alejandro Mariatti

*Cecilia Lacaño

*José Pablo Bentura

Resumen. CLACSO

El declive de la utopía emprendedora como estrategia para erradicar la pobreza en el progresismo real.

A partir de los años 70 darán inicio a nivel planetario transformaciones sustantivas en todos los órdenes de la sociabilidad. De acuerdo con Hobsbawn (1995) es el fin de la edad de oro y el comienzo de la edad del derrumbe, el final de las tres gloriosas décadas heridas de muerte por “la ruptura del pacto inter-clases” en la perspectiva de Przeworski (1995), la transformación sustantiva de la cuestión social tematizada como metamorfosis (Castel 1997) o directamente como una nueva cuestión social (Rosanvallon 1995), es, de acuerdo con Bauman la aceleración de la fluidificación de la modernidad.

Estas transformaciones, notablemente estructurales, en el sentido que afectan radicalmente todo un sistema, van erigiendo una nueva estructuración que tiene expresiones sustantivas, como fue dicho, en todas las esferas de la sociabilidad.

La base de estas transformaciones encuentra su epicentro en las transformaciones en el mundo del trabajo, que tienen un carácter de tal magnitud que despliegan un debate en las ciencias sociales que la movilizan por la base. La pregunta sobre si la categoría trabajo continúa siendo central para el análisis de las sociedades contemporáneas muestra el dramatismo de estas transformaciones (Antunes, 1995; Gorz, 1982; Offe, 1995). En este período se generan niveles crecientes de desempleo, que en los modelos bismarkianos reduce la cantidad de aportantes a la Seguridad Social, desencadenando en una lógica pro-cíclica la reducción de las exigencias al capital por parte de los Estados: reducción de impuestos, menores controles y reglamentaciones, etc. El llamado proceso de flexibilización trae de la mano la desfinanciación de los Estados Sociales. (cf. Hobsbawn, 1995: 393 y sig.)

En la literatura empieza a resultar un lugar común la mención a transformaciones, metamorfosis o simplemente la emergencia de una “nueva cuestión social” (Castel, 1997; Rosanvallon 1995) La administración de la cuestión social sufre, entonces, una alteración sustancial, la solidaridad entendida como el lazo vinculante entre individuos interdependientes se enfrenta a la existencia, aparentemente irreductible, de

contingentes humanos, que son visualizados como “inútiles al mundo”. Los doce trabajos de Heracles en los Estados Sociales, garantizar el pleno empleo y desarrollar políticas tendientes al bienestar de la población se trasmutan en la necesidad de garantizar la integración social en una sociedad donde la interdependencia dejó de ser visualizada como una realidad operante.

En el terreno de las políticas sociales se registra, como apunta Filgueira (1998), un pasaje de políticas universales, sectoriales y centralizadas a políticas focalizadas, integrales y descentralizadas. Este desarrollo significó un giro en el modelo de gestión social, con un bias despolitizante (Mariatti, 2016) al tiempo que varias de las estrategias de atención de la pobreza estaban orientadas a la promoción de un ethos empresarial en el individuo, como un “capital” tendiente a favorecer la creación de ejércitos de emprendedores, individuales y cooperativos, capaces de encontrar un espacio en la cadena de valor agregado del mercado, tejiendo su propia red de sobrevivencia, haciéndose “responsables de sí mismos” (Crespo et al, 2009).

La capacitación para aprovechar las oportunidades del mercado y el redescubrimiento de un saber “propio” del individuo, parecían ser la llave para conducir la conducta del futuro emprendedor, al tiempo que se procesaba una fuerte resemantización de la cuestión social, como explicación psicológica y no estructural (Crespo y Serrano, 2007).

La crisis arrastrada desde la década de los setenta, promovió la resemantización y una nueva atribución de responsabilidades en la atención a los problemas de pobreza, a partir de un recorte cada vez más individualizante (Crespo y Serrano, 2007). El escenario contemporáneo de fuerte psicologización en términos ideológicos profundizó un discurso “económicamente” heterónimo, como si la “economía” fuera una entidad no humana, con leyes propias (ver Crespo y Serrano, 2007: 252), y que en algún sentido evidencia la renuncia a la regulación del mercado y la consecuente naturalización de la pobreza.

Sin embargo, en los últimos años, esta confianza en el emprendedor, el mercado y la promoción de estas estrategias emprendedoras, parece cuestionarse. Nos proponemos en esta ponencia, caracterizar los programas que fueron creados “como experimentos” de promoción, como cuestión social para el progresismo (Bentura, 2010), para luego, establecer una correlación con reflexiones actuales, de los propios directores de estos programas a diez años de ejecución. La estrategia de salvación personalizada propia del emprendedurismo, parece estar fracasando y esto abre paso a nuevo escenario de creación en la gestión social.

Bibliografía

ANTUNES, R (1995) Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, São Paulo.

BAUMAN Z (2002) “La modernidad líquida.” Ed. Paidós, Buenos Aires.

BENTURA, J. P.; VECINDAY, L. El desarrollo de experimentos de inserción como respuesta ante los problemas de integración social. Revista Trabajo Social Antioquia,

Medellín, Colombia, n. 10, 2009.

BENTURA, J. P. (2010) La Cuestión Social como construcción ideológica: propuesta de una tipología para su comprensión. Análisis del caso de la política asistencial del gobierno del Frente Amplio. Tesis Doctoral. FLACSO.

CASTEL, R (1997) Las metamorfosis de la Cuestión Social. Una crónica del salariado. Buenos Aires, Paidós.

CRESPO. E; REVILA JC; SERRANO. A (2009) Del Gobierno del trabajo al gobierno de las voluntades: El caso de la activación. Ed, Psicoperspectivas. ISSN 0718-6924 VOL. VIII, Nº 2. Este artículo está disponible en: <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/issue/view/10>

CRESPO. E y SERRANO. A (2007) Regulación del trabajo y el gobierno de la subjetividad: la psicologización política del trabajo. En: Psicología social crítica / coord. Por Anastasio Ovejero Bernal, 2011, ISBN 978-84-9940-202-4, págs. 246-263. Capítulo 15. (8/2/2018) Disponible en: <http://webs.ucm.es/centros/cont/descargas/documento25372.pdf>

DOMÍNGUEZ UGA. V (2004) A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. Revista Sociologia Política. Curitiba. 23, p. 55-62.

FILGUEIRA. (1998). El nuevo modelo de prestaciones sociales em América Latina, residualismo y eficiência, ciudadanía estratificada. En: ROBERTS, B. (Ed.) Ciudadanía y política social. Costa Rica. Flacso.

GORZ, A. (1982) Adeus ao proletariado. Forense. Rio de Janeiro.
Harvey, D (1994) La Condición Posmoderna. Sao Paulo Loyola

HOBSBAWM, Eric (1995) Era dos extremos o breve século XX 1914-1991. Companhia das Letras, São Paulo.

MARIATTI. A (2016) Política social y despolitización. CSIC. Montevideo.

OFFE, C. (1995) Capitalismo desorganizado. Transformaciones contemporáneas do trabalho e da política. Editorial Brasilense. Sao Paulo.

PRZEWORSKI, Adam (1995) Capitalismo e social-democracia. Companhia das Letras, São Paulo.

ROSANVALLON, Pierre (1995) La nueva Cuestión Social. Repensar el Estado providencia. Ediciones Manantial, Buenos. Aires.

.....

*** Alejandro Mariatti**

*Departamento de Trabajo Social - Facultad de Ciencias Sociales- Universidad de la República (DTS-FCS-UdelaR).
Montevideo, Uruguay*

*** Cecilia Lacaño**

*Departamento de Trabajo Social - Facultad de Ciencias Sociales- Universidad de la República (DTS-FCS-UdelaR).
Montevideo, Uruguay*

*** José Pablo Bentura**

Departamento de Trabajo Social - Facultad de Ciencias Sociales. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

EL IMPACTO DESIGUAL DE LA CRISIS DE 2008 EN LA POBLACIÓN ECONÓMICAMENTE ACTIVA. UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS LA CRISIS ENTRE HOMBRES Y MUJERES.

*Carlos Alberto Casas Lopez

En 2008 se produjo una crisis financiera, en la que dio por resultado el colapso del mercado hipotecario, con el cual se desplomaron las instituciones financieras, es decir, se produjo una reacción en cadena que perjudicó los mercados mundiales. En México según datos del Banco Mundial, el país registró un crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB) en 2008 de 1.4% y en 2009 de -4.7% lo cual se refleja una caída por la crisis. Las afectaciones que sufrió fue por la estrecha vinculación que hay entre la economía mexicana y la estadounidense, lo que ha creado una relación en la que si a Estados Unidos le va bien económicamente a México le va bien y no es un caso específico de México, sino, que la estrecha relación se asocia con todo Latinoamérica.

Dentro de la economía nacional de México es un país que la mayor parte de su producción industrial y manufacturera se envía a Estados Unidos. Al estallar la crisis hipotecaria, las instituciones financieras no conocían la cantidad de pasivos netos que se encontraban fuera de balance, por lo que, el crédito se paralizó con lo que se causó una pérdida de la confianza de los inversionistas, falta de compra de bienes y servicios, lo que llevó a la caída de la producción, por lo tanto una falta de circulación de la moneda. Por lo tanto las afectaciones en México de la crisis fue la retirada de capitales del país, lo que llevó a pérdida de producción y esto a la pérdida de plazas laborales. En materia de empleo en el país, en el sector formal hubo una pérdida de 170 mil empleos en 2009, según datos del Instituto Mexicano del Seguro Social.

Por lo que este estudio explora como fueron las fluctuaciones de la Población Económicamente Activa (PEA) en los años 2005 a 2011, mediante un análisis de los datos de los indicadores estratégicos de ocupación y empleo en México. En el cual se demuestra como la Población Económicamente activa ocupada femenina se desplomó, mientras que el masculino se mantuvo. Lo que da por resultado que con la crisis de 2008 en México representó una caída de la PEA Ocupada Femenina dando por resultado condiciones de desigualdad de ingreso entre hombres y mujeres, debido a que las afectaciones de la crisis en 2008 no fue de la misma manera, para hombres como para mujeres, aunque la población total del país mantuvo su crecimiento constante, el empleo femenino remunerado se vio disminuido. Tanto como para hombres y mujeres los puestos de trabajo se vieron rescindidos por sanear las cuentas empresariales, lo que dejó en una situación de vulnerabilidad a los afectados.

Si bien se perdieron personas ocupadas en este periodo, fueron absorbidas por la PEA ocupada femenina, con lo que las condiciones de desigualdad se siguen perpetuando, a pesar de los esfuerzos por parte del estado para brindar condiciones de igualdad entre hombres y mujeres. Por lo tanto fueron las mujeres quienes se vieron en una situación de vulnerabilidad, al perder su fuente de ingresos, y los derechos sociales

que conlleva el trabajo, como seguridad social, fondos para vivienda, servicios de salud, fondo para el retiro. Los puestos menos indispensables, son los que al momento de realizar recortes de personal son cortados, por lo tanto se puede inferir que a pesar de la búsqueda de la igualdad, las mujeres siguen desempeñando puestos menos vitales que los hombres. Es necesario establecer un precedente en el hecho de que la PEA ocupada femenina es más sensible a los cambios económicos, esto se argumenta en base a que los cambios de la PEA ocupada Femenina son más bruscos que la PEA masculina. Con lo cual nos dice que al ser más sensible a los cambios puede generar condiciones de desigualdad.

La información obtenida para la realización de esta investigación se tomo del Sistema Estatal y Municipal de Base de Datos el cual es dependiente del Instituto Nacional de Estadística y Geografía, esta información se desprende de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), la cual tiene una población variante correspondiente a los años en los que se aplico la encuesta. La muestra cuenta con un tamaño de 120,260 viviendas la cual se realiza de manera trimestral en las 32 entidades del país, dentro de estas 32 entidades se toman 3 segmentos a analizar como muestra, a las ciudades con más de 100 mil habitantes, a un complemento urbano y a una muestra rural, con lo que se evita que la muestra sea sesgada a un solo sector de la población.

.....

*** Carlos Alberto Casas Lopez**

Centro Universitario de la Costa de la Universidad de Guadalajara - Cucosta U. de G.. Jalisco, México

Resumen de ponencia

EL PAPEL DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LA (RE) PRODUCCIÓN DE LA ÉLITE. LA VOZ DE LAS UNIVERSIDADES CHILENAS

*Cristóbal Villalobos

Uno de los mecanismos más importantes de producción y reproducción de la élite es la educación y, particularmente, la educación superior. Así, y a medida que se elevaba los niveles de desarrollo en las sociedades, y a medida que aumentan la proporción de jóvenes que acceden a la universidad, las calificaciones posteriores a la secundaria se volvían cada vez más decisivas para integrar grupos de élite (Khan, 2012). De esta manera, el campo de la educación superior se organiza de acuerdo con una jerarquía de prestigio que se ha intensificado a medida que la democratización de la educación terciaria se ha expandido, respondiendo a la presión de las familias de elite para preservar el carácter distintivo de las credenciales de sus hijos. Esta jerarquía de estatus privilegia a un "grupo selectivo" de cursos que asegura altos ingresos, alto reconocimiento social y vastas y poderosas redes sociales, abriendo la puerta a futuras posiciones de élite. Sin embargo, el valor simbólico de estos títulos (y su valor útil como recurso estratégico en el ámbito profesional y social) también depende de la "marca de fábrica", es decir, depende de la universidad que los haya entregado, de su académica calidad, sino también en su exclusividad social. Entonces, es la combinación de algunos títulos de cursos en algunas universidades lo que permite la perpetuación del proceso de segmentación social y de reproducción de las desigualdades a favor de algunos grupos sociales (Bourdieu, 1989; Brunner, 2012).

Considerando estos antecedentes, en este trabajo, proponemos presentar los resultados exploratorios de un proyecto de investigación chileno llamado "Las élites académicas universitarias en Chile. Un estudio sobre los perfiles, las vivencias y las percepciones sobre el tiempo del alumnado y el rol de las instituciones universitarias de élite en los procesos de reproducción y movilidad social " (CONICYT, Fondecyt Regular nr.1170371). La información presentada en este documento es resultado de un conjunto de entrevistas realizadas a directores, y personal directivo y docentes (N = 48) de ocho carreras de educación superior de élite, entre ellos en Medicina, Derecho, Economía, Ingeniería Civil y Teatro, que se ofrecen en cinco de las universidades chilenas más privilegiadas pertenecientes al sistema privado (religioso y secular) y público (incluidas las universidades públicas y privadas, religiosas y seculares).

A través del análisis de contenido de estas entrevistas (y utilizando como marco conceptual las teorías de la reproducción social de Bourdieu y las teorías de la justificación de Bolstanski) analizaremos el ethos institucional de cada titulación y universidad y la percepción de la voz institucional sobre la captura de los antecedentes sociales y académicos de los estudiantes, su interés en estudiar el grado del curso y su

inserción en la mayor parte posiciones privilegiadas del trabajo de mercado.

Los resultados muestran múltiples aspectos respecto de los procesos de reproducción social y producción de las élites en el espacio universitario. En primer término, se puede observar que los entrevistados comparten la percepción de que sus cursos se caracterizan por un ethos singular que los hace diferentes de los demás. Esta singularidad es conferida por la calidad académica, comprende como una mezcla del riguroso proceso de selección, credencial de docentes y antecedentes académicos de los estudiantes, pero también por la inculcación de un conjunto de valores profesionalmente relevantes para quienes se preparan para ocupar puestos de élite : el sentido del trabajo, la exigencia y la capacidad de recuperación, pero también la responsabilidad, la confianza y la autonomía se encuentran entre las cualidades inculcadas en las escuelas de élite y las familias de élite. En segundo término, los entrevistados también hablan de ser una gran mayoría de estudiantes pertenecientes a clases altas o clases medias altas, que tienen una preparación académica sólida y que provienen de las escuelas secundarias privadas selectivas. Así, las carreras de medicina y la economía que ofrecen las universidades públicas son la excepción al monopolio de los "herederos", que funcionan como vehículos para la movilidad social, aunque solo en contados casos. Según los entrevistados, estudiantes no pertenecerían a los grupos sociales más privilegiados, pero su alto sentido de compromiso y su fuerte orientación hacia los objetivos les ayuda a superar su desventaja de clase. En tercer término, y respecto a la integración de estos estudiantes en el mercado laboral, los entrevistados aseguran que no tienen problemas para acceder, en muy poco tiempo, a puestos profesionalmente favorecidos. Según ellos, estos cursos específicos, impartidos por estas universidades específicas, son la excepción al desempleo, lo que demuestra que la masificación de la educación superior no representa una amenaza para los estudiantes que se han beneficiado de las condiciones para hacer la combinación "correcta" entre los títulos de los cursos y la universidad. Finalmente, los resultados muestran diferencias importantes tanto a nivel de carrera como de universidad respecto de las justificaciones que los actores dan para la posición que ocupan dentro del sistema de educación superior. De esta forma, en algunos casos se utilizan justificaciones sociales (focalizadas en el supuesto sentido social de la institución), mientras que en otros casos se resalta el carácter único e innovador de la institución. A pesar de estas diferencias, en todos los casos los entrevistados reconocen su posición de ventaja y la justifican

Este conjunto de resultados permite aportar al estudio de las élites y entender como funcionan sus enclaves en la educación superior, arrojando luces sobre cómo la producción y reproducción del privilegio sigue siendo una realidad en Chile, cuestionando así las "narrativas" de la democratización educativa y de la justicia social. En un país que presenta niveles tan altos de desigualdad social como Chile, se vuelve importante comprender cómo las elites encuentran nuevas estrategias para preservar su estatus en un contexto de relativa apertura de la universidad, contribuyendo a la segmentación social de la educación superior chilena. También es relevante dar cuenta sobre cómo estos nuevos enclaves educativos de privilegios están contribuyendo a la perpetuación de la reproducción social y cómo enfrentan su papel en la preparación de los estudiantes para el ingreso a las posiciones de élite económica, social, cultural y

política, legitimando la llamada "nueva desigualdad democrática", tan propia de los países latinoamericanos.

.....

*** Cristóbal Villalobos**

Pontificia Universidad Católica de Chile PUC. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

EL ROL DE LOS TALLERES DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, EN EL MARCO DEL PROGRAMA UBAXXII DE EDUCACIÓN EN CÁRCELES.

*Nicolas Omar Nuñez

El rol de los talleres de extensión universitaria, en el marco del programa UBAXXII de educación en cárceles.

En la Universidad de Buenos Aires se desarrolla hace más de treinta años una experiencia educativa que acerca la universidad a las personas que están privadas de su libertad. El programa se desarrolla de manera presencial en 3 unidades penales, dos de varones y una de mujeres. En este trabajo me interesa dar una visión general del programa UBA XXII, su historia, y las principales tensiones producidas por el cruce de dos instituciones: la cárcel y la Universidad. En simultáneo, me interesa subrayar la importancia que tienen los talleres de extensión universitaria realizados por estudiantes y docentes, a la hora de pensar los centros universitarios en contexto de encierro, su dinámica y reproducción.

Una reflexión sobre la práctica educativa en contextos de encierro debe, al mismo tiempo, hacerse la pregunta por cómo es entendida la cárcel en el contexto actual. Me interesa partir de la relación inmanente entre sistema penal y sistema social (De Giorgi, 2006). Desde fines del siglo XX hasta la actualidad, existe un giro de las políticas públicas en materia de seguridad, hacia lo que se denomina Nueva Penalogía y Nueva prevención (Daroqui, A., Kaminsky, G. y Pegoraro, J., 2003) en correlación con los principales cambios con una racionalidad política neoliberal (Sozzo, 2000). Concretamente, la emergencia de dichas políticas derivaron en la “ampliación del campo de la política del control del delito” (Rangugni, 2010:9). Es, en términos de Wacquant, el pasaje de un Estado social a un Estado Penal (Wacquant, 2000).

Para el desarrollo del presente trabajo realicé una sistematización de notas de campo, recogidas durante los años 2016-2017. Las notas fueron tomadas en el marco de dos talleres llevados adelante Centro Universitario Devoto (CUD), y son el resultado de la vivencia de múltiples encuentros en las aulas del CUD, conversaciones con estudiantes y docentes del programa UBA XXII y el contacto con experiencias organizativas como el Sindicato Unido de Trabajadores Privados de la Libertad (SUTPLA)

La universidad en la cárcel y la cárcel en la universidad

La propuesta del programa UBA XXII es que la universidad vaya a la cárcel, que las clases sean presenciales y se dictan en los Centros Universitarios de cada penal. Pensar a una institución educativa, en este caso la Universidad de Buenos Aires (UBA), al interior de una institución como la cárcel, supone un punto de contacto entre dos

lógicas institucionales en conflicto: por un lado la universidad, que se piensa a sí misma democrática, busca la apertura de debates, estimula el conocimiento y brinda herramientas para el desarrollo personal y profesional; por otro lado la cárcel, una institución total, que en la actualidad se ha reconfigurada como expansión punitiva de un poder que reprime a los excluidos y los almacena en el espacio carcelario (Wacquant, 2000). Es de esta vinculación entre ambas instituciones que surge la necesidad de imprimirle al programa una perspectiva emancipadora, apuntando a disputar y/o introducir nuevos sentidos en el espacio carcelario desde la universidad.

En el marco del programa UBA XXII funcionan los talleres extracurriculares, destinados al total de población carcelaria, no sólo universitarios, es decir que en los talleres se genera un espacio en el que conviven personas detenidas con distintos niveles educativos. Esta composición es un desafío en términos pedagógicos. La inserción de la UBA en la cárcel a través del programa UBA XXII “Educación en contextos de encierro” habilita, ineludiblemente, la pregunta por el carácter emancipador de toda práctica pedagógica. Más específicamente, este contexto posibilita pensar la relación que se establece entre el dispositivo carcelario y el dispositivo universitario. Y más aún, sobre las tensiones que atraviesan a la práctica pedagógica dentro del CUD y los sentidos en disputa. En suma ¿qué sucede con un espacio de educación que se pretende emancipador pero funciona al interior de un espacio de expansión punitiva?

.....

*** Nicolas Omar Nuñez**

*Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IEALC/UBA.
Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina*

Resumen de ponencia

EN EL BORDE DEL DESBORDE. LA CONSTRUCCIÓN DE OTROS POSIBLES

PLENARIO DE MUJERES DEL URUGUAY - PLEMUU (Uruguay)

*Analía Cancela

*Andrea Garrido

*Viviana Ruiz Santesteban

En el contexto heterogéneo del Uruguay actual se traman profundas desigualdades económicas, sociales y culturales. En ese marco, en la ciudad de Montevideo, asistimos a la segregación barrial en Unidad Casavalle donde los servicios que hacen a la ciudad llegan escasamente (o no llegan, o se suspenden). La violencia y la inseguridad son parte de la vida cotidiana de la gente que allí vive o transita trabajando por el barrio, de los niños cuando se cierra una escuela por un operativo policial, de los adolescentes y adultos que no llegan a un centro de estudio o a trabajar porque el transporte colectivo deja de circular, de todos, cuando el centro de salud cierra sus puertas. Existe temor a perder la vida, ser lastimado o asaltado por recorrer las calles o estar en una plaza.

El barrio Unidad Casavalle es estigmatizado como “zona roja” y es uno de los territorios más poblados de la ciudad. Se observa un importante número de niños y adolescentes menores de dieciocho años en relación a la población adulta y es uno de los porcentajes más altos en comparación con el resto de Montevideo. La mayoría de los hogares presenta condiciones de hacinamiento, dificultades en el saneamiento y condiciones de higiene precarias.

El nivel educativo de la población es muy bajo. En el comportamiento de los niños, niñas y adolescentes se advierte que si bien terminaron la enseñanza primaria, existe un fuerte abandono de la enseñanza media en el primer y segundo año del ciclo básico, fruto del alto grado de repetición, como consecuencia de la asistencia irregular, de los conflictos personales, familiares e interpersonales y las dificultades para “habitar” el lugar con las reglas que tiene.

El sector más vulnerable de jóvenes que no trabajan, ni estudian ni buscan empleo son las mujeres, debido fundamentalmente a su condición temprana de madre; no obstante, dadas las condiciones de exclusión cotidianas, también existe un alto porcentaje de jóvenes varones que se encuentran al margen de los espacios de socialización básicos, del sistema educativo, laboral u otras instancias de integración que hacen que se profundice y sostenga la desigualdad, la pobreza y que el “derecho a la ciudad” no sea tal.

Es en este contexto que desde hace veinte años se lleva adelante una propuesta de Educación No Formal, el Centro Juvenil “Proyecto Ciempiés”, que es gestionado por la Fundación Plenarío de Mujeres del Uruguay (PLEMUU) y del que participan jóvenes entre 13 y 17 años. El proyecto busca promover la inserción (y la reinserción) educativa, y aportar hacia la construcción de un proyecto personal y una salida laboral en el futuro. La participación de los y las adolescentes en distintos talleres - orientados al trabajo, el estudio, las expresiones artísticas - fomenta la incorporación de formas de convivencia y trabajo. Se generan así condiciones para la integración a la sociedad en clave activa, para la construcción de subjetividades emancipadas. Habilitar la oportunidad.

La búsqueda constante de dar sentido “al sinsentido cotidiano” de la exclusión y la violencia, de dar sentido al valor de la vida misma, a la posibilidad de poder construir y proyectarse; a dar respuesta a los ¿para qué? y ¿por qué?, ¿para qué estudiamos?, ¿para qué aprendemos?, ¿por qué tengo que trabajar si se puede conseguir dinero más rápido y más fácil de otra manera?, ¿por qué hay reglas que cumplir?... es lo que nos mueve a pensar filosóficamente nuestro trabajo y a escribir esta ponencia, producto del análisis de nuestras prácticas.

Como plantea Duschatzky (2015) pensar filosóficamente implica “escuchar” y advertir que algo de lo que sabíamos, hacíamos o suponíamos no está funcionando, y que “pensar es pensar problemas más que soluciones” “Nos violenta una fuerza que no sabemos pensar. No es el hecho en sí lo que nos violenta, sino el estado de perplejidad, de incomodidad que nos quita la ilusión de entenderlo todo. El problema es la pregunta que nos pone en movimiento” (p.3). ¿Cómo trabajamos con los adolescentes del centro juvenil para que se hagan viables otros posibles?, ¿Cómo acercarnos a una posible comprensión de la realidad y elegir con qué códigos trabajar en cada caso?

Utilizamos para pensar lo posible de nuestro trabajo el concepto de rizoma que plantean Deleuze y Guattari (2015) “un rizoma no cesaría de conectar eslabones semióticos, organizaciones de poder, circunstancias relacionadas con las artes, las ciencias, las luchas sociales. Un eslabón semiótico es como un tubérculo que aglutina actos muy diversos, lingüísticos, pero también perceptivos, mímicos, gestuales, cogitativos: no hay lengua en sí, ni universalidad del lenguaje, tan sólo hay un cúmulo de dialectos, de patois, de argots, de lenguas especiales. El locutor oyente ideal no existe, ni tampoco la comunidad lingüística homogénea” (p.18), haciendo una interpretación abierta, eso nos ha habilitado a acercarnos a entender las situaciones cotidianas desde una perspectiva de conexión de las circunstancias y como estas generan otras. En el pensamiento rizomático, como en un rizoma, se conecta un punto con otro punto cualquiera, con múltiples entradas y salidas, con variaciones, en un territorio siempre abierto a nuevos trazados. Vamos a desarrollar en nuestra ponencia una serie de ideas sobre las preguntas que planteamos antes desde esta perspectiva de trabajo.

Referencias Bibliográficas

- Duschatzky, S. (2015) Des-armando escuelas, Buenos Aires, Argentina, Paidós.
Deleuze, G. y Guattari, F. (2015) Rizoma Introducción, Valencia, España, Pre-textos.

.....

*** Analía Cancela**

PLENARIO DE MUJERES DEL URUGUAY PLEMUU. MONTEVIDEO, Uruguay

*** Andrea Garrido**

PLENARIO DE MUJERES DEL URUGUAY PLEMUU. MONTEVIDEO, Uruguay

*** Viviana Ruiz Santesteban**

PLENARIO DE MUJERES DEL URUGUAY PLEMUU. MONTEVIDEO, Uruguay

Resumen de ponencia

ENTRE BARRIOS NACIONAL-POPULARES Y NEOLIBERALES: COHESIÓN BARRIAL EN POBLACIONES Y VILLAS DEL GRAN SANTIAGO

*Pedro Castillo

El surgimiento de barrios, poblaciones y villas en el Gran Santiago desde fines de la década del treinta en adelante, ha estado atravesado por cambios sociopolíticos, económicos, culturales y urbanos que han afectado la forma de relacionarnos y vincularnos socialmente, y tanto en el período nacional-popular como en el neoliberal, los pobres urbanos han desarrollado estrategias de acción colectiva y formas de cohesión para desafiar las desigualdades sociales y urbanas, y así mejorar sus condiciones de vida colectivamente.

Hacia la década del cincuenta no había dudas que el acceso a la vivienda era el problema social más grave de Chile. Fiel reflejo de esto fue Santiago, ciudad que comenzaba a no dar abasto frente a las oleadas migratorias que venían desde el campo, atraídas por el crecimiento industrial urbano. En su lucha por revertir las desigualdades sociourbanas existentes, los pobres urbanos comenzaron su búsqueda por un lugar donde poblar. Ocupando los márgenes de la ciudad, levantaron callampas y estrategias comunitarias de sobrevivencia, transformándose en productores del espacio urbano, en permanente tensión con el modo de urbanización capitalista, y en búsqueda por su integración en sociedad. En un ambiente marcado por las tensiones entre desarrollo y dependencia, y por la influencia de visiones distintas sobre marginalidad urbana y promoción popular, los pobladores se fueron convirtiendo en un actor político, y mediante la lucha social y política levantaron tomas de terrenos, generaron procesos de autoconstrucción y autogestión popular, además de vínculos con partidos de centro izquierda e iglesia católica, interpelando al Estado por el derecho a la ciudad. Esta constituye la esencia de lo que denominamos tipológicamente barrios nacional-populares.

Por otra parte, el golpe de Estado y la dictadura militar iniciada en 1973, emprendieron la tarea de eliminar las bases de la sociedad nacional-popular y debilitar a los actores sociales, mediante asesinatos y violaciones a los derechos humanos, persecución a dirigentes y la desarticulación de los partidos políticos. Los pobladores, vistos como una amenaza proletaria, también fueron perseguidos, desarticulados y disgregados por la periferia urbana santiaguina. Las reformas neoliberales y la transferencia de poder a los actores económicos, iniciaron un proceso de liberación del suelo urbano que erradicó y radicó pobladores hacia sitios de bajo valor económico, los endeudó a partir de subsidios de viviendas de baja calidad, segregándolos socioespacialmente, y profundizando problemáticas sociales y la proliferación de guetos urbanos. Si bien, los pobladores sortearon las crisis económicas, el hambre y la represión con audacia

comunitaria y cohesión. Y, a su vez, combatieron la dictadura desde sus propios territorios, jugando un papel esencial en el retorno a la democracia. También fueron despolitizados y acostumbrados al asistencialismo y a la relación clientelar. Y fragmentados en sus vínculos comunitarios, bajo un modelo que rompió con la colectividad e hizo primar la lógica individual propia del mercado y el consumo. Estas serían las características que constituyen a los barrios neoliberales.

Bajo esta comprensión tipológica, realizamos un estudio comparado de cohesión barrial entre barrios nacional-populares (BNP) y barrios neoliberales (BNEO), buscando conocer la calidad de las relaciones sociales y comunitarias que presenta cada tipología barrial en la actualidad, explicando los hallazgos a partir de sus orígenes sociopolíticos y urbanos, y a condiciones materiales concretas, las cuales nos permitirán comprender cómo se manifiestan las desigualdades sociales y urbanas en los barrios del Gran Santiago bajo el neoliberalismo avanzado.

El estudio se realiza en base a metodologías mixtas de investigación, bajo un modelo secuencial de técnicas de producción de datos cuantitativos (CUAN) y cualitativos (cual). A partir de una muestra aplicada en trece barrios de distintas comunas del Gran Santiago durante el año 2013 (N=2718), segmentamos el conjunto y proponemos una construcción tipológica aplicada al estudio barrial, en base a dos grandes periodos de la historia reciente de Chile: barrios nacional-populares (1949-1973 / 6 barrios / N=1253) y barrios neoliberales (1984-2003 / 7 barrios / N=1465). Aplicamos un Modelo Factorial del Ítem (AFI) en base a nuestro modelo teórico, que comprende la cohesión barrial como un constructo complejo y multidimensional, asociado a cinco factores sociourbanos: el arraigo barrial, el capital social vecinal, la participación comunitaria, la calidad del espacio público y la seguridad barrial. El buen ajuste del modelo, con valores de RMSEA (0,052), CFI (0,934) y TLI (0,924), nos permite conocer los factores que más influyen en la cohesión barrial, y construir un Índice de Cohesión Barrial (ICB) para diferenciar entre tipologías y barrios. Los datos obtenidos los ilustraremos con testimonios de pobladores en torno a factores de cohesión barrial, los cuales fueron obtenidos a través del análisis de contenido de 13 grupos focales donde participaron 98 vecinos/as de los barrios de estudio, como parte de la metodología cualitativa, la cual también incluye visitas y etnografías barriales.

En términos generales, los resultados del estudio nos muestran que los BNP presentan mayores niveles de cohesión barrial que los BNEO en todos los factores y, principalmente, en el arraigo barrial y en las condiciones de seguridad barrial. Con respecto al arraigo, las diferencias son notables. Indicadores como el orgullo barrial, el sentido de pertenencia y la satisfacción por vivir en el barrio son mucho más altos que en los BNEO. Con respecto a la seguridad, en los BNEO son mucho más bajos y están asociados a la insatisfacción por vivir con altos niveles de inseguridad en las calles y por problemas de convivencia entre vecinos y violencia asociada. En este sentido, existe una alta correlación entre seguridad y arraigo barrial (0.707), que nos explica que a menor seguridad, menor arraigo barrial, y viceversa. A su vez, la seguridad también se intercorrelaciona con la calidad del espacio público (0.626), el cual se encuentra bajo peores condiciones en los BNEO, ya que los vecinos de estos barrios los asocian más a malas prácticas como el consumo de drogas y la delincuencia, que tienden a retraer a

los pobladores hacia el mundo privado. Esto último dificulta enormemente el establecer y mantener relaciones de confianza, cooperación y reciprocidad, que medidas como capital social, se encuentran en mayor medida en los BNP. En esta tipología, los años de convivencia y de conocimiento entre vecinos les han permitido estrechar lazos, y sumado a una mayor tradición participativa, hace que los vecinos establezcan mayores niveles de cohesión barrial. Sin embargo, cuando abordamos el factor participación comunitaria, vemos que en la actualidad ambas tipologías presentan muy bajos niveles, síntoma de la sociedad neoliberal actual, individualizada y con menos intereses en proyectos colectivos.

Los BNP poseen mayores niveles de cohesión barrial que los BNEO producto de las condiciones históricas en que surgen, como un legado que se ha transmitido hacia otras generaciones, y que son motivo de orgullo y de sentido de pertenencia barrial para la gran mayoría de los pobladores de esta tipología. El echar raíces en torno a una población levantada por los propios pobladores, es reconocido por los ellos como algo valioso, tanto por la gesta de producir socialmente su hábitat, como por el afecto, los recuerdos y los vínculos que han construido y que los unen al territorio. Este arraigo genera a su vez mayor sensación de seguridad barrial entre los pobladores. Además, sus viviendas son más amplias y presentan una ubicación pericentral que les permite mayor conectividad en la ciudad. Estas características constituyen la diferencia fundamental entre BNP y BNEO.

Por su parte, la condición de erradicados y segregados con que brotan los BNEO, generan menos arraigo en sus pobladores, quienes poseen un bajo nivel de orgullo barrial, y muchos de ellos se irían del barrio si tuvieran la oportunidad, ya que no se encuentran satisfechos con la convivencia y la seguridad barrial. Además, al ser más periféricos, deben sufrir mayores costos en tiempos de traslados diarios, la ausencia y/o escasez de servicios básicos, poseen menores espacios en sus viviendas y en el espacio público barrial, menos áreas verdes, mayor nivel de hacinamiento y concentración de problemáticas sociales y pobreza, como condiciones materiales concretas que producen insatisfacción en los pobladores.

En este sentido, reconocemos desigualdades sociales y materiales entre ambas tipología y, sin duda, la política pública mantiene una deuda histórica con los pobladores del país. Principalmente con los barrios neoliberales, quienes sufren las mayores desigualdades, expuestos a peores condiciones sociales, urbanas y ambientales para el buen vivir. Nacidos bajo una política nefasta, muchas veces celebrada por la reducción del déficit habitacional, lo cierto es que los BNEO se presentan en una condición desventajosa para alcanzar el buen vivir.

En un contexto actual de profundo individualismo, baja participación y encapsulamiento en el espacio privado, es fundamental comprender la cohesión barrial como un constructo multidimensional que nos ayude a emprender un trabajo de rearticulación colectiva a nivel barrial, donde se vuelva a conjugar la articulación de lo social y lo político, donde las insatisfacciones se logren transformar en un ejercicio de derecho a la ciudad y a un hábitat adecuado, y donde se promuevan espacios de construcción de prácticas cooperativas y de autogestión popular que históricamente

han desplegado los pobladores, superando a la política pública y demostrando que pueden ser más satisfactorias para el buen vivir.

.....

*** Pedro Castillo**

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales . Universidad de Chile - DS/UCHILE. Ñuñoa, Santiago, Chile

Resumen de ponencia

ESPACIO PÚBLICO E INTEGRACIÓN SOCIAL

*Pedro Núñez González

En México, a pesar de los acelerados procesos de urbanización y del alto crecimiento de pobres urbanos, que actualmente alcanza el 70% de su población, los planteamientos que se han realizado son muy escasos, por ello la necesidad que se tiene en sus ciudades para que se generen más ejercicios empíricos que pongan en el debate la manera en que se deben atender estos territorios, es apremiante ya que solo así podremos estar a la altura de lo que nos demandan en el tema urbano, existiendo una desconexión para que estos ejercicios se logren desde la arquitectura y el urbanismo, ya que en la academia no se forman los especialistas con las herramientas para abordar estos territorios y en la práctica profesional no se tiene la capacidad, por esta falta de herramientas, para abordarlos de una forma eficiente, agravado además, por la falta de sensibilidad del trabajo interdisciplinario y el no entendimiento de los nuevos roles de la arquitectura y el urbanismo, en los que sus resultados deben ser medidos en la solución, no solo de temas relacionados con la función y forma, sino en aspectos integrales de evolución social.

El trabajo se desarrolló en la colonia Loma Colorada un territorio definido como de muy alta marginación en el periurbano de la Ciudad de Morelia, Michoacán, México. Entre los años 2015 y 2016. En este trabajo fundamentalmente enfocado a elevar la participación de los habitantes de la colonia para fomentar con y entre ellos, el sentido de solidaridad, comunidad e identidad al barrio, para de esa forma identificar y consolidar sus vínculos sociales y lograr una permanente evolución social de la comunidad que impacte en una mejora de su calidad de vida. Para ello se realizaron talleres de participación los cuales ayudaron a identificar el territorio, generando reflexiones a través de las dinámicas planteadas que permitieron revalorar el territorio en el que viven, determinar las acciones que son prioritarias para su desarrollo en comunidad y determinar las estrategias para las posibles intervenciones, discutiendo dónde, cómo y con qué se podrían concretar, así como definiendo los planes para la implementación en el territorio a mediano plazo. De esta forma, en gran medida pedagógica, los habitantes del territorio pudieron conocer y asumir que la forma de resolver sus conflictos es mediante el planteamiento correcto y concreto del mismo, la discusión ordenada y la construcción colectiva de definiciones para abordar los posibles caminos de solución, entendiendo el conflicto, en esta nueva definición como una oportunidad de construcción colectiva y no un obstáculo para el diálogo. El ejercicio de gran relevancia social y pertinencia en función de la información que genera para poder proliferar intervenciones en territorios marginados y evolucionar la construcción social de sus habitantes, dejando evidencia para difundirlo y generar reflexiones en los diferentes actores que pueden impactar en la consolidación de este tipo de ejercicios, como en la academia, en los tomadores de decisiones, en los administradores de los recursos, en los especialistas y en los habitantes de este tipo de territorios, para poder lograr en conjunto el rompimiento del círculo vicioso y

perverso, en la mayoría de las veces, en el que buscan la utopía del desarrollo que elevará su calidad de vida.

La población que participa en ellos requiere de la motivación que ofrecen los resultados inmediatos y constantes para construir legitimidad para el ejercicio, ya que se trabaja contra un sistema de dádivas que les impide visualizar los beneficios de los logros comunitarios para lograr una evolución de su territorio y en consecuencia los lleve a una autonomía para lograr un desarrollo social que les determine una mayor calidad de vida y se logre un proceso productivo de intervención, asimismo es necesario llevar en paralelo temas de apoyo tanto pedagógicos, sociólogos y psicólogos para consolidar la integración social por lo que la inter disciplina potencia los resultados en aspectos sociales, para lograr una pedagogía urbana que permita un mejoramiento de la calidad de vida de forma real y permanente.

.....

*** Pedro Núñez González**

Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo UMSNH. MORELIA, México

Resumen de ponencia

ESPACIO, TIEMPO Y MOVILIDAD URBANA: DESIGUALDADES DE GÉNERO, POBREZA Y EXCLUSIÓN EN EL ÁREA METROPOLITANA DE BUENOS AIRES

*Solange Redondo

El presente trabajo pretende analizar la influencia que ejerce las características del espacio y el tiempo en la movilidad urbana, especialmente la movilidad de mujeres-madres en contextos de pobreza residentes en la periferia del Área Metropolitana de Buenos Aires.

Tomaremos como marco teórico general la teoría del desarrollo desigual propuesta por Neil Smith, para explicar el desarrollo capitalista actual; considerando que la desigualdad es parte inherente a los modos de producción del espacio urbano del que derivan distintas formas de organización y distribución de actividades, recursos, servicios e infraestructura, la cual condiciona el acceso de la sociedad a los mismos.

En la configuración de la ciudad actual la movilidad adquiere gran relevancia en tanto vastos sectores poblacionales deben desplazarse para acceder a los bienes y servicios urbanos, donde el transporte se transforma en un elemento clave de la dinámica urbana. Pero en las grandes áreas metropolitanas como Buenos Aires, la desigual distribución geográfica de los servicios demandados (empleos, servicios educativos, sanitarios, administrativos y recreativos) sumado a una histórica concentración en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, genera que quienes no cuentan con los medios (privados o públicos) para desplazarse, simplemente queden aislados y experimenten una reducción de sus oportunidades de inclusión y derecho a la ciudad. Pero las necesidades de movilidad son muy heterogéneas y varían en relación al sexo, edad y características socioeconómicas; en el presente estudio prestaremos especial atención a las necesidades de movilidad de las mujeres- madres insertas en contextos de pobreza, considerando que las deficiencias en la infraestructura urbana y de servicios básicos genera barreras de acceso a su plena inserción socio- urbana.

Espacio- tiempo y acceso a la infraestructura de transporte

La interacción espacio- tiempo está mediada por la infraestructura de transporte y por la accesibilidad de la población a los mismos. Hernández y Rossel (2013) sostienen que el acceso es el resultado de la combinación de ambas variables, en tanto el transporte público construye un componente de este entramado.

El tiempo es un activo muy importante ya que permite la realización de actividades y el espacio determinará parte del tiempo que es necesario invertir en las actividades diarias, a la vez que define las barreras geográficas y la adopción de ciertas secuencias/ estrategias que las distancias geográficas podrían tornar imposibles o muy dificultosas. La distribución del activo tiempo dentro de los hogares es muy desigual, evidenciando

que el trabajo doméstico no remunerado y las actividades de cuidado de los miembros dependientes del hogar recae particularmente sobre las mujeres, en especial aquellas de menores recursos económicos. Además debemos considerar que el tiempo es un costo muy importante para la movilidad urbana de vastos sectores poblacionales, quienes como consecuencia del proceso de urbanización han sido expulsados hacia la periferia, alejándolos del centro y de las centralidades donde se ofrecen gran cantidad de los servicios demandados, este proceso ha sido definido como “periferialización de sectores urbanos populares”. (ONU, 2008). Esta situación contribuyó a incrementar los tiempos de viaje y la reducción de las oportunidades de inclusión urbana, debido a las dificultades de superar las distancias geográficas.

La periferialización del Área Metropolitana de Buenos Aires: transporte (in)accesibilidad y aislamiento

El Área Metropolitana de Buenos Aires con más de 2.000 km² y una población aproximada de 14 millones de habitantes, presenta importantes heterogeneidades vinculadas no sólo con las distancias geográficas que en algunos casos suelen ser extremas, sino también derivadas de las deficiencias en la infraestructura urbana, como provisión de electricidad, gas, pavimento, servicios educativos, sanitarios y de transporte público, lo cual incrementa las situaciones de pobreza y aislamiento de los sectores sociales más vulnerables.

Las políticas de transporte y su consecuente planificación resultan insuficientes, ya que el sistema de transporte presenta una cobertura territorial parcial, dejando vastas zonas sin servicios, pero tampoco se encuentra articulado ni integrado, razón por la cual los sectores poblacionales residentes en las periferias tienen importantes dificultades para movilizarse.

El sistema de transporte del AMBA está conformado por siete líneas de ferrocarril que presentan una cobertura parcial, seis líneas de subterráneo que también abastecen un área muy reducida en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, por último los servicios de colectivo son provistos por empresas privadas, devenidas en monopolios, que se han convertido en el modo de transporte más utilizado por la población residente en la periferia.

Estos servicios evidencian importantes deficiencias como la superposición de recorridos (entre sí y con los ferrocarriles) y el elevado costo económico y temporal derivados de dicha movilidad.

Podemos concluir entonces, que la principal característica del sistema de transporte del AMBA es la falta de complementariedad de los diversos modos de transporte y de cobertura territorial en las áreas más periféricas.

El área en estudio está formada por la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) y el Conurbano Bonaerense que se extiende a su alrededor, formando “coronas o anillos” caracterizados por su distancia a la misma, de modo tal que los municipios que forman el primer cordón distan aproximadamente a 15 km, los del segundo cordón 25 km y los del tercero 40 km. Las mayores o menores posibilidades de recorrer esas distancias dependen del desarrollo de infraestructura urbana, de las posibilidades de inversión económica y temporal, pero también de quien demanda dicha movilidad (sexo, edad, características socioeconómicas, etc)

Movilidad cotidiana ¿un nuevo bastión de desigualdad, pobreza y exclusión?

En la ciudad contemporánea la movilidad cotidiana adquiere gran relevancia, en tanto un alto porcentaje de la población debe desplazarse para realizar sus actividades diarias. Pero la movilidad cotidiana de las mujeres está fuertemente relacionada con las desigualdades socio- espaciales que emergen como consecuencia de la distribución territorial de servicios urbanos y con el desarrollo de infraestructura urbana y particularmente de transporte.

Los estudios sobre movilidad y transporte no suelen considerar las heterogeneidades entre los sectores sociales como las mujeres madres, quienes presentan dificultades concretas que las obligan a adoptar estrategias particulares y a desarrollar patrones de movilidad específicos. Las mujeres constituyen un grupo social vulnerable respecto a factores espacio- temporales: en especial la distancia geográfica y las características del desplazamiento, como así también la accesibilidad a infraestructura de transporte público, servicios de cuidado y/o educativos, entre otros. (Díaz Muñoz y Jiménez, 2003; Redondo, 2014). Si consideramos que las mujeres son las principales encargadas de las tareas de cuidado y de las actividades domésticas, multiplicando sus responsabilidades y complejizando sus experiencias de movilidad ya que supone movilizarse con y para otros.

Las Encuestas de Movilidad Domiciliaria (ENMODO, 2010) han puesto de manifiesto que para el área en estudio, son las mujeres quienes realizan más desplazamientos vinculados a la reproducción social familiar y que suelen tener un radio de acción cotidiana más limitado, que otros grupos sociales como los hombres, quienes en general llevan a cabo una movilidad más pendular.

La movilidad de las mujeres - madres residentes en el conurbano bonaerense suele ser incluir la combinación de varios modos de transporte, limitando los desplazamientos y obligándolas a desarrollar estrategias que les permitan mejorar la gestión del tiempo, fundamentalmente reduciendo su radio de acción dentro de sus propios barrios, a fin de poder recorrer las distancia a pie o en colectivo. (Redondo, 2012)

A modo de cierre

Este trabajo intentó ampliar la mirada respecto de la movilidad urbana y la interacción espacio, tiempo y acceso al transporte por parte de las mujeres- madres del AMBA. La movilidad resulta clave para efectivizar la inclusión social y el derecho a la ciudad por parte de los sectores más vulnerables insertos en contextos de pobreza, para quienes el transporte público es la única opción, en tanto cuentan con el mismo y puedan afrontar los costos económicos y temporales. Las grandes distancias que deben recorrer y el déficit de infraestructura de transporte evidencian la necesidad de planificar políticas que prioricen la regulación estatal y no por parte del mercado en la provisión de servicios públicos, de modo tal que impacten positivamente en la movilidad y accesibilidad a la geografía de oportunidades para las mujeres- madres, permitiendo que puedan ampliar sus activos o estrategias a fin de superar la pobreza y la desigualdad que imprime la ciudad actual.

.....

*** Solange Redondo**

Facultad de Ciencias Económicas- Universidad de Buenos Aires FCE- UBA. Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

ESTRUCTURA Y ELASTICIDAD PRODUCTO DEL EMPLEO: SECTORES PRODUCTIVOS, CATEGORÍAS OCUPACIONALES Y CICLOS ECONÓMICOS EN SANTIAGO DEL ESTERO, 1994/2007.

*Jorge Luis Silveti

*Noelia Gurmendi

El neoestructuralismo señala que el mundo del trabajo es la llave maestra que conduce a la igualdad. Su vínculo con la estructura productiva conforma el núcleo de la estrategia para lograr cambios sociales inclusivos sostenibles. La política educativa ordenada a los requerimientos que comiencen a surgir del cambio estructural y la armonización con la institucionalidad laboral, resultan el trípode para promover una sociedad deliberativa.

En el trabajo se analizan el mercado de trabajo en la provincia de Santiago del Estero de 1994 a 2007. Este período de fuerte volatilidad, constituido por dos quiebres que demarcan tres ciclos económicos, con una trayectoria, semejante a la observada en el producto bruto provincial. Un primer ciclo de crecimiento a tasa decreciente entre 1994 a 1998. Luego comienza la depresión con una fuerte caída del empleo, que culmina en el choque institucional de finales de 2001, y finalmente una nueva fase de recuperación enmarcada en la apertura de un auspicioso ciclo de crecimiento: 2002 a 2007.

El empleo es posible explicarlo a partir de tres categorías de empleo: asalariados registrados, no registrados y cuenta propia. Las restantes: familiar y patrón, tienen escaso peso y leve tendencia negativa a través del tiempo.

Se analiza el crecimiento del empleo, su volatilidad y precarización a través de los ciclos. Luego se profundiza el análisis, fragmentando las variables por sector productivo.

Finalmente, mediante el cálculo de la elasticidad producto de la demanda (EPE); es posible inferir el comportamiento de la precarización del trabajo de cada sector productivo ante cambios en el producto.

El crecimiento de los puestos de trabajo durante el período analizado tuvo un aceptable ritmo, con ciclos y fases muy marcadas, donde resaltan dos períodos de crecimiento (94/98 y 02/07) y un ciclo de estancamiento (98/02).

Se percibe una progresiva y clara tendencia a la precarización del empleo, que se acentúa en el período postconvertibilidad. Entre 2001 y 2007 la categoría de empleo de los asalariados no registrados sube del 30 % al 37 %. Duplica en este período a los empleos creados en la categoría de asalariados registrados, y suma más que todas las categorías de empleo en conjunto.

El empleo público es quien sostiene el empleo registrado en la provincia, con más de la mitad de los puestos de trabajo, cualquier año de la serie que se tome.

Se evidencia una gran asimetría sectorial, propia de economías atrasadas, carentes de homogeneidad e integración. La introducción del monocultivo sojero a partir de 1995, generó en el ámbito de la ruralidad provincial, el fenómeno de la heterogeneidad estructural intrasectorial, tal como está descripta por la CEPAL.

La heterogeneidad estructural hace referencia a las brechas productivas entre sectores o entre unidades productivas de un mismo sector., con enclaves integrados por pocas empresas modernas, vinculadas a mercados externos y tecnología de punta, por un lado, y por otro, un vasto entramado de pequeñas empresas, con grados de formalidad variable, pero en general sub capitalizadas, intensivas en recursos humanos y orientadas al mercado interno, donde se deposita el excedente de oferta de trabajo. Además ambos sectores son impermeables entre sí. Bajo las denominaciones de agro negocio y de agricultura familiar, se repite este polarizado escenario, como una variante de la heterogeneidad estructural, a partir de la irrupción del monocultivo sojero.

En el sector industria, la EPE para el trabajo informal supera notablemente a la EPE del trabajo registrado en todos los ciclos, lo que indica una tendencia permanente a la pauperización del empleo. La EPE 02/07 para el trabajo registrado fue de 0,99, contra el 1,77 del no registrado. Entre 1994 y 2007, la evolución del trabajo registrado fue de solo 339 nuevos puestos. La incapacidad secular de la industria para generar puestos de trabajo en general, y particularmente puestos de calidad, deviene en la debilidad de la estructura productiva. En toda la serie este sector aumentó en 339 la cantidad neta de puestos de trabajo registrado.

Los resultados obtenidos para la EPE en Santiago del Estero, vienen a confirmar a la provincia como una región marginal del capitalismo periférico. Su elevada precariedad se deduce de los valores de la EPE, que triplican los valores nacionales

El desempleo disfrazado -solapado por entramados sociales defensivos en busca de la subsistencia-, es el emergente estructural de una matriz productiva incapaz de sostener el aumento de la oferta de trabajo, desembocando en la terciarización sustitutiva, propia de la transición degenerativa. No se produjo la transición trunca, de la cual el estructuralismo da cuenta, dado que la industria nunca logró niveles de “despegue”. En cambio se produjo la transición degenerativa, de un sector tradicional agrario de tipo lewisiano a un sector terciario de subsistencia.

Los resultados aportan ingredientes sustanciales para descifrar el intrincado proceso de terciarización del empleo y transición degenerativa que sufre la provincia, producto del estancamiento de la inversión y la consecuente falta de creación suficiente de puestos de trabajo.

El cambio estructural y la institucionalidad laboral son las bases para lograr una sociedad deliberativa sostenida en el trabajo decente. La escasa participación y respuesta de la industria, junto a la heterogeneidad estructural en el sector más dinámico del empleo en la provincia: el terciario, como también en el primario, complejizan un escenario propio de los laberintos del capitalismo periférico.

.....

*** Jorge Luis Silveti**

Universidad Nacional de Santiago del Estero-UNSE. santiago del estero, Argentina

*** Noelia Gurmendi**

Universidad Nacional de Santiago del Estero-UNSE. santiago del estero, Argentina

Resumen de ponencia

FOTOGRAFIA E DOCUMENTARISMO SOCIAL : UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DE FOTÓGRAFOS DA FAVELA DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

*Marília Falci Medeiros

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho fotográfico de três ex-alunos da Escola de Fotógrafos Populares da Maré, uma favela significativa da cidade do Rio de Janeiro. Criados nessa comunidade, esses fotógrafos fazem parte da imensa população pobre que compõe o chamado Complexo de Favelas da Maré, situado na zona norte da cidade. Nossa intenção é mostrar como a formação de jovens artistas populares, comprometidos com o ambiente em que nasceram e foram criados, se expressam através da fotografia. Eles narram em suas imagens histórias de vida e vivências do cotidiano e procuram construir uma consciência crítica sobre a vida estigmatizada dos moradores da comunidade. A Maré é vítima da exclusão social e das violências geradas pelas ações da polícia e do tráfico de drogas. Inicialmente, nossa preocupação é apresentar a origem de uma pedagogia, influenciada por Paulo Freire e que de forma ela foi aplicada na Escola de Fotógrafos da Maré. Na segunda parte analisa-se o trabalho fotográfico dos alunos jovens e correlaciona-se as fotos com as suas trajetórias de vida. A Escola de Fotógrafos da Maré foi criada através de uma estrutura que envolve três seguimentos: uma Escola, uma Agência e um Banco de Imagens. A Escola de Fotógrafos e a Agência Imagens do Povo foram idealizadas pelo fotógrafo João Roberto Ripper em 2004. Ripper tem como marca registrada da sua carreira expressar com imagens realísticas as dificuldades, os anseios, as lutas e também as boas iniciativas das populações carentes. Várias instituições colaboraram e patrocinaram os projetos da Escola, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2007, Furnas em 2006, a UNESCO, em 2009, e o Ministério da Cultura durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A proposta pedagógica da Escola construída pelo seu fundador está baseada no despertar crítico dos jovens. Por isso, durante um ano, fazem cursos não só das técnicas de fotografia, mas também de história da fotografia, história do Brasil, Sociologia e Ética. A Escola já formou um número representativo de fotógrafos populares e é importante observar que há uma rotina entre eles que acabam por se tornarem também professores do programa e fotógrafos da Agência do Povo. Estes alunos se recusam a trabalhar profissionalmente na Grande Mídia, tendo em vista sua formação crítica e consciente em relação ao papel profissional que possam desempenhar. Nosso objetivo é observar as fotos, em sua singeleza cotidiana, como documentários, como uma prática intuitiva de "etnografia de rua", ou exercício de observação na rua. Acreditamos que é neste sentido, como veículo de comunicação interpessoal, que entendemos as experiências dos fotógrafos formados na Escola de Fotógrafos da Maré. Observaremos a imagem fotográfica, em sua forma documentária, produzindo informação, tornando visível e reduzindo o imenso domínio da invisibilidade social. Neste sentido, ela torna-se

suporte de interações em situações sociais e culturais específicas. A fotografia social é a fotografia de investigação e de comunicação sobre problemas sociais. É uma fotografia militante na qual o objetivo é testemunhar a favor de vítimas e de contribuir para a resolução de problemas. Segundo Roland Barthes, a fotografia fala à percepção como “isto foi”, como algo que já ocorreu, Na dupla posição conjunta; realidade e passado estariam embrenhadas nas possibilidades de pensar o tempo como fotográfico. As marcas do tempo e do passado seriam também as marcas do narrador fotógrafo. Ao registrar um acontecimento, ele se entrega à lembrança. A foto torna-se uma narrativa eternamente condenada a viver no passado, ao que já foi e aconteceu. O fotógrafo é um narrador. A narrativa não explica; tal como a fotografia, ela evoca. A arte de narrar deixa na narrativa a marca do autor, assim como a boa foto traz o olhar sensível do fotógrafo atento ao captá-la. Segundo Roland Barthes (1984), a fotografia fala à percepção como “isto foi”, como algo que já ocorreu, Na dupla posição conjunta; realidade e passado estariam embrenhadas nas possibilidades de pensar o tempo como fotográfico. As marcas do tempo e do passado seriam também as marcas do narrador fotógrafo. Ao registrar um acontecimento, ele se entrega à lembrança. A foto torna-se uma narrativa eternamente condenada a viver no passado, ao que já foi e aconteceu. O fotógrafo é um narrador. A narrativa não explica; tal como a fotografia, ela evoca. A arte de narrar deixa na narrativa a marca do autor, assim como a boa foto traz o olhar sensível do fotógrafo atento ao captá-la.

.....

*** Marília Falci Medeiros**

Universidade Federal Fluminense UFF. Niterói, Brasil

Resumen de ponencia

FOTOGRAFIA E DOCUMENTARISMO SOCIAL : UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DE FOTÓGRAFOS DA FAVELA DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

*Rogério Bitarelli Medeiros

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho fotográfico de três ex-alunos da Escola de Fotógrafos Populares da Maré, uma favela significativa da cidade do Rio de Janeiro. Criados nessa comunidade, esses fotógrafos fazem parte da imensa população pobre que compõe o chamado Complexo de Favelas da Maré, situado na zona norte da cidade. Nossa intenção é mostrar como a formação de jovens artistas populares, comprometidos com o ambiente em que nasceram e foram criados, se expressam através da fotografia. Eles narram em suas imagens histórias de vida e vivências do cotidiano e procuram construir uma consciência crítica sobre a vida estigmatizada dos moradores da comunidade. A Maré é vítima da exclusão social e das violências geradas pelas ações da polícia e do tráfico de drogas. Inicialmente, nossa preocupação é apresentar a origem de uma pedagogia, influenciada por Paulo Freire e que de forma ela foi aplicada na Escola de Fotógrafos da Maré. Na segunda parte analisa-se o trabalho fotográfico dos alunos jovens e correlaciona-se as fotos com as suas trajetórias de vida. A Escola de Fotógrafos da Maré foi criada através de uma estrutura que envolve três seguimentos: uma Escola, uma Agência e um Banco de Imagens. A Escola de Fotógrafos e a Agência Imagens do Povo foram idealizadas pelo fotógrafo João Roberto Ripper em 2004. Ripper tem como marca registrada da sua carreira expressar com imagens realísticas as dificuldades, os anseios, as lutas e também as boas iniciativas das populações carentes. Várias instituições colaboraram e patrocinaram os projetos da Escola, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2007, Furnas em 2006, a UNESCO, em 2009, e o Ministério da Cultura durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A proposta pedagógica da Escola construída pelo seu fundador está baseada no despertar crítico dos jovens. Por isso, durante um ano, fazem cursos não só das técnicas de fotografia, mas também de história da fotografia, história do Brasil, Sociologia e Ética. A Escola já formou um número representativo de fotógrafos populares e é importante observar que há uma rotina entre eles que acabam por se tornarem também professores do programa e fotógrafos da Agência do Povo. Estes alunos se recusam a trabalhar profissionalmente na Grande Mídia, tendo em vista sua formação crítica e consciente em relação ao papel profissional que possam desempenhar. Nosso objetivo é observar as fotos, em sua singeleza cotidiana, como documentários, como uma prática intuitiva de "etnografia de rua", ou exercício de observação na rua. Acreditamos que é neste sentido, como veículo de comunicação interpessoal, que entendemos as experiências dos fotógrafos formados na Escola de Fotógrafos da Maré. Observaremos a imagem fotográfica, em sua forma documentária, produzindo informação, tornando visível e reduzindo o imenso domínio da invisibilidade social. Neste sentido, ela torna-se

suporte de interações em situações sociais e culturais específicas. A fotografia social é a fotografia de investigação e de comunicação sobre problemas sociais. É uma fotografia militante na qual o objetivo é testemunhar a favor de vítimas e de contribuir para a resolução de problemas. Segundo Roland Barthes, a fotografia fala à percepção como “isto foi”, como algo que já ocorreu, Na dupla posição conjunta; realidade e passado estariam embrenhadas nas possibilidades de pensar o tempo como fotográfico. As marcas do tempo e do passado seriam também as marcas do narrador fotógrafo. Ao registrar um acontecimento, ele se entrega à lembrança. A foto torna-se uma narrativa eternamente condenada a viver no passado, ao que já foi e aconteceu. O fotógrafo é um narrador. A narrativa não explica; tal como a fotografia, ela evoca. A arte de narrar deixa na narrativa a marca do autor, assim como a boa foto traz o olhar sensível do fotógrafo atento ao captá-la. Segundo Roland Barthes (1984), a fotografia fala à percepção como “isto foi”, como algo que já ocorreu, Na dupla posição conjunta; realidade e passado estariam embrenhadas nas possibilidades de pensar o tempo como fotográfico. As marcas do tempo e do passado seriam também as marcas do narrador fotógrafo. Ao registrar um acontecimento, ele se entrega à lembrança. A foto torna-se uma narrativa eternamente condenada a viver no passado, ao que já foi e aconteceu. O fotógrafo é um narrador. A narrativa não explica; tal como a fotografia, ela evoca. A arte de narrar deixa na narrativa a marca do autor, assim como a boa foto traz o olhar sensível do fotógrafo atento ao captá-la.

.....

* Rogério Bitarelli Medeiros

universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

GÉNERO Y MOVILIDAD SOCIAL. UN ESTUDIO COMPARATIVO DE LA HERENCIA Y MOVILIDAD SOCIAL INTERGENERACIONAL DE HOMBRES Y MUJERES EN URUGUAY

*Sofía Vanoli

En las sociedades premodernas el destino social de una persona se podía prever fácilmente a partir de su origen; la posición en la estructura social que ocupaba al nacer casi sin excepciones se convertía en la posición social al momento de su madurez. Es que no había separación entre ambas instancias, y la suerte de la cuna suponía una imagen prácticamente especular de la suerte de la vida. La herencia social era inevitable. Pero la llegada de la modernidad generó una ruptura en esa relación; la desancló, si se considera el concepto que utilizó Giddens para analizar las consecuencias de la modernidad tardía. Es así que ya no es tan sencillo prever el destino social de una persona a través de su origen. Y esto no sólo constituye un fenómeno social manifiesto, sino que se construye simbólicamente como un mito (en el sentido barthesiano) de la sociedad actual. Es el mito meritocrático, del esfuerzo recompensado y de las posibilidades infinitas. Implica una explicación individual de las desigualdades, determinadas por la variabilidad del mérito, del sacrificio, del trabajo y del esfuerzo. Una esfera de sentido que es piedra angular de la sociedad actual. ¿Cómo abordar críticamente ese ideal? ¿Cómo medir la meritocracia? De alguna manera cierta perspectiva de los estudios de movilidad social ha apuntado a eso. El principio meritocrático supone que el destino de un sujeto sólo debe depender de su trabajo y su esfuerzo: todo el que consiga el mérito suficiente debería poder llegar, sin importar desde donde salga. Esto supone una hipótesis inicial de no asociación entre el origen y el destino social, el primero ya no debería ser un determinante esencial del segundo. Los estudios de movilidad desde esa hipótesis básica de independencia entre origen y destino hasta los desarrollos más complejos de determinación de los patrones más frecuentes de movilidad son considerados desde cierta perspectiva crítica como una prueba de la existencia empírica del ideal meritocrático. Y es a partir de esa perspectiva desde la que nace la investigación que aquí se presenta.

Su objetivo plantea un análisis de la movilidad social en Uruguay integrando otra de las variables que se considera determinante de las posiciones sociales de los individuos en la sociedad: el género. La equiparación de las tasas de actividad laboral de hombres y mujeres y la discusión teórica que ofrecieron autoras feministas a finales del siglo XX implicó que los estudios de movilidad que clásicamente sólo consideraban la posición social de los hombres jefes de hogar fueran progresivamente revisando su abordaje metodológico y considerando la influencia del género como variable interviniente en los procesos de movilidad.

Es así que el objetivo general de esta investigación fue estudiar comparativamente los

patrones de herencia y movilidad social intergeneracional entre hombres y mujeres ocupados mayores de 29 años en Uruguay; atendiendo posibles diferencias según región geográfica y explorando su relación con el nivel educativo como medio legitimado de ascenso social. El abordaje metodológico implicó la consideración de un esquema de estratificación social (se optó en este caso por el elaborado por la autora argentina Susana Torrado) para la construcción y procesamiento de matrices de movilidad origen-destino, que encuentra sus antecedentes clásicos en los estudios iniciales de David Glass a mediados del siglo XX y los desarrollos contemporáneos del autor británico John Goldthorpe. Se trabajó con datos secundarios provenientes de la primera ola (2012-2013) de la Encuesta Longitudinal de Protección Social (ELPS) coordinada por el Banco de Previsión Social.

Las tablas de movilidad, que se construyen como un cuadro de doble entrada con las variables origen (la posición social de padre o madre de cada individuo, cual sea mayor) y destino (la posición social de cada individuo en un momento de madurez laboral), permiten dos cuantificaciones distintas de la movilidad, según desarrolló pioneramente Goldthorpe. Por un lado la medición de la movilidad absoluta, a través de tasas generales y de la identificación de posiciones de mayor y menor retención, así como las de mayor y menor atracción; y por otro lado la medición de la movilidad relativa, que logra neutralizar el efecto del cambio histórico en el tamaño de las clases a través del cálculo de las probabilidades diferenciales de ir a cierto destino habiendo partido de determinado origen.

Este trabajo se enfocó principalmente en la determinación de las tasas y descriptores absolutos de movilidad, teniendo en cuenta un conjunto de hipótesis derivadas de los antecedentes internacionales y nacionales al respecto. En primer lugar, y en función de la no convergencia perfecta entre los patrones de movilidad de hombres y mujeres destacados por Marcelo Boado para Uruguay (2013; 2016), la hipótesis inicial anticipó que hombres y mujeres presentan tasas de movilidad absoluta diferentes (entre las que se destaca una mayor movilidad ascendente para las mujeres), así como distinciones en sus trayectos de movilidad. Esto supone esperar diferencias entre los principales destinos sociales según género, así como en las clases de mayor retención y en las fronteras más permeables. Esas diferencias se anticipan principalmente en una mayor atracción y retención de los hombres hacia las posiciones asociadas a los trabajos manuales calificados y la propiedad, y una mayor atracción y retención de las mujeres hacia las posiciones asociadas a los trabajos no manuales y manuales no calificados. A su vez, en referencia a la relación entre movilidad social y educación, a partir de la constatación de la feminización de la educación universitaria en Uruguay, se anticipó que la educación, es decir, el camino de cualificación formal, resulta más redituable para las mujeres que para los hombres.

Los resultados a los que se arribó confirmaron la hipótesis inicial: mujeres y hombres en Uruguay presentan tasas de movilidad que son estadísticamente diferentes. Para ambos se observa una asociación entre orígenes y destinos que no sólo implica porcentajes más altos de herencia que los esperables bajo la hipótesis de independencia estadística, sino afinidades diferenciales entre las distintas posiciones. Se observó en una primera instancia que los porcentajes de herencia son mayores para los hombres (34,6%) que para las mujeres (28,4%), en concordancia con los antecedentes recolectados para Uruguay, a la vez que las mujeres presentan tanto una tasa mayor de movilidad ascendente como de movilidad descendente que los

hombres.

Además de esas distinciones en las tasas absolutas de movilidad, se encontraron divergencias localizadas en algunas posiciones específicas respecto a las probabilidades de herencia así como en los trayectos más frecuentes de movilidad. Se observó así para los hombres una mayor retención de la cumbre y del trabajo calificado, y para las mujeres la herencia más frecuente de las posiciones no manuales intermedias (cuadros técnicos y posiciones de administración y venta) y del trabajo no calificado. Si no heredan, por otro lado, la categoría más frecuente de destino para los hombres es el trabajo calificado, mientras las mujeres van con más frecuencia a las posiciones intermedias o al trabajo no calificado. Para el caso de las mujeres con origen en la cumbre, por ejemplo, es más frecuente el destino en los cuadros técnicos que la propia herencia.

En relación al destino social y el logro educativo, se advirtió primeramente que la cualificación como medio legítimo de ascenso social, como era esperable, se encuentra asociada al origen social: mayor es la formación formal cuanto más alto se ubique el origen en la estructura social. Más se cualifican, a su vez, las mujeres que los hombres. Esto implica evidencia para sustentar que parte de la asociación entre orígenes y destinos pasa a través de la conversión de las ventajas del origen a logro educativo. Por otro lado, en el marco de la hipótesis sobre si reditúa más para las mujeres que para los hombres la cualificación formal, no se encontró evidencia que sustentara esa predicción, sino más bien su contraria: el logro educativo incide en los trayectos de herencia y movilidad tanto para hombres como para mujeres, pero parece favorecer más a los primeros que a las últimas. Es así que, desde los mismos orígenes, completar el nivel terciario supone mayores probabilidades de herencia de la cumbre o de ascenso desde otras posiciones sociales para los hombres que para las mujeres. Éstas, a diferencia, parecen encontrar en los cuadros técnicos y asimilados una posición de “contención”, en el sentido de Goldthorpe, que inhibe los trayectos a la cumbre al completar la educación terciaria.

El origen social incide por lo tanto no sólo en las chances de heredar esa posición o moverse hacia otras, sino en las posiciones hacia las que es más o menos probable ir, en un proceso de interacción con el género que especifica ese fenómeno si se es hombre o se es mujer. En Uruguay lo hace en tasas absolutas similares a lo que otros estudios han demostrado en los países occidentales. La relación entre orígenes y destinos, por lo tanto, más que neutralizada por el esfuerzo y el logro individual, como indica el mito meritocrático, supone un mapa complejo de afinidades y distancias entre las posiciones sociales, trayectos marcados y barreras, circuitos definidos y zonas despobladas que reproducen en el dinamismo la desigualdad inherente a la estructura social de la modernidad.

.....

* Sofía Vanoli

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República - DS/UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

GEOPOLÍTICA INTERIOR, MESTIZAJE, DESIGUALDAD Y VIOLENCIA. BERNARDO CANAL FEIJOO EN EL DEBATE LATINOAMERICANO SOBRE EL MESTIZAJE.

*Ana Teresa Martinez

Los procesos de reetnización en Argentina, que suponen configuraciones y modalidades muy diversas entre sí según el lugar del espacio social en que se producen y las historias que reescriben, han puesto en cuestión -desde los años 90 sobre todo- las políticas conceptuales y formaciones de identidad que configuraron la imagen racial del país oficialmente sostenida, en especial desde la organización nacional de fines del siglo XIX. En un contexto latinoamericano donde en varios países del continente se elaboraba una ideología de mestizaje que tenía propósitos integradores y para eso valorizaba -con sus enormes ambigüedades- el costado indígena latinoamericano, Argentina se caracterizó por una política conceptual y una serie de prácticas -que constituyeron políticas de estado de largo plazo- de negación de todo lo que no fuera blanco y europeo. Recordar esto no necesariamente significa perder de vista las diversas variantes epocales y regionales, formulaciones diversas, y negociaciones (toda política supone siempre alguna negociación a partir de estados de relaciones de fuerza fundados en violencia física y simbólica) que supuso la ideología y las prácticas vinculadas con el “crisol de razas”: desde la invención del “gaucho”, cuyo prototipo pampeano de declinó en variantes “regionales”, a todos los modos en que el criollismo buscó producir identidades diferenciadoras a la vez de la “chusma” india y del “aluvión zoológico” inmigratorio, el “mestizaje” en Argentina sólo refiere a la degradación hacia el indio o el negro, jamás la mezcla europea que “mejora la raza” o el blanqueamiento a través del trabajo, la vestimenta y la socialización. Es más bien partiendo de la relación -habitualmente dada por supuesta pero poco tematizada- entre estructura social, organización del espacio y etnia (Alvarez Leguizamon, Arias y Muñiz Terra), que en el marco de aquella ideología racializadora y sus políticas, nos interesa analizar el particular discurso sobre la mesticidad que propone el ensayista Bernardo Canal Feijóo (Santiago del Estero, 1897- Buenos Aires, 1982) a mediados del siglo XX.

Ya Alejandra Mailhe ha mostrado cómo este autor, desde fines de la década de 1930 “modernizó” los estudios de folklore introduciendo el psicoanálisis como instrumento interpretativo, rompiendo así con la idea que asocia lo “popular” con una ontología trans-histórica. En trabajos anteriores, yo misma me he detenido en su particular análisis de la geopolítica interior de Argentina. En este trabajo exploraré su idea de mestizaje publicada en 1955, en un contexto de crispaciones racializadoras a causa de la puesta en cuestión práctica del crisol de razas blanqueador, que había supuesto el acceso de los “cabecitas negras” a diversas instancias de poder político, ascenso económico y legitimación social, a pesar incluso de la ambigüedad del peronismo sobre

la cuestión. Cuando el “terror étnico” parece calmarse con la derrota del peronismo, este antiperonista del interior intenta recordar a su propia clase, decente e intelectual, que Argentina sigue situada en los “Confinos de Occidente”, a través de un libro que tuvo muy poca recepción y para el cual José Luis Romero -afirma en correspondencia personal- no encontraba reseñista. El mismo año Canal había publicado otro libro largamente preparado “Constitución y revolución”, una especie de historia intelectual de Juan Bautista Alberdi que, por el contrario, despertaba marcado interés. Las razones de una recepción son enormemente complejas, y no pretendemos ver este avatar más que como un indicio que nos pone sobre una pista que nos interesa explorar, un punto de entrada a la vez al texto de Canal Feijóo y a los modos como el mestizaje, en su ambigüedad y doble perspectiva, ha sido nombrado, analizado y vivido en Argentina a mediados del siglo XX.

En efecto, si como muestra Marisol de la Cadena, el mestizaje es una ideología que en América Latina carga y combina de modos diversos una doble vertiente: la hispana de la limpieza de sangre como esquema de percepción y clasificación moral, social y político; y la decimonónica moderna de la hibridez biológica; entonces, se vuelve más claro el movimiento -según el estado de relaciones de fuerzas en los diversos momentos, lugares y contextos de palabra y acción- que se habilita en Argentina entre un crisol de razas blanqueador cuando los sujetos adhieren al orden establecido en la propuesta civilizadora y modernizadora, y el ennegrecimiento que da lugar al cabecita negra (y otras versiones históricas de ennegrecidos) cuando el orden de la deferencia y las jerarquías en diversas modalidades son conmovidas y amenazadas (Guber, Briones). La interpretación del intercambio de dones entre etnicidades y estado de bienestar, cuyos momentos bosqueja y analiza Escolar, puede ser también enriquecida en esta clave, ya que la ambigüedad del híbrido conceptual (que conjugaría dos regímenes intelectuales) permite desplazarse en las diversas direcciones que la complejidad perceptiva y marcadora de la combinación habilita. En suma, el “terror étnico” y el “patrullaje” consiguiente (Segato, Adamovsky) que caracterizaron las formaciones de alteridad en Argentina tuvieron a mediados del siglo XX un momento de particular virulencia. Este momento es el de la publicación del libro que nos interesa.

Como hace notar Horacio Gonzalez en el prólogo de la reedición del libro que hizo la Biblioteca Nacional en 2007, el texto de Canal podría ser visto como buen caso de lo que era posible pensar (y lo que no) a mediados del siglo XX, con la idea “culturalista” de cultura, previa al “giro-linguístico” y al estructuralismo, previa a los desarrollos de la semiótica, aunque en su umbral, cuando aparece la incomodidad gracias a los procesos de descolonización de postguerra. Sin estos instrumentos, en aquel contexto teórico, este ensayista elige hablar de “contactos” (con pleno conocimiento de los riesgos de quedar pegado del difusionismo ya en descrédito por entonces) para no hablar de mestizaje, para no aceptar lo que le parece una metáfora biológica de hibridez y para poder pensar en plazos largos, que se extiendan más allá en el período prehispánico, poniendo en evidencia la historicidad ineludible de todo grupo humano. Historizando la idea de universalidad cultural y de humanismo de una Europa que considera tal sólo para el proyecto imperial, intenta recuperar la trama de los sucesivos “contactos” históricos en la zona marginal que es el Norte Argentino, para recuperar la “vox clamantis” del “costado uterino” que considera desoída por “la clase culta” argentina pero presente como un ineludible negado. De hecho, en 1971, cuando prologa “De la

algarroba al algodón. Movimientos milenaristas del Chaco-Argentino”, de Cordeu y Siffredi, Canal Feijóo sospecha que entre las razones del retardo relativo con que “el espíritu culto” argentino “despierta al interés por los estudios etnográficos”, una es el supuesto “estadio de 'barbarie' y aún 'salvajismo'” en que se supone a las poblaciones indígenas, junto a la “necesidad subconsciente de eludir el tema” para evitar un “cargo de conciencia”, pero también el carácter “místico” con que fue asumida la “causa de la civilización” en la etapa constitucional del país.

Tratando de abrir otra vía, en *Confinos de Occidente* había sostenido ya una reflexión sobre el mestizaje en Argentina que quedó sin éxito de lectores ni circulación: un mestizaje no “cumplido” en términos culturales, marcado por la violencia y listo para aprovechar diversas alternativas históricas en beneficio del lado dominado/uterino. Un “mestizaje” que rechaza explícitamente la transposición biologicista de la hibridez, y se plantea como proceso abierto, donde la indigenidad se encuadra de modo inestable, sin perderse ni diluirse ni hacia lo “negro” ni hacia lo “blanco”. Queda allí, en “detente”, pasmada, pero lejos de repetir el tópico tan común entre los folklorólogos de entonces, del indígena como parte de la naturaleza inmóvil, se trata de un “pasmo histórico” abierto a la reactivación creativa, a la espera del momento apropiado.

No nos proponemos en este trabajo un análisis de recepción en sentido estricto, sino perfilar un punto de entrada nuevo al análisis de la obra de Canal Feijóo por un lado, intentando comprender mejor su original posición como intelectual liberal, antiperonista, mediterráneo y folklorólogo, pero sobre todo nos interesa contribuir a entender en ese movimiento el mapa de las variantes de los discursos racializadores en Argentina.

.....

*** Ana Teresa Martinez**

Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y de la Salud. Universidad Nacional de Santiago del Estero - FHCSyS/UNSE. Santiago del Estero, Argentina

Resumen de ponencia

GOLPE MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPERIALISMO NO BRASIL: 1954 E 1964

*Fabricio Andre Zanghelini

*Valdir Alvim Da Silva

O objetivo desta investigação é demonstrar que a conquista do Estado sofreu a interferência dos golpes de classe no Brasil, aliado as imposições dos jogos imperiais comandados por ações políticas das oligarquias financeiras locais e anglo-americanas através da formação de cartéis transnacionais e coadjuvada por agentes locais em 1954 e 1964.

Isso resultou num golpe civil-militar em 1964 que depôs o Presidente João Goulart, e num momento anterior, outro golpe político se fez contra o Presidente Getúlio Vargas, o qual, inclusive, custou-lhe a própria vida, em agosto de 1954.

A perspectiva histórico-estrutural demonstra que a história do subdesenvolvimento do Brasil é produto das relações político-econômicas com o capital monopolista internacional e associado. Assim, demonstra-se também que os governos civis que se negaram a colaborar com o imperialismo dos países centrais, preocuparam-se com um reformismo social amplo e transformador da realidade para estabelecer um projeto de desenvolvimento nacional autônomo com distribuição de renda, foram desestabilizados do poder, e que a burguesia brasileira, a qual não se comporta como um empresariado renovador e nem mesmo competitivo por si só, foi sendo gradualmente seduzida pelas vantagens aparentes que lhe ofereciam os monopólios internacionais e associou-se facilmente com tais agentes, mesmo na condição de sócia menor. Isto é, aceitou, sem constrangimento, integrar uma classe totalmente subalterna, desnacionalizada e colonizada. Assim, o peso do fator estrangeiro intensifica a influência imperialista no controle da economia e das decisões políticas brasileiras.

Neste processo de investigação analisou-se o golpe de Estado de 1964 através dos agentes das empresas transnacionais anglo-americanas. Estes, articulados com as elites orgânicas dos governos dos países por eles apoiados, pelo conjunto de forças organicamente vinculadas com a retirada abrupta de Vargas do poder em conluio com as frações da burguesia nacional, políticos, jornalistas e militares. Coordenaram outro golpe de Estado através de uma série de atividades que lhes permitiram se apropriar do controle do poder político e econômico local, a fim de retirar do governo o Presidente João Goulart.

O golpe civil-militar de 1964 foi impreterível, pois as tentativas de impedir a posse de João Goulart, inclusive com a instalação do parlamentarismo, foram malsucedidas. O seu programa de governo, um projeto desenvolvimentista de perspectiva nacionalista e reformista que buscava, entre outras coisas, incorporar os setores populares, caracterizava-se como uma ameaça aos interesses conservadores. Pela primeira vez, no Brasil, a pressão dos trabalhadores alcançava protagonismo e influenciava as

decisões políticas do Governo Federal, esse é um ponto fundamental que aguçou a crise de dominação de classe, à medida que a burguesia abandonou qualquer apoio a Goulart e também qualquer projeto de nação para seguir as determinações do imperialismo estadunidense.

No plano internacional, ainda que já houvesse forte movimentação do Presidente John Kennedy contra Goulart, foi em 1963, após o seu assassinato e da posse de Lyndon Johnson, que o governo estadunidense abandonou a “Aliança para o Progresso” - que pretendia estabelecer modificações nas estruturas sociais dos Estados “atrasados” da América e, desse modo, impedir o aparecimento de movimentos revolucionários - para priorizar de vez a adoção de regimes ditatoriais locais sob o lema “desenvolvimento e segurança” (MUNTEAL; VENTAPANE, 2006, p. 9). Somada a esses pontos, havia inclusive a razão imperialista de fazer do Brasil uma submetrópole latino-americana e de impedir que Leonel Brizola assumisse a Presidência da República no ano seguinte (1965), pois certamente ele intensificaria as políticas de diretrizes trabalhistas e antiimperialistas (VASCONCELLOS, 2008, p. 7). O golpe de Estado em 1964 foi um claro episódio de luta de classes. Estabeleceu-se um estado de exceção escorado pelos monopólios internacionais que, mediante um processo de contrarrevolução permanente, impuseram sua hegemonia econômica e política à sociedade brasileira (BANDEIRA, 1978, p. 186).

Ao articular a investigação, pode-se também afirmar a impossibilidade de o proletariado latino-americano fazer qualquer tipo de aliança com as respectivas burguesias nacionais. Como a história comprova, embora em algumas circunstâncias a burguesia local atrite-se com a burguesia internacional ou com as oligarquias agroexportadoras, no limite, ocorre uma pura unidade das classes dominantes. Ou seja, as classes sociais são eminentemente antagônicas e a alteração dessa ordem estratificada somente poderá ser promovida pelas classes dominadas, ao passo que a união contra o imperialismo seja uma união com luta de classe.

Ressalta-se, por fim, além do caráter opressor do imperialismo e, não menos nefasto, das classes dominantes brasileiras, que é infactível pelas vias espontâneas do mercado superar o atraso econômico-social. A luta revolucionária e antiimperialista das classes subalternas é, por assim dizer, o único meio para romper com a dependência e com o subdesenvolvimento dos países periféricos (VASCONCELLOS, 2015, p. 107).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. D. O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. Darcy Ribeiro: a razão iracunda. Florianópolis: UFSC, 2015.

_____. Depois de Leonel Brizola. São Paulo: Caros Amigos, 2008.

.....

*** Fabricio Andre Zanghelini**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Brasil

*** Valdir Alvim Da Silva**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, Brasil

Resumen de ponencia

HÁBITAT, GÉNERO Y CIUDAD: REPENSANDO LA AGENDA PÚBLICA EN TORNO A LOS DERECHOS Y LA INCLUSIÓN.

*Natalia Czytajlo

El trabajo expone la línea de investigación sobre hábitat y políticas públicas: ciudad, derechos, inclusión y la nueva agenda urbana en metrópolis latinoamericanas. La línea hace parte del marco teórico de las investigaciones en el Observatorio de Fenómenos Urbanos y Territoriales y las articulaciones con otras instituciones. En este sentido, los desarrollos propios, los trabajos articulados, así como la revisión de otros antecedentes dan cuenta de las formas de Observatorio (metropolitano, de políticas habitacionales) como instrumentos de análisis de la gestión habitacional y urbana. Ello, en tanto contribuyen a poner en evidencia procesos que permiten analizar los criterios e impactos de las respuestas implementadas en relación a la meta de integración social e inclusión.

Durante el período analizado a lo largo de las fases de investigación (2004 - 2015) en Argentina, el gobierno ha llevado un modelo de desarrollo basado en la recuperación del mercado interno, la industria y la ampliación de las políticas sociales, con el objetivo de una mayor redistribución (FALÚ et. al, 2015). El escenario actual se presenta al menos incierto, con los procesos de reforma política e institucional en el ámbito latinoamericano. En las décadas del siglo XXI, se reconocen una serie de contradicciones, entre ellas, el crecimiento expresivo de las villas y favelas y en simultáneo, la oferta de nuevos productos inmobiliarios destinados a población de alta renta, con evidente ampliación de las desigualdades socioespaciales intra-urbanas y en el marco de una financiarización del mercado urbano a partir del cual se incorporan nuevas lógicas y agentes sociales en el proceso de producción de las metrópolis. Ese conjunto de transformaciones y contradicciones tienen una expresión relevante en la ejecución de las políticas urbana y habitacional. Estas nuevas lógicas y tipologías del espacio construido - informal y formal- revelan que nuevos agentes integran la producción del espacio metropolitano. Actúan a escala global, con nuevos intereses y estrategias, produciendo metrópolis donde las diferencias socioespaciales son más profundas y polarizadas. La valorización de la tierra de manera ampliada y difundida por toda la aglomeración urbana, deriva de la racionalidad que conduce a la formación social del precio de la tierra y explica la ampliación de las desigualdades socioespaciales y las nuevas formas de segregación residencial observada en las metrópolis latinoamericanas (SILVA, 2016). La predominancia de la desigualdad, en el esquema centro-periferia discutido en CALDEIRA (2000) refuerza este modelo de ciudad latinoamericana que no consigue vencer las barreras invisibles colocadas cotidianamente en la vida de la población. Tales barreras se redimensionan a partir de la complejidad de las metrópolis produciendo desigualdades en múltiples escalas (POLIDORO, et.al., 2016).

En este contexto, el trabajo integra diferentes aportes sobre las desigualdades

sociales: la hipótesis de las “tendencias contrapuestas” en Argentina (KESSLER, 2014); un enfoque que supone privilegiar categorías generalmente omitidas como género, etnicidad y raza, para el análisis de los procesos sociales, superando un foco tradicional que prioriza las desigualdades de ingresos (BIDASSECA, 2016). Asimismo parte de considerar el impacto diferencial que tiene en la planificación urbana y la acción de la política habitacional en el territorio según género (FALU, 2016). La exclusión no es solo material sino también subjetiva y simbólica. Se asume lo señalado por la literatura feminista que señala que incorporar una mirada democrática de derechos en las ciudades requiere iluminar, también, los procesos a través de los cuales funcionan las lógicas de la exclusión y subordinación. En el plano de las respuestas, la Nueva Agenda Urbana -NUA- avanzó en incorporar en su texto: el respeto y garantía de todos los derechos humanos e igualdad de género, la función social de la tierra y el control público de los procesos de especulación, la prevención de los desalojos y desplazamientos forzosos, las contribuciones de los sectores informales y de la economía social y solidaria a la economía urbana en su conjunto, entre otros. El ordenamiento espacial del territorio y la calidad de los espacios públicos, así como el transporte, influyen directamente en el acceso que las personas tienen a los lugares de empleo, equipamientos y servicios; en la calidad de uso de estos; en la movilidad y el tiempo para acceder a ellos. Más aún, en ciudades fragmentadas y segregadas, el territorio, en el cual se expresan múltiples formas de exclusión, es un factor ineludible en el análisis de género y en las propuestas de políticas públicas (ILPES, CEPAL, 2016; Durán, 2008).

En relación a ello, recuperamos el complejo vínculo entre el orden de género y el orden institucional estatal en la medida en que el género es una dimensión constitutiva de las instituciones y, a la vez, una realidad jurídicamente constituida (ILPES CEPAL, 2016). Algunos interrogantes que guían el trabajo se refieren a: ¿Qué implica pensar hoy en ciudades más inclusivas y democráticas? ¿Qué desigualdades confluyen en nuestros espacios metropolitanos? ¿Cuáles son los avances y desafíos de las políticas públicas de hábitat? ¿Cómo aporta el género como categoría analítica y herramienta política?

La ponencia aborda tres ejes analíticos:

- 1) Estudio de los procesos contextuales sobre la situación sociohabitacional: desigualdades persistentes asociada al sector social y al género.
- 2) Análisis de políticas habitacionales como construcciones institucionales
- 3) Iniciativas y experiencias inclusivas

El primer eje profundiza en el análisis socio-territorial poniendo énfasis en abordajes comparados temporales y espaciales en América Latina, en particular el ámbito metropolitano de Tucumán pero desde abordajes comparados.

En el período analizado en Argentina, el gobierno ha llevado un modelo de desarrollo basado en la recuperación del mercado interno, la industria, y la ampliación de las políticas sociales, con el objetivo de una mayor redistribución (Falú et. al, 2015). Estas transformaciones implicaron cambios en el papel del Estado, que vuelve a asumir una postura activa en diversas políticas y en especial en las infraestructuras económica y social.

En esta fase se exponen los desarrollos realizados sobre herramientas (indicadores, sistemas de información geográfica) para el análisis y seguimiento de los impactos metropolitanos en relación a la expansión y a los procesos de desigualdades

socioterritoriales. En la lógica de los Observatorios Urbanos, se ha aportado con desarrollos para el seguimiento y evaluación de procesos territoriales en la escala metropolitana tales como indicadores y visor de mapas del Observatorio de Fenómenos Urbanos y Territoriales.

El segundo eje presenta el marco institucional y normativo, las rupturas y continuidades a nivel nacional, provincial y local en relación a los enfoques propuestos en políticas habitacionales y urbanos en un contexto de financiarización de la vivienda. El tercero profundiza en el abordaje sobre propuestas normativas y su incidencia en las políticas habitacionales en metrópolis latinoamericanas. Se trabaja con un enfoque propositivo para las políticas públicas de hábitat que pongan atención en la inclusión en el sistema metropolitano de Tucumán, considerando los dilemas y desafíos en torno a las premisas de ciudades más inclusivas y democráticas que plantea la Nueva Agenda Urbana y la Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre Vivienda y Desarrollo Urbano Sostenible (Hábitat III). Se consideran experiencias exitosas en iniciativas e instrumentos, normativos y de gestión y su potencial papel inclusivo. El presente trabajo recupera la experiencia del Laboratorio de Género y Urbanismo en la exploración de los desafíos y experiencias del urbanismo en su dimensión fáctica, que implica revisar los aportes específicos del "urbanismo sensible al género", y las consideraciones sobre las "infraestructuras para la vida cotidiana". La distribución de la vivienda y la mixtura de usos aparece en el eje de las políticas urbanas ya que remite a la relación entre necesidades y localización de los satisfactores de éstas, a la relación vivienda/ lugar de trabajo, acceso a servicios y equipamientos- de salud, educación, recreación en relación a los roles asignados a los géneros y expresados en el territorio.

.....

*** Natalia Czytajlo**

Universidad Nacional de Tucumán. Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Observatorio de Fenómenos Urbanos y Territoriales - UNT-FAU-OFUT. San Miguel de Tucumán, Argentina

Resumen de ponencia

IMPACTO DE LA EDUCACIÓN EN LA MOVILIDAD SOCIAL INTERGENERACIONAL EN MÉXICO

*Nadyra Rodríguez Arias

“La movilidad social se refiere a los cambios que experimentan los miembros de una sociedad en su posición en la distribución socioeconómica” (Vélez Grajales et al., 2015). Para el estudio de la movilidad social se pueden distinguir varios tipos y dimensiones, este trabajo se enfocará al tipo de movilidad social intergeneracional y en la dimensión educativa.

La movilidad social intergeneracional refleja el grado de asociación del nivel socioeconómico de una generación a otra y tiene que ver con la igualdad de oportunidades. El concepto de oportunidades se refiere al acceso que tienen las personas a los servicios básicos como la educación y la salud, sin importar su sexo, origen étnico u origen socioeconómico (Torche, 2010). Por lo que si las características individuales (accidentes de cuna) no quedan limitadas por la desigualdad de oportunidades, entonces el factor determinante para la entrada al mercado laboral son las habilidades que adquiera cada individuo y no sus orígenes.

Siendo México un país de baja movilidad social, determinado así por informes y trabajos previos (Binder y Woodruff, 2002; Solís, 2010; Torche, 2010; Vélez Grajales, et al., 2013; Vélez Grajales, et al. 2015), resulta indispensable que la política pública considere en su agenda las cuestiones que afectan y/o impulsan a la movilidad social, ya que una sociedad móvil tiene la característica de permitir a sus miembros mejorar en sus condiciones de bienestar y calidad de vida, porque ello sería un reflejo de la igualdad de oportunidades entre los individuos.

Dado que no existe una medida universalmente aceptada de la movilidad social, esta investigación realiza una propuesta teórica y metodológica al respecto. Uno de los modelos utilizados para medir la movilidad intergeneracional propuesto por Black y Deveraux (2010) utiliza la educación del padre para estimar la educación del hijo. Sin embargo, se identifica que puede existir un problema de especificación, ya que la educación de los hijos puede estar determinada por las características del entorno, efectos institucionales y otras las características del hogar de origen, y no solo la educación de los padres. Además, la estimación de la movilidad social no se ve directamente, se podría considerar meramente una movilidad educativa entre padres e hijos. Por lo tanto, es deseable estimar la movilidad social intergeneracional utilizando como variable proxy el nivel socioeconómico para observar un efecto directo y considerar a la educación como variable principal por su importancia, ya que permite potenciar las habilidades de los individuos, y conseguir una competencia justa en la entrada al mercado laboral al conseguir una igualdad de condiciones en la competencia entre individuos, y por lo tanto, aumentar la probabilidad de conseguir un mejor ingreso.

Torche (2010) define tres factores que justifican la importancia de estudiar la

movilidad social: La eficiencia, la integración social y las razones normativas. Al respecto, la realidad mexicana aporta evidencia empírica sobre la importancia de estudiar la movilidad social en el país: 1) Eficiencia. En México prevalece la desigualdad en el acceso a bienes como la educación. En el 2014, el 34% de la población mexicana que se encontraba en el decil más bajo, según la distribución del ingreso, presentaba rezago educativo y la población que se encontraba en el decil más alto tenía un rezago educativo de 4.3% (CONEVAL, 2017). Los individuos de nivel socioeconómico bajo presentan un rezago educativo mayor que el resto de la población. 2) Integración social. Aboites Marique et al. (2015) menciona que en México está creciendo la falta de solidaridad y eso obstaculiza la cohesión social, debido al problema del ingreso bajo que resulta en pobreza y falta de bienestar social. 3) Razones normativas. La sociedad en México es considerada inmóvil, donde lo que pesa son las características de hogar de origen o accidente de cuna. Según el Informe Movilidad Social en México 2013, el 63% de la población que nacía en hogares pertenecientes a los dos quintiles más bajos (más pobres) de acuerdo al índice de riqueza, permanecían en él, y el 57% de la población que nacía en un hogar perteneciente al quintil más alto (más rico) permanecía en él (Vélez Grajales et al., 2013).

Por lo tanto, se plantea la siguiente hipótesis: La educación tiene un impacto positivo en la movilidad social intergeneracional en México, al considerar que la educación es una variable endógena que se encuentra determinada en mayor medida por las características del entorno y los efectos institucionales y en menor medida por las características del hogar de origen del individuo.

Para probar dicha hipótesis, se establece como objetivo estimar el impacto de la educación en la movilidad social intergeneracional en México, considerando a la educación como una variable explicativa endógena, la cual es explicada por características del hogar de origen, características del entorno y por efectos institucionales. Se realiza una estimación de sección cruzada haciendo uso de mínimos cuadrados ordinarios, mínimos cuadrados en dos etapas y ordered logit, utilizando datos de la Encuesta de Movilidad Social en México 2011, del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social y del Instituto Mexicano para la Competitividad. Los resultados preliminares muestran que la educación de los individuos depende en mayor medida de las características del hogar de origen, tales como: la educación y ocupación de los padres y percepción del grado de pobreza del hogar de origen; y en menor medida, de las características del entorno como el rezago social y la desigualdad en la distribución del ingreso. Asimismo, se encuentra que la desigualdad salarial impacta fuertemente en la movilidad social; por el contrario, la ocupación del individuo resulta no ser estadísticamente significativa. En un escenario deseable, el cambio de estrato socioeconómico de los hijos con respecto al de sus padres debería ser independiente de las características de su hogar de origen, sin embargo, en una economía con graves problemas estructurales e institucionales como México, las condiciones del entorno no parecen mitigar la afectación del “accidente de cuna”, por lo tanto, tampoco están permitiendo que se logre la igualdad de oportunidades entre la población.

Algunas referencias:

Aboites Manrique, G., Sánchez, A. y Minor Campa, E. (2015). La cohesión social y los límites de los hogares en México (2008-2012). *Acta Universitaria*, 25(4), 48-64. doi:

10.15174/au.2015.775

Binder, M. y Woodruff, C. (2002). Inequality and intergenerational mobility in schooling: The case of Mexico. *Economic Development and Cultural Change*, 50(2), 249-267

Black, S. E. y Devereux, P. J. (2010). Recent developments in intergenerational mobility. NBER, Working Paper No. 15889

Rawls, J. (1999). *A theory of justice* (Rev. Ed.). Cambridge, MA., EUA: Harvard University Press.

Solís, P. (2010). La desigualdad de oportunidades y las brechas de escolaridad. En: A. Arnaut y S. Giorguli, (Eds.): *Los grandes problemas de México*. México, D. F.: El Colegio de México

Torche, F. (2010). Cambio y persistencia de la movilidad intergeneracional en México. En . J. Serrano Espinosa y F. Torche (Eds.): *Movilidad social en México: población, desarrollo y crecimiento*. México, D. F.: Centro de Estudios Espinosa Yglesias

Vélez Grajales, R., Campos Vázquez, R. M. y Fonseca, C. E. (2015). El concepto de movilidad social: Dimensiones, medición y estudios en México. Centro de Estudios Espinosa Yglesias, Documento de trabajo No. 001/2015

Vélez Grajales, R., Campos Vázquez, R. M. y Huerta Wong, J. E. (2013). Informe de movilidad social en México 2013. *Imagina tu futuro*. Centro de Estudios Espinosa Yglesias

.....

*** Nadyra Rodríguez Arias**

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Autónoma de Querétaro, . Facultad de Ciencias Políticas y Sociales.. Universidad Autónoma de Querétaro, - UAQ. Querétaro, México

Resumen de ponencia

INCIDENCIA DE LOS IMPUESTOS INDIRECTOS Y SUS EFECTOS SOBRE LA POBREZA Y LA DISTRIBUCIÓN DEL INGRESO EN LOS HOGARES DE MÉXICO

*Alberto Castañón Herrera

*Beatriz Martínez Carreño

*Carlos Absalón Copete

Incidencia de los impuestos indirectos y sus efectos sobre la pobreza y la distribución del ingreso en los hogares de México

Carlos Absalón Copete

Beatriz Martínez Carreño

Alberto Castañón Herrera

Resumen

El trabajo que se propone analiza los impactos en la distribución del ingreso y la progresividad de la reforma fiscal 2014 en México, empleando para ello el modelo de microsimulación del Impuesto al Valor Agregado (IVA). Los resultados muestran que el esquema tributario aprobado en 2014, tiene una tendencia regresiva, la cual supera al esquema vigente en 2010. Se tratará de demostrar que este hecho se basa fundamentalmente en la propia naturaleza de los impuestos indirectos.

Adicionalmente, se presentan los probables efectos que sobre la pobreza y la distribución del ingreso se tendrían en México, si se aprueba una reforma fiscal que considere los siguientes escenarios: a) un gravamen generalizado del 16 por ciento del IVA, b) un gravamen generalizado del IVA exceptuando a los bienes que conforman la canasta básica; c) un gravamen generalizado del IVA exceptuando a los bienes que conforman la canasta básica y medicinas; d) un gravamen generalizado del IVA exceptuando a los bienes que conforman la canasta básica y bienes exentos y e) un gravamen generalizado del IVA exceptuando a los bienes que conforman la canasta básica, medicinas y bienes exentos. En todos los casos se distingue que los efectos en términos del incremento la recaudación tributaria, se verían menguados por el incremento considerable en la población en condiciones de pobreza.

En ese sentido, uno de los rasgos más significativos del sistema tributario mexicano lo constituye la fuerte dependencia de los ingresos del gobierno con respecto a los ingresos petroleros. Este pobre desempeño recaudatorio es evidente si se le compara con la evolución que al respecto han seguido los países de la Organización Económica para la Cooperación y el Desarrollo (OCDE). Para el conjunto de países de la OCDE, la recaudación tributaria equivale en promedio a 24.7 por ciento del PIB, mientras que en México se recauda, incluidos los ingresos petroleros, únicamente 17.5 por ciento. Si la

comparación se realiza con países de ingreso similar o con países de América Latina, se notará que la recaudación es significativamente menor: Polonia tiene un PIB per cápita de 16 mil dólares y recauda 20.1 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB), en tanto que Chile y Argentina cobran el 22.1 y el 20.3 por ciento del PIB por concepto de ingresos tributarios (CEPF, 2010). Existen otros rasgos que muestran la desfavorable evolución de los ingresos tributarios en nuestro país. En 1980, estos ingresos constituían aproximadamente 12.4 por ciento del PIB en México y ya desde entonces representaban un monto menor al de la mayoría de los países de la OCDE, con excepción de Turquía y España. De 1980 a 2007, el monto promedio de la OCDE se incrementó en 3.4 puntos porcentuales y los países antes mencionados incrementaron sus ingresos en el periodo en 13.3 y 7.4 puntos porcentuales respectivamente. Sin embargo, México apenas incrementó su recaudación en 2.5 puntos porcentuales, teniendo ahora el nivel más bajo de todo el grupo.

La propuesta inicial de reforma tributaria 2010 presentada por la Secretaría de Hacienda y Crédito Pública (SHCP), buscaba establecer una base sólida de ingresos públicos que disminuyera la dependencia de la renta petrolera y compensara su caída. En ella se contemplaban modificaciones en los principales tributos que integran el sistema impositivo, así como la creación de la Contribución para el Combate a la Pobreza (SHCP, 2009). Las propuestas se sustentaban en los siguientes principios:

1. Proteger la inversión y la generación de empleo.
2. Que el incremento en recaudación provenga primordialmente de los grupos con mayores ingresos.
3. Reducir la evasión fiscal.
4. Las medidas asociadas al consumo se aplican contribuir con mayores recursos para el combate de la pobreza y mejorar el acceso a servicios de salud.

Con la introducción de la Contribución para el Combate a la Pobreza se pretendía que todos los ciudadanos contribuyeran proporcional y equitativamente a generar los ingresos públicos. La tasa de la contribución sería de dos por ciento y se aplicaría de forma general, gravando las ventas de todos los bienes y servicios. Se consideraba además que no implicaría carga administrativa adicional ya que la facturación de esta contribución sería equivalente a la que actualmente llevan los contribuyentes. Los ingresos generados por la contribución permitirían aumentar el presupuesto de los programas de combate a la pobreza.

Palabras clave: Incidencia fiscal, impuestos indirectos, pobreza, distribución del ingreso.

.....

*** Alberto Castañón Herrera**

BENEMÉRITA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE PUEBLA -BUAP. PUEBLA, México

*** Beatriz Martínez Carreño**

BENEMÉRITA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE PUEBLA -BUAP. PUEBLA, México

*** Carlos Absalon Copete**

BENEMÉRITA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE PUEBLA - BUAP. PUEBLA, México

Resumen de ponencia

INDICE DE VULNERABILIDAD Y BIENESTAR SOCIAL: APORTES PARA EL ANÁLISIS Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDAD EN ESPACIOS METROPOLITANOS.

*Antonella Bonacina

*Marta Casares

*Natalia Czytajlo

El trabajo parte del concepto moseriano de vulnerabilidad referido no solo a la mera falta o necesidad sino estar indefenso, expuesto a riesgos o presión (Moser, 1996) y entiende el papel del Estado como fundamental en la conformación de las oportunidades que, a través de su impacto en la producción, distribución y uso de activos, facilitan el acceso a los canales de movilidad e integración social (CEPAL, 2000). Ello, tanto desde la provisión de servicios básicos, como en relación a la política de regulación de tierras urbanas para la conformación del mercado de viviendas y, consecuentemente, para las estrategias de los sectores pobres.

Varios autores latinoamericanos coinciden en afirmar que los enfoques teóricos centrados en el concepto de vulnerabilidad social aportan a una interpretación sintética, multidimensional y de pretensiones integradoras sobre los fenómenos de la desigualdad y la pobreza en América Latina (Kaztman, 1999b; Rodríguez Vignoli, 2000; Filgueira, 2001; Busso, 2005; Moreno Crossley, 2008; González, 2009).

La predominancia de la desigualdad en el esquema centro-periferia de estructuración metropolitana refuerza el modelo de ciudad latinoamericana que no consigue vencer las barreras invisibles de la vida cotidiana de la población. Tales barreras se redimensionan a partir de la complejidad de las metrópolis, (re)produciendo desigualdades en múltiples escalas.

En un contexto regional en el que se afianza la reducción de las funciones del Estado en materia de protección y seguridad social con el objetivo de transferirlas a la sociedad civil o a las instituciones que a su vez muestran signos de pérdida de capital social comunitario en el que se apoyaba su capacidad para contribuir a la formación de la ciudadanía, es necesario repensar la estructura de oportunidades ofrecida por la vinculación de estado / mercado / sociedad.

La ponencia reflexiona sobre los desafíos y aportes de los indicadores de vulnerabilidad pensar las desigualdades y como insumo para las políticas públicas. Se basa en un trabajo interinstitucional que define zonas de vulnerabilidad socioterritorial para la asignación de tarifa social de agua potable y saneamiento de la provincia de Tucumán* en diálogo con otros aportes que analizan las desigualdades socioterritoriales en espacios metropolitanos.

Cabe resaltar los aportes de este trabajo en varios sentidos: en primer lugar respecto a la identificación y localización de las áreas de mayor vulnerabilidad a partir de información actualizada por las diferentes instituciones participantes. Por otra parte, se constituye en herramienta para lograr un mejor alcance de la política pública

integrando visiones y lógicas de dos sectores, gubernamental y académico.

Si bien los subsidios a los servicios públicos constituyen una importante herramienta para proteger el acceso a servicios esenciales a los hogares de más bajos ingresos y lograr mejoras en su bienestar, evidencia empírica muestra que su implementación en Argentina no fue suficiente para asegurar su cobertura (Machioni et al. 2008; Lakner et al., 2016; Navajas, 2015). En 2015, a nivel nacional, los subsidios beneficiaban más a los hogares de ingresos medios y altos que a los sectores de menores ingresos (Castro et al., 2015). En el contexto actual, de implementación de tarifas sociales a partir de mecanismos focalizados, cobra relevancia evaluar el desempeño e impacto de los mismos, contrastándolos con enfoques alternativos.

A partir de información censal, se utilizaron métodos multivariados (Análisis de cluster y análisis discriminante) para clasificar los radios en función de características socioeconómicas, definiendo de esta forma grupos con vulnerabilidad socioeconómica alta, media y baja.

El análisis de la bibliografía y metodología de otros indicadores de bienestar social da cuenta de una mirada coincidente ya que integra variables relacionadas con educación, condiciones de trabajo, condiciones habitacionales. Si bien otros indicadores en la región latinoamericana otras variables tales como salud, ingresos, de mayor dificultad de acceso.

Asimismo, la clasificación obtenida fue contrastada con otros análisis y capas de información tales como los asentamientos informales definidos a partir de otros parámetros, que corroboraron la clasificación resultante, información sobre beneficiarios de programas sociales, entre otros.

A su vez, se incorporaron criterios de exclusión de las zonas de vulnerabilidad definidas a partir de la información censal, incorporando información sobre barrios cerrados o countries asociando a sectores de alto poder adquisitivo o baja vulnerabilidad.

Como parte del análisis, se exploran dimensiones comprendidas en índices como el IBEU -Índice de Bienestar Urbano-, que integran además de condiciones habitacionales y urbanas, atención de servicios colectivos urbanos e infraestructura urbana, otras referidas a la movilidad y condiciones ambientales urbanas, contribuyendo a una lectura sobre las condiciones urbanas que favorecen mayor o menor bienestar para sus residentes.

* Articulación Inter-institucional: Zonas de Vulnerabilidad socioterritorial para la asignación de tarifa social de servicio de agua potable y saneamiento. 1ra etapa
Setiembre 2017 - Febrero 2018

Instituciones / Equipo Técnico:

Ente único de Control y Regulación de los Servicios Públicos de Tucumán (ERSEPT) - Antonella Bonacina)

Observatorio de Fenómenos Urbanos y Territoriales (OFUT- FAU - UNT) - Marta Casares / Natalia Czytajlo (CONICET)/ Silvia Politi.

Dirección Provincial de Estadística de la Provincia de Tucumán (DPE) - Gabriela Odstrcil / Nora Jarma (ISES-CONICET-TUCUMAN)

Ministerio de Desarrollo Productivo de la Provincia de Tucumán (MDP)- Area SIG - Mónica Odstrcil / Luciana Paz.

.....

*** Antonella Bonacina**

Ente único de Control y Regulación de los Servicios Públicos de Tucumán - ERSEPT. San Miguel De Tucumán, Argentina

*** Marta Casares**

Observatorio de Fenómenos Urbanos y Territoriales - OFUT. San Miguel De Tucumán, Argentina

*** Natalia Czytajlo**

Universidad Nacional de Tucumán. Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Observatorio de Fenómenos Urbanos y Territoriales - UNT-FAU-OFUT. San Miguel De Tucumán, Argentina

Resumen de ponencia

INGRESO Y EMPLEO EN LA POBLACIÓN MAPUCHE RURAL Y POBRE EN CUATRO REGIONES DEL SUR DE CHILE

*Claudio Briceño

*Julio Tereucan

En Chile se reconocen nueve pueblos originarios donde el de mayor población es el pueblo mapuche, en la actualidad la población mapuche en Chile es de 1.329.450 según la CASEN del año 2015; de ellos el 73,3% se localiza en el espacio urbano y 26,7% en el espacio rural, lo que da cuenta de los constantes procesos migratorios, iniciados fuertemente en los años 80 por nuevas oportunidades laborales, sumándose posteriormente variables como el acceso a mayores niveles de educación de la población joven y los cambios en las dinámicas rurales y urbanas que posibilitan fuertemente el tránsito entre estos dos espacios. Del total de población mapuche, las regiones del Biobío, La Araucanía, Los Ríos y Los Lagos que son los territorios históricos y culturales de localización de este pueblo, su población alcanza a 690.818 personas lo que equivale al 51,9% del total nacional. El total de población rural mapuche en las cuatro regiones es de 318.590, representando un 46,1% de total poblacional.

La población mapuche ha sido categorizada históricamente en condición de pobreza, lo que es avalado por las cifras oficiales, y por lo tanto son, o debieran ser, familias prioritarias en el marco de políticas públicas y sociales tendientes a disminuir o eliminar esta condición. Las cifras de disminución de la pobreza rural en Chile han experimentado una disminución considerable según los datos de la encuesta ya mencionada, la cual ha bajado de 51,8% en el año 2006 a 15,1% en el año 2015. Esta realidad no tiene un referente similar en el contexto de la población mapuche en Chile. En tal sentido el presente trabajo tiene por objetivo el análisis de la condición de pobreza rural mapuche en cuatro regiones de Chile, siendo estas Biobío, La Araucanía, Los Ríos y Los Lagos. Este análisis se desarrollará en relación a la dimensión de ingreso de las familias, que constituye la base para el cálculo de pobreza a nivel nacional, y como segundo referente la dimensión de empleo, ya que esto permite una mirada a las dos variables de mayor complejidad, tanto en su medición como en su análisis en una realidad rural e indígena como la del pueblo mapuche en el sur de Chile.

Metodología: Los datos de análisis en el presente artículo corresponden a los de la base de datos de la Encuesta CASEN del año 2015, siendo esta la última medición oficial realizada por el Ministerio de Desarrollo Social de Chile. La estructura y metodología de la encuesta CASEN se mantuvo prácticamente inalterable hasta la medición del 2011; no obstante, el año 2013 el Ministerio de Desarrollo Social incorporó como objetivo de la medición el concepto de pobreza multidimensional, y para ello modificó la medición tradicional de pobreza por ingresos sumándose otras variables que componen el concepto de pobreza multidimensional (Observatorio Social, 2015).

En términos de distribución de población rural mapuche por regiones se tiene que la región del Biobío tiene un 6.8% de población; Los Ríos registra un 10,1%; Los Lagos un 20,9%; y La Araucanía un 51,7%. Esta última región es la que tiene histórica y culturalmente una representación mapuche mayor, dado que es el espacio que continuó siendo autónomo, aún después de la independencia de Chile de la Corona Española.

De acuerdo a la medición CASEN 2015, y considerando a la totalidad de la población mapuche rural en las cuatro regiones de estudio, se tiene que 114.224 personas equivalentes a un 35,9% de la población son pobres, y un 64,1% son categorizados como no pobres, lo que equivale a 204.251 personas mapuche.

Como una forma de complementar las cifras presentadas, podemos señalar que de acuerdo a las nuevas formas de medición de la pobreza a través de categorías multidimensionales, el comportamiento de la pobreza se expresa homogéneamente a las cifras de nivel nacional, con un leve aumento en relación a la medición por ingresos, principalmente en la región de La Araucanía

El comportamiento del ingreso en un hogar es un elemento complejo, aún más en un contexto rural y en específico mapuche. La consideración de un ingreso permanente derivado de un actividad laboral remunerada - como se observa en el sector urbano-, se complejiza en esta realidad por la diversidad y dificultad para comprender la configuración de la cantidad y origen del ingreso en las familias. Para intentar resolver de mejor manera esta “complejidad” se han establecido como unidades de análisis al menos tres tipos de ingresos: el ingreso derivado de una actividad remunerada principal, y de otra parte, un ingreso que se constituye a partir de la suma de los subsidios monetarios que el Estado otorga a familias vulnerables (considerando que más de la mitad de estas familias están en esa condición) y por último el concepto de ingresos monetarios totales del hogar para incorporar todos ingresos de distintas fuentes que aportan a la economía familiar.

Para entender mejor la influencia de la variable ingreso en la población de estudio se ha establecido un análisis basado en los grupos de edades de los miembros del hogar mapuche rural. Los hogares mapuches rurales pobres presentan un promedio de \$301.732 (US\$464 aproximadamente) como ingreso total por concepto de todas las actividades que se generen, más allá de un ingreso por actividad principal; mientras que los hogares de mapuches rurales no pobres esta cifra asciende a \$565.012 (US\$869 aproximadamente), es decir, más del doble. Los ingresos asociados a un actividad remunerada de los miembros de un hogar mapuche rural pobre, en promedio ascienden a \$130.903, por lo tanto no superan el valor del sueldo mínimo actual que es de aproximadamente \$257.500 en Chile. (USD\$396)

Tres elementos que llaman la atención en cuanto a la importancia que revisten en la configuración del ingreso total del hogar:

- Los promedios de ingresos de las personas entre los 15 y los 64 años de edad no superan el sueldo mínimo en Chile. El ingreso promedio por actividad principal no

superan los \$161.403 quedando bajo este sueldo mínimo, lo que nos permite inferir que existe un alta precariedad laboral que está representada por ejemplo en la ausencia de contrato laboral, donde un 33,4% no tiene contrato y las actividades por cuenta propia alcanzan un 51,7% . Esta situación hace compleja la medición real de los ingresos ya que no existen sueldos fijos mensuales que pudieran ser contabilizados de forma más simple por los instrumentos de recolección de información

- La reforma a las pensiones solidarias para los adultos mayores estableció un cambio importante en los montos a los cuales tenían accesos los adultos mayores. Hoy, un adulto mayor (menor de 75 años) beneficiario de una pensión asistencial obtiene aproximadamente \$ 135.172. El monto promedio señalado en el gráfico N° 3 se aproxima al valor de dicha pensión. En cuanto a aportes monetarios en subsidios, los adultos mayores mapuches rurales de la zona sur generan en promedio \$133.934, es decir más del doble que cualquiera de los otros grupos etarios, lo que constituye una modificación en cuanto al rol del adulto mayor a la economía del hogar como sujeto “productivo” en lo que a ingresos se refiere.

- Vinculado con lo anterior es importante señalar que si bien los menores de 15 años que se encuentran exentos de responder a las consultas de “ocupación principal” por lo que son visibles en el gráfico, reaparecen con una cifra considerable en lo que a aportes a los ingresos totales al hogar se refiere, superando a los adultos mayores.

En cuanto al ingreso total de los hogares, además de la repentina aparición de los menores de 15 años con aportes importantes para la economía del hogar, llama la atención la baja que se produce en el segmento de 45 a 64 años donde las personas disminuyen ostensiblemente sus ingresos con casi \$50.000 de diferencia que el grupo de hasta 29 años. En este caso una explicación a este tipo de comportamiento del presupuesto familiar es que los jóvenes (menores de 45) son quienes han optado por el trabajo remunerado, versus los mayores que están dentro de la categoría de trabajadores por cuenta propia. En la tabla siguiente se puede observar que en todas las categorías relacionadas con empleos de mayor grado de formalidad contractual, el grupo de 45 a 64 es menor que el de los menores a 45 años, a esto hay que agregar que en la categoría de familiar no remunerado, este grupo alcanza una cifra que, porcentualmente, llega al 41,5% de la categoría. Probablemente la condición de pobreza de quienes habitan en esos hogares hace que las estrategias de supervivencia como la colaboración, la reciprocidad y el intercambio adquiera un valor tanto o más significativo que una remuneración económica

A partir de los datos, sobresale la condición de “trabajador por cuenta propia”, que representa un 51,7% del total de población pobre mapuche rural, en condición de activo, es decir, mayor de 15 años de edad. Por otro lado, es representativa la existencia de un 38,1% de la población que se encuentra vinculada a las categorías de “empleado u obrero del sector privado”. Estos datos muestran cambios importantes en las dinámicas laborales de la población mapuche, ya que tradicionalmente se asocia su ocupación a actividades vinculadas a los rubros silvoagropecuarias, y por ende a una dependencia de los recursos propios (tierras) para la subsistencia alimentaria y la economía familiar. No obstante, los procesos de cambios en torno a las dinámicas rurales y urbanas consignadas como elementos preponderantes en las conceptualizaciones de la nueva ruralidad, lleva a que la interacción en estos dos

espacios genere nuevos mecanismos laborales y ocupacionales que hacen variar la referencia tradicional de la actividad económica rural en el mundo indígena. En ello hay que considerar que la atomización de propiedad indígena, hace que la cantidad de tierras disponibles para la agricultura sea cada vez más limitada para enfrentar la economía familiar.

.....

* Claudio Briceño

UNIVERSIDAD DE LA FRONTERA - UFRO. TEMUCO, Chile

* Julio Tereucan

UNIVERSIDAD DE LA FRONTERA - UFRO. TEMUCO, Chile

Resumen de ponencia

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

*José De Oliveira Junior

Para Gonçalves (2005, p. 206), “O interesse pela juventude desponta de tempos em tempos” e, nos anos de 1920, um grupo de estudiosos da Universidade de Chicago investigou a razão da comoção gerada pela turbulência social na cidade de Chicago, nos EUA. Nesse momento da história do pensamento social toda uma geração de jovens italianos, judeus, irlandeses e afro-americanos tornaram-se objeto de estudo da sociologia norte-americana.

A Escola de Chicago, como ficou conhecido o grupo de estudiosos que se debruçou sobre as implicações decorrentes da violência na cidade de mesmo nome, e as ciências sociais que ali foram desenvolvidas privilegiaram o exame da juventude sob a ótica do negativismo. O funcionalismo dos anos de 1920 vinculava juventude com criminalidade e até os dias atuais essa concepção possui força de representação.

A cultura juvenil passa a ser expandida e ampliada, após a I Grande Guerra, quando precisávamos nos reconstruir. Nesse sentido, falar do novo, do jovem, passou a compor a pauta geral da ordem das coisas. A geração que passa por um pós-guerra não compactua mais com o ideal racional imposto nos começos da Modernidade, o que se busca com o fim dos acontecimentos nefastos provocados pela guerra é uma liberdade maior e respeito às individualidades. Isso porque a passagem do mundo clássico para o mundo moderno é marcada pela ruptura com as tradições do passado. A juventude corresponde a uma etapa da vida do ser humano que vai da infância à fase adulta. Costuma-se delimitá-la dos 15 aos 29 anos de idade para a construção de conceitos dentro de uma categoria essencialmente sociológica (WEISHEIMER, 2009). O Brasil tem 20% de sua população na faixa etária entre 15 e 24 anos, são 34 milhões de pessoas. De acordo com o Censo de 2010, sobre os dados referentes à população residente, no Brasil existem aproximadamente 16.990.872 habitantes na faixa etária entre 15 e 19 anos. No Estado de Alagoas essa população é de 312.951, e na cidade de Maceió registram-se em torno de 83.840 habitantes considerados jovens. Tal quantitativo representa a juventude do país, do estado e do município, os quais terão uma relação direta com os diversos segmentos - econômico, cultural, social e político (ABRAMO, 2011, IBGE, 2010).

De acordo com Margulis (1996) a juventude é um período da vida do ser humano que combina maturidade biológica e imaturidade social e cultural. Com isso, não podemos e nem devemos afirmar que a juventude é uma mesma experiência vivida por todos os sujeitos nesse período, nas diversas cidades e sociedades.

Nesse sentido, a sociologia que aborda essa categoria se divide em duas perspectivas teóricas: a corrente geracional e a corrente classista. A corrente geracional preocupa-se com as questões das continuidades e discontinuidades intergeracionais, e a corrente classista volta-se para as questões concernentes às relações de classe (PAIS, 1990).

Assim, as fases da vida humana, e mais particularmente a juventude, são constituídas

por meio da (re)produção da vida social e cultural.

No entendimento de Boudon (1990) a juventude configura-se como um produto da Modernidade e dos valores de autonomia, de desabrochamento e ainda de liberdade individual.

As práticas e costumes socioculturais do passado existem como lugares presentes na memória individual e na conservação de algumas formas de tradição e padronização cultural na coletividade. Um exemplo dessas formas culturais, na sociedade moderna, é a escola, como instituição que passou a ocupar um lugar central no processo de socialização, assim como na produção e reprodução de lógicas de interação entre os jovens, e que se expande para fora dela.

Na escola são depositadas três funções básicas, conforme Stecanela (2010). A primeira é a qualificação escolar; a segunda, a educativa; e a terceira, a socialização. Sendo essa última não toda a socialização do sujeito, mas, como se desenvolve numa organização escolar que possui um modelo a ser seguido, por ter sido estabelecida pelos órgãos que regulam o aprendizado de uma nação, por isso precisam seguir um conjunto de regras, exercícios, programas e relações pedagógicas que são resultados de um projeto educativo e de uma estrutura de oportunidades sociais.

O modo de socialização escolar se impôs a outros modos de socialização e com isso produziu-se uma “prática escolocêntrica”, em que se impunha a todos(as) a obediência a regras e normas estabelecidas através da relação pedagógica. “A criança e o jovem corporificam o sentido etimológico da palavra aluno, de origem latina - *alumnus* - significando algo que não tem luz e que precisa ser conduzido, iluminado” (STECANELA, 2010, p. 49).

Porém, atualmente observa-se que as constantes transformações e mudanças comportamentais, familiares e educacionais têm gerado ou ampliado processos de desencaixe e reencaixe de novas identidades emergentes e em crises (GIDDENS, 1991). A vida dos jovens brasileiros está sendo alterada nos últimos anos, no quadro de mudanças que ocorrem no cenário local e global, devido às constantes crises no sistema financeiro, no desemprego estrutural, no sistema educacional, dentre outros. Estas alterações estão relacionadas com a afirmação de comportamentos que marcam a sociedade contemporânea.

.....

* José De Oliveira Junior

Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS. São Leopoldo, Brasil

Resumen de ponencia

JUVENTUDE NO CONTEXTO DE AUMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: EXPECTATIVAS DE FUTURO PARA QUAL FUTURO?

*Mauro Tilton

Apresentamos reflexões de um estudo sobre a situação atual da juventude brasileira, partindo de dados das agências públicas e das políticas públicas dirigidas à juventude segundo o discurso de governos. A partir dos dados e panoramas buscamos identificar as relações ente a situação de vida e as políticas, segundo aquilo que está expresso explicitamente, mas também naquilo que está oculto, mas exatamente por isto, demonstra muita coisa. O que os dados e a teorização permitiram é demonstrar como a situação real tem ampliado as desigualdades sociais e desencorajado os jovens a pensarem no futuro

O Brasil configura-se como capital-imperialista subalterno, resultado das contradições internas da dominação mais ampla que atravessa o capital-imperialismo mundial e carrega consigo as marcas históricas da dominação burguesa no Brasil e da sua formação sob domínio colonial.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2017), a taxa de desocupação em 2016 atingiu a participação de 49,8%. Os trabalhadores por conta própria aumentaram para 24,7%. Os sem carteira de trabalho atingiram 18,5% do total das ocupações. A contratação indefinida dos menores de 25 anos (jovens), cresceu 20,1% durante o ano de 2017.

Só na Agropecuária houve redução de 1,1 milhão de pessoas só em 2016. Já na Indústria e na Construção houve queda em 2015-2016 (4,1% na Construção e 13,2% na Indústria). Fica evidente o processo de reprimarização da economia, cada vez mais baseada na produção de commodities com baixa intensidade no uso de força de trabalho, já que houve aumento da participação do setor da Agropecuária no PIB. Ainda, demonstram o desmonte dos serviços públicos, evidenciados na atividade de Administração pública, em que a redução da população ocupada foi muito intensa (11,7%).

O percentual de jovens desempregados em 2016 foi de 21,1%. A desocupação entre os homens mais jovens (16 a 29 anos) alcançou 18,9%. Para a mulher nesta idade a taxa de desocupação atingiu 24,0%. Isso representou 2,2 milhões de mulheres a mais em 2016 que procuraram e não encontraram ocupação, em relação a 2014. Dos jovens que nem estudavam nem estavam ocupados, os denominados “nem-nem”, houve forte aumento de 2014 (22,7%) para 2016 (25,8%).

Ainda segundo o IBGE, a diferença entre o percentual de jovens homens não-estudantes e não-ocupados e jovens mulheres na mesma situação se acentua nos grupos mais velhos, já que entre os homens 16,6% enquanto entre mulheres o percentual era de 34,6%, na faixa etária de 25 a 29 anos de idade para ambos os sexos. Entretanto, os jovens não se encontram em tal situação por falta de interesse ou por

inação. Entre os jovens que não estudavam nem estavam ocupados, o percentual dos homens procurando e disponíveis para trabalhar em uma ocupação oscilou entre 41,9% (2012) e 45,9% (2015) e chegou a 52,3% (2016), enquanto o das mulheres ficou entre 21,7% (2012) e 25,7% (2015) e foi de 30,3% (2016).

Ainda se tratando das desigualdades brutais, em 2016 havia 24,8 milhões vivendo abaixo da linha da pobreza, o que representa 12,1% da população vivendo na miséria (IBGE, 2017). Já na classe antagônica, as cinco pessoas mais ricas do país detêm riqueza equivalente à metade da população, ou seja, cinco pessoas possuem a mesma riqueza que 104 milhões de pessoas. No ano de 2017, a riqueza dessas cinco pessoas cresceu 13%, enquanto aquela dos 104 milhões de pessoas reduziu de 2,7% para 2%. Portanto, se vê que há um forte aumento do desemprego, porém, este não é algo apenas conjuntural. O desemprego crônico é um problema estrutural, complexo e de difícil resolução dentro da sociedade capitalista. Ainda que atinja parcelas cada vez mais significativas da população em geral, o desemprego apresenta índices ainda maiores entre os jovens. Ser jovem desempregado no Brasil, onde o grau de pobreza e desigualdade social impõe situações de privação de questões básicas de sobrevivência para um número crescente de jovens é um desafio que se relaciona com as expectativas e projetos de futuro, alterando a inserção do jovem nas atividades no momento presente. No entanto, muitas análises e políticas deslocam o central do problema do desemprego para questões vinculadas à ausência ou falta de educação e à formação, atribuindo ao sujeito a responsabilização pela sua situação social. E são estas análises que estão na base das políticas públicas, que passam a ser permeadas por uma lógica privatista, especialmente através das parcerias público privadas, tanto dentro do sistema regular de educação (Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular), bem como na educação continuada ou complementar (ProJovem, PRONATEC). A título de exemplo, a reforma do ensino médio brasileiro, se pauta num enxugamento do conhecimento aos estudantes da classe trabalhadora, ampliando a fragmentação e fragilização do currículo, além de reforçar a perspectiva dualista da escola entre os diferentes extratos sociais, ampliando a desigualdade (nos termos do IBGE, a mobilidade) social e escolar.

As estratégias e investimentos governamentais não tem dado conta de resolver a situação, pois o problema é estrutural e endêmico do sistema do capital e o caráter focal das políticas em voga não são suficientes sequer para amenizar a situação. Estas políticas logram ocupar a juventude que não tem perspectiva de emprego através do alongamento do tempo escolar e das possibilidades de realizar formação profissional aligeirada tendo em vista um primeiro emprego e buscando ascender à qualidade de empregável. No entanto, os jovens reivindicam políticas pensadas para sua formação dentro de uma perspectiva de emancipação humana que lhe impulsionem a pensar e projetar o futuro de forma mais segura e concreta.

Do processo de institucionalização da política para os jovens, três questões, a nosso ver, são essenciais: 1. com o avanço das políticas para a juventude - o que é desejável e muito bem vindo - há uma importante mudança de ação do estado no atendimento dos direitos sociais, pois sua realização ocorre como política focal e compensatória, dentro do ideário neoliberal ditado pelos organismos multilaterais, e como parcerias com ONG, OSCIP e outras organizações (geralmente patronais), o que retira seu caráter público e submete a juventude à processos de formação e socialização determinados segundo a vontade destas organizações. Ou seja, há o reconhecimento

de especificidades da juventude, mas sua forma de atenção se dá pela desresponsabilização do estado na garantia dos direitos sociais e na diminuição do caráter público na definição das formas de funcionamento das políticas; 2. boa parte das ações das políticas de juventude ocorre no contexto de atendimento de direitos sociais via apropriação de recursos do fundo público por empresas/organizações privadas, e em parte via financeirização, elemento que precisa ser melhor compreendido no contexto de retirada de direitos e sua transformação em serviços; 3. claramente há um desenho das políticas para a juventude baseado em uma compreensão do jovem como perigo social e da juventude como fase de preparação para a vida adulta, pois ainda que no corpo da Lei aparecem outras terminologias, os programas e ações que visam dar-lhe materialidade relacionam-se quase em sua totalidade com a formação para o mercado de trabalho (aquisição de habilidades para o trabalho simples em cursos de curtíssima duração) e para a preservação da capacidade de trabalho dos jovens (afastar do uso de drogas, ocupar o tempo livre dirigindo atividades para o trabalho etc), em especial para os jovens da classe trabalhadora. Há ausência de uma política para a juventude pensada em sua totalidade, fazendo com que o jovem pobre da classe trabalhadora seja “enquadrado” em tais políticas como “beneficiário” (sic) enquanto o jovem da classe burguesa pode usufruir das riquezas material e espiritual produzidas socialmente segundo sua escolha.

Em relação à retomada do crescimento econômico para sair da crise, usada como justificativa para os ajustes estruturais, o Brasil atravessa uma recessão deliberadamente provocada para viabilizar as reformas exigidas pelo capital (trabalhista, já aprovada; da previdência; do sistema de ensino - já aprovada do ensino médio; do funcionamento das políticas sociais - já aprovado repasse direto de recursos públicos para OSCIP, ONG etc para promoção de políticas sociais etc), seguindo as orientações dos organismos internacionais. Assim, as reivindicações da juventude brasileira parece não estar presente nas políticas para a juventude, que tende a ser desenhada para a inserção do jovem na produção, e não para sua formação integral. Destaca-se a política educacional, que dirige o jovem da classe trabalhadora para um percurso formativo que o encaminhe para o trabalho simples, precocemente, e outro para o jovem da classe burguesa: para estudos alongados e fruição. Partimos do pressuposto que a educação e a aprendizagem não estão limitadas à escola, são um processo social, histórico e cultural, desenvolvido ao longo da vida. Nesta perspectiva a escola se constitui como um instrumento de socialização e apreensão de conhecimento. Partido desta compreensão, pensar sobre a educação e a escola, pressupõe pensa-las inseridas na sociedade capitalista, dividida em classes sociais, cujo fundamento está centrado na exploração e expropriação da classe trabalhadora. No Brasil, o projeto educativo gestado pelo Governo Federal tem reduzido as responsabilidades do Estado com a educação, sobretudo da classe trabalhadora, que é encaminhada para adquirir competências e habilidades para o mercado de trabalho, coadunando-se com os interesses das burguesias brasileiras associadas ao capital-imperialismo.

Portanto, atuar com os jovens na construção de espaços de esperança, avançar nas pesquisas com os jovens e sobre sua condição, bem como estudar e avançar nas proposições e implementação de políticas públicas específicas e universais parece ser um profícuo caminho.

.....

*** Mauro Tilton**

Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Florianópolis, Brasil

Resumen de ponencia

LA ACCIÓN PÚBLICA FRENTE A LAS MIGRACIONES. RECONSTRUCCIÓN DEL CASO DE LAS FAMILIAS INDÍGENAS JORNALERAS MIGRANTES MIXTECAS EN LEÓN, GUANAJUATO, MÉXICO.

Universidad Iberoamericana León. Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades -
UIA-L (México)

*David Martínez-Mendizábal

Desde el 2012 se registra en Guanajuato la presencia de población mixteca (na'savi) jornalera agrícola, proveniente de manera preponderante del estado de Guerrero, uno de los más pobres del país. Desde los municipios de Ometepepec, Tlapa, Cochoapa el Grande y Metlatónoc, las familias arriban a diferentes municipios guanajuatenses: Silao, Romita, San Francisco del Rincón, Dolores Hidalgo, Manuel Doblado, Valle de Santiago, Purísima y León. Existe migración "golondrina" en México desde hace varias décadas, sin embargo, hasta ese año, no se habían presentado en esta zona del país. En el mes de mayo del 2012 el Centro de Desarrollo Indígena Loyola (CEDIL), organismo de la sociedad civil, se acercó a este fenómeno migratorio, sin precedente en la región del Bajío central de México, y se visitaron los campos agrícolas durante los meses de mayo a agosto, con la finalidad de conocer la problemática. Se encontraron que las condiciones en las que se trasladan y se establecen en las comunidades rurales aledañas a los campos de cultivo son, en extremo, violatorias a los más elementales derechos humanos.

La situación en la que se desplazan y se asientan las familias jornaleras migrantes reúne, en espacio y tiempo, buena parte de los riesgos sociales propios de ambientes carenciados: niñez desprotegida, mujeres con múltiple jornada, salud endeble, alimentación por debajo de los niveles recomendados, habitaciones indignas, discriminación étnica, explotación laboral, en fin, la síntesis del estado de malestar en México. La incapacidad secular, para atajar la creciente pobreza nacional y abrir espacios de desarrollo para las comunidades y pueblos indígenas según sus propias concepciones y decisiones, se encuentra como factor eficiente en la producción y reproducción de la población migrante.

La actuación de las autoridades nacionales, estatales y municipales ha sido irregular, a cuentagotas e intermitente, con brotes muy endebles de atención. Conceptualmente se puede denominar de diferentes modos, dependiendo de la escuela de pensamiento: Estado ausente, Estado clasista, Estado fallido o Estado con actuación irregular territorialmente.

Desde el 2013 este trabajo incorpora entre otras actividades un vínculo con la Universidad Iberoamericana León, quien con la estrategia de investigación-acción, ha dotado al CEDIL de información útil para presionar e incidir en la construcción de

políticas y acciones públicas que enfrenten el grave problema social de las familias jornaleras. Se tienen ya, tres reportes de investigación.

En esta ponencia se hace un corte crítico del proceso 2013-2018 y conforme a las investigaciones realizadas se establecen un conjunto de reflexiones de cara al papel de las instituciones del Estado mexicano y al establecimiento de un modelo de atención que asegure políticas públicas con enfoque de derechos.

Se hace énfasis en la necesidad de contar con conceptos pertinentes para comprender el fenómeno de las nuevas migraciones, se proporcionan datos sobre la diversa violación de derechos humanos en la población indígena asentada temporalmente en esta región mexicana y se ponen a discusión un conjunto de líneas estrategias para la estructuración de políticas y acciones públicas -modelo de atención- con enfoque de derechos y por tanto desde la óptica de la interculturalidad, demandada por los pueblos originarios de Latinoamérica.

Este enfoque toma mayor relevancia en México a partir del 2011, pues se introdujo el concepto de derechos humanos en el artículo primero de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos y motivó la modificación de otros diez artículos constitucionales relacionados con aspectos diversos como la educación, las responsabilidades de la Comisión Nacional de Derechos Humanos, la política internacional y las obligaciones de la Presidencia de la República. Este cambio constitucional se relaciona con la problemática de la migración indígena jornalera en dos aspectos sustantivos: las obligaciones del Estado, el enfoque de derechos en políticas públicas y el nuevo estatus que adquieren los tratados internacionales.

Más allá de las posturas idealistas que esperan un cambio radical de la realidad cuando se modifican los ordenamientos legales, supondría también una posición ingenua obviar la importancia de la inserción de un concepto tan potente, con numerosas modificaciones al texto normativo principal del país y no esperar transformaciones programáticas.

El enfoque de derechos implica, conceptualmente, un acercamiento a la realidad de las familias migrantes con lógicas distintas a las que privan tradicionalmente cuando se diseñan e implantan las acciones y políticas públicas. La arquitectura institucional relativa al desarrollo social en México está estructurada con una lógica de acomodamientos históricos, de modo que el edificio social se sustenta en miradas disímbolas y el nuevo enfoque de derechos humanos puede ser un camino alentador en este terreno complicado y contradictorio.

.....

*** David Martínez-Mendizábal**

Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Iberoamericana León - UIA-L. León, México

Resumen de ponencia

LA CÁRCEL COMO DESENLACE Y GENERADOR DE EXCLUSIÓN SOCIAL. TRAYECTORIA DE ADOLESCENTES Y JÓVENES EN SITUACIÓN DE DESPROTECCIÓN, PRIVADAS DE LIBERTAD, EXCLUIDAS Y ESTIGMATIZADAS.

*José Antonio Galeano Monti

La presente ponencia se inscribe en el proceso de la tesis doctoral en ciencias sociales, trata del ámbito penitenciario, y éste no se encuentra aislado, sino que se relaciona con toda la realidad de las personas. Se centra específicamente en la población adolescente y joven, y por eso resultan fundamentales las dimensiones que forjan el desarrollo de sus vidas, como la familiar, la escolar, la laboral, y la barrial/comunitaria/territorial de estas personas.

Al haber políticas sociales escasas y con bajo impacto, en el Paraguay existe una situación de desprotección social, que genera exclusión social de determinados territorios y poblaciones, que se encuentran mayormente vulnerables que la población en general a caer en la vida delincucional, a causa de las carencias e imposibilidades de desarrollar sus vidas plenamente.

El entorno familiar deteriorado, la accesibilidad a las drogas en sus barrios, las posibilidades de empleabilidad de baja calidad, la deserción escolar a temprana edad, el territorio estigmatizado en el que viven, en resumen, la desprotección social en el Paraguay, que afecta con mayor intensidad en los territorios excluidos/guetos urbanos, y principalmente a los adolescentes y jóvenes que viven en situación de calle, favorece la comisión de delitos, lo que causa en ocasiones y a algunas personas que sean derivadas a las cárceles. Ya en este espacio también signado por la miseria, se degrada la vida y la persona dentro de la cárcel. Es así que el resultado es un ser humano aún más excluido, desprotegido y desprovisto de los derechos fundamentales, y sin perspectivas de superación personal.

En las sociedades actuales, se configuran al interior de las principales ciudades, barrios o sectores denominados como villas miserias, cinturones de pobreza, asentamientos informales, en los que las personas viven sin los servicios sociales básicos, con empleos temporales, trabajos precarios, y realizando en ocasiones, para la supervivencia, este tipo de actividades u otras ilegales, clandestinas o delictivas (Telles y Veloso, 2007). Estos espacios o territorios de exclusión, se encuentran en el contexto paraguayo entre los sectores y poblaciones más invisibilizadas, ya que no existen informaciones fidedignas ni científicas acerca de la vida, los problemas, las necesidades de las personas que allí viven. Es esta misma población y territorios, los que no se encuentran dentro del radio de acción de las instituciones y políticas sociales del Estado paraguayo, aunque sí de las políticas punitivas, represivas y carcelarias. Ocurre así que la única política pública que opera con efectividad institucional es la de la privación de libertad.

Se puede señalar que existe una mayor presencia punitiva (policial, antidrogas) y una intensificación de vigilancia en los barrios históricamente marginalizados, subprotegidos, con mala reputación, y en situación de exclusión social en los que, antes de brindar seguridad y protección, se actúa de manera violenta, irruptiva y con malos tratos (CELS, 2016; Perelman y Tufro, 2015; Cozzi, Font y Mistura, 2014; Kessler y Dimarco, 2013).

El Paraguay se encuentra entre los diez países en el mundo con mayor población de presos en cárceles sin condena, lo que indica impunidad judicial. Más de la mitad del total de las personas privadas de libertad en el Paraguay son jóvenes o adolescentes (menos de 29 años), y los delitos de los que son acusados varían: 6 de cada diez mujeres se encuentran por delitos relacionados a drogas, 7 de cada 10 adolescentes por delitos contra los bienes de las personas, y 5 de cada 10 jóvenes por los mismos delitos de los adolescentes. Los oficios que realizaban antes de estar presos eran precarios y desprotegidos; la mayoría de ellos desertaron la escuela a corta edad; y pertenecen a familias con necesidades económicas y en situación de pobreza.

Gran parte de la población de las personas privadas de libertad provienen de los mismos barrios, territorios y espacios sociales que se caracterizan por ser los más excluidos -lo que en términos de Wacquant podrían denominarse como guetos-, y en los que se propician vidas de criminalidad y al margen de la ley.

La cárcel en la práctica se convierte en una extensión de la vida de afuera. Y comparte similares elementos de los guetos (Salcedo, 2008), en los que existe un autogobierno del espacio, y en los que las relaciones de poder se dan, de manera arbitraria y al margen de la legalidad, entre la elite marginal carcelaria y los presos.

La vida posterior a la cárcel para las personas ex privadas de libertad consiste en un retorno a los territorios excluidos, a sus hogares, con un factor de exclusión agregado, el estigma de haber estado en las cárceles, que dificulta la inserción a una vida con condiciones materiales y subjetivas para el desarrollo pleno de la vida.

El encierro en las cárceles de las personas que anteriormente se encontraban en entornos familiares y sociales degradados y excluidos, y la persecución a la población más desprotegida, principalmente la adolescente y juvenil, es un síntoma de la desprotección social del Paraguay, y en el que se interviene atacando las consecuencias antes que las causas.

La hipótesis general va en la línea que existe una triple exclusión en las personas privadas de libertad en el Paraguay: anterior (desprotección social), presente (encierro, corrupción, violación de derechos humanos en las penitenciarías) y posterior a la privación de libertad (mayor exclusión y estigmatización por haber estado preso/a).

Hipótesis específicas:

Hipótesis 1: la población adolescente joven en el Paraguay es la que se encuentra en mayor situación de riesgo, ya que no existen políticas públicas que garanticen sus derechos básicos a la educación, a la salud y al trabajo, lo que sumado al encontrarse en un entorno de exclusión social que no es propicio para el desarrollo saludable de sus vidas, hace que en ocasiones la vida delictiva y al margen de la ley sea un método de subsistencia propia o familiar.

Hipótesis 2: Aunque la privación de la libertad tiene el objetivo de corregir a las personas y de brindar herramientas y capacidades a las personas que cometieron algún delito, de manera a integrar a la sociedad, nuestras hipótesis son que, en la práctica, en las penitenciarías del Paraguay:

Hipótesis 2.1. Las personas privadas de libertad son sometidas a un aislamiento social y socio afectivo, -muchas veces por motivos económicos, otras veces por motivos sociales-;

Hipótesis 2.2. Tanto las personas privadas de libertad como sus familiares son sometidos a tortura, malos tratos o tratos vejatorios;

Hipótesis 2.3. Las personas privadas de libertad se someten a un esquema de corrupción desde el ingreso mismo, en el que pagan a los guardias y a internos para ocupar un espacio, obtener una cama, conseguir bienes y objetos prohibidos -como ser teléfonos celulares, drogas, bebidas alcohólicas-; en ocasiones las penitenciarías representan la universidad del delito ya que allí aprenden nuevas maneras de delinquir;

Hipótesis 2.4. Las personas en privación de libertad rompen sus vínculos socio afectivo ya que se encuentran fuera de su seno familiar y comunitario, lo cual profundiza esta ruptura social y afectiva.

Hipótesis 3. El haber transitado por una vida desprotegida, delincuencia, penitenciaria, genera un estigma que tiene un impacto negativo en la inserción social futura, que deja secuelas de exclusión social en las personas, en el que se cortaron los vínculos que lo mantienen unidos al mundo exterior e integrado socialmente.

Los objetivos son los siguientes:

☐ Analizar la trayectoria de exclusión de las vidas de adolescentes y jóvenes privados de libertad de manera a ahondar en las causas sociológicas del encarcelamiento y el encierro, y las implicancias en el deterioro de sus vidas en el futuro y sus proyectos de vidas.

☐ Analizar los factores y conductas de riesgo de adolescentes y jóvenes en el Paraguay.

☐ Establecer la relación entre los factores de exclusión social y privación de libertad en el Paraguay.

☐ Determinar el nivel y la situación de vulneración y riesgo en que se encuentra la población excluida y la población privada de libertad con relación a la población general del país.

☐ Establecer los efectos negativos que causa la privación de libertad en las penitenciarías paraguayas.

Determinar las consecuencias de la privación de libertad y del encierro en la vida posterior de las personas privadas de libertad.

En función del objeto de estudio que es la situación de exclusión y de privación de libertad, planteamos una aproximación de triangulación metodológica, ya que nos acercarnos de distintas formas a la misma realidad.

Para abordar nuestro objeto proponemos realizar una investigación con enfoque mixto, integrando lo cualitativo y cuantitativo.

Se considera oportuno este enfoque, ya que por una parte los datos estadísticos permiten tener una aproximación general de la problemática de la situación de exclusión y de privación de libertad, a la vez que permite realizar análisis (a través de softwares como el SPSS) de correlación, regresión, entre otros, que aportan a la comprensión de la realidad; y por otra parte el abordaje cualitativo permite comprender de manera profunda cómo se produce, qué implica en la vida y subjetividad de las personas el vivir en el Paraguay en el contexto de exclusión.

En lo que se refiere al enfoque cualitativo, no se manipularán variables experimentales durante el proceso de investigación, ya que lo que se desea medir son cualidades

subjetivas, atribucionales, entre otras, relacionadas del fenómeno de la privación de libertad de las personas pertenecientes a esta población y manifestadas por ellos mismos, analizadas con mediciones objetivas de fenómenos subjetivos (Kerlinger y Lee, 2002).

.....

*** José Antonio Galeano Monti**

Enfoque Territorial - Enfoque. Asunción, Paraguay

Resumen de ponencia

LA DESERCIÓN ESTUDIANTIL EN MUJERES ADOLESCENTES EN EL BARRIO BLANCO CUE TABLADA NUEVA (BAÑADO NORTE) PARAGUAY

*Laura Mabel Martinez

RESUMEN

La Investigación aborda la problemática del embarazo adolescente y sus potenciales derivaciones en la continuidad de la educación. Se centra en un aspecto fundamental de la trayectoria vital de las mujeres como es la educación.

Este estudio, de carácter cualitativo, no pretende brindar un diagnóstico generalizable de esta problemática, sino que procura, a partir de una mirada centrada en las experiencias vitales y en los sentidos que se otorgan, comprender el impacto del embarazo adolescente en las ya restringidas opciones que tienen las mujeres de sectores de clase baja y media.

A partir del análisis y comparación de las historias y experiencias de vida de mujeres paraguayas que fueron o no madres durante la adolescencia, se procura discernir e identificar en qué medida la maternidad temprana afecta las trayectorias y logros educativos.

The research addresses the problematic of adolescent pregnancy and its potential derivations in the continuity of education. It focuses in a fundamental aspect of the vital trajectory of women as is education.

This qualitative study does not attempt to provide a generalized diagnosis of the problem, but rather seeks to understand the impact of adolescent pregnancy on the already restricted options, based on the various experiences and the senses that are given.

Which have women from lower to middle class sectors. Based on the analysis and comparison of the life histories and experiences of Paraguayan women who were or were not mothers during adolescence, we try to discern and identify the extent to which early motherhood affects educational trajectories and achievements.

Key words: Adolescence, adolescent pregnancy, school dropout.

La fecundidad adolescente ha ido descendiendo en América Latina durante las últimas décadas, si bien con un ritmo dispar entre los países de la región. Sin embargo, dicho descenso ha sido consistentemente menor al observado para las adultas e incluso, en algunos países, la tasa de fecundidad adolescente se ha mantenido estable o incluso ha aumentado, lo que en parte refleja la dinámica propia de los factores socioculturales que inciden en la conducta reproductiva a edades tempranas.

El vínculo entre embarazo adolescente y pobreza es uno de los debates centrales en torno al cual gira el estudio de la maternidad adolescente.

Mientras algunos estudios centran su preocupación en los efectos negativos que la

maternidad adolescente puede implicar sobre las futuras oportunidades educativas de las jóvenes, lo que a su vez las llevaría a caer en la pobreza o a no poder salir de ella, otros consideran la pobreza y la falta de oportunidades educativas como la causa y no la consecuencia del embarazo y maternidad adolescente y que sus efectos negativos pueden ser transitorios y superados por las jóvenes con el tiempo.

Estudios recientes acerca de los efectos de la maternidad adolescente ponen en duda que su postergación pueda tener un impacto positivo relevante, en términos de reproducción de la pobreza, si no se ve acompañada de profundos cambios estructurales. Sin negar las limitaciones que la pobreza impone en términos de condicionamientos y de poder de decisión sobre la propia conducta reproductiva y varios estudios proponen develar el sentido positivo que la maternidad adolescente adquiere en contextos de vulnerabilidad social, por ejemplo, como única fuente de reconocimiento social para mujeres carentes de perspectivas educativas y laborales, como estrategia de maximización de los recursos familiares, como elemento en la construcción de la identidad y como medio en la búsqueda de autonomía.

Otro de los puntos centrales tanto en el debate académico como en el del diseño e implementación de políticas públicas, gira en torno a la relación entre maternidad adolescente y educación, a la identificación tanto de las posibles causas educativas del embarazo adolescente como de las consecuencias de la maternidad temprana sobre el posterior desarrollo de la madre y sus hijos, particularmente en términos del desempeño educativo. En este sentido, la literatura se nutre principalmente de estudios efectuados en los países industrializados. Aunque la evidencia es mixta, parece haber un cierto consenso acerca de la complejidad de los procesos de interacción entre las variables relevantes, en particular descartando las visiones que postulan un efecto unidireccional e invariablemente negativo del embarazo adolescente sobre la trayectoria socioeducativa de las madres. La mucho más escasa evidencia proveniente de los países en desarrollo no contradice aquellas conclusiones, aunque deja en claro la asociación entre el embarazo adolescente y el pobre desempeño de estas madres en determinados indicadores de desarrollo social y educativo.

La diversidad de enfoques y estrategias ha dado lugar a múltiples estimaciones y por ende conclusiones, respecto al impacto que tiene el embarazo adolescente en la escolaridad en diversos países, tanto desarrollados como en vías de desarrollo. En algunos estudios realizados en países desarrollados, los resultados muestran que los efectos negativos del embarazo adolescente sobre la acumulación de capital humano son relativamente menores y de corta duración según Hoffman mientras otros señalan la importancia de considerar no sólo sus consecuencias socioeconómicas, sino también las sociopsicológicas, en particular el cambio en las expectativas de educación de las adolescentes. Tanto Hoffman (1998) para Estados Unidos como Duncan (2007) para el Reino Unido, encuentran que el efecto de la maternidad adolescente en la subsiguiente inserción social de la madre es esencialmente nulo.

Los estudios en países latinoamericanos muestran un panorama diferente, que permite constatar una significativa relación negativa de la maternidad adolescente con la asistencia escolar, la inscripción en todos los niveles educativos, las probabilidades de completar cualquiera de los niveles y, consecuentemente, con los años de educación acumulados, así como una fuerte asociación con el abandono escolar.

En el caso de Paraguay, la información referida al embarazo y la maternidad

adolescente es básicamente de carácter cuantitativo. Los datos secundarios (censales y encuestas) y los escasos estudios específicos ponen de manifiesto las diferencias educativas de las adolescentes según hayan sido o no madres.

.....

*** Laura Mabel Martinez**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales FLACSO. Asuncion, Paraguay

Resumen de ponencia

LA DISMINUCIÓN DE LA DESERCIÓN ACADÉMICA UNIVERSITARIA MEDIANTE EL CORRECTO MANEJO DE LAS FINANZAS PERSONALES

*Juan Carlos Muñoz Vera

La presente investigación tiene como objetivo de estudio ayudar a disminuir la deserción académica universitaria mediante el buen manejo de finanzas personales.

La hipótesis planteada es: Al crear una buena conciencia del manejo de las finanzas personales se puede mitigar en gran manera la deserción universitaria por falta de medios económicos, permitiendo que más jóvenes puedan tener una mejor calidad de vida no solo para ellos sino para todo su núcleo familiar y si el núcleo de la sociedad está creciendo y está mejorando, indudablemente todo un país va a crecer.

Todo el estudio se basa en la definición de la deserción estudiantil planteada por Correar y Páramo donde mencionan que: la deserción estudiantil no sólo se entiende como el abandono definitivo de las aulas de clase, sino como el abandono de la formación académica, independientemente de las condiciones y modalidades de presencialidad, es decisión personal del sujeto y no obedece a un retiro académico forzoso (por el no éxito del estudiante en el rendimiento académico, como es el caso de expulsión por bajo promedio académico) o el retiro por asuntos disciplinarios. La investigación se apalanca en estudios realizados por entidades académicas y gubernamentales que están preocupados y quieren buscar soluciones al problema planteado.

Los beneficios que tienen los países cuando tiene su población formada son enormes, tienen una mano de obra calificada, es decir productos y/o servicios con una mejor calidad, impulsa el crecimiento económico en varios sectores, atrae inversión extranjera, entre otras cosas; los gobernantes conocen estos beneficios y se preocupan en garantizar la educación en todos los niveles y a todas las personas sin hacer ningún tipo de excepción, pero la cantidad de dinero a invertir no es igual en todos los países, depende de una serie de variables, prioridades, cultura y el plan de gobierno.

En Colombia, el número de alumnos matriculados en el 2014 fue de 10.278.211 en educación formal en los niveles de preescolar, básica, primaria, secundaria y media, abarcando la zona rural y urbana (DANE, 2015). Según el Ministerio de Educación Nacional (2017), el número de estudiantes matriculados en instituciones en el 2014 para niveles de formación técnica profesional, tecnológica, universitaria, especialización, Maestría y Doctorado fue de 2.220.652.

“Solo el 37,2% de los jóvenes colombianos continuó sus estudios o se capacitó después

de egresar de la escuela secundaria en el 2010, los jóvenes representan casi el 30% de la población en edad de trabajar, lo cual representa una enorme posibilidad para el desarrollo del país” (Banco Mundial, 2013).

La Universidad del Rosario (2017) afirma que para el Ministerio de Educación Nacional las cinco (5) principales causas de deserción en las universidades fueron:

- ☐ Problemas personales. El estudiante experimenta cambios familiares o personales que los obligan a desertar.
- ☐ Socio económicos. El estudiante tiene problemas económicos para cubrir los gastos académicos y los de manutención.
- ☐ Académico. El estudiante no cumple con los niveles académicos solicitados por la institución académica para cursar una o varias asignaturas.
- ☐ Orientación Vocacional. El estudiante no conoce sus aptitudes vocacionales.
- ☐ Institucional. El estudiante no se identifica con el enfoque dado por la institución académica.

Algunas encuestas aplicadas en la presente investigación, se han realizado a nivel interinstitucional, es decir, no se enfoca en una sola universidad, porque lo que se busca es encontrar comportamientos homogéneos en los estudiantes universitarios, egresados y cuerpo administrativo.

El tipo de diseño de investigación es una mezcla de investigación exploratoria, investigación documental e investigación de campo; los métodos, técnicas e instrumentos utilizados fueron: Análisis - Síntesis, Deductivo - Inductivo, Histórico - Lógico y empírico. Las técnicas utilizadas fueron: Observación, Entrevista, Encuesta y Triangulación.

Los resultados se agrupan en tres pilares:

- ☐ Información General: Características de la población Objetivo.
- ☐ Inteligencia Financiera: Medir que tan inteligente financieramente hablando es la población objetivo
- ☐ Inteligencia Emocional: Calle, Cleves, Saavedra y Velásquez sostienen que el éxito académico y profesional no depende únicamente de los conocimientos teóricos - prácticos adquiridos en una institución educativa, sino que es necesario ahondar en el conocimiento de las emociones fortaleciendo el capital humano. Para la medición de este pilar se empleó el TMMS - 24.

Al final de evaluar todo el estudio, se propone incorporar un curso en el plan de estudios de todas las carreras universitarias.

.....

*** Juan Carlos Muñoz Vera**

Corporación Universitaria Minuto de Dios - UNIMINUTO. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

LA HABITABILIDAD EN CALLE EN BOGOTÁ. UNA REFLEXIÓN SOBRE EL TERRENO DE LA ATENCIÓN SOCIAL FRENTE A LA DESIGUALDAD Y LA EXCLUSIÓN SOCIAL.

*Cristina Isabel Páez Páez

LA HABITABILIDAD EN CALLE EN BOGOTÁ. UNA REFLEXIÓN SOBRE EL TERRENO DE LA ATENCIÓN SOCIAL FRENTE A LA DESIGUALDAD Y LA EXCLUSIÓN SOCIAL.

En el trabajo de campo con población vulnerable, he tenido la oportunidad del acercamiento a la comprensión del fenómeno de habitabilidad en calle en la ciudad de Bogotá en la localidad de Mártires, en donde se estima la presencia de 1750 ciudadanos habitantes de calle, considerando el territorio con mayor presencia de esta población en la ciudad, en donde habitan aproximadamente 9538 ciudadanos en calle de acuerdo a datos aportados por el DANE y la SIS del último censo de esta población, realizado en 2017 y con reciente publicación de resultados.(1)

Adicional, el censo de 2017 arrojó que 8477 son hombres y 1061 son mujeres, su promedio de edad (38,5 años); el porcentaje que usa drogas es frecuentemente (90,4 %); la cifra de quienes llevan más de seis años en esa condición (68 %); la tasa de personas que saben leer y escribir (91,4 %), y las causas de la habitabilidad en calle: en un 38,3 % fue por la drogadicción y en un 32,7 %, por conflictos familiares. (2)

Lo cual ha nivel social ha generado problemas de inseguridad por vinculación de la población con dinámicas de delincuencia y mafias, presencia de vectores y crisis por saneamiento ambiental por aumento de las basuras sujeto de selección y clasificación para la generación de ingresos por medio del reciclaje, como el aumento de factores de riesgo frente al consumo de SPA.

Ante esto cabe mencionar como antecedentes la reciente y polémica intervención del Bronx que genera la explosión del fenómeno de habitabilidad en calle en la ciudad, su dispersión y desborde ante la atención social. En donde las dinámicas sociales apelan al que hacer de las ciencias sociales humanas estrategias de intervención y de control para el fenómeno social.

De esta manera, desde el trabajo institucional, social y comunitario se definen estrategias de intervención que contribuyan a la búsqueda de redes de apoyo, recursos y demás herramientas para la mejora de las condiciones de vida de la población en el margen de lo legal y lo legítimo, que aunque necesarias se inscriben en una lógica de saber poder donde la intervención social sigue siendo una estrategia de control social ante la anomia o lo excluido de la sociedad moderna

Así, podemos entender la habitabilidad en calle no solo como un fenómeno social producto de los sistemas sociales, sino también como una manifestación de la exclusión social como mecanismo de liberación del sistema económico, social y cultural hegemónico. En este sentido el acceso a derechos, la justicia, la propiedad se desdibujan y adquieren un sentido utilitarista frente al fenómeno de habitabilidad en calle, lo cual explica un desistimiento de la población frente al alcance de las políticas

públicas frente a su situación, ya que los efectos del estilo de vida en calle son abordados de manera paliativa.

Ante este panorama las ciencias sociales nos hallamos en la encrucijada de apelar a diferentes herramientas creativas, decoloniales, para la comprensión de las realidades y generar mayor impacto desde las experiencias mismas de las personas atribuyéndoles roles de poder y de expertos en sus propios procesos de aprendizajes vitales.

Sin embargo esto aún es reducido reconociendo las múltiples dinámicas de violencia, discriminación a las cuales esta población a diario se ve expuesta. Siendo allí en donde la exclusión se manifiesta desde una lógica biológica en el deterioro de los cuerpos hasta una visión económica en la generación de ingresos por debajo de la línea de pobreza extrema.

Si analizamos la violencia a partir de los datos de medicina legal frente a la mortalidad en Bogotá en 2017 por causas externas hallamos que en total fallecieron 2225 personas, de las cuales 1150 fueron víctimas de homicidio, de estos 2 eran indigentes, 25 Habitantes de calle y 6 recicladores, de suicidio fueron 301 de los cuales no se registran datos de habitante de calle o asociados, por accidentes de tránsito perecieron 549, de los cuales 2 eran indigentes y 8 habitantes de calle, mientras que por accidentes fallecieron 225 de los cuales 2 eran habitantes de calle, para un total de 45 ciudadanos habitantes de calle representando el 2.02 % del total de estas muertes de ciudadanos habitantes de calle identificados como tal, sin incluir las personas que no presentan datos o que no registran información. (3)

Frente a los datos ofrecidos por la misma institución para lesiones no fatales en el 2017 en Bogotá se halla que estas dinámicas no letales son más agudas q las anteriores mostrando que: por violencia interpersonal se reportaron 26.258 casos de los cuales 188 se identificaron como habitantes de calle; por presunto delito sexual de los 4119 registros 1 reporto ser habitante de calle, lesiones por accidentes de tránsito 10, por accidentes 210, para un total de 199 casos reportados que se identifiquen como habitantes de calle, sin embargo la mayor frecuencia se registra en personas que indicaron consumo de sustancias psicoactivas situación q es común en la población habitante de calle.(4)

Lo anterior con el objetivo de reconocer y validar la necesidad de contar cuantitativa y cualitativamente lo que sucede en esta población, resaltando retos como oportunidades para el trabajo con ellos y ellas en aras de lograr condiciones de vida que les permita el acceso a oportunidades y el fortalecimiento de capacidades en su condición de humanos.

Referencias:

- (1) Garcia A., F. (2018 Enero 16) Preocupa muerte de habitantes de calle en Bogotá. El Espectador. Recuperado de: <https://www.elespectador.com/noticias/bogota/preocupa-muerte-de-habitantes-de-calle-en-bogota-articulo-733698>
- (2) Redacción el Tiempo (2016 agosto 21) Problemas en Bogotá por habitantes de la calle. El Tiempo. Recuperado de: <http://www.eltiempo.com/bogota/problemas-en-bogota-por-habitante-de-la-calle-38370>
- (3) Medicina legal y ciencias forenses. (2017) Información preliminar de lesiones fatales de causa externa en Bogotá. Enero a diciembre de 2017. Recuperado de:

<http://www.medicinalegal.gov.co/observatorio-de-violencia>

(4) Medicina legal y ciencias forenses. (2017) Información preliminar de lesiones no fatales de causa externa en Bogotá. Enero a diciembre de 2017. Recuperado de:

<http://www.medicinalegal.gov.co/observatorio-de-violencia>

.....

*** Cristina Isabel Páez Páez**

Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Medicina. Depto. de Salud Pública UNAL/FM-DSP. BOGOTÁ D.C., Colombia

Resumen de ponencia

LA INCORPORACIÓN DEL ENFOQUE TERRITORIAL EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS, COMO UNA ACCIÓN CLAVE PARA LA SUPERACIÓN LA POBREZA Y LAS DESIGUALDAD

*Neida Colmenares

Diversos indicadores sitúan a Chile como un país destacado en la región a nivel económico y social (Ichem, 2016). A lo anterior se debe sumar su indiscutible estabilidad política y administrativa garantizada muchas veces por un pensamiento técnico político encarnado en la figura de tecnócratas (Silva, 2006) y, por cierto, la significativa reducción de la pobreza materializada desde el año 1990 en adelante (Cepal, 2010), donde el país ha logrado disminuir el indicador cerca de 40 puntos porcentuales (Ministerio de Desarrollo Social, 2015), además de contar con la esperanza de vida más alta de la región y el mayor capital humano (World Economic Forum, 2015).

Pese a estos aspectos relevantes subsiste una paradoja: por qué a la vez de ser uno de los países más exitosos de la región en cuanto a los indicadores mencionados, en Chile existen profundas desigualdades que tienen una expresión territorial. En concreto, se advierte la “persistencia de enormes diferencias socioeconómicas, que se reflejan en espacios urbanos segregados, tratos discriminatorios y capacidades muy distintas de influencia y poder” (PDUD, 2017).

De hecho, al analizar la situación del PIB pc en Chile, tanto a nivel nacional como en sus niveles subnacionales, se puede observar al menos dos situaciones. Primero, que al establecer la relación entre el territorio subnacional con mayor PIB pc en el país, respecto de la región con menor PIB pc la brecha es de 5,2 veces, mientras que en los países de mayor PIB pc a nivel mundial esta medición simple de disparidades territoriales no superan las dos veces (FLACSO, 2018).

Segundo, aún cuando Chile logrará alcanzar los 29.000 USD corrientes de PIB pc nacional para ingresar a los países desarrollados en un período de 8,2 años (proyectado a una tasa de crecimiento poblacional de 1%, y un crecimiento económico de 2,5% anual), las regiones lo lograrán en plazos muy asimétricos: de sus quince regiones, tres (Antofagasta, Maule, Arica y Parinacota) requerían entre 31 a 38 años, cuatro regiones (Los Lagos, BioBío, Coquimbo, Los Ríos) requerirán entre 25 a 27 años, y dos regiones (O’Higgins y Valparaíso) entre 14 a 16 años, mientras solo seis regiones chilenas están por debajo del promedio nacional (Silva, 2018).

Pareciera entonces que la simple generación de políticas enfocadas al crecimiento o la superación de la pobreza no tienen el impacto esperado, si es que no van acompañados de una perspectiva territorial que considere nuevas formas de

distribución de recursos y que asuma que “la reducción de la desigualdad espacial es un objetivo que debe incorporarse de manera expresa en el diseño de un nuevo modelo de crecimiento para Chile” (Atienza y Aroca, 2012).

De ahí entonces que incorporar la variable territorial en el diseño de políticas públicas y en especial en los planes de reducción de pobreza y desigualdad es clave. Esta afirmación toma mayor relevancia si se considera además el alto nivel de centralismo del Estado en la toma de decisiones y la planificación del desarrollo; la ausencia del enfoque territorial en la oferta de programas sociales del Estado y los bajos niveles de participación política y confianza instalados en la sociedad chilena.

En ese marco -y tomando como caso de estudio la puesta en marcha del Programa Piloto “Intervención Integral en Territorios Vulnerables”, o Programa “Más Territorio” del Fondo de Solidaridad e Inversión Social (FOSIS) del Ministerio de Desarrollo Social de Chile, que tiene un enfoque territorial- la investigación doctoral que da origen a este artículo se propuso como objetivo identificar elementos de diseño y factores institucionales, políticos, y sociales, que facilitan u obstaculizan la incorporación de la perspectiva territorial en los programas sociales para la superación de la pobreza.

Para ello, se implementó una metodología mixta, que combinó la aplicación de encuestas a funcionarios/as a nivel nacional y entrevistas a actores claves. Se pudo constatar una baja capacidad local en los territorios intracomunales y comunales de Chile, la instrumentalización del trabajo comunitario y la participación ciudadana por parte del Estado, operacionalizada por políticas y programas que no tienen condiciones o capacidades para asumir lo que implica la perspectiva territorial, y la ausencia de proyectos políticos locales como uno de los factores explicativos de la pobreza y la desigualdad.

.....

*** Neida Colmenares**

Universidad Central de Chile UCEN. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

LA INFLUENCIA DE LA AGENDA INTERNACIONAL EN LA CONFIGURACIÓN DE LA POLÍTICA COLOMBIANA PARA LA REDUCCIÓN DE LA POBREZA EXTREMA - RED UNIDOS. UNA MIRADA DESDE EL INSTITUCIONALISMO COGNITIVO

*Gino Montenegro Martínez

Introducción. La pobreza es un fenómeno que afecta a una considerable proporción de personas en el mundo. Las políticas públicas, como es el caso de la Red Unidos, son resultado de procesos de interacción entre distintos actores políticos, sociales e institucionales; que al mismo tiempo pueden estar influidas por la agenda internacional liderada por la banca multilateral.

Objetivo. Analizar la influencia de la agenda internacional en la configuración de la política colombiana para la reducción de la pobreza extrema - Red Unidos.

Marco teórico. El institucionalismo centra su interés en las interacciones que tienen lugar en el edificio social (interior) y su incidencia en la vida ciudadana (1). Las instituciones hacen referencia a reglas que modulan las alternativas (estrategias) a las que recurren los individuos para resolver problemas y la moral que orienta su comportamiento (normas). De esta forma, las instituciones se presentan como pautas que restringen las alternativas de decisión, siendo útiles para explicar resultados sociales, económicos y políticos (2).

En relación con la estructura y comportamiento colectivo, el enfoque institucionalista reconoce el papel que juegan las instituciones económicas y su capacidad relativa para influir en las decisiones políticas (1). Es así como la estructura jerárquica que da forma a la sociedad, en el marco de un determinado sistema económico, es de especial interés. Esto ya que los actores (grupos sociales), de acuerdo con la posición que ocupan en dicha estructura, tendrán mayor/menor poder, influencia, visibilidad, legitimidad, protección y participación en la formulación y diseño de la política pública (3).

El institucionalismo cognitivo es una de las vertientes del institucionalismo, se orienta a indagar por el surgimiento, mantenimiento y transformación de las instituciones, recurriendo a dimensiones cognitivas (4). En esta perspectiva, los modelos mentales operan como estructuras cognitivas que orientan la configuración de las instituciones. Un modelo mental hace referencia a la predicción final que hace la mente o su expectativa al enfrentarse al entorno, antes de recibir una retroalimentación. Si la retroalimentación confirma sistemáticamente el mismo modelo mental, este se

estabiliza cristalizado en una “creencia” que, sumada a otras previamente cristalizadas, configura un “sistema de creencias”. Este sistema de creencias es al que recurre el individuo y las organizaciones, para establecer la o las soluciones a situaciones problemáticas. Cuando una solución procedente de un modelo mental no tiene éxito, es necesario formar nuevos modelos mentales y, por lo tanto, probar nuevas soluciones (5).

Desde la mirada del institucionalismo cognitivo, la política pública concierne un conjunto de instituciones formales que pretenden modificar una situación que es considerada como socialmente problemática (2), es decir, hizo parte de la agenda política (6).

Metodología. Este estudio corresponde a un estudio de caso a partir de fuentes secundarias. La revisión documental tuvo dos orientaciones. En primera instancia se realizó sobre los documentos que ha emitido el Banco Mundial en relación con el desarrollo de políticas, programas y estrategias para atacar pobreza. La segunda, se realizó sobre los documentos emitidos por entidades oficiales de Colombia, relacionados con la configuración de la política para la superación de la pobreza extrema.

Para el análisis de la información se utilizó la técnica de análisis de contenido extensivo. El procesamiento de los datos, la codificación, agrupación en categorías y construcción de redes se realizó en el programa Atlas Ti versión 8.2.3.

Resultados. El análisis de la información en torno a tres grandes categorías, resultantes del análisis de los datos: la primera categoría fue “imagen de la pobreza”; la segunda “causas de la pobreza” y la tercera “orientaciones de política para la pobreza”. Las categorías permitieron identificar modelos mentales que se han instaurado en relación con la pobreza, sus causas y las maneras propuestas para su solución.

La configuración de la Red Unidos, sigue elementos centrales propuestos desde la Banca Multilateral. La concepción de la pobreza como fenómeno multidimensional, asumir que la causa de la misma es debido a fallas del individuo para adaptarse a las reglas del libre mercado, la orientación de la política social hacia el desarrollo de acciones para la pobreza, entre otros; hacen parte de la configuración de modelos mentales que, desde las organizaciones multilaterales, en este caso el Banco Mundial, ha venido difundiendo desde el siglo pasado.

Diversos mecanismos pueden verse involucrados en este hecho. El crecimiento económico y la interdependencia económica entre las naciones, tienen la capacidad de afectar la configuración de las políticas públicas del nivel nacional. Bajo esta perspectiva los hacedores de políticas se enfrentan a una racionalidad limitada (7).

La globalización es un fenómeno que ocurre y tiene efectos en lo cultural, lo económico y lo político. Sobre estas dos últimas dimensiones la formación de valores, ideales y proyecciones que hace la sociedad sobre su futuro deseable, se hacen explícitas en las políticas adoptadas por los Estados. De tal forma las decisiones que adopta la sociedad

se establecen, en la mayoría de veces, sobre las ideas económicas vigentes (8, 9).

Por otra parte, la globalización ha consolidado el multilateralismo como doctrina y como el canal para la creación, difusión y transmisión de valores y, en este caso, modelos mentales universales. Por lo que organizaciones como el Banco Mundial, los bancos regionales de desarrollo, el Fondo Monetario Internacional y la Organización Mundial del Comercio, desempeñan un papel estratégico en la difusión de las doctrinas y las políticas económicas (8, 10). En este sentido, el problema no es la globalización, sino, qué es lo que se globaliza.

Por otra parte, la financiación de la acción pública de los Estados nacionales por parte de organismos multilaterales y su efecto en la configuración de la política, es una cuestión de interés. La primera tiene que ver con que la configuración de políticas en países de bajos ingresos, se ve afectada por las fuerzas sociopolíticas internacionales (11, 12).

Para ejercer el poder o una posición influyente en la formulación de políticas, lo económico juega un rol fundamental. Se ha descrito que el flujo significativo de dinero en forma de ayuda de organizaciones donantes, influye en la construcción de las prioridades nacionales y las maneras en que se pretende dar solución a las situaciones socialmente problemáticas (9, 11).

Por otra parte, se ha identificado que tener la mayor cantidad de poder en el proceso de establecimiento de agenda, se incrementa por la capacidad de combinar de alguna manera la posición influyente y la experiencia técnica en la solución de algunos problemas que son de interés público (11), en este caso, la pobreza. Esto puede explicar cómo a partir de la financiación de la MERPD por medio de organizaciones multilaterales, tiene efectos en los argumentos que esta misma misión arguye y cimienta la formulación de la Red Unidos.

Conclusiones. Las reglas que orientan el modelo de desarrollo que le da forma a la política para la pobreza extrema, reposan sobre la configuración de modelos mentales contruidos y extendidos globalmente por la banca multilateral y no propiamente sobre la realidad contextual del territorio colombiano. Esto permite develar que la protección social, y las políticas para superación de la pobreza lideradas por los organismos multilaterales, se orientan a homogenizar la política social.

.....

* Gino Montenegro Martínez
Universidad CES UCES. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

LA JUVENTUD EN SITUACIÓN DE POBREZA, ANTE LA DESIGUALDAD EDUCATIVA Y LABORAL EN MÉXICO

*Laura Elizabeth Benavides Rodríguez

En México, el 32.2 % de la población total (INEGI, 2018) corresponde a personas en la adolescencia y juventud, que atraviesan por el complejo proceso de inserción a la vida social mediante dos mecanismos fundamentales: la escolaridad y la inclusión al mundo laboral. La sociedad mexicana basada en un modelo económico neoliberal diseñó un modelo de vida fundado en realizar una carrera profesional para acceder a un trabajo bien retribuido. Ahora, ese modelo está en crisis y la sociedad tiene una deuda con los jóvenes sin acceso a la educación superior y posteriormente a un empleo calificado, debido a la necesidad de ejercer una actividad laboral que le permita contribuir a su económica a corta edad.

El objetivo de esta ponencia es brindar fundamentos para un mayor y mejor entendimiento de las desigualdades en contra de los jóvenes en situación de pobreza, en relación con aspectos educativos y su posterior inclusión al trabajo. A través del análisis de la Encuesta Nacional sobre discriminación en México (Conapred, 2011) y otros indicadores nacionales (INEGI, 2018) e internacionales (OCDE, 2018) de manera sucinta, pero enriquecedora, se busca conocer la realidad y percepción de los jóvenes sobre estos temas vitales y realizar una revisión de las diferencias significativas de oportunidades para los jóvenes que habitan en los espacios de pobreza.

El aumento de las disparidades sociales y económicas se debe a los cambios estructurales operados a escala mundial desde los años ochenta (De Mattos C. , 2006); que han diseminado las desigualdades en la ciudades de América Latina, beneficiando a algunos segmentos de la población y perjudicando a otros (Rodríguez Vignoli, 2001). Entre los factores que más poderosamente inciden en los cambios que experimenta la población en situación de pobreza, se encuentran las transformaciones que ocurren en los mercados de trabajo, reduciendo la proporción de ocupaciones protegidas y estables, aumentando las disparidades de ingreso entre trabajadores de alta y de baja calificación e intensificando los problemas de desempleo y subempleo, que afectan en particular a estos últimos (De Mattos, 2006). Según datos extraídos de la OCDE (2018), las posibilidades de tener un empleo estable y bien remunerado para los mexicanos decrecen o aumentan en relación con el nivel de educación alcanzado, donde las personas que llegan a adquirir una educación de posgrado tienen más del doble de oportunidad que las personas que no lo tienen. Para el 2010 el grado promedio de escolaridad a nivel nacional era de 8.6 lo que equivalía a un poco más del segundo año de educación básica, se observa una evolución del indicador y para el 2015 se ubica en 9.1, llegando a un primer año de educación media superior (INEGI, 2018); sin embargo, dentro de los países de la OCDE, México es uno de los países más rezagados en este aspecto y, por lo tanto, con una enorme brecha que alcanzar.

Con la finalidad de realizar aproximaciones a la explicación del bajo nivel educativo de

la población y posterior desarrollo laboral, se analiza la encuesta realizada por CONAPRED (2011) al sector juvenil (15 a los 29 años) donde se determina que solo uno de cada 10 mexicanos dejó de estudiar posterior a los 23 años de edad alcanzando el nivel de educación superior o posgrado, mientras que el 26.67% y el 30.68% declara que dejó de estudiar a los 15 años y a los 18 años de edad respectivamente, el 42 por ciento de estos jóvenes expresaron que dejaron de estudiar por necesidad económica para ayudar al sostén personal y familiar. Este mismo grupo de edad sostuvo que el 36.5% y el 30.7% no obtuvieron el trabajo ni remuneración deseada debido a la falta de preparación e inexperiencia respectivamente.

Esto ha traído consigo grandes abismos de desigualdad entre los diferentes grupos juveniles que habitan las ciudades mexicanas y un futuro desalentador para los rezagados (Saraví, 2008); donde la evolución de las disparidades de ingreso económico en disparidades sociales aumentan en relación con la condicionante para acceder a aspectos fundamentales del desarrollo social, como el transporte, la educación, la seguridad pública, la salud y los servicios de esparcimiento que tienen los grupos en situación de pobreza (Kaztman & Retamoso, 2007). Entre sus múltiples impactos, se entiende que un nivel elevado de desigualdad tiene efectos nocivos en términos de las estructuras de oportunidades de vida de la población segregada (Kaztman R. , 2001), ya que tiende a perpetuar las condiciones de pobreza, limitar la posibilidad de acceso a redes sociales y a determinado capital social y simbólico que promuevan el ascenso social o la integración (Saraví, 2008).

De perpetuarse las actuales condiciones de los jóvenes en situación de pobreza les deparan un futuro desalentador, ya que su restringido acceso actual a una educación los limitará de manera permanente en el futuro al acceso de mejores fuentes de trabajo y por consiguiente un desarrollo social pleno. El análisis de los datos proporcionados por instituciones gubernamentales y organizaciones internacionales permiten identificar formas específicas que adquiere la desigualdad contra la juventud en nuestro país, cómo se percibe y qué problemas se derivan de ella. Como sociedad, es necesario trabajar para aminorar las condiciones adversas, trabajar en el diseño de propuestas, políticas y programas, para atender los problemas y satisfacer las necesidades básicas para la inclusión y el acceso a la igualdad de los jóvenes en condiciones de pobreza, en aspectos tan elementales como la educación, contribuyendo a un mejor futuro de la sociedad de nuestro país.

Bibliografía

Conapred. (2011). Encuesta nacional sobre discriminación en México, 2010. Ciudad de México: Instituto Mexicano de la Juventud y Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación.

De Mattos, C. (2006). Modernización capitalista y transformación metropolitana en America Latina: Cinco tendencias constitutivas. Red de bibliotecas virtuales de Ciencias Sociales en America Latina y El Caribe de la red de centros miembros de la CLASO, 41-73.

INEGI. (07 de junio de 2018). Censo de Población y Vivienda 2010. Obtenido de Datos abiertos: <http://www.beta.inegi.org.mx/proyectos/ccpv/2010/>

Kaztman, R. (2001). Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la Cepal, No. 75, Diciembre, s/p.

Kaztman, R., & Retamoso, A. (2007). Efectos de la segregación urbana sobre la educación en Montevideo. Revista de la CEPAL, Vo. 91, Abril , 133-152.

OCDE. (06 de junio de 2018). OCDE, Mejores políticas para una vida mejor . Obtenido de Education at a Glance, Job perspectives:

<https://www.oecd.org/centrodemexico/estadisticas/>

Rodríguez Vignoli, J. (2001). Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa? Santiago de Chile: Serie Población y desarrollo, Proyecto regional de Población CELADE-FNUAP.

Saraví, G. A. (2008). Mundos aislados: segregación urbana y desigual en la ciudad de México. Eure, Vol. XXXIV, No. 103, 93-110.

.....

*** Laura Elizabeth Benavides Rodríguez**

Universidad de Guadalajara, en el Doctorado en Ciudad, Territorio y Sustentabilidad UdeG. Guadalajara, México

Resumen de ponencia

LA PERSISTENCIA DE LAS ASIMETRÍAS SOCIALES EN LAS CONDICIONES RURALES DE AMÉRICA LATINA, EN PERSPECTIVA DE LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS

*Elias Aguirre

Este trabajo dará cuenta de las condiciones y transformaciones socio-históricas de las ruralidades en América latina y el reconocimiento de éstas en el diseño e implementación de las políticas educativas para la superación de las desigualdades, estableciendo como periodos de análisis, los procesos políticos neoliberales de las décadas de los 80/90 y, el denominado progresista iniciado a principios del año 2000. En este sentido, se partirá de supuestos que afirman que los países latinoamericanos con mayor proporción de población rural, presentan amplios márgenes de desigualdad social en el espacio educativo, considerando para ello, indicadores cuantitativos vinculados al acceso, permanencia, resultado e impacto de los procesos de enseñanza y aprendizaje. Complementariamente, la distribución del ingreso, confirma ésta tendencia asimétrica donde las sociedades latinoamericanas con mayor actividad rural, presentan elevados índices de concentración de los bienes disponibles.

Asimismo, la investigación sostendrá, a través de análisis comparativos, que las restricciones que presentaron las políticas educativas para la superación de las desigualdades, no solo se explican por sus características particulares - focalizadas y compensatorias en el neoliberalismo y universal e inclusiva en la etapa progresista- sino que también encuentran su origen, en la persistencia de enfoques urbanocentristas que escasamente ponderan las particularidades de la condición rural, promueven la segregación, desconocen su carácter intercultural y dinamizan en consecuencia, procesos sociales homogeneizantes y expoliantes como las migraciones. En esa línea de análisis comparativo se sostendrá una reflexión particular en relación a la dimensión e impacto en el universo de las ruralidades, de las políticas de transferencia monetaria condicionada, todo ello en un contexto donde la participación en empleo rural descende y la concentración de los medios productivos se concentra y transnacionaliza. Es decir, las políticas de transferencias condicionadas, como estrategia principal para la superación de las desigualdades sociales en los procesos educativos, no generó el mismo impacto en las poblaciones rurales, ni detuvo el avance de la desarticulación de esos colectivos rurales. En consecuencia, la disputa por los bienes y medios productivos del sector rural, se vio favorecido por un modelo de desarrollo social y económico que, por un lado le permitió experimentar rentabilidades extraordinarias y por otra parte, tuvo desarticulado al movimiento rural a través de estrategias que lejos de superar las desigualdades estructurales, las mantuvo indemne. Por lo tanto, algunas de las conclusiones a las que se espera arribar son: a) la producción investigativa que asiste a los procesos de definición de políticas públicas, en particular, las educativas, no reconoce a las ruralidades como un espacio de intervención legítimo y necesario para revertir las desigualdades sociales propias de su

ámbito; b) el diseño e implementación de políticas educativas con persistentes enfoques urbanocentristas ha profundizado las dimensiones de la desigualdad hacia el interior de la región y tal crisis, ha permitido a las ruralidades surgir como un espacio válido de indagación de los problemas sociales; c) existe una concepción socialmente aceptada del derecho a la educación, bajo principios rectores del capitalismo industrial (competencia, elitismo y eficiencia) que promueven fenómenos sociales como la segregación y las migraciones y e) los procesos sociales, políticos y económicos que experimentó América latina en los últimos 40 años, bajo la alternancia de gobiernos neoliberales y progresistas, no consideró adecuadamente a los movimientos de trabajadores rurales tanto para el desarrollo de políticas focalizadas bajo la lógica del gerenciamiento social, ni para la implementación de políticas públicas de reconocimiento que fortalecieran las capacidades de acción de estos colectivos y permitirían constituirlos en aliados claves para la reducción de los niveles de desigualdad en la dimensión rural.

.....

*** Elias Aguirre**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

LA POLÍTICA DE EDUCACIÓN RURAL EN COLOMBIA. APUESTAS Y DESAFÍOS DESPUÉS DEL PROCESO DE PAZ

*Willian Silva Yaicate

Al comienzo de las negociaciones con la guerrilla de las FARC, se concertó que el primer punto de la agenda fuese: 1. Desarrollo rural integral. Con esto, el Estado reconoció que gran parte del problema del conflicto armado en Colombia tenía sus raíces en la inequidad y pobreza existentes en el campo. Así pues, se adelantaron debates, reflexiones y un llamado a una mesa de diálogo nacional que reuniese a distintos actores de los sectores rurales en el país y que pusieran sobre la mesa los problemas más sentidos para sus habitantes.

La educación ofertada en sus niveles media, vocacional y superior en los territorios rurales fue un asunto central en la discusión. Como producto del acuerdo final para la paz se incluyó un apartado dedicado al derecho a una educación pertinente y de calidad para los niños y jóvenes del campo, con gratuidad, para los niveles de preescolar, básica y media. El acuerdo propuso combatir la deserción característica de estas zonas del territorio desarrollando modelos flexibles de educación que se adaptaran a las necesidades de las comunidades.

El presente proyecto se enmarca en este contexto histórico de Colombia. La oportunidad de reconocer que nuestro país no tiene un destino ineluctable, que no estamos destinados a la pobreza, la exclusión y la violencia. La educación, como derecho, es uno de los pilares para este propósito. Investigar qué necesitamos cambiar en materia de educación rural es una tarea pertinente y necesaria.

Ahora bien, la educación para los sectores rurales ha tenido un enfoque productivista, tanto la educación media como la educación superior son diseñadas con énfasis de orden económico, como la oferta de servicios de turismo, la agricultura, la pesca, entre otros. Los estudios sobre las sociedades rurales, por otra parte, han superado poco a poco esa visión productivista y han motivado miradas diversas sobre lo que ocurre en los territorios rurales, introduciendo otros conceptos de análisis como el territorio y la relación campo-ciudad.

Compartimos la tesis planteada en el Informe de la Misión para la Transformación del Campo (2014) de que Colombia tiene una deuda histórica con el campo: la carencia de oportunidades para los habitantes de las zonas rurales del país, la desigualdad y la pobreza son evidentes, y como correlato de ellas, la violencia es un problema de grandes proporciones. Así mismo, Mauricio Perffeti (2001) plantea que el trasfondo de los problemas de la educación rural en Colombia se debe a la inexistencia de cupos e instituciones para la educación secundaria en las zonas rurales, la poca oferta educativa existente en el nivel post-primaria. Hay un claro problema de la capacidad del sistema educativo que sería de mejor comprensión si los mostramos con datos y cifras. Haciendo un balance respecto la situación actual de la educación rural en el

país, de acuerdo con datos institucionales, hubo una mejoría notable en las tasas de matrículas de los jóvenes rurales a partir del año 2000. Sin embargo, la brecha se mantiene en la cobertura, ya que en las zonas rurales las cifras se ubican por debajo de la media urbana, con una relativa mejoría en los últimos años. Otra de las consecuencias, producto de la ineficiencia de las políticas educativas del Estado y su inversión en las zonas rurales tiene que ver con el problema de la tasa de matrículas que afecta asimismo a los jóvenes de educación secundaria, los futuros aspirantes a una carrera universitaria.

En la presente propuesta, parto de la premisa de que la educación es el cimiento fundamental para combatir la desigualdad social, la pobreza, la violencia y, entre ellas, combatir la brecha existente entre lo rural-urbano. Me interesa en la presente investigación comprender, a raíz de la coyuntura del proceso de paz con las FARC, cual es la nueva apuesta del gobierno nacional para superar la crisis de la educación ofrecida a los jóvenes que viven en territorios rurales, esto es: qué problemas han identificado, qué nuevos conceptos han incorporado, qué idea de sociedad rural quieren proyectar hacia el futuro, cuáles son las acciones encaminadas a llevar a cabo la estrategia de educación rural en Colombia, y contrastarlo con la opinión que al respecto tengan maestros, estudiantes y egresados de colegios rurales en Colombia. Toda esta información será rastreada en los planes, programas y proyectos de educación rural del Ministerio de Educación de Colombia elaborados durante los últimos 5 años (2012-2017), después de la elaboración de los informes sobre la situación del sector rural durante el proceso de paz.

.....

* Willian Silva Yaicate

Universidad Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. PORTO ALEGRE, Brasil

Resumen de ponencia

LA REALIDAD DE LAS ESCUELAS RURALES DE DIFÍCIL Y MUY DIFÍCIL ACCESO EN TUCUMÁN

*Gabriela Varela Freire

La estructura del Sistema Educativo Nacional comprende cuatro niveles -inicial, primario, secundario y superior- y ocho modalidades, entre las que se encuentra la educación rural. De acuerdo a información extraída de la Dirección Nacional de Información y Estadística Educativa (diniee), existen 41.082 unidades educativas estatales, a las que asisten 7.873.814 alumnos de la educación común (comprende todas las modalidades a excepción de educación especial y educación para jóvenes y adultos). A su vez, lo específico en cuanto a la modalidad de Educación Rural, existen 21.365 establecimientos con una matrícula de 848.992 alumnos. La mayoría se ubican en las regiones del Noroeste Argentino -NOA- y del Noreste Argentino -NEA-, donde la población rural es porcentualmente mayor que en las restantes regiones del territorio. El 5% de estos establecimientos se ubican en la provincia de Tucumán, proporcionando educación a 70.450 alumnos. Desde el año 2010, el Ministerio de Educación de la Nación, a fin de establecer el grado de relación que presentan estas escuelas con el territorio, elaboró un Índice de Accesibilidad (IA). En la construcción de este índice se tuvieron en cuenta el uso del suelo y su mayor o menor posibilidad de ser transitado, la distancia a poblados de más de 2000 habitantes, la rigurosidad climática en base a la zonificación bioclimática de la Argentina y el acceso a las redes viales consolidadas. Según la valoración obtenida de las variables de análisis, las escuelas rurales se pueden considerar como muy accesibles, accesibles, difícil acceso o muy difícil acceso. En la provincia de Tucumán existen 15 escuelas de difícil y muy difícil acceso, más del 50 % se emplazan en zonas de alta montaña. Sabiendo que una de las dimensiones que se tienen en cuenta para determinar las Necesidades Básicas Insatisfechas de una determinada población es el analfabetismo, podemos decir que la falta de accesibilidad a una educación de calidad genera condiciones de desigualdad y pobreza, es que como objetivo de este trabajo se pretende determinar las dificultades que presentan las escuelas de difícil y muy difícil acceso localizadas en zonas de alta montaña para disminuir la situación de repitencia, abandono y ausentismos de los alumnos e identificar los actores intervinientes en el modelo de gestión, sus funciones y las variables que se pueden modificar para garantizar las oportunidades de acceder a una educación de calidad y promoción social a los miembros de estas comunidades. Para alcanzar tales objetivos se tomó como casos de estudios tres escuelas de la provincia de Tucumán, ubicadas en zonas de alta montaña y que comparten el cuerpo docente: la Escuela N° 349, en Ñorco, dpto. Trancas, 1289 msnm (muy difícil acceso); la Escuela N° 379, en Lara, dpto. Tafí del Valle, 3246 msnm (muy difícil acceso) y la Escuela N° 214, Ramón Julián Valverdi, en Gonzalo, dpto. Trancas, 1350 msnm (difícil acceso). La metodología de trabajo utilizada es la recopilación y análisis de información publicada por otros autores con respecto a las temáticas de calidad educativa,

educación rural, desigualdad y fragmentación socio-territorial; también se consultaron datos estadísticos proporcionados por instituciones públicas como ser la Dirección Nacional de Información y Estadística de la Calidad Educativa y el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Como complemento al trabajo de gabinete, se efectuaron viajes hasta los establecimientos educativos ya nombrados a fin de realizar entrevistas semi-estructuradas a directores, docentes, alumnos y miembros de las comunidades afectadas. Estas están dirigidas a obtener información sobre las dificultades que presentan miembros de la comunidad educativa para acceder a estos establecimientos, la frecuencia con la que asisten los alumnos y la cantidad de alumnos y docentes afectados; también están dirigidas a responder si es que existe un interés por parte de las comunidades local y educativa en mejorar las situaciones de asistencia de alumnos. Con este artículo se pretende proporcionar herramientas para evaluar la importancia de cada uno de los aspectos que dificultan el acceso a las oportunidades y servicios en los ámbitos rurales con respecto a los urbanos.

.....

*** Gabriela Varela Freire**

Facultad de Arquitectura y Urbanismo - Universidad Nacional de Tucumán FAU - UNT. San Miguel de Tucumán, Argentina

Resumen de ponencia

LA SUBJETIVIDAD POLÍTICA DE LA DESIGUALDAD: EXPLORACIÓN DE RESISTENCIAS ÉTNICAS, DE CLASE Y/O DE GÉNERO. EL CASO CHILENO.

*Claudia Garrido

A partir de una revisión longitudinal de los informes de Desarrollo Humano en Chile , en los últimos 20 años, y del análisis de contenido y discurso de los reportes de Derechos Humanos recientes, se constata la incertidumbre con que la ciudadanía vislumbra el futuro, junto a una fuerte introyección de sentimientos de individualización; el desgaste de nociones de colectividad; y la persistencia de brechas de desigualdad. En este escenario, los efectos materiales de la implementación del modelo neoliberal chileno sobre vidas concretas, son comprendidos desde el abordaje de elementos de subjetivación de los malos tratos sociales, vividos particularmente por personas en situación de pobreza; mujeres e integrantes de pueblos originarios.

Entenderemos la pobreza como una categoría social construida, y a los sujetos pobres, como aquellos seres particulares en los que se concretiza esa situación particular. “Los pobres no están fuera sino dentro de la sociedad. Ocupan realmente una posición concreta por el hecho de estar en una situación de dependencia respecto a la colectividad que los reconoce como tales y se encarga de ellos, pero están subraya Simmel, estrechamente ligados a los objetivos de ésta” (Paugam, 2007:52).

A partir de la construcción de la categoría social de la pobreza, se puede señalar que en la experiencia de ser pobre se aprende la descalificación social (Paugam, 2007). Si esta categoría de clase es cruzada con marcadores de sexo (y adscripciones de género), junto a la pertenencia e identificación con pueblos originarios, lo que obtenemos es una experiencia persistente en la vulneración de derechos, que menoscaban cuerpos e identidades de pobres, mujeres e indígenas. Y lo que destaca uno de los informes del PNUD (Desigualdades, 2017), es que los malos tratos cristalizan el problema de la desigualdad en lo cotidiano.

“Lo más terrible de la pobreza [?] es ser pobre y nada más que pobre, es decir, que la sociedad no pueda definirse más que por el hecho de ser [LO QUE HA DEFINIDO QUE SEAS] pobre” (Paugam, 2007: 63).

Parafraseando a Paugam (2007), diríamos que el aprendizaje social por el estatus de ser pobre, mujer o indígena indicaría que ya no se puede aspirar a otra ubicación dentro de la configuración social, convirtiéndose en un estigma presente en sus relaciones sociales, cuestión que se vería reforzada por nociones como “combate a la pobreza”, “terrorismo” (indígena), o “mundo doméstico”, lo que no haría más que

desvalorizar el estatus social asignado. Y esta ubicación social, no se define únicamente por la dimensión material, sino que es reforzada por formas de descalificación que las personas introyectan subjetivamente. Es a partir de este último elemento que exploramos también en posibilidades de (auto) valoración social.

En virtud de lo antecedente, planteamos las siguientes inquietudes investigativas: ¿puede este aprendizaje de la descalificación social devolverse a la sociedad, no como gesto hostil sino como un proceso creativo y de resistencias? ¿Cómo describiríamos éstas y cómo son significadas por los propios sujetos? ¿En qué medida la violencia y discriminación social puede ser tematizada políticamente como fuente de conflicto sociopolítico y cultural? ¿Podemos proponer la existencia de una inversión de estigma de dicho conflicto? Lo que reflexionamos es tanto una propuesta de <> como la emergencia de una <> de las discriminaciones y vulneraciones experimentadas: una práctica cotidiana de resistencia, dignidad y creatividad; es decir un tránsito de la nuda vida a la vita activa.

Nos interesa, en resumen, que nuestra producción de conocimiento explore una praxis, vinculada con los poderes e imaginaciones que se instituyen en la vida cotidiana, espacio factual que asumimos conflictivo por antonomasia, en tanto que lugar de disputa hegemónica y generación de discursos contra-públicos que nos informan acerca de las reivindicaciones en las dimensiones de la redistribución, el reconocimiento y la representación política; y que representan desafíos éticos en nuestra lucha por la justicia y la dignidad humana.

.....

*** Claudia Garrido**

Grupo de trabajo Clacso: Reinversiones de lo común CLACSO. Coordinación Bogotá, Chile

Resumen de ponencia

LAS PRÁCTICAS DE UN GOBIERNO PROPIO, LA TRADICIÓN ORAL Y EL TRABAJO COMUNITARIO DE LA COMUNIDAD KAMËNTÁ: RELACIONES POSIBLES ENTRE CRÍTICA Y RESISTENCIA

*Shirley Cárdenas Jaimes

Resumen

Este artículo tiene por objeto describir y hacer un análisis inicial de un conjunto de prácticas de la Comunidad Indígena Kamëntšá en aras de revisar las posibles relaciones entre crítica y resistencia en ellas. En esta medida, la pregunta que orienta el desarrollo de este escrito es: ¿Cómo podría un ejercicio de crítica que se hace visible en las prácticas de la Comunidad Indígena Kamëntšá servir como herramienta para construir puntos de ataque en una posible resistencia? Para dar respuesta a este cuestionamiento, inicialmente se presentan de manera descriptiva algunas prácticas de la Comunidad Indígena Kamëntšá, enseguida se plantea una reflexión de orden teórico acerca de las nociones de crítica y resistencia desde la perspectiva planteada por Foucault y otros autores, con el propósito de analizar las relaciones de saber-poder que enfrenta un cuerpo político como la Comunidad Indígena Kamëntšá y sus modos de organización. Es así como a partir de establecer esta relación crítica y resistencia, se harán visibles puntos de ataque específicos para construir una posibilidad de resistencia.

Introducción

En Colombia, las poblaciones indígenas han sido sometidas a una cierta organización de orden biopolítico tanto en los discursos estatales como en las prácticas normalizadas de la ciudadanía. Sin embargo, en el marco de contextos empíricos como el de la Comunidad Kamëntšá, aparecen diferentes cuestiones susceptibles de ser analizadas, como es el caso de la especificidad de sus prácticas y el papel de la crítica y la resistencia en dicho escenario. De este modo, este artículo busca establecer la manera en que estas prácticas constituyen formas de ser, pensar y actuar en términos de su constitución como sujeto colectivo, entendido como un elemento relacional, que se conecta con procesos históricos y conformado como población en términos foucaultianos, así como también, la forma en la que la crítica se desarrolla en sus actividades cotidianas en aras de la posibilidad de configurar procesos de resistencia y posibles rutas alternativas de desujeción de un gobierno de la desigualdad. ¿Cómo se dan estos procesos en las prácticas de la comunidad Kamëntšá? y ¿Cómo se relacionan entonces crítica y resistencia en los mismos?, son las preguntas que se toman como punto de partida de este ejercicio analítico. No obstante, ello implica, en principio, la revisión descriptiva del contexto y también del concepto de crítica que se podría revisar en las prácticas de esta comunidad, para finalmente en clave analítica establecer relaciones crítica-resistencia.

En este orden de ideas, los apartados que se desarrollarán a lo largo del texto son los siguientes:

Las Comunidades Indígenas en Colombia, el caso de la Comunidad Kamëntšá

En principio es importante situarse en las prácticas de las que se ocupa este artículo, en esta medida, el apartado busca dar cuenta acerca del marco empírico en el que se ubica el presente análisis y se orienta para dar respuesta a la pregunta ¿Cuáles son las especificidades de las prácticas de la Comunidad Kamëntšá?, de modo que se pueda abordar lo político, social, económico y en general las características que son específicas de las condiciones de vida de esta población

La Crítica en la relación saber- poder

Ahora bien, una vez abordada la anterior descripción del contexto, aparece entonces una pregunta necesaria para llevar a cabo el análisis del caso específico de la Comunidad Kamëntšá y que se establece desde la cuestión acerca de ¿Cómo se conecta con las relaciones entre saber y poder? ¿Qué se entiende por crítica?, y principalmente, ¿Cómo se podría dar cuenta de una cierta relación con la crítica en el interior de la comunidad? Esto en tanto que la crítica podría tomarse como punto de partida para establecer procesos y prácticas de resistencia.

Crítica y resistencia en las prácticas de la comunidad Kamëntšá

Una vez analizada la crítica en las relaciones de saber poder como alternativa para crear formas otras de existencia, resulta fundamental avanzar en ¿qué se entiende por resistencia? y ¿cómo se evidencian ambas nociones crítica y resistencia en las prácticas ancestrales de la comunidad Kamëntšá? Para ello será fundamental el análisis de prácticas específicas de dicha comunidad, donde se dé cuenta ¿Cómo se articula la reflexión sobre el saber y el poder?, ¿Cómo ellos en su práctica generan interrogaciones a dicho poder?, y ¿Cómo promueven modos de existencia alternativos a la producción y el consumo como un ejercicio de crítica para establecer una especie de subversión si se quiere.

Conclusión: Puntos de ataque posibles

Finalmente como conclusión se plantearán posibles puntos de ataque como punto de partida a nuevas formas de existencia que se alejen del consumo en un modelo capitalista neoliberal.

.....

* Shirley Cárdenas Jaimes

Doctorado en Estudios Sociales . Facultad de Ciencias y Educación. Universidad Distrital Francisco José de Caldas - DES/UDistrital. Cundinamarca- Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

LEITURAS SOBRE AS ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS DA UNIVASF NO TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SERRA DA CAPIVARA/PI

*Freitas Macedo José Jaime

Contexto da articulação territorial

A Universidade Federal do Vale do São Francisco, Instituição Federal de Ensino Superior - IFES, tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, bem como contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional. A proposta da Univasf de desenvolver ações de extensão e pesquisa visando o desenvolvimento territorial, através do Núcleo de Extensão e de Desenvolvimento Territorial - Nedet, se apresenta no âmbito institucional no contexto da pesquisa e extensão universitária e seu grande interesse em participar das conquistas sociais do Território Serra da Capivara é expresso no sentido de aprofundar o conhecimento da realidade regional, das comunidades tradicionais da região, principalmente aquelas inseridas no Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara, o que possibilita acrescentar ganhos à nossa missão institucional. Isto foi conseguido com a mobilização da sua comunidade acadêmica na extensão e pesquisa que compõem o tripé do seu objeto fim junto com o ensino. Uma vez que o tripé ensino, extensão e pesquisa é considerado o centro da vida universitária. Entendendo, assim, que a universidade labora no Território em consonância com a sua missão institucional e atendendo aos anseios das populações locais.

O conceito de Territórios de Cidadania emerge em 2003, no início do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e vai ganhar maior visibilidade no Piauí a partir de 2006 com a articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - que foi o gestor federal que ficou responsável durante os governos petistas pela política de cidadania e desenvolvimento agrários - e o Governo do Estado do Piauí, através da Seplan - Secretaria de Planejamento visando traçar o perfil do campo no Estado, bem como desenvolver ações de cidadania e desenvolvimento rural, especialmente para as populações de baixa renda e dos habitantes dos municípios com alto Índice de Exclusão Social, que, à época, perfaziam a maioria dos 222 municípios do Piauí.

A Univasf começa a contribuir mais de perto com este processo no Piauí a partir de 2013 com a formação do Nedet Serra da Capivara. Este surge como um organismo de assessoramento técnico ao Colegiado Territorial, a esta época, instância do Território de Cidadania e de Desenvolvimento, vinculado ao MDA, e que tratava especificamente das questões da produção agrária. Em 2015, com o processo contra a Presidenta Dilma Rousseff e o seu impeachment, há uma reviravolta fortemente conservadora, que extingue o MDA e a política de Desenvolvimento Agrário, fazendo um efeito dominó que extinguiu, pelo menos formalmente, todos os Nedets e todas as ações desenvolvidas por estes.

Entretanto, no Território Serra da Capivara o Nedet constituído pela Univasf não encerrou suas atividades e continuou assessorando o Colegiado Territorial e ampliou sua atuação ao estreitar laços com secretarias do governo estadual e com seus órgãos e programas, a exemplo da Seplan e da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí) e Projeto Viva O Semiárido, estes dois últimos vinculados à SDR. Com a Seplan, órgão de planejamento, gestão e articulação da política do Governo do Estado, estabelecemos parcerias no intuito de construir uma política estadual que, derivada dos esforços construídos desde 2003 no plano nacional, pudessem ampliar no estado a atuação territorial antes focada na agenda da política agrária, de modo que o agora Território de Desenvolvimento Sustentável fosse compreendido como uma unidade gestora para as decisões políticas e orçamentárias no âmbito de todas as ações voltadas para esta região. Este processo está tomando forma com a transformação dos doze (12) Territórios de Cidadania e de Desenvolvimento existentes no Piauí e pertencentes à rede do MDA, a fim de que se tornem entes pertencentes à rede estadual com possibilidades de discutir, propor e implementar as ações necessárias ao desenvolvimento territorial e estadual, em todos os âmbitos da vida e não somente no campo das políticas agrárias. Tal processo está em pleno desenvolvimento neste momento, novembro de 2017, com a instalação do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara, bem como, tendo mais cinco Conselhos já instalados em outros territórios e os outros seis em processo de implantação. Tal proposta, originada da Seplan, foi no todo acolhida pela Univasf através do seu Nedet. Todavia, este processo esbarra no retrocesso político institucional vivido no Brasil e que afeta diretamente o Governo do Estado do Piauí e a Univasf. Recusamo-nos a capitular e buscamos alternativas para efetivar políticas públicas para o Território de Desenvolvimento Sustentável Serra da Capivara. Neste momento existem vários projetos coordenados por docentes pesquisadores da Univasf em desenvolvimento que articulam pesquisa e extensão dentro deste contexto da Ação Territorial Sustentável no Território Serra da Capivara. Se, nos primeiros momentos, esta ação esteve voltada para atender às reivindicações e carências de assessoramento técnico das comunidades, agora começamos a entrar numa nova fase, mesmo que não tendo acabado a anterior. Exemplos de ações da primeira fase podem ser as ações de assessoria, via NEDET, ao Colegiado do Território de Cidadania e de Desenvolvimento Serra da Capivara, inicialmente através da Profa. Dra. Selma Passos Cardoso e, posteriormente, por mim; o projeto de intervenção social nas ações de mineração, coordenado pelo Prof. Dr. Bernardo Curvelano e o Projeto de Cartografia Rural também coordenado pelo Professor Bernardo. Da segunda fase podemos destacar as articulações mais gerais de construção de uma agenda territorial numa parceria entre Univasf, organizações sociais, Conselho Territorial e Seplan/PI, que começa a traçar (desde dezembro de 2017 e ainda em andamento em abril de 2018) um Plano Territorial de Ação, que articula dentro de si pautas da sociedade civil e dos governos locais e que demandou ações como a da construção de um Plano Diretor Territorial, que envolve o urbano e o rural dos dezoito municípios do território. Este Plano Diretor surgiu como proposta minha no final de 2016, num dos vários seminários promovidos em parceria Seplan/PI e Univasf para discutir o território. A ideia foi sendo trabalhada até que ele foi aceito como proposta técnica para mapeamento das demandas e propostas para construção do Plano Territorial.

.....

*** Freitas Macedo José Jaime**

*Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco / Colegiado de Antropologia / São Raimundo Nonato
UNIVASF/CANT/SRN. São Raimundo Nonato, Brasil*

Resumen de ponencia

LOS BAJOS NIVELES DE CONFIANZA EN LAS INSTITUCIONES: UNA COSMOVISIÓN DE LA SOCIEDAD EN MÉXICO

*Jesús Sánchez Moctezuma

El presente trabajo pretende identificar, desde una perspectiva histórica, algunos sesgos por los que ha pasado la construcción de la ciudadanía en México en aras de cambiar la percepción de las instituciones. Se propone demostrar que ha sido un proceso largo, azaroso y dramático; que los ciudadanos ideales existen sólo en papel y como definición, y que aún estamos lejos de los preceptos mínimos de ciudadanizar nuestras instituciones. La incipiente transición a la democracia que generó optimismo y que ahora debería gozar de plenitud en los ciudadanos de México parece más un espejismo que una meta alcanzada. El diagnóstico de los últimos años ha llegado para quedarse, pues continúa mostrando que, en términos de participación e interés en los asuntos públicos, prevalece la desconfianza, el desinterés, la manipulación y la incertidumbre en las personas e instituciones, lo que alienta a crear prácticas para construir y consolidar la ciudadanía.

Reflexionar en torno a la participación y la construcción de ciudadanía en Latinoamérica, obliga a plantear una serie de interrogantes que visibilizan las limitaciones de las perspectivas de ciudadanía. El enorme reto que nos interpela es cómo elaborar una propuesta en la que la ciudadanía no resulte, como en los casos fallidos, un proyecto para pocos; cómo pensar la ciudadanía de los sectores mayoritarios de la población que se encuentran en situaciones de alta vulnerabilidad, de exclusión-marginación social y de asistencia pública; cómo generar participación en contextos de fuerte desvinculación, agudización de las formas de individuación negativas, profundo deterioro de la calidad de vida. En tal escenario, ¿cómo se construye y se articulan la participación y la ciudadanía en un proceso democrático?, ¿cómo puede resolverse un proceso que parece ser un círculo vicioso?, ¿la participación viene con una ciudadanía madura, o es ésta un requisito para que la ciudadanía madure? En el marco de estas interrogantes, se asume que la ciudadanía se verifica, no en su carácter adscriptivo, ni tampoco sólo en su carácter sustantivo, sino en su carácter activo, es decir, en la participación real y efectiva y, en consecuencia, en la acción política. De tal manera, se considera que la exclusión política es la más injusta y la forma originaria de todos los tipos de exclusión, ya que es la que permite consolidar y reafirmar el status quo, y por ende, establecer un habitus en el electorado por parte del estado, arrebatando toda posibilidad de influir para transformar la realidad que oprime y somete. Por ello, se reconoce la relevancia y significatividad de la propuesta de Paulo Freire. Cuya concepción de la ciudadanía está dirigida a las masas, a aquel pueblo “sin conciencia”, o bien a aquella sociedad sin pueblo, que permanece bajo de un estado de anestesia histórica, alienada, manipulada, dirigida

externamente por otros actores (llámense élites gobernantes (partido político en el poder), Estado Benefactor o mercado). Para Freire, ser ciudadano es ser sujeto de la historia, de la propia historia que se construye en primera instancia en la comprensión de la realidad de sometimiento, de deshumanización y negación de la ciudadanía; que además requiere, en segunda instancia, del compromiso existencial y la responsabilidad para transformar la realidad opresora.

En consonancia de las teorías referidas que infieren una visión unilateral del poder, ejercido por sistemas, grupos o sujetos dominantes para moldear y dirigir a los dominados conforme a sus intereses; por igual, la democracia mexicana parece ser la obra de Sísifo. Una tarea de nunca acabar. En los años ochenta era claro que las elecciones no eran confiables porque un partido hegemónico, fusionado con el Estado posrevolucionario, tenía el control de los comicios. El diagnóstico y el remedio eran claros para todos los actores involucrados; construir la democracia pasaba por ciudadanizar y dar autonomía al órgano electoral, desvincular al partido del gobierno y asegurar reglas justas para los contendientes. Sin embargo, el antiguo régimen tenía también otras caras como la censura.

Durante varias décadas muchas cosas no se podían decir en la prensa; el sistema era opaco en extremo, lo que permitía la ilegalidad y la discrecionalidad; así, en los últimos 25 años el país invirtió una cantidad enorme de recursos, materiales y humanos para tener elecciones confiables y remontar la parcialidad, la censura y la opacidad. Sin embargo, existe un obvio malestar con la práctica democrática mexicana, puesto que representa una peculiar regresión. No se trata solamente de la catástrofe humanitaria que ha azotado al país durante mucho tiempo, sino algo más perverso y extraño ha tenido lugar. Una especie de reacción autoinmune del cuerpo político, una enfermedad de los partidos políticos por tener y mantener el poder a costa de lo que sea; es una enfermedad que consume a la joven e incipiente democracia mexicana.

Durante varias décadas muchas cosas no se podían decir en la prensa; el sistema era opaco en extremo, lo que permitía la ilegalidad y la discrecionalidad; así, en los últimos 25 años el país invirtió una cantidad enorme de recursos, materiales y humanos para tener elecciones confiables y remontar la parcialidad, la censura y la opacidad. Sin embargo, existe un obvio malestar con la práctica democrática mexicana, puesto que representa una peculiar regresión. No se trata solamente de la catástrofe humanitaria que ha azotado al país durante mucho tiempo, sino algo más perverso y extraño ha tenido lugar. Una especie de reacción autoinmune del cuerpo político, una enfermedad de los partidos políticos por tener y mantener el poder a costa de lo que sea; es una enfermedad que consume a la joven e incipiente democracia mexicana.

La existencia de estudios diversos arroja datos que detallan los vacíos de la democracia mexicana en todas sus vertientes, por lo que es de interés concentrar la atención en los aspectos relacionados con las percepciones y representaciones sobre el ciudadano y la ciudadanía; que dentro de algunos hallazgos significativos destacan los siguientes: Los mexicanos perciben que la responsabilidad y la democracia son los aspectos de mayor influencia en la construcción del ciudadano; los ciudadanos consideran importante crear conciencia en los otros acerca del impacto de su actuar; se mira la responsabilidad como algo inherente a la persona y no algo aplicable a quienes ejercen cargos públicos; la educación y el acceso a la información no se consideran garantía de buen ejercicio de la ciudadanía; la imagen de las instituciones de representación es muy débil; se piensa que el gobierno es el responsable de promover la justicia y la

resolución de los problemas sociales; se percibe una tensión entre las normas legales y las prácticas; también se señala un desfase entre las expectativas y los alcances del cambio político.

Como es evidente en este análisis, respecto a las percepciones de los ciudadanos hay varias cuestiones que destacan; dado que es notoria la debilidad de una cultura de la legalidad, pues se percibe como un ámbito en conflicto entre la norma y la práctica por un lado, y por otro, las instituciones de representación ciudadana no se consideran como algo cercano, sino distante y lejano. Asimismo, también destaca la idea de que el gobierno es responsable de resolver los problemas sociales; con lo que se fortalece la percepción de que la democracia es un régimen que debe resolver las necesidades y demandas de la ciudadanía. El tema educativo y de acceso a la información es una cuestión que llama poderosamente la atención, pues no se aprecia que los mexicanos establezcan una relación entre estos factores y la construcción de la ciudadanía. En todos los casos, se extiende la sensación de que el sistema democrático tal y como hoy le concebimos, no es capaz de satisfacer las necesidades y demandas de unas sociedades cada vez más complejas. Las instituciones políticas se muestran incapaces de solucionar los problemas colectivos y de responder eficazmente a unos ciudadanos que cada vez se sienten más lejanos de sus gobernantes.

Las democracias hoy en México de acuerdo al análisis, irremediablemente tienden a convertirse en un conjunto de mecanismos y reglas formales en la toma de decisiones, mismas que sólo lograrán atraer la atención de los ciudadanos mediante la repetición de rituales participativos desprovistos de interés y eficacia. Uno de los signos más evidentes de esta situación es la distancia cada vez mayor que separa a los ciudadanos de las instituciones políticas democráticas y de los responsables de las mismas. No es sólo que la actividad política institucional no interese o interese poco, sino que se considera algo muy alejado de los intereses, las necesidades o los problemas de los ciudadanos. No se trata simplemente de una reacción de insatisfacción ante los resultados concretos de unas determinadas políticas gubernamentales, ni tampoco de que se dude de la “bondad” de la democracia frente a otras fórmulas políticas. Es una actitud más general y difícil de definir que ha encontrado su mejor expresión en el término desafección política. Pues la mayor parte de las investigaciones de opinión pública y de los estudios de comportamiento político en las sociedades avanzadas, coinciden en señalar una serie de fenómenos, que de una forma u otra apuntan hacia un significativo incremento de la desafección política de los ciudadanos.

.....

*** Jesús Sánchez Moctezuma**

Instituto del Bachillerato del Estado de Guerrero IBGro. Chilpancingo, Guerrero, México

Resumen de ponencia

MEDICIÓN MULTIDIMENSIONAL DE LA CLASE MEDIA: UNA REVISIÓN CRÍTICA DEL ENFOQUE TRADICIONAL QUE DETERMINA LA MAGNITUD DEL TERCER SECTOR POBLACIONAL EN MÉXICO Y COLOMBIA.

*Eduardo Bermejo Lopez

Históricamente, el segmento medio de la población ha sido parte fundamental del desarrollo económico, político y social de un país. En cuanto a la dimensión económica, esta parte de la población ha sido considerada como el motor para el desarrollo económico y para alcanzar la modernidad de un país (Minujin, 2015). Además, dentro de un mercado nacional, la clase media es un elemento que puede reactivar el mercado nacional en los periodos de estancamiento económico a través de su consumo. En cuanto al aspecto político y social, en aquellos países en donde reina la democracia, la clase media ha sido un importante catalizador de exigencias sociales que han tomado forma en iniciativas populares, en organizaciones civiles, agrupaciones políticas, etc. En otras palabras, es un segmento poblacional eminentemente participativo en la ampliación de la democracia (OCDE 2010:15,60), en el diseño institucional y en procesar, dentro de los cauces normativos, el descontento y las inconformidades de la población. En consecuencia, es evidente que la existencia de la clase media también ha permitido aplazar conflictos sociales, evitando que estos salgan del marco institucional establecido.

Sin embargo, para que la clase media pueda subsistir y por tanto, cumplir con el papel que históricamente ha tenido en el ámbito económico, político y social es evidente que requiere de determinantes materiales que propicien su crecimiento y su desarrollo. Las políticas públicas encausadas a este segmento poblacional no deben obviar las circunstancias socioeconómicas que son propicias para la clase media. En consecuencia, contar con una herramienta metodológica amplia que permita observar estas condiciones materiales favorable para la clase media es de la mayor importancia para países como los latinoamericanos.

En 2013, el Banco Mundial mencionó que en América Latina la clase media presentó una tendencia positiva a raíz del constante crecimiento económico experimentado en la región y que al mismo tiempo fue acompañado de políticas redistributivas de la riqueza. Sin embargo, el panorama para el Banco Mundial para América Latina no es del todo alentador, pues si bien en general una tercera parte de la población latinoamericana pertenece a la clase media, las personas que han salido de la pobreza y que tienden a formar parte de la clase media siguen en condiciones de vulnerabilidad y dependen en gran medida de políticas públicas de protección.

A partir del estudio del Banco Mundial, dentro de la literatura temática resurgió un amplio debate sobre las clases medias (Bartra: 2015, Esquivel: 2015) que, entre otras cosas propició el cuestionamiento hacia las formas de identificarlas y medirlas. En tal

contexto, surge la necesidad de encontrar métodos que amplíen el espectro de medición, pues tradicionalmente la identificación de la clase media está enfocada en la dimensión de ingresos, tal y como lo hace el Banco Mundial, así como los trabajos de Blackburn y Bloom (1985); Davis y Huston (1992); Birdsall, Graham y Pettinato (2000). La principal limitante de este tipo de enfoques es que dejan de lado dimensiones como sus hábitos de vida, sus condiciones socioeconómicas, sus pautas de consumo, categorías ocupacionales, etc. En otras palabras, surge la necesidad de desarrollar métodos multidimensionales para identificar de forma más exacta a la clase media. El debate reciente sobre las clases medias y el cuestionamiento sobre los métodos unidimensionales enfocados en el ingreso, está enmarcado de forma ineludible en el proceso de implementación de políticas de ajuste estructural que dio inicio a partir de la década de los 70 y 80 del siglo XX y que generaron procesos de concentración del ingreso y que, como en el caso mexicano, coinciden con incrementos de la población pobre. Sin embargo, para ciertos países latinoamericanos, la última década del siglo XX y el principio del siglo XXI fueron tiempos de reformas económicas que modificaron en algún grado las políticas de ajuste ya mencionadas. El panorama anterior plantea contextos diferenciados en cuanto a los niveles de vida de la población y, por tanto, un comportamiento distinto en cuanto al crecimiento de las clases medias. Dos ejemplos paradigmáticos de estas dinámicas son México y Colombia. En el caso de México, el libro “México: país de pobres y no de clases medias” da cuenta que en México la constante entre 1992 y 2014 es que la pobreza alcanza entre el 60% y el 50%, mientras que las clases medias en los mismos años han oscilado entre 30% y cerca de 40%. Lo anterior contrasta con el caso colombiano que registró, según el Banco Mundial (2013), un crecimiento del 100% en la década pasada al aumentar de 7.1 millones a 13.6 millones.

La presente ponencia propone abonar al debate sobre las clases medias en América Latina, a fin de proponer una novedosa forma de medición de las clases medias a partir del Método de Bienestar Socioeconómico (MBS) desarrollado por Reyes y López (2016) y que ya ha sido aplicado para un estudio comparativo entre países seleccionados de América Latina para estudiar el proceso de pobreza en los mercados laborales (AUSJAL, 2017). Esta propuesta busca aplicar el MBS para la identificación de la clase media para los casos de México y Colombia, así como comparar los resultados con las mediciones oficiales. La aplicación del MBS al estudio de las clases medias es novedoso debido a que se erige como un método que toma en cuenta múltiples dimensiones; permite identificar la composición ocupacional de la clase media; identificar elementos de consumo que diferencian a la clase media; permite identificar no sólo el monto, sino el origen de los ingresos de esta población; además, permite establecer comparaciones con distintos casos nacionales.

.....

* Eduardo Bermejo Lopez

Departamento de Humanidades, Universidad Iberoamericana Puebla.. Universidad Iberoamericana Puebla. - Ibero Puebla. San Andrés Cholula. Puebla, México

Resumen de ponencia

METAMORFOSIS ACTUALES DEL CONTROL SOCIAL

*Leticia Pérez De Sierra

Metamorfosis del control social hacia el precariado.

El presente artículo intenta problematizar, a partir de un trabajo de campo, algunas transformaciones recientes de la arena socio asistencial que reafirman que la cuestión social es tendencialmente tratada como cuestión de inseguridad. Si bien la penetración del campo penal y sus racionalidades en las intervenciones socio asistenciales no son nuevas, éstas han sufrido una profunda metamorfosis. La hipótesis que pretendemos demostrar, es que disponemos hoy de formas de control social cualitativamente distintas.

De Giorgi plantea que las “poblaciones problemáticas”, esto es, el precariado o excedente de fuerza de trabajo determinado por la reestructuración capitalista postfordista, es cada vez menos administrado a través de los instrumentos de regulación “social” de la pobreza, y cada vez más a través de dispositivos de represión penal de la desviación (2006,p.127). A diferencia del proceso vivido en Estados Unidos, Uruguay no ha desregulado la arena socio-asistencial, al contrario, ha consolidado, en presupuesto y cobertura, la protección social. Sin embargo, como intentaremos mostrar, es posible ver rasgos inequívocos de reformulación de algunos programas sociales en sentido punitivo.

En este reciente laboratorio social, emerge con claridad un nuevo actor en escena, el Ministerio del Interior, quien coloca lógicas innovadoras en la intervención socio-asistencial que trascienden su ámbito específico de actuación y permean con un nuevo “sentido común” el intento (siempre parcialmente infructuoso) de gobernar la excedencia. La hipótesis que subyace en este trabajo, es que la penetración del campo penal en la arena socio asistencial no es nueva pero sí lo son los contenidos, orientaciones y marco contextual e institucional en el que se produce hoy.

Institucionalmente hablando, las iniciativas conjuntas entre el Ministerio del Interior y organismos públicos vinculados a la infancia y juventud (Instituto Nacional de la Juventud, Instituto Nacional del Menor) surgen ya a fines de los 90 en Uruguay con financiamiento del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) con el Programa de Seguridad Ciudadana. Pero es en el segundo gobierno de izquierda que surgen iniciativas conjuntas entre la mano izquierda y derecha del Estado que dan cuenta del abandono parcial de la pretensión rehabilitadora junto a la centralidad de la visión punitiva más conservadora como nueva forma de ejercer el gobierno y la regulación del precariado (Paternain, 2013; Vernazza, 2015; Mosteriro et al.,2016).

El Estado actual, dice Bustinduy (2011), se ha hecho a la vez liberal y autoritario. Liberal porque no concibe otro principio de comunidad que la sociedad de mercado y autoritario porque todo le está permitido en nombre de la seguridad, incluida la aniquilación del sistema de garantías jurídicas o la delegación de muchas de las funciones que le fueron propias. “El Estado ha de vigilarlo todo. El Estado ha de

ponderar y prevenir riesgos, identificar y aislar amenazas, actuar de forma preventiva: así habla el nuevo imperativo securitario” (2011, p.9)

Mucho se ha hablado de la individualización y descolectivización de la cuestión social, sin embargo nos interesa discutir si la emergencia renovada de intentos de construir perfiles, medir riesgos socio-delictuales, monitorear y seguir poblaciones asentadas en territorios definidos por defecto que parece extenderse rápidamente en programas diversos no dan cuenta más bien de una metamorfosis del control social.

Como intentaremos mostrar, discursos recientes parecen reactualizar la idea de que existe una “clase diferente y peligrosa” es decir, una clase “criminal” que amenaza las conquistas alcanzadas por la sociedad “civilizada”. También parecen legados del pasado los discursos que individualizan la cuestión social (devenida en la cuestión de la inseguridad, jeraquizando al delincuente más que al delito) y legitiman respuestas que implican recortes de libertades civiles y de la privacidad e intimidad de los más pobres. Sin embargo, no es tan claro, que los inspire como otrora la idea de salvación, redención o reforma sino más bien una suerte de categorización, monitoreo, disuasión y separación con el resto de la sociedad cuyos efectos de clasificación social, reparten entre segmentos oportunidades, recompensas, privilegios y castigos. Por tanto amerita preguntarnos si estamos ante una individuación o más bien una dividualización (Deleuze, 1999), es decir tratamientos que dividen a los sujetos y fragmentan distintos aspectos de los individuos según sus roles en el mercado (como trabajador o desocupado, como clase laboriosa o peligrosa, como habitante de un territorio señalado como peligroso, como consumidor de alta o baja intensidad, etc). Las poblaciones excedentarias son crecientemente integradas en bases de datos procesadas, analizadas, relacionadas con otros datos y expulsados de nuevo como “datos dobles” (Bauman, 2013).

Nuestras actuales sociedades de control que ya no son estrictamente disciplinarias funcionan privilegiando el control continuo y la comunicación instantánea (con sus mayores frugalidades en término de costos). Sin embargo, reaparecen viejas estrategias disciplinadoras, prácticas brutalmente disciplinarias de moldeado cuerpo a cuerpo. De hecho la cárcel está hoy, más viva que nunca. Rodríguez Alzueta afirma que pasamos de sociedades de curación a sociedades de prevención y esto para el autor coincide también con el pasaje de sociedades hospitalarias a sociedades hostiles, de la misma manera que de Estados sociales hemos transitado hacia Estados policiales (2014). Tanto los Estados como las sociedades se han vuelto penitentes. Pero, -y esta es la hipótesis que intentamos demostrar en este artículo-, el control social dirigido al precariado en nuestro país se ha metamorfoseado profundamente cristalizando estos cambios en intervenciones conjuntas entre el Ministerio de Desarrollo Social y el Ministerio del Interior con un carácter cada vez más punitivo.

Las principales metamorfosis del control social constatadas en este análisis son cuatro. En primer lugar es posible afirmar que existe, en los programas e intervenciones analizados del período, una creciente racionalidad punitiva en el tratamiento socioasistencial de las poblaciones en extrema pobreza. En segundo lugar, que la punitividad creciente se expresa en: a) una concepción cada vez más culpabilizadora de la vulnerabilidad de las personas y hogares, b) en sofisticados y robustos niveles de identificación, seguimiento y monitoreo poblacional, c) la re focalización de las poblaciones a partir de la focalización territorial lo que deviene en una focalización territorial punitiva, y d) las prestaciones ínfimas desatadas de la lógica de los derechos

y ancladas en la lógica de incentivos y castigos a comportamientos. En tercer lugar, existe una creciente naturalización de la amenaza al castigo, la tutela cuerpo a cuerpo y el intenso seguimiento de las poblaciones y sus trayectorias en las políticas socio-asistenciales. Por último, en el plano institucional, este estrechamiento de las manos izquierda y derecha del Estado, genera que el Ministerio del Interior se haya instalado como un actor relevante (cuando no imprescindible) en la arena de las políticas sociales.

Las prácticas directamente punitivas parecen reservarse sólo para algunos individuos especialmente riesgosos de la población excedentaria y como antesala ejemplarizante del castigo inminente para quienes comparten vecindad de situación o territorio y se atreven a resistirse a la persuasión, las primas e incentivos y la cercanía moralizante de un estilo de gestión dispersa más permanente se reserva al resto de los individuos excedentarios. Se trata de la combinación de dispositivos, que incluyen un fuerte retorno a las políticas de hard control, a la vez que la difusión de nuevas estrategias de soft control metamorfoseado (Pavarini, 1995) pues entre hard y soft control existe una relación de dependencia recíproca donde al aumento de uno de los términos no corresponde a una disminución proporcional del otro (Pavarini, 1995).

.....

* Leticia Pérez De Sierra

Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales, Udelar DTS-FCS-UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E PESQUISA-AÇÃO EM EMPREENDIMIENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: PROCESSOS ORGANIZATIVOS E POLÍTICOS DE MULHERES, POR TRABALHO, CIDADANIA E DIREITOS

*Carlúcia Maria Silva

*Helania Martins

*Valnides Araujo Costa

O presente trabalho relata experiências de ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com grupos e empreendimentos de economia solidária. As ações extensionistas, ainda em curso, contam com a participação de docentes e discentes dos cursos oferecidos pela UEMG de Barbacena, na Região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, Brasil. O estudo feito aponta o protagonismo das mulheres nos empreendimentos, em sua maioria mulheres negras, mães e/ou avós chefes de família, que no trabalho coletivo conciliam o cuidado da casa e dos filhos e/ou netos, constroem novas sociabilidades, resgatam vínculos sociais rompidos e se integram em processos organizativos e sociopolíticos. Neste protagonismo foi possível visualizar também dilemas e desafios em suas lutas por trabalho, cidadania e direitos. O trabalho de pesquisa-ação, ainda em curso, tem impactado positivamente os envolvidos neste Projeto e possibilitado a relação dialógica entre a Universidade e a Comunidade participante, possibilitando, assim, numa perspectiva interdisciplinar, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa-ação, além de ser uma forma de conhecer para transformar a realidade social (BRANDÃO; STRECK, 2015; FALS BORDA, 2015; THIOLENT, 2011), organizacional (THIOLENT, 2009) ou as práticas do cotidiano profissional (TRIPP, 2005), está implicada em um modelo e foco específico dentre os arquétipos históricos do papel da Universidade: napoleônica, preparação ao mercado de trabalho; humboldtiana, no ensino e na pesquisa; newmaniana, desenvolvimento pessoal dos estudantes e deweyaniana, a promoção da cidadania e o envolvimento com a sociedade (LIMA; MENEZES; CARREGÃ, 2010). É uma forma de reconstrução dos vínculos da Universidade com a sociedade por meio de ações extensionistas, ou redefinição da pesquisa social em projetos que visam a emancipação dos grupos pesquisados/participantes (GREENWOOD; LEVIN, 2010).

A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Nesse sentido, fomentar e desenvolver ações conjuntas com setores da Sociedade Civil, que sejam marcadas pelo diálogo, a troca de saberes, a interdisciplinaridade e interinstitucionalidade norteia as práticas extensionistas do grupo de docentes envolvido nesse Projeto.

Nas últimas décadas, importantes transformações têm ocorrido no mundo do trabalho, impactando parcelas crescentes da classe trabalhadora. Tais mudanças possibilitaram a emergência do trabalho cooperado e associativo e o aumento de trabalhadores desempregados, que excluídos do mercado formal de trabalho, recorrem a atividades informais como alternativas de trabalho e renda. No Brasil, as iniciativas de economia solidária, organizadas sob os princípios da solidariedade e autogestão, têm encontrado um vasto e fértil campo de ação, no qual desigualdades de gênero e de raça/cor se fazem cada vez mais presentes. Nas iniciativas de economia solidária, os trabalhadores e trabalhadoras buscam no trabalho coletivo e cooperado, novas alternativas de geração de renda, pautados por um conjunto de princípios e valores, dentre os quais podemos destacar: a posse coletiva dos meios de produção e distribuição, a gestão democrática, a cooperação e autogestão, a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

A Economia Solidária é um modo de produção de bens ou prestação de serviços, de comercialização e de consumo, cujo trabalho é pautado nos princípios da autogestão, cooperação e sustentabilidade. Nessas iniciativas se faz presente uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que oportunizam a democratização das relações sociais e consideram o ser humano em sua integralidade, como sujeito e como finalidade da atividade econômica. As iniciativas de economia solidária são organizadas sob a forma de grupos produtivos, cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, produção de bens, prestação de serviços, finanças e/ou solidárias, comércio justo e consumo solidário. O trabalho é movido por uma forte consciência socioambiental em busca de um modelo de desenvolvimento sustentável e os resultados deste trabalho são compartilhados entre todos, sem distinção de gênero, raça ou faixa etária.

A economia popular solidária recobre uma realidade marcada pela heterogeneidade e diversidade (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013; GAIGER, 2004; LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004; NEVES, 2012; SINGER, 2002). Nessas iniciativas populares subsiste uma tensão fundamental entre o possível e o desejável, uma vez que essas iniciativas carregam consigo a dupla tarefa de superar os limites colocados pela ordem econômica vigente e avançar na construção de novos parâmetros de organização e articulação. O público dos empreendimentos econômicos solidários geralmente é composto por mulheres pobres com baixa qualificação, mães chefes de família com idades bem variadas e com filhos e/ou netos ainda pequenos. Trata-se de uma parcela significativa da população historicamente excluída do mercado formal de trabalho.

Essas mulheres sempre foram excluídas do mercado de trabalho, pois no nascedouro da nova ordem econômica e social, se viram entregues à própria sorte (SILVA, 2014). A reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é o que estrutura o conjunto de relações e interações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil (SOUZA, 2003). Nesta lógica, é possível compreender as razões pelas quais, aos excluídos do mercado de trabalho, pobreza e marginalidade social são legados que lhes cabem como herança histórica, reafirmada no abandono tanto por parte dos antigos senhores de engenhos e de escravos, como também das instituições sociais e políticas.

As ações extensionistas têm sido direcionadas no campo da gestão, em vistas do fortalecimento de redes de produção, e comercialização, a emancipação

socioeconômica desses grupos e construção de novos valores relacionados ao trabalho, geração de renda, desenvolvimento local e cidadania.

A presença e a participação nas reuniões e eventos promovidos pelos empreendimentos de economia solidária e pelo Fórum Regional do Campo das Vertentes de Economia Solidária têm possibilitado a observação direta e participante, bem como a construção de uma agenda positiva para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Vale destacar aqui, que os fóruns são espaços de formação, organização e articulação, e neles participam lideranças dos empreendimentos solidários, organizações não governamentais, gestores públicos e universidades. É importante salientar também que nestes espaços são deliberadas as demandas e proposições que subsidiarão as ações do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, p.452-477, ago. 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 dez. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa participante: o saber compartilhado*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

FALS BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: _____. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Ciudad de México, DF: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015a, pp. 253-301.

GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GREENWOOD, Davydd J.; LEVIN, Morten. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2010, pp. 91-114.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto de Carvalho. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

LIMA, Maria Luísa; MENEZES, Isabel; CARREGÃ, Lara. O ensino superior como um espaço de formação multifacetado. In: GARRIDO, Margarida Vaz; PRADA, Marília. *Competências académicas: da adaptação à universidade à excelência académica*. Lisboa: Edições Sílabo, 2016, pp. 69-89.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H. *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012, pp. 323-349.

SILVA. *Trabalho, cidadania e reconhecimento: a Rede CATAUNIDOS e o protagonismo sociopolítico de Catadores de Recicláveis na RMBH*. 2014. 395f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo. 2002.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p.443-466, dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 13 maio 2015.

.....

*** Carlúcia Maria Silva**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG. BARBACENA, Brasil

*** Helania Martins**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG. BARBACENA, Brasil

*** Valnides Araujo Costa**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG. BARBACENA, Brasil

Resumen de ponencia

MOVILIDAD EDUCATIVA INTERGENERACIONAL EN MÉXICO: PAUTAS DIFERENCIALES POR SEXO A LO LARGO DEL TIEMPO

*Santiago Andrés Rodríguez

Durante la segunda mitad del siglo XX la expansión educativa en México apuntó a universalizar el acceso a la educación primaria y a potenciar la educación secundaria. Según datos de la serie histórica censal del INEGI, el promedio de años de escolaridad aprobados de la población de 15 años y más se incrementó significativamente en el periodo 1990-2015: pasó de 6.5 en 1990 a 9.2 en 2015.

Para la teoría liberal el desarrollo socioeconómico y la expansión educativa impulsarían una reducción de las desigualdades en educación vinculadas a los orígenes sociales. Sin embargo, para el caso de México los resultados de investigaciones recientes sobre movilidad social intergeneracional muestran de manera contundente la persistencia, e incluso el probable incremento en el tiempo, de la asociación entre orígenes y destinos educativos -es decir, destacan una mayor rigidez en el régimen de movilidad educativa intergeneracional (menor nivel de igualdad de oportunidades o fluidez social)-.

Asimismo, señalan que los hijos/as de padres con niveles educativos bajos tienen una menor probabilidad de alcanzar la educación media superior y superior, particularmente en las cohortes más jóvenes.

El objetivo de la ponencia es analizar pautas absolutas y relativas de movilidad educativa intergeneracional en México entre los hombres y las mujeres distinguiendo cuatro cohortes nacimiento. El enfoque de movilidad educativa intergeneracional constituye una aproximación teórico-metodológica para analizar los efectos de los orígenes sociales sobre el proceso de logro educativo. La movilidad educativa intergeneracional es la que se presenta entre la posición del padre -origen educativo- y la del hijo/a -destino educativo-.

Las investigaciones sobre movilidad educativa intergeneracional realizan una distinción analítica entre la movilidad absoluta y la movilidad relativa. La movilidad absoluta mide los cambios entre los orígenes y los destinos educativos con base en un conjunto de medidas descriptivas que incorporan tanto el efecto del cambio estructural -es decir, la expansión educativa- como el efecto de la movilidad relativa. Y la movilidad relativa refiere al patrón y la fuerza de la asociación entre los orígenes y los destinos educativos, neto de la incidencia de la movilidad estructural.

Los datos a mano provienen del Módulo de Movilidad Social Intergeneracional (MMSI) 2016 - INEGI. Este módulo utilizó el diseño muestral de la Encuesta Nacional de los Hogares (ENH), la cual se aplica una muestra probabilística. La información obtenida tiene representatividad a nivel nacional y para los ámbitos urbano y rural. La unidad de análisis es la población de 25 a 64 años de edad en viviendas particulares. El tamaño final de la muestra es de 25634 casos.

Para analizar la movilidad absoluta construiremos tablas de doble entrada que

contrastan los orígenes educativos (máximo nivel de escolaridad alcanzado por los padres de los entrevistados) y los destinos educativos (máximo nivel de escolaridad alcanzado por los entrevistados). A partir de estas tablas, calcularemos un conjunto de medidas descriptivas clásicas sobre los niveles absolutos de movilidad educativa: porcentajes de entrada y de salida (inflow y outflow), razón de cambio intergeneracional, índice de disimilitud (medida de movilidad estructural), tasas de movilidad (ascendente, herencia/inmovilidad, descendente), entre otras. El análisis de la movilidad relativa descansa en modelos log lineales que nos permitirán caracterizar el régimen de fluidez social presente en la sociedad mexicana: poner a prueba hipótesis sobre el cambio del patrón de asociación entre los orígenes y los destinos educativos para los hombres y las mujeres a lo largo del tiempo.

El estudio de la movilidad educativa intergeneracional es un importante indicador de la desigualdad de oportunidades porque al contrastar los cambios entre los orígenes (escolaridad de los padres) y los destinos (escolaridad de los hijos) es posible medir el grado de transmisión intergeneracional de las posiciones sociales en la sociedad.

.....

*** Santiago Andrés Rodríguez**

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación - UNAM IISUE-UNAM. Ciudad de México, México

Resumen de ponencia

MULTIDIMENSIONALIDAD DE LA POBREZA EN TRES CIUDADES DE URUGUAY: ANÁLISIS DIACRÓNICO INTER E INTRA CIUDADES EN BASE A LOS CENSOS DE 1996 Y 2011

*Victor Borrás

Objetivos del trabajo

Objetivo general

Describir y analizar la evolución de la pobreza multidimensional en el período 1996-2011 en las ciudades de Montevideo, Maldonado y Salto y estudiar los patrones de espacialización del fenómeno al interior de las tres ciudades.

Objetivos específicos:

- 1) Diseñar una medida de pobreza multidimensional aplicable a los censos de 1996 y 2011
- 2) Estudiar las características de la evolución de la pobreza multidimensional en Montevideo, Maldonado y Salto en el período 1996-2011, buscando establecer aspectos comunes y específicos tanto en cuanto a su incidencia agregada, como respecto a las distintas dimensiones que la componen.
- 3) Describir, analizar y comparar, para el período 1996-2011, las características de la distribución espacial de la pobreza multidimensional el interior de Montevideo, Maldonado y Salto

Metodología y análisis de datos considerados en la investigación

Metodología

El trabajo se desarrolló desde un abordaje cuantitativo y tuvo alcance descriptivo.

La medición de la pobreza requiere de dos operaciones metodológicas (Sen, 1979) la identificación de los pobres, según algún criterio, y la agregación de la pobreza en una o más medidas sintéticas.

Para la identificación de la pobreza se partió del enfoque de las capacidades de Amartya Sen (1984, 2000), según el cual la pobreza es definida como privaciones en las libertades de las personas para llevar adelante la vida que se tiene razones para valorar, por tanto supone una conceptualización esencialmente multidimensional. El concepto se operacionalizó en tres dimensiones: vivienda y servicios, artefactos de confort y educación, identificando a los pobres según sus niveles de privación en la sumatoria de dimensiones.

Para la agregación de la pobreza se tomó la metodológica Alkire y Foster (2008). Ésta ofrece una familia de índices multidimensional que dan cuenta de distintos aspectos del fenómeno. A saber: Tasa de Recuento (H) porcentaje de personas pobres en el total de la población, Intensidad (A), promedio de dimensiones en las que los pobres se encuentran privados y Tasa de Recuento Ajustada (MO), medida sintética de la incidencia y la intensidad de la pobreza.

Análisis de datos considerados en la investigación

Se realizó un análisis descriptivo diacrónico y comparativo intra e inter ciudades, que utilizó como fuente de datos los Censos de Población 1996 y 2011. Primero se estimaron las medidas de pobreza multidimensional de forma agregada para Montevideo, Salto y Maldonado. Luego, se realizó un análisis desagregado, al interior de las ciudades, a nivel de segmento censal (mínima unidad geoestadística de relevamiento disponibilizada de modo libre por el Instituto de Estadística) para ambos años, de modo de dar cuenta de las continuidades y cambios en la distribución espacial de la pobreza y comparar las características de ésta entre las tres ciudades.

Problema planteado, principales hipótesis y resultados

Problema planteado

La primera década del siglo XXI para el Uruguay comenzó con una crisis económica sin precedente, que se tradujo en los niveles más altos de pobreza que conoce el país (INE: 2014). En la segunda mitad de la década comienza un proceso de recuperación, enmarcado en un contexto internacional favorable y cambios en la orientación de las políticas sociales, consecuencia de la asunción de un gobierno progresista.

Pero, distintas investigaciones (Calvo, 1999, 2013, Amarante, et. al., 2005, Filardo y Aguiar, 2009) muestran que no se han logrado revertir situaciones de privación histórica en algunas áreas geográficas. Si bien existe un nutrido compendio de antecedentes de este tipo de estudios a nivel departamental (primer unidad administrativa a nivel subnacional) y para Montevideo (capital nacional), son escasos los trabajos que analizan otras ciudades.

Teniendo en cuenta lo anterior, el estudio se propuso profundizar en el análisis de la pobreza multidimensional, en Montevideo, Maldonado y Salto. Las dos últimas ciudades se encuentran entre las principales del país, registrando ambos procesos crecientes de urbanización. Se busca determinar en qué medida los fenómenos de focalización de la pobreza, propios de los procesos de urbanización en Montevideo, se reproducen (o no) y con qué características, en otras ciudades en actual expansión.

Hipótesis

La pobreza multidimensional ha descendido en términos agregados en las tres ciudades entre 1996 y 2011, pero se advierten áreas geográficas persistentemente pobres.

Las áreas periféricas hacia donde se han extendido las ciudades se caracterizan por altos niveles de incidencia e intensidad de pobreza multidimensional

Resultados

Se destaca una disminución de la pobreza multidimensional en las tres ciudades. No obstante, se aprecian diferencias importantes en los niveles si se analiza la incidencia en cada una de las ciudades y al interior de las mismas. La pobreza multidimensional alcanza los porcentajes más altos (H) en Salto y los más bajos en Montevideo, para ambos años. Sin embargo si considera la intensidad (A) del fenómeno, el mismo es similar en las tres ciudades. Maldonado es la que muestra una disminución relativa más importante de la pobreza.

Al interior de las ciudades se advierten patrones de localización de la pobreza

similares. Se confirma la sobrerrepresentación del fenómeno en la periferia de Montevideo, tal como lo señalara la bibliografía (DNEC, 1990, Calvo, 1999, Amarante et. al., 2005, DINEM, 2012, Calvo, coord., 2013, INE, 2015); en Maldonado la periferia norte es la que muestra los niveles más altos, mientras en Salto, toda la periferia de la ciudad muestra niveles altos de pobreza multidimensional.

Se destaca el hecho de que los segmentos ubicados en la periferia de las tres ciudades, que en 1996 no se encontraban ocupados, y son ocupados en 2011 se caracterizan por niveles altos de pobreza multidimensional.

Conclusiones

La investigación resulta novedosa, al proponer un análisis que considera otras ciudades además de Montevideo. Se constata que la pobreza descendió en las tres ciudades. En cuanto a la distribución de la pobreza al interior de las ciudades, se confirma para Salto y Maldonado lo dicho en la bibliografía para el caso de Montevideo; estructuras heterogénea donde los niveles de carencias críticas varían significativamente al considerar el lugar de residencia (Calvo, 2013).

Un hecho que se destaca para las tres ciudades, es que en el 2011, algunos de los segmentos más pobres son segmentos que no se encontraban ocupados según la información disponible en el Censo 1996. Este último es un aspecto en el que debería profundizarse en futuros trabajos.

El estudio reviste relevancia académica -por aportar elementos novedosos que dialogan con un nutrido conjunto de antecedentes nacionales- y política -dado que brinda insumos para pensar iniciativas de combate a la pobreza con enfoque territoriales.

.....

*** Victor Borrás**

Departamento de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República - DS/UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

O COMBATE À POBREZA COMO O OBJETIVO CENTRAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Pedro Ivo Diniz

O termo “subdesenvolvimento” caiu em desuso em razão, inter alia, da mudança da taxonomia de desenvolvimento para classificar os países do mundo. No entanto, o “subdesenvolvimento” parece ser apropriado, sob uma perspectiva semântica, para ilustrar as condições de vida de parte da população que estão aquém de qualquer nível aceitável de desenvolvimento humano e se tornam problemas para a implementação do desenvolvimento sustentável sob múltiplas perspectivas. Dessa forma, a pobreza e a desigualdade extremas, por exemplo, simbolizam mais do que preocupações sociais que não estão sendo devidamente contempladas, mas causas de ameaças ambientais temerárias para o objetivo do desenvolvimento sustentável. A afirmação de que condições inaceitáveis de desenvolvimento humano constituem um impasse fulcral para a efetivação do desenvolvimento sustentável pode ser inferida diretamente da premissa de que “as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável” e, nesse sentido, os esforços dos países devem ser “para um mundo que é justo, equitativo e inclusivo.” (ONU, 2012, para. 6, tradução nossa). Não sem razão, há (ou deveria haver) uma consternação generalizada acerca de realidades como aquelas apresentadas em forma de dados no relatório final da Rio+20, “O Futuro que Queremos”. Nesse contexto, o documento traz em seu parágrafo 25 que os países do mundo estão “profundamente preocupados que uma em cada cinco pessoas no planeta, ou mais de um bilhão de pessoas, ainda vivem em condições de extrema pobreza, e que um em cada sete - ou 14 por cento - é subnutrida.” (ONU, 2012, tradução nossa). O documento ainda reconhece, por fim, que, desde 1992, tem havido áreas de progresso insuficiente e retrocessos na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, ameaçado a capacidade de todos os países, em particular, países em desenvolvimento, para alcançar o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2012, para. 20). A globalização revelou (e agravou) a incapacidade dos países menos desenvolvidos de responderem expressivamente aos problemas basilares de desenvolvimento social e, consequentemente, do desenvolvimento sustentável como um todo. Nesse sentido, são apropriadas as palavras trazidas no documento que Brasil levou à Conferência do Rio em 1992: “em situações de extrema pobreza, o indivíduo marginalizado da sociedade e da economia nacional não tem nenhum compromisso para evitar a degradação ambiental, uma vez que a sociedade não impede sua própria degradação como pessoa”. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 525). Isso justifica o consenso apresentando no documento final da Rio+20 de que a “erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.” (ONU, 2012, para. 6, tradução nossa). Com efeito, a percepção deste como um objetivo crítico para o desenvolvimento e o meio ambiente não é recente. A Assembleia Geral da ONU, em

1987, concordava com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que os compromissos que resultam da necessidade de desenvolvimento sustentável devem incluir, *inter alia*, “resolver os problemas da pobreza e da satisfação das necessidades humanas.” (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1987, para. 5). Nessa mesma direção já apontava o princípio 1 da Declaração de Estocolmo de 1972, ao afirmar que “o homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e condições adequadas de vida, em um ambiente de qualidade que permita uma vida de dignidade e bem-estar”. (ONU, 1972, tradução nossa). Interessante notar que, desde a década de 1970, quando os problemas ambientais começaram a se inserir de forma significativa na agenda internacional, algumas das mais graves ameaças ambientais estavam relacionados com o baixo grau de desenvolvimento social e não somente com as condutas incondicionadas para se alcançar o crescimento econômico. A Declaração de Cocoyoc, de 1974, é ilustrativa nesse sentido. Resultado de uma reunião entre UNCTAD e PNUMA, a declaração sustentou que a explosão populacional - ameaça significativa para a sustentabilidade ambiental - é decorrente da absoluta falta de recursos em alguns países, numa equação em que quanto maior a pobreza, maior é o crescimento demográfico; o documento asseverou, ainda, que a destruição ambiental também decorre da pobreza. (VAN BELLEN, 2004, p. 3). Considera-se, por conseguinte, que a dimensão social, cuja preocupação principal está na garantia de pressupostos do desenvolvimento humano, é central para o desenvolvimento sustentável, sendo a prosperidade econômica e a sustentabilidade ecológica vistas como parte ou condição para a qualidade de vida. (BELLEN; MELO; SALLES, 2012, p. 706). Por certo, quando termos de difícil apreciação objetiva como “qualidade de vida”, “necessidades”, “bem-estar” (e o próprio “desenvolvimento sustentável”) são utilizados como metas a serem alcançadas, os indicadores emergem com grande relevância no intuito de indicar parâmetros para que se possa avaliar se aqueles desígnios estão sendo efetivamente realizados. No âmbito do desenvolvimento sustentável, os indicadores figuram como objeto de diversos estudos que discutem a necessidade de que novos sejam concebidos de maneira a medir o bem-estar, tarefa que os indicadores econômicos consagrados não estão conseguindo desempenhar satisfatoriamente. Diante do exposto, para enfrentar o problema do “subdesenvolvimento” enquanto obstáculo para a implementação do desenvolvimento sustentável, duas questões devem ser esclarecidas, quais sejam, o combate a pobreza deve ser compreendido como o objetivo central do desenvolvimento humano e os indicadores de desenvolvimento sustentável devem estar aptos a considerar e medir bem-estar social e qualidade de vida, incluindo o meio ambiente saudável. O primeiro ponto não deve ser considerado o resumo, mas encontra-se na raiz dos principais problemas sociais que afligem os Estados, particularmente os menos desenvolvidos. A desigualdade, a fome, a ausência de estrutura mínima para garantir habitação, saúde, educação e saneamento, são todos desdobramentos diretos ou indiretos da pobreza, seja de indivíduos, de parte da população ou dos próprios Estados. Assim, dentre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, de 2000, cuja elaboração contou com a participação do governo de 189 países, a primeira meta determinada foi a redução da pobreza. (ONU, 2000). Ademais, a Declaração do Milênio emparelha o desenvolvimento social e a pobreza, demandando esforços conjuntos para libertar todos “das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema”, fazendo “do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e libertar toda a humanidade da carência.” Para tanto, deve-se

“criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.” (ONU, 2000, p. 6-7). O segundo ponto que deve ser abordado remete aos indicadores e, em que medida estes estão aptos a apreciar as melhorias reais alcançadas tendo em vista o propósito do desenvolvimento sustentável. Ao aceitar que aspectos sociais específicos, como a pobreza e a desigualdade, permeiam o cerne do conceito, e considerando que estes não são, necessariamente, consequências inerentes às atividades econômicas, então é preciso que se tenha instrumentos capazes de identificar os ganhos de bem-estar e a melhoria na qualidade de vida para todos, incluindo um meio ambiente saudável, e os considere na avaliação do desenvolvimento dos países. Indicadores que não cumpram essa função poderão criar a falsa impressão que determinadas medidas ou compromissos internacionais com reflexo expressivo em termos de crescimento econômico, por exemplo, são condizentes com a obrigação oriunda do desenvolvimento sustentável, quando, na realidade, podem ser o resultado da ascensão de um pilar em detrimento dos demais. Com efeito, as mazelas relacionadas ao “subdesenvolvimento” só poderão ser efetivamente combatidas no âmbito do desenvolvimento sustentável se estiverem devidamente abarcadas e identificadas pelos indicadores adotados.

.....

* Pedro Ivo Diniz

Universidade Federal de Lavras UFLA. Lavras, Brasil

Resumen de ponencia

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE SUBSTANTIVA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

*Marilia Gouvea De Miranda

Neste estudo discute-se o avanço sobre a escolarização pública de práticas orientadas por interesses mercadológicos, com bases conservadoras e reacionárias, em detrimento da defesa dos princípios de igualdade, de gratuidade e de laicidade. Essa discussão é particularmente importante no atual contexto global em que o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais ganha proporções exponenciais e em que a ideia de democracia está cada vez mais ameaçada. Como se sabe, o princípio liberal da igualdade apenas conseguiu se efetivar na sociedade burguesa como um princípio meramente formal. Ainda assim, mesmo o princípio formal de que todos possam ter direito a uma escolarização pública de qualidade parece ir cada vez mais se distanciando do horizonte de nossas políticas públicas, deixando de ser afirmado como um dever de Estado, na medida em que o mercado avança sobre a educação como um bem a ser explorado por meio de variados e insidiosos meios. É possível afirmar, assim, que jamais foi tão ameaçado o ideal de que o Estado deva promover uma escolarização de qualidade destinada a todos, como um princípio inalienável e constitutivo das modernas sociedades. Nesse estudo, a ênfase recairá sobre os países da América Latina, em especial o Brasil. Parte-se do pressuposto de que os desdobramentos das economias e das políticas dos países de nosso continente precisam ser compreendidos em seu conjunto, uma vez que são processos historicamente vinculados, ainda que por muitas vezes isso tenha sido ignorado ou subestimado, e que é nessa perspectiva que um país como o Brasil deve ser pensado. Outro pressuposto, que se vincula ao anterior, é de que as políticas neoliberais traçadas a partir do final da década de 1970, com suas idas e vindas ou momentos de maior ou menor incidência sobre as políticas nacionais, constituem uma determinação importante dos destinos dos países da América Latina, cuja compreensão requer um aprofundamento de sua análise com base conceitual e histórica. Para tanto, pretende-se discutir a escalada neoliberal e o aprofundamento avassalador das desigualdades sociais em nosso continente, com ênfase para o Brasil a partir do golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016. O processo de neoliberalização é entendido em um amplo espectro que vai desde uma política econômica até uma ideologia ou uma racionalidade que modifica a maneira como as pessoas compreendem a relação indivíduo e sociedade e operam sobre ela. O termo guarda, assim, uma significação muito abrangente, que vem se modificando ao longo dos anos, produzindo interpretações variadas que ora prenunciam seu esgotamento, ora a manutenção de sua força no campo econômico e também doutrinário, por meio da imposição de uma racionalidade peculiar. Em contraposição, defende-se a igualdade como um princípio substantivo que transcende a sua formalização e se constitui como fundamento de uma democracia substantiva e de um projeto de

sociedade e de educação pelo qual se deva lutar. Serão tratados os seguintes temas: o sentido de igualdade sob o liberalismo e seus limites estruturais, na medida em que a noção de indivíduos livre e iguais se impõe como necessária e, contraditoriamente, inalcançável em uma sociedade estruturalmente desigual; a questão da igualdade sob o neoliberalismo contemporâneo e seus disfarces sob a noção de equidade e sob a trivialização da noção de diferença, que contribuem para que a noção de igualdade, mesmo como um princípio liberal, seja relativizada; a questão da ameaça à democracia, com o avanço das práticas autoritárias e do conservadorismo, que comprometem os ideais da publicização da educação. Configura-se, nesse contexto, um conjunto de reformas que se sustenta em uma racionalidade economicista e neotecnicista, em especial por uma ostensiva privatização do ensino público e no ensino público, em processos que podem ser caracterizados como endógenos ou exógenos (CLADE, 2014). Tudo isso acarreta desdobramentos para a educação pública no Brasil e na América Latina, com destaque para o comprometimento do princípio de que é obrigação do Estado assegurar a escolarização pública de qualidade, laica e gratuita.

.....

* Marília Gouveia De Miranda

Universidade Federal de Goiás UFG. Goiânia, Brasil

Resumen de ponencia

OLHOS VESTIDOS DE ANTOLHOS: A INVISIBILIDADE SOCIAL EM BAIANASYSTEM.

*Tirza Natiele Almeida Matos

A atual conjuntura brasileira reflete drasticamente a construção histórica desigual do poder e o próprio desonesto modelo econômico adotado, o capitalismo. Esse cenário encontrou força em uma ideologia, já internalizada pela sociedade, que naturaliza a relação competitiva do homem para sustentar a subordinação de uma classe marginalizada a outra abastada, e a manutenção desse status quo social.

Tal pensamento produz uma concepção predeterminada da essência do ser humano, sendo assim, o homem, especialmente o marginalizado, é “coisificado” tanto diante do Estado quanto diante dos outros indivíduos, e, conseqüentemente não é visualizado nas situações em que mais se exterioriza a má distribuição de direitos e de recursos econômicos.

Diante desse cenário, a presente pesquisa objetiva investigar as reais causas e desdobramentos da displicência do poder público e da comunidade social e, além disso, estabelecer críticas a tal contexto, com intuito de chamar a atenção à invisibilidade social, um maior debate acerca da temática, e incitar uma elevação nas consciências dos indivíduos, no sentido de haver uma maior conscientização da gravidade desse quadro.

Por se levar em consideração o importante vínculo entre o direito e a arte, por este último permitir um mergulho no subjetivo do homem e possibilitar a reflexão dos operadores jurídicos e da sociedade como um todo, em questões que aparentemente não possuem certa relevância, a problemática pôde ser vislumbrada na música “Invisível” da banda BaianaSystem.

Desse modo, o estudo utilizou recursos sonoros e audiovisuais, em razão da composição ter sido construída em uma perspectiva de denúncia da realidade do Brasil e, em toda sua extensão, principalmente através de metáforas, explicitar que as minorias, sobretudo os pobres, são de fato invisíveis aos olhos da comunidade. Ademais, simultaneamente, foi empregada uma construção teórico-bibliográfica, sob a égide de análises cultural, sociológica, pedagógica e jurídica.

A todo tempo, há uma individualização dos fenômenos sociais e as pessoas só direcionam seus olhos para seus próprios problemas, os quais funcionam como verdadeiros antolhos, por impedir que enxerguem além dos focos projetados por si mesmos. Em decorrência disso, a própria banda, ao divulgar o clipe da música, afirmou: “Criamos um mundo particular para nos proteger do visível”. Dessa forma, percebe-se que o maior contribuinte desse cenário não se encontra na ignorância, mas sim na negligência. Vale o aforismo: “fazer vista grossa”.

À vista disso, a classe opressora trabalha para que ocorra a invisibilidade da classe oprimida, escondendo-a. Tal comportamento é executado de várias formas, mas, em sentido objetivo, vale citar as duas mais latentes: o encarceramento em massa e a

segregação espacial. De modo parecido, já em sentido subjetivo, atua para que esse contexto se protraia por meio do uso de uma ideologia, para o controle das mentes, através da pedagogia do oprimido.

Tal situação pode ser enxergada em vários trechos da música: “Começou, não vai parar”; “Coração vai disparar, não tem como dedurar”; “Babilônia, várias formas pra tentar te prender”, destarte, demonstra que o sistema se utiliza de muitas táticas para manter o indivíduo submisso e que há dificuldade em “parar” a problemática ou até mesmo “dedurá-la”, já que não há a quem recorrer diante da omissão da sociedade. É visível que a maior parte da população carcerária é composta por pessoas de baixa renda, sendo assim, ao se atingir os presos, atinge-se automaticamente expressiva parte da classe oprimida, visto que o direito penal é direcionado a um público específico e, em razão disso, fala-se em “seletividade penal”. Destarte, a primeira forma age ao retirar o caráter de ultima ratio do direito penal, ou seja, esta área perde sua característica subsidiária e é utilizada, já no primeiro momento, como método de resolução de conflitos, com o intuito de apagar as identidades dos presos e distanciá-los, apesar de, na teoria, a pena ter como objetivo o retorno ao convívio social. Por conseguinte, parte-se também do direito penal do inimigo, por esta teoria tratar o cidadão “de bem” com proteção e julgamento legal, e o “delinquente”, como, de fato, adversário do Estado e passivo de coação para neutralizar seu potencial criminoso. Dessa forma, é obstruído o acesso à justiça, por se ter uma legislação seletiva, juristas, principalmente juízes, que ao proferir decisões, apenas enxergam a condição em que o réu se encontra e não a sua essência, a cultura da vingança e a espetacularização das condutas ilícitas, por uma mídia sensacionalista. Portanto, o réu é punido pelo o que é e não pelo o que fez.

A segregação espacial também é utilizada no sentido de limpeza visual e social, pois os sujeitos com melhores condições se estabelecem nos centros e as camadas mais pobres, nas áreas periféricas. A cidade que deveria ser o lugar da modernidade e da democracia, com um papel de autonomização do homem, nesse cenário, é marcada pelo surgimento de uma estrutura inversa, ou seja, dualizada. Isso posto, a organização da urbe nada mais é que a expressão de um Estado falho e desonesto diante dos princípios equalizadores que o regem.

Em razão de a ideologia conseguir atribuir significado à determinada coisa, e, através deste construir ou manter relações de poder, serve como forte instrumento de dominação social e política. Destarte, Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), relata que tal ideologia exprime o objetivo de fazer com que a classe oprimida se enxergue apenas como espectadora e como a própria razão das injustiças sociais. Tal questão é trazida por BaianaSystem: “Acha que eu não chamo atenção, engana o seu coração”, pois, na realidade, os oprimidos se constituem como a base da organização e dos benefícios recebidos pelos opressores, ou seja, a classe abastada necessita verdadeiramente dos invisíveis.

Diante das teorias, informações e objeto audiovisual analisados, pode-se identificar que a desigualdade social no Brasil é mantida, nos tempos hodiernos, através da manipulação por parte dos opressores, e que a sociedade, mesmo ao perceber o sistema supracitado, é relapsa e não se move em uma perspectiva insurgente.

Destarte, a cada silêncio, a opressão se faz mais real, como é descrito na música: “Cada palavra que tu guarda na boca vira baba”. Portanto, os marginalizados se tornam invisíveis no momento de receber direitos, garantias fundamentais, autonomia e

liberdade, com intuito de deixar de ser “a margem de” para ser “para si”, todavia, são lembrados somente na execução do conjunto punitivista e na exteriorização da vingança.

Referências:

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MACEDO, Gilson Santiago Júnior. “Duas Cidades: Subversão e Direito à Cidade em BaianaSystem”. In: *urbBA[17] Urbanismo em comum*. Salvador, novembro de 2017. Disponível em: . Acesso em: 29º/03/2018
- SOUZA, Jessé. “A gramática social da desigualdade brasileira”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 54, fevereiro de 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf> >. Acesso em: 30º/03/2018
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. 1 ed. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.
- RIBEIRO, Luiz; SANTOS, Orlando. “Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira”. In: *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*. Santiago, v. 29, n. 88, 2003. Disponível em: < <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v29n88/art04.pdf> >. Acesso em: 30º/03/2018
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2 ed. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

.....

* Tirza Natiele Almeida Matos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Vitória da Conquista, Brasil

Resumen de ponencia

ON THE INDEBTED WOMAN: PRECARITY IN PUERTO RICO/ SOBRE LA MUJER ENDEUDADA: PRECARIEDAD EN PUERTO RICO

*Rocio Zambrana

Currently, Puerto Rico, an unincorporated territory of the United States, has 74 billion dollars of bond debt and 49 billion dollars in unfunded pension obligations. Debt functions as an apparatus of capture, Maurizio Lazzarato argues. Neoliberalism, a set of economic policies, seeks to shift the cost of social (re)production to populations, deploying a version of the liberal ideology of personal responsibility. Debt crises intensify the neoliberal project on two counts. While neoliberalism turns the state into an apparatus of capture that serves the rich, corporations, and creditors, debt expands this shift by externalizing the debt of banks, firms, states. It intensifies the shift by burdening individuals who must take on debt to meet basic needs such as housing, healthcare, and education, and who must bear the burden of public debt through taxation and austerity.

Subjectivation within debt economies draws from the value of personal responsibility central to neoliberal ideology. A new form of subjectivity, the “indebted man,” appears, according to Lazzarato. Neoliberal subjectivity is no longer a matter of homo economicus as entrepreneur. It is a matter of assuming and repaying debt accrued in consumption and shifted onto populations through taxation and austerity. The entrepreneurial subject is necessarily an indebted subject. It can only function as “human capital” by taking on debt. Indebtedness, however, is a form of abject subjectivity. The “indebted man” is a failed neoliberal subject, a failed enterprise. Indebtedness is tantamount to culpability. The indebted man is guilty, bound to the fate of capital by its failures.

In Puerto Rico, the debt crisis binds subjects and populations by establishing that they are failed economic agents parasitic on federal “handouts.” Yet, in Puerto Rico, indebtedness is not only the fate of failed neoliberal subjects. It is the fate of failed colonial subjects, who affirmed cultural autonomy while reaping the benefits of US economic prosperity with the creation of the Estado Libre Asociado in 1952. As a mechanism of capture, debt is a form of coloniality, to speak with Aníbal Quijano. Minimally, colonialism refers to a form of politico-juridical subordination. Coloniality, refers to the race/gender/class hierarchies produced by a colonial history but that exceed colonialism as a politico-juridical project. That debt is a form of coloniality that feeds on Puerto Rico’s colonial status becomes clear when we consider austerity measures implemented in response to the debt crisis.

PROMESA is a United States federal law passed in 2016. The institution of a Fiscal

Control Board intensifies colonial exceptionality. José Atilés Osoria explores the logic of exceptionality as well suited for assessing Puerto Rico's status as an unincorporated territory that belongs to but is not a part of the United States. Colonial exceptionality is intensified in the political/economic administration of the territory through declarations of states of emergency. The 2006 declaration of fiscal emergency initiated the use of this measure for government administration. Colonial exceptionality deepens the work of debt as a form of coloniality. The institution of a Fiscal Control Board and its austerity plan intensifies it. The Board is tasked with achieving "fiscal responsibility" and "access to capital markets" irrespective of social costs.

Ariadna Godreau tracks the relation between debt, austerity, and coloniality in what she calls a "pedagogy of the indebted woman" (pedagogía de las endeudadas). "The colony," she says, "is what happens in repeated acts of capture." "Indebted life," she adds, "is the continuation of the colonial condition." Austerity disproportionately impacts cis and trans women, especially women of color, who comprise the majority of the population living in poverty. A pedagogy of the indebted woman centers women's racialized body (cuerpa) as the site for understanding the work of austerity. Women are at the same time "not counted on" in terms of the decisions regarding budget cuts that impact every aspect of her life and "counted on" to assume the gaps in care, labor (physical, emotional), time, resources (her body, material needs). A pedagogy of the indebted woman, then, tracks the distribution of precarity by colonial exceptionality. It thereby tracks the deepening of race/gender/class hierarchies that comprise coloniality.

Godreau pursues an account of the "pornography of austerity." The colonial condition makes invisible debt as a mode of capture. In austerity measures, however, such invisibility gains "pornographic" visibility. Godreau focuses on the double invisibility that results from a political-judicial lack of sovereignty. Such invisibility is expressed in the institution of a Fiscal Control Board. It is also expressed in Puerto Rico's removal from the United Nations list of non-self-governing territories in 1953. International humanitarian standards and debates concerning debt restructuring are hence out of reach. This double invisibility gains pornographic visibility in austerity. It is exposed in the reduction of the lived experience of the indebted woman to "photos and numbers," to the journalistic picture and the statistic. The reduction at hand is a covering over that exposes "induced poverty," a poverty that must be understood as "vulgar" precisely because it is "induced."

I argue that the economic, political, social, and environmental catastrophes that Puerto Rico is currently facing presses us to move from an economic to a historical understanding of debt. A "cartography of debt," to quote Godreau-Aubert once more, entails mapping the gendered/racialized individual and collective body deemed as dispensable within the logic of austerity. Debt repayment is a return to the body. This is not an abstract claim, however. Such is a return to "spaces of conflict to be decolonized." A return to the body is a return to a history of capture to thematize, assume, and dismantle the hierarchies reconfigured not within but by a debt economy. The hypervisibility of historical debts gained in austerity illuminates which communities are marked as dispensable within neoliberal coloniality. This

hypervisibility illuminates historical debts to be “settled.”

(Presentación sería en español)

.....

* Rocio Zambrana

Universidad de Oregon UO. Eugene, Estados Unidos

Resumen de ponencia

PARADOJAS Y FICCIONES DE LOS PROGRAMAS ORIENTADOS A LA REVINCULACIÓN SOCIAL EN EL RÉGIMEN CARCELARIO

*Fernando Codoceo

Con esta propuesta buscamos poner en discusión algunos avances y reflexiones en torno a las paradojas y ficciones que acompañan a las prácticas y los discursos de la reinserción social de las personas privadas de libertad y que hemos desarrollado tras varios años de trabajo con las personas encarceladas de algunas cárceles del sur de Chile.

Hablamos de paradojas y ficciones del discurso de la reinserción, pues, sostenemos, que los esfuerzos que desarrollan los equipos técnicos que trabajan con los privados de libertad se ve anulado por la lógica general de seguridad que cruza al régimen carcelario, por las condiciones infrahumanas en las tienen que vivir y, por último, porque el mandato de la reinserción, al cual debe obedecer el régimen penitenciario, es una ficción discursiva que está desconectada de las condiciones de ingreso del sujeto encarcelado lo que impide analizar y se discutir en torno al aumento de la exclusión que comienza a acompañar a la persona que cumple condena y retorna al medio libre.

En este trabajo sostenemos que las prácticas institucionales de la reinserción son ante todo una ficción discursiva y, por tanto, irreal. También gruesamente sostenemos que dicha ficción discursiva se transforma en una cuestión necesaria, pues es a través de ello que se invisibilizan las prácticas del horror y se transfieren al ámbito de la responsabilidad individual la continuidad repetitiva de las prácticas delictuales.

El trabajo se funda en un extenso trabajo de carácter cualitativo en el que se escuchan con mucha intensidad las voces de las personas privadas de libertad y es, a través de ellas, que ingresamos al conocimiento de la vida interna de la prisión verdaderos. Una segunda fuente de información son los documentos oficiales generados por los responsables del régimen penitenciario, y a los cuales se tuvo acceso haciendo uso de la ley de transparencia. Por último, forma parte de las fuentes de información una encuesta que fue aplicada en el Centro de Cumplimiento Penitenciario de la ciudad de Osorno (Chile) y con la cual se logró mirar cuantitativamente mucha de la información a la cual solo habíamos tenidos acceso bajo aproximaciones cualitativas.

*

Una de los puntos de partida de este trabajo es que los encarcelados son los desechos humanos necesarios producidos por las maquinarias económicas y políticas modernas de la desigualdad y la exclusión social y, por ende, la cárcel es, de suyo, un dispositivo con el cual se gestiona la pobreza producida por el propio el orden económico y político.

De ahí que sepamos, por ejemplo, que el 67,6% de las personas privadas de libertad,

antes de ser recluidas, eran la principal fuente de ingresos familiares. El 55% declara haber cometido un delito como una forma de proveer las necesidades económicas familiares. El 47,3% cometió su primer delito antes de cumplir 14 años y el 33,2% tuvo su primera detención antes de cumplir esa edad. Respecto del nivel educacional el 86% tiene formación escolar incompleta. De ese porcentaje el 32,7% desertó del sistema escolar por haberse iniciado tempranamente en el mundo del trabajo y el 32% por problemas familiares. Del total de las personas privadas de libertad el 29,3% de las madres de ellos tuvo educación básica incompleta. Respecto de la protección en salud el 31,6% no posee ningún tipo de previsión y el 60,9% está inscrito en fonasa. Un dato relevante es que el 42,5% estuvo en centro de menores. De esos el 64,7% abandonó el hogar antes de cumplir 18 años y el 67,9% tuvo padre o madre privado de libertad durante su infancia y/o juventud. (Paz Ciudadana, 2015). Con todos estos datos se puede, en consecuencia sostener, que mayoritariamente la población penitenciaria pertenece a un tronco histórico familiar que ha estado inmerso en la pobreza y la exclusión social. Se trata también del sector con menos posibilidades de revincularse socialmente debido al fuerte componente estigmatizador que cargan (Goffman, 2008; Waqquant, 2004).

Las prácticas delictuales comienzan en la infancia y afecta a grupos sociales específicos. Es un hecho sabido que los centros de menores no logran cumplir su labor psicosocial preventiva y reparadora, que la cárcel no reintegra y que, para un porcentaje importante de la población encarcelada, se trata de una práctica social que se sigue repitiendo familiarmente (INDH, 2017; Paz ciudadana, 2015; Codoceo, Ampuero, 2016). Las prácticas delictuales no son, en este sentido, el resultado de un proceso de autogeneración espontánea; tampoco son un efecto mecánico deducible de los elementos contextuales. Son prácticas sociales complejas, que se despliegan contradictoriamente en contextos de violencia y se nutren, asimismo, de la ausencia de políticas públicas integrales.

En suma, en este trabajo volveremos a discutir sobre el problema de delincuencia, la relación directa que tiene con la exclusión social y cómo las políticas actuales no son más que gestos que estetizan la brutalidad de los centros carcelarios pero que, en ningún caso, de manera global, están aportando a generar procesos de revinculación social.

.....

* Fernando Codoceo

Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas - CEDER. Osorno, Chile

Resumen de ponencia

PASADO, PRESENTE Y FUTURO DE LA POBREZA E INDIGENCIA EN ARGENTINA

*Federico Favata

*Guido Zack

La pobreza es posiblemente uno de los peores males sociales que afecta a la economía. En efecto, toda política económica, sea esta fiscal, monetaria, cambiaria o de otro tipo, tiene (o debería tener) como fin último la mejora de las condiciones sociales. A pesar de eso, la pobreza sigue siendo un fenómeno que afecta a una gran porción de la población mundial. Si bien las mediciones no son homogéneas entre países, el objetivo del presente artículo es mostrar la evolución reciente, situación actual y posibles (o imposibles) escenarios futuros de la pobreza y la indigencia en la Argentina. Para ello, inicialmente, se hace un repaso de la literatura en la que se desarrolla una muy interesante discusión acerca de si el crecimiento es suficiente para eliminar la pobreza o bien si son también necesarias políticas sociales y distributivas. También se repasan algunos trabajos empíricos que muestran la magnitud del efecto del crecimiento económico en la variación de la pobreza. Además se presentan los principales indicadores de pobreza e indigencia de la Argentina. En particular, se destaca que si bien las condiciones sociales han mejorado sustancialmente entre 2003 y 2011, luego se estancaron (e incluso se deterioraron levemente) en niveles no muy diferentes a los de los mejores años de la década de 1990 y muy por encima de lo registrado durante las décadas precedentes. Así, los mejores años de la década pasada permitieron retornar a valores similares pre-crisis de 2001, pero de ninguna manera pueden ser considerados un gran logro en términos históricos. En efecto, la pobreza sigue afectando a cerca del 30% de la población argentina, mientras que la indigencia hace lo propio con el 6%.

Estas magnitudes parecen ser (y posiblemente lo sean) imposibles de eliminar en el corto y mediano plazo. No obstante, al analizar las brechas de pobreza e indigencia, el escenario parece ser otro. En efecto, sería suficiente con una transferencia de algo más del 5% del ingreso total de la Argentina para eliminar el problema de la pobreza, y de tan solo el 0,5% para la indigencia. Con esto no se quiere afirmar que estos males tienen una fácil solución. Todo lo contrario, se quiere mostrar que el esfuerzo que debería hacer la sociedad en su conjunto para ello no parece tan importante. Sin embargo, dada la persistencia y magnitud del problema, pareciera que la sociedad no está dispuesta a realizar tal esfuerzo.

De hecho, al descomponer la variación de la pobreza y la indigencia entre los efectos ingreso y distribución para los años 2003 - 2017, a pesar de haber sido (al menos hasta 2011) un período de elevado crecimiento, la distribución del ingreso parece haber sido el factor más importante de la recuperación, especialmente en los indicadores de indigencia. Asimismo, al calcular las elasticidades ingreso y distribución de la pobreza e indigencia, se puede comprobar que esta última tiene un impacto mucho más elevado,

nuevamente, en particular en la indigencia. Cabe aclarar de todos modos, que la comparación entre las elasticidades ingreso y distribución no es correcta, dado que suele ser mucho más sencillo alcanzar un crecimiento del 1% que una mejora en la distribución de igual magnitud.

Por último, las curvas de isopobreza e isoindigencia muestran escenarios futuros poco alentadores. En efecto, los niveles de crecimiento y mejora en la distribución necesarios para reducir más de la mitad de la pobreza e indigencia al cabo de finales de 2023 son prácticamente inalcanzables, al menos con base en la experiencia histórica del país. Incluso, no parece del todo sencillo lograr para ese plazo una reducción siquiera del 25%. Pero como conclusión general se desprende nuevamente que el crecimiento difícilmente pueda por sí solo lograr mejoras sustanciales. Para ello es siempre necesario acudir también a mejoras en la distribución.

En definitiva, a pesar de la mejora del período 2003 - 2011, la Argentina presenta actualmente condiciones sociales alarmantes y mucho peores que en las década previas a 1990. Para revertir esta situación y, al menos, retornar a los niveles previos, el país necesita no solo crecer en forma sostenida, sino también alcanzar un mejor reparto de los frutos del crecimiento. Para ello, deben conjugarse una gran cantidad de factores, entre los que se destaca una macroeconomía saludable y que, por sobre todas las cosas, evite las grandes crisis; un sistema fiscal más progresivo que no solo profundice las transferencias y los planes sociales, sino que también comience a basar el sistema tributario en impuestos directos a las personas; y una estructura productiva con los incentivos necesarios para que desarrolle sectores de mayor valor agregado, tecnología y calidad.

.....

*** Federico Favata**

Universidad Nacional de San Martín - UNSAM. CABA, Argentina

*** Guido Zack**

Instituto interdisciplinario de Economía Política - IIEP. CABA, Argentina

Resumen de ponencia

PESCA ARTESANAL NA ILHA DO MAIO, CABO VERDE: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DE UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

*Elis Borde

*Fernanda Pereira De Araújo

*João Paulo Araújo Silva

A Ilha do Maio é uma das dez ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, na costa oeste africana. Território colonial português até 1975, Cabo Verde serviu durante mais de quatro séculos como ponto de parada estratégico no processo de colonização europeia de África e América e, continua submetido a acordos neocoloniais de comércio global, que vem marcando uma exploração insustentável de recursos naturais e também os recursos aquáticos. Com os acordos de pesca firmados entre o governo cabo-verdiano e a União Europeia e o surgimento da pesca industrial e semi-industrial, os pescadores artesanais da Ilha do Maio relatam uma drástica queda no estoque de peixes, configurando um conflito socioambiental que ameaça a reprodução social e a soberania alimentar das comunidades de pescadores, bem como seus sistemas de conhecimento sustentáveis.

Procuraremos refletir sobre os desdobramentos desse conflito socioambiental a partir das narrativas dos pescadores artesanais e as peixeiras da Ilha do Maio, com ênfase nas ameaças à soberania alimentar das comunidades de pescadores bem como ao que os pescadores entendem como “vida boa”. Por outro lado, propomos uma reflexão desde um recorte feminista e de gênero a respeito da participação das mulheres (peixeiras) na atividade pesqueira de Cabo Verde.

Apresentaremos, portanto, o contexto etnográfico da pesquisa de mestrado em Antropologia Social que resultou na dissertação “Homens e Mulheres de “Riba Mar”: A pesca artesanal de Porto Inglês em perspectiva etnográfica”, articulando-o com as questões acima propostas.

A pesquisa aponta para uma fratura na narrativa dos pescadores artesanais sobre seu ofício, dividindo o tempo vivido entre o passado de fartura e o presente de angústia, indicativa da situação atual de sobre-exploração das áreas tradicionais de pesca desencadeada pelas capturas industriais, bem como procura identificar conexões históricas entre esse processo e a ausência de representação desses atores/as sociais no âmbito da discussão política sobre a escassez de pescado.

A grande maioria dos pescadores de Porto Inglês indicam que a diminuição do peixe no Maio começa a se acentuar a partir do final da década de 1990 e desde então a situação se torna cada dia mais dramática.

Três frentes principais de exploração industrial são apontadas pelos pescadores artesanais do Maio como fundamentais para a diminuição do peixe na Ilha: a incidência da pesca industrial nacional em áreas de proteção ambiental e em áreas de pesca tradicional, os acordos internacionais de pesca entre Cabo Verde e países ricos

com frotas industriais poderosas e a pesca industrial estrangeira ilegal. A deficiente fiscalização das pescas faz com que este quadro se agrave ainda mais.

As duas últimas frentes de exploração do peixe citadas anteriormente são vistas pelos pescadores artesanais da Ilha de Maio como as principais responsáveis por um colapso estrutural dos estoques de peixe do arquipélago. Entendemos que, também, apontam que o desaparecimento do pescado em suas áreas tradicionais de pesca guarda estreita relação com políticas estatais de viés desenvolvimentista levadas a termo pelos governos caboverdianos do período pós independência.

Tais iniciativas subsidiaram o surgimento de uma frota industrial nacional que nas últimas décadas provocou um movimento de migração desta frota para os pesqueiros do Maio, aumentando a pressão sobre os estoques locais, o que passa a desestabilizar as relações tradicionalmente estabelecidas com o espaço marítimo, acarretando o surgimento de conflitos com a pesca industrial que não raro se desdobram em confrontos pelos espaços de pesca.

Constatam com veemência que a falta de fiscalização de suas áreas de pesca por parte do Estado se torna possível por meio das articulações das empresas de pesca com a elite estatal cabo verdiana comprometida com uma agenda econômica de viés utilitarista.

Esse quadro agônico tem desencadeado confrontos nos pesqueiros. Os pescadores artesanais são ameaçados de terem seus barcos afundados, sua bóias de marcação são cortadas, faltam iscas para se pescar o atum, os peixes maiores fogem dos pesqueiros assustados com as redes e esta situação tem gerado uma sensação de insegurança sem precedentes históricos no contexto das pescas artesanais no Maio.

Esse quadro social é agravado pela falta de mecanismos estatais capazes de acolher as demandas políticas dos pescadores artesanais, o que acaba por acentuar a distância entre o que é dito sobre as pescas e aquilo que é vivido por seus atores.

Situação que aproxima o discurso dos pescadores artesanais sobre a escassez do pescado a um poderoso discurso de contestação da legitimidade das estruturas de poder estabelecidas.

Como a presença das mulheres no mercado da pesca é algo que se apresenta como uma característica marcante deste contexto etnográfico e devido à importância social da atividade artesanal para as Ilhas, proponho somar os resultados obtidos com a pesquisa do mestrado com o trabalho de duas pesquisadoras com o intuito de refletir sobre os desdobramentos dessa situação para a desarticulação da organização tradicional da pesca na Ilha do Maio.

É preciso pensar nas consequências sociais da falta do peixe para as comunidades historicamente constituídas em torno da atividade, também na medida em que os saberes que os pescadores e as peixeiras tem sobre o mar e o peixe se entrelaçam com a memória coletiva do povo cabo-verdiano.

Com isso, acreditamos que a parceria entre um Antropólogo, uma pesquisadora da área de Saúde Pública e Coletiva e uma Cientista Social da área dos estudos feministas pode auxiliar numa compreensão mais detida e pormenorizada desse contexto social.

.....

*** Elis Borde**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, Brasil

*** Fernanda Pereira De Araújo**

Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte, Brasil

*** João Paulo Araújo Silva**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, Brasil

Resumen de ponencia

POBREZA, DESIGUALDAD Y POSTCONFLICTO EN EL DEPARTAMENTO DEL ATLÁNTICO (COLOMBIA): UNA PERSPECTIVA ACADÉMICA

*Cecilia Rocha Rodriguez

*Jairo Contreras

*Nuris Santiago Sarmiento

Pobreza, desigualdad y postconflicto en el Departamento del Atlántico (Colombia): una perspectiva académica

La pobreza es uno de los fenómenos mayormente estudiado por diferentes organizaciones, en la que se destaca la labor de la Organización Mundial de la Salud (OMS) en este tema, el cual tiene como objetivo mitigar la pobreza.

Dentro de los conceptos de pobreza los economistas Cuenca y Chavarro la definieron, “como la incapacidad de la sociedad para garantizar las condiciones básicas de una vida digna en la población”, otros autores como la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL 2001) hablan de la pobreza como la carencia de recursos económicos o condiciones de vida que la sociedad considere básicos. Por su parte el Banco Mundial la define como "un fenómeno multidimensional, que incluye incapacidad para satisfacer las necesidades básicas, falta de control sobre los recursos, falta de educación y desarrollo de destrezas, deficiente salud, desnutrición, falta de vivienda, acceso limitado al agua y a los servicios sanitarios, vulnerabilidad a los cambios bruscos, violencia y crimen, falta de libertad política y de expresión" (THE WORLD BANK GROUP, 1999: 2).

Como podemos observar, tener un concepto unificado de la pobreza se torna difícil, sin embargo, de lo único que se tiene claridad, es que, como consecuencia esta condición, trae consigo el aumento de la morbi-mortalidad de las enfermedades, paraliza el desarrollo socioeconómico de una nación, además de impactar negativamente en los determinantes sociales de salud, lo anterior expuesto muestra la estrecha relación existente con la desigualdad.

Al hablar de desigualdad, cabe mencionar que a nivel mundial los índices de pobreza son alarmantes, siendo Colombia el segundo país a nivel de América Latina más desigual. En el informe presentado en la 62 sesión del Comité del Pacto de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, DES, de las Naciones Unidas, denuncia que, de los 43 millones de personas en el país, 22 millones sobreviven en condiciones de pobreza.

En cuanto al departamento del Atlántico y de acuerdo con la información publicada por el Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas (Dane), los indicadores de la capital, se situaron por debajo de los indicadores nacionales, no obstante, dicha reducción no se considera estadísticamente significativa.

La pobreza monetaria indica la capacidad de un hogar, según sus ingresos, para

acceder a una canasta básica, que incluye bienes y servicios considerados mínimos vitales. En relación a esta definición y según a los datos suministrados por el DANE, la incidencia de pobreza en Barranquilla registró reducciones durante el año pasado, pasó de 25,0% en 2016 a 24,3% en 2017, con una disminución de 0,7 puntos porcentuales (pp), mientras que la incidencia del total nacional presentó una reducción de 1,1 pp al pasar de 28,0% en 2016 a 26,9% en 2017.

El gráfico 2. Nos muestra como en el periodo 2017, el porcentaje de personas en situación de pobreza extrema en el país fue 7,4% mientras que el 2016 estaba en 8,5%, lo que representa una reducción de 1,1 puntos porcentuales en 2017, en el total nacional, informa el DANE que 3.534.000 personas se encontraban en situación de pobreza monetaria extrema; en 2016 había 4.003.000 personas. Es decir que 469.000 personas salieron de este tipo de pobreza.

Por otra parte, la línea de indigencia LI (o pobreza monetaria extrema): corresponde al valor que representa el ingreso mínimo necesario, por persona, para cubrir el costo de una canasta básica de alimentos, que satisfaga sus requerimientos calóricos. Estos requerimientos son definidos por la FAO (Food and Agriculture Organization). Este valor se definió con base en la información de la Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos 2006-2007 y se actualiza mensualmente de acuerdo a la variación del IPC de alimentos para ingresos bajos. (N.Garzon 2015)

Distribución del ingreso 2017 (coeficiente de Gini)

Gráfico 3. Coeficiente de Gini Total nacional y Atlántico 2016-2017

El coeficiente Gini mide el grado de desigualdad de la distribución del ingreso o la desigualdad de la riqueza de una región y su calificación se ubica entre 0 y 1, donde 0 indica que todos los individuos tienen el mismo ingreso y 1 indica que sólo un individuo tiene todo el ingreso.

Fuente: DANE Cálculos, con base GEIH

El Departamento Administrativo Nacional de Estadística, notificó que para la capital del Atlántico, el coeficiente Gini en 2017 fue de 0,442, lo que representó un aumento del 0,007 frente al indicador de 2016 que fue de 0,432. En cuanto a la distribución del ingreso en el total nacional, en 2017 fue 0,508. En 2016 este coeficiente fue de 0,517 y presentó reducciones consecutivas durante 3 años.

Los datos suministrados por el DANE, evidencia las condiciones de vida en materia de pobreza y desigualdad que enfrenta el pueblo colombiano, lo cual exige por parte de los dirigentes su intervención y puesta en marcha de políticas públicas que subsanen las brechas existentes, que le permitan mejorar el nivel de vida. El reto para los dirigentes de estado nacional, departamental y distrital es garantizar a la población lo que la OMS ha sugerido y es garantizar viviendas dignas, con acceso a los servicios públicos mínimos tales como agua y saneamiento básico, cobertura universal de los servicios de salud, el acceso a la educación, entre otros.

Según estudio del Banco Mundial sobre el comportamiento y a desigualdad a nivel global, plantearon 6 estrategias para combatir la pobreza como son:

1. Desarrollo y Nutrición en la primera infancia.
2. Cobertura universal de salud.
3. Acceso universal a educación de calidad. Educación.
4. Transferencias monetarias a familias pobres.
5. Infraestructura rural, en particular caminos y electrificación.

6. Tributación progresiva y equitativa, .

Estas seis estrategias, según el Banco Mundial, “se asientan en pruebas sólidas y muchas están dentro de las posibilidades financieras y técnicas de los países. Si bien la adopción de las mismas políticas no implica que todos los países obtendrán los mismos resultados, las políticas que hemos identificado han sido eficaces repetidamente en contextos diferentes en todo el planeta”.

N. Garzón informa que de los programas financiados por el DPS, lo que más benefician al Departamento del Atlántico son: Familias en acción y Jóvenes en acción donde se han evidenciado que 50.474 familias de Barranquilla se han beneficiado con este primer programa ; mientras que Jóvenes en acción han favorecido a 22.796 estudiantes del Atlántico. Así mismo destaco que hay 4.398 nuevas unidades productivas a través del programa de Emprendimiento individual.

Se debe reconocer que el gobierno nacional ha implementado estrategias que permitan mitigar este fenómeno, entre ellas se destaca el programa para la primera infancia denominado de Cero a Siempre, Mi Casa Ya, subsidios de Familias en Acción, entre otros. Sin embargo, no ha sido suficiente, y hoy los datos estadísticos, así lo demuestran.

Referencias Bibliográficas

1. Banco Mundial: 6 estrategias para acabar con la pobreza
www.elperiodico.com/es/sociedad/20161017/seis-medidas-que-funcionan-contr-la-pobreza-
2. Cuenca, N., Chavarro, F., (2008) Pobreza y Desarrollo Económico: una Aproximación al Análisis Institucional, Obtenida el 24 de mayo del 2018 , de <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v11n22/v11n22a6.pdf>.
3. DANE. (2017). Pobreza y Desigualdad 2016 - 2017. Atlántico, Colombia.
4. INDICADORES CEPAL , Obtenida el 24 de mayo del 2018 , de https://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/5/36875/acosta_pobreza_curso_ps_carta210809.pdf.
5. Ley 1804 del 2 de agosto de 2016
6. Marrugo, C., Del Risco, K., Marrugo, V., Herrera, J., & Pérez, G (2015). Determinantes de la pobreza en la región Caribe Colombiana. Consultado el 24 de mayo de 2018, Universidad del Norte, página web de la revista económica DEL CARIBE: <http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/economia/article/view/7192/7267>.
7. Mouthon, L. (22 de Marzo de 2018) Indicadores de pobreza bajaron en Barranquilla en 2017. El Heraldo. Recuperado de: <https://www.elheraldo.co/economia/indicadores-de-pobreza-bajaron-en-barranquilla-en-2017-473698>.

.....

* Cecilia Rocha Rodríguez

Universidad del Atlántico - UA. Barranquilla, Colombia

* Jairo Contreras

Universidad del Atlántico - UA. Barranquilla, Colombia

*** Nuris Santiago Sarmiento**

Universidad del Atlántico - UA. Barranquilla, Colombia

Resumen de ponencia

POBREZA, EDUCACIÓN Y TRABAJO EN JÓVENES INDÍGENAS: ESTUDIO EN EL MUNICIPIO DE CUETZALAN, PUEBLA, MÉXICO

*Benito Ramírez Valverde

A inicios de la década de los 80 del siglo pasado, se inició en México una política de corte neoliberal, cuyo saldo actual la persistencia de la pobreza. De acuerdo con los datos oficiales en el año 2016, 53.4 millones de mexicanos (43.6% de la población) se encontraba en situación de pobreza. El estado de Puebla es uno de los estados más pobres de la República y las cifras sobre pobreza son aún más alarmantes, donde la mayoría de la población (59.4%) se encuentra en condiciones de pobreza. sin embargo, esta condición no es homogénea y se manifiesta en forma más aguda en el medio rural y sobre todo con la población indígena. Esta condición se manifiesta en la juventud, que ven sus posibilidades de desarrollo muy limitados.

En la Sierra Norte de Puebla, región donde se ubica el municipio donde se realizó el estudio, la mayor parte de la población en condiciones de pobreza y marginación. Los jóvenes indígenas de esta región, en términos generales, se encuentran en esta difícil situación y tienen que abandonar la escuela para buscar alguna actividad laboral que le permita algún tipo de ingreso. El objetivo de este trabajo es analizar las condiciones de pobreza, los aspectos educativos, y las opciones laborales, incluyendo migración, de la juventud indígena del municipio de Cuetzalan del Progreso, Puebla, México. La Mayoría de la población de Cuetzalan del Progreso es indígena, presenta muy alto grado de marginación y para 2015, el 74.2% de la población se encontraba en condiciones de pobreza y el 21.7% en pobreza extrema. La población en estudio fueron jóvenes (de 12 a 29 años) y se consideró una muestra de 51 jóvenes, localizados en 13 pequeñas comunidades fuera de la cabecera municipal.

El promedio de edad de los jóvenes entrevistados fue de 21.69 años ($s=4.51$), donde el 47.1% son varones y el porcentaje restante corresponde a mujeres. Los jóvenes son de origen indígena, donde el 82.4% habla náhuatl. En el caso de los hombres, el 83.3% habla náhuatl y el 81.5% de las mujeres también tienen este conocimiento de la lengua original, sin encontrar diferencia estadística entre hombres y mujeres. Es importante mencionar que en el municipio de Cuetzalan la mayor parte de los habitantes hablan náhuatl, sin embargo se observa que los jóvenes preservan sus raíces culturales principalmente a través del idioma. Un aspecto importante son las condiciones de vida de las familias de los jóvenes indígenas y en ese sentido, por medio de un auto clasificación de pobreza, la mayoría (70.6 %) se considera pobre (64.7%) o muy pobre (5.9%). Respecto al nivel de escolaridad, el grado máximo de estudio fue de: 11.8% algún grado de licenciatura, el 66.7% el nivel bachillerato y el resto niveles menores de escolaridad. Por las condiciones socioeconómicas de las familias, muchos de los jóvenes abandonan sus estudios para incorporarse al mercado laboral. Los entrevistados en su gran mayoría (96.1%) manifestaron haber tenido algún trabajo,

siendo la totalidad de los hombres y el 92.6% de las mujeres que manifestaron actividad laboral. El promedio de edad en que se incorporaron realizar un trabajo con percepción económica fue de 15.96 años lo que indica que desde muy temprana edad los jóvenes trabajan y que en la medida de sus fuerzas y capacidades realizan actividades para apoyar a la familia. Este resultado nos muestra que los jóvenes inician a trabajar antes de tener la mayoría de edad, actividad sancionada constitucionalmente. Las principales causas por las que decidieron iniciar fueron, en un 51% de los casos por problemas económicos de la familia, un 17.6% manifestó que le gustaba trabajar, y el resto manifestó diferentes causas. El aspecto económico es la razón más importante por las cuales los jóvenes comienzan a trabajar. Ante la falta de oportunidades en sus comunidades, el 43.1% de los jóvenes han tenido que emigrar fuera de su municipio para obtener un empleo. Respecto a la migración internacional, ninguno los entrevistados ha participado, sin embargo el 15.7% manifestó piensa migrar a los Estados Unidos buscando mejores condiciones de vida.

El trabajo realizado por los jóvenes es poco especializado y bajo condiciones de explotación. Por tal razón, el 58.8% considera que lo que aprendió la escuela es suficiente para desarrollarse adecuadamente en el trabajo que realiza actualmente. Sin embargo, a la inmensa mayoría (92.2%) les gustaría continuar estudiando, pero debido a sus condiciones de vida, el 62.7% manifestó que no tiene posibilidad de continuar estudiando donde el factor económico es el más importante a interrumpir sus estudios. El 60.8% de los jóvenes manifestó sentirse preparado o muy preparado académicamente para continuar estudiando y la mayor parte de ellos (88.2%) considera que con mayores al estudio se podrían mejorar las condiciones de vida de la familia. El acceso a los estudios universitarios es muy restringido para los habitantes del municipio con menores recursos y los entrevistados consideraron que solamente el 6.9% de las personas más pobres de la comunidad podrían llegar a realizar estudios universitarios.

Como conclusión se encontró que por las condiciones de pobreza los jóvenes tienen que abandonar sus estudios para incorporarse, a muy temprana edad al trabajo remunerado. El trabajo realizado es generalmente no especializado, con niveles salariales reducidos, por lo que se mantienen en condiciones precarias. Ante las difíciles condiciones de vida en la región, los jóvenes rurales a nuevas oportunidades laborales, migrando hacia otras regiones del país, sin embargo, si la crisis persiste, los jóvenes indígenas de esta región es probable que busquen nuevas oportunidades en la migración internacional.

.....

* Benito Ramírez Valverde

Colegio de Postgraduados COLPOS. Puebla, México

Resumen de ponencia

POLÍTICA SOCIAL Y TRANSFORMACIÓN SOCIAL. JUSTICIA Y MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN COLOMBIA 1998-2014

*Andrés Felipe Mora Cortés

Tradicionalmente, la política social ha sido comprendida como un conjunto de medidas gubernamentales orientadas a compensar y contener los grupos sociales desaventajados que deja el modelo de desarrollo imperante. Los principios de contención y compensación sobre los que se edifica la política social, muestran el lugar central que esta asume en la reproducción del orden establecido y en el sostenimiento de una relativa armonía social. Los subsidios al desempleo, el gasto social focalizado y las políticas de acción afirmativa recurrentemente han sido criticadas por concentrarse en gestionar las consecuencias de ciertas relaciones sociales injustas sin aspirar a superarlas. Compensar a quienes sufren las consecuencias de relaciones sociales de exclusión y desigualdad sin aspirar a superar tales relaciones: es este el objetivo de las políticas sociales comprometidas con la reproducción del orden social dominante. Pero ¿Podría y debería la política social comprometerse con la superación de las relaciones sociales excluyentes y desiguales renunciando a los principios compensadores y de contención social que tradicionalmente se le atribuyen?

Colombia ha asistido a la configuración de un sistema de educación superior excluyente y desigual. Los jóvenes provenientes de familias y entornos socioeconómicos más aventajados, sin ninguna pertenencia étnica ni discapacidad permanente, y educados bajo las coordenadas del conocimiento occidental, tienen una probabilidad mayor de acceder al sistema de educación superior y de culminar sus estudios. Las personas pobres, afrodescendientes o indígenas, primordialmente mujeres, que reportan algún tipo de discapacidad permanente, provenientes de zonas rurales y portadoras de otros conocimientos y saberes, se ven excluidas o sometidas a procesos de inclusión subordinante en el marco de una estructura jerarquizada de posibilidades educativas ¿Pueden las políticas de privatización, igualdad de oportunidades y expansión del crédito educativo promovidas por el Gobierno nacional superar dichas relaciones excluyentes y desiguales? ¿O resultan ser medidas compensatorias y de contención social que, en última instancia, favorecen la reproducción del orden social dominante?

En el año 2011, el Gobierno nacional presentó una propuesta de reforma al sistema de educación superior que, desde su punto de vista, buscaba constituir un sistema de educación superior más equitativo y ajustado a las necesidades productivas del país. Esta iniciativa provocó una importante recomposición y rearticulación del movimiento estudiantil alrededor de la Mesa Amplia Nacional Estudiantil. Para los estudiantes, la mencionada propuesta de reforma no solucionaba, sino que profundizaba, los rasgos

excluyentes del sistema y era un paso más hacia la privatización del derecho a la educación. Como respuesta, los estudiantes se movilizaron, reclamaron el retiro definitivo de la propuesta gubernamental, formularon un “Programa Mínimo” con exigencias en materia de calidad, financiamiento e incidencia de la educación superior en la sociedad, y redactaron un proyecto alternativo de reforma al sistema de educación superior. De otra parte, en el año 2003, bajo los criterios de legitimidad y legalidad que otorga el derecho indígena propio, los pueblos indígenas del Cauca constituyeron la Universidad Autónoma Indígena Intercultural. Entendida como un paso fundamental para la consolidación del Sistema Educativo Indígena Propio, la Universidad Autónoma Indígena Intercultural representa la configuración de un espacio de emancipación que no únicamente resiste los procesos de exterminio y colonialidad que se han reproducido desde los tiempos de la conquista española, sino que se contrapone a los efectos provocados por el neoliberalismo y a las medidas que, en este contexto, ha impulsado el gobierno colombiano en el campo de la educación superior.

¿Lograron el movimiento estudiantil y la Universidad Autónoma Indígena Intercultural transformar la estructura excluyente, desigualitaria y de inclusión subordinante del sistema de educación superior en Colombia? ¿Qué pistas ofrecen estos procesos de lucha para definir una teoría de la transformación social desde la política social que trascienda las pretensiones que tradicionalmente se le atribuyen en términos de compensación y contención social? ¿Qué alternativas proponen frente al modelo privatizador, de igualdad de oportunidades y expansión del crédito educativo impulsado por el Gobierno nacional?

Responder a estos interrogantes constituye el objetivo fundamental de esta ponencia. En diálogo con una teoría de la transformación social desde la política social, se analizará la incidencia y el potencial transformador del Movimiento Estudiantil Colombiano y de la Universidad Autónoma Indígena Intercultural en el campo de la educación superior en Colombia en el periodo 1998-2014. Este periodo resulta interesante no solo porque permite analizar los efectos de la Ley 30 de 1992 (que regula el sistema de educación superior en Colombia) en materia de inclusión e igualdad, sino porque a lo largo del mismo se presentaron múltiples disputas alrededor de las iniciativas gubernamentales que profundizaban las políticas de privatización, expansión del crédito educativo e igualdad de oportunidades, y de las exigencias realizadas por los estudiantes y los pueblos indígenas del país relacionadas con la defensa de la educación como un derecho y un bien común fundamentado en el diálogo intercultural. Todas estas, iniciativas y exigencias que apelaban a distintos criterios de justicia social y, por lo tanto, a la edificación de un sistema de educación superior más incluyente e igualitario.

En resumen, esta ponencia analiza la incidencia y el potencial transformador del Movimiento Estudiantil Colombiano y de la Universidad Autónoma Indígena Intercultural en el campo de la educación superior en Colombia en el periodo 1998-2014. Apelando a los objetivos y metodologías propuestas por la sociología de las emergencias, propone una teoría relacional de la exclusión y la desigualdad que, mostrando los componentes estructurantes, participativos y posicionales sobre los que

se constituyen las relaciones sociales, defiende la relevancia de los conceptos de goce y producción de lo común, igualdad de posiciones y epistemologías de lo injusto para comprender qué es la exclusión y la desigualdad y qué significa superar tales relaciones. La tesis estudia cómo el Movimiento Estudiantil Colombiano y la Universidad Autónoma Indígena Intercultural han intentado superar las situaciones de exclusión y desigualdad provocadas por las relaciones de clase social, pertenencia étnica, género, procedencia regional, dependencia internacional, discapacidad y epistemicidio en el campo de la educación superior. Reconociendo los tipos de transformación rupturista, contrahegemónica y simbiótica que surgen en el marco de las luchas sociales, define la incidencia y potencial transformador de las luchas estudiantiles e indígenas en su defensa de la educación superior como derecho y bien común fundamentado en el diálogo intercultural, que se contrapone al sistema de educación superior masificado, jerarquizado y heterónimo que se consolida en Colombia.

.....

*** Andrés Felipe Mora Cortés**

Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá PUJ-Bogotá. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

POLÍTICAS SOCIALES Y TRANSFERENCIAS MONETARIAS CONDICIONADAS: LOS CASOS DE MÉXICO, ECUADOR Y CHILE

*Cynthia Lucía Huitrado Téllez

El problema de la pobreza y la extrema pobreza que fueron resultado de los ajustes estructurales de la década de los años ochenta en la región de América Latina, propiciaron en los años noventa la implementación de programas sociales para combatir/erradicar la pobreza extrema y pobreza, después se incorporó un mecanismo novedoso para la época como lo fueron las transferencias monetarias condicionadas, con las cuales se pretendía una forma de alcanzar los objetivos de reducción de los índices de pobreza en los diferentes países de la región, sin embargo, la existencia de la tipología de los regímenes de bienestar pueden estar generando condiciones para el cumplimiento de las condicionalidades de este tipo de programas sociales en los países de la región. Por lo cual el presente trabajo se desarrolla a través de la siguiente pregunta: ¿Cómo se implementan las condicionalidades de los programas de transferencias monetarias en los diferentes regímenes de bienestar en América Latina? Por lo tanto, se vuelve necesario partir de un análisis comparativo se permita identificar las diferencias en la manera en la que se implementan las condicionalidades de los programas de transferencias monetarias condicionadas, esto de acuerdo con el régimen de bienestar en el que se encuentra cada país, por consiguiente se seleccionan los siguientes casos: el programa de Inclusión Social Prospera en México, el programa del Bono de Desarrollo Humano en Ecuador y el Programa Familia en Chile.

La investigación se desarrollará a través de un análisis cualitativo de las reglas de operación de cada uno de estos programas y de un análisis cuantitativo para conocer los índices de pobreza en cada uno de los países, su evolución de cobertura y sobre el presupuesto que le es asignado al programa; por último, se buscará incluir entrevistas a algunas familias beneficiarias de los tres programas para conocer la exigencia de las condicionalidades con las que cuentan este tipo de programas de transferencias monetarias.

Dentro de las reglas de operación de los tres programas se establecen los lineamientos con los cuales los beneficiarios de los programas podrán ser acreedores de los apoyos económicos que se ofrecen, estos a cambio del cumplimiento de ciertas condicionalidades en las que se incluye que los hijos en edad escolar asistan a la escuela; que la familia asista a revisiones médicas, en las cuales se tendrá registro de su peso y talla, además que se incluirán pláticas sobre alimentación y educación sexual.

La existencia de estos programas dependerá de los resultados de que se han obtenido conforme a los objetivos planteados en cada uno de los programas, pero principalmente estos programas procuran el combate a la pobreza y extrema pobreza

que padecen los países, mismos resultados que dependerán de la efectividad de los programas, de ahí que se pretenda investigar las condicionalidades, ya que de su cumplimiento dependerá que se alcancen los objetivos que se plantean los programas sociales; por lo cual es necesario considerar que tanta injerencia tienen los regímenes de bienestar en la implementación de los programas sociales.

A partir de la tipología existente de los regímenes de bienestar en América Latina son: Duales, Excluyentes y Universalistas; y con la separación de los países de acuerdo a su pertenencia a los regímenes, México como un régimen dual, Ecuador como excluyente y Chile como universalistas; estos regímenes podrían influir en el cumplimiento de la condicionalidad, ya que en las reglas de operación existen las condicionalidades, sin embargo, el cumplimiento de las condicionalidades o el no cumplimiento de las mismas podrían darse en la informalidad.

Una de las causas podría ser la cantidad que se les asigna como apoyo económico, o inclusive la manera en la que se incorpora a la familia beneficiaria, de ahí que se necesita una revisión del presupuesto que se asigna al programa, conocer la cobertura de beneficiarios y el porcentaje con respecto al índice de pobreza del país en cuestión.

.....

*** Cynthia Lucía Huitrado Téllez**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador - FLACSO. Quito, Ecuador

Resumen de ponencia

PONTOS DE CONDENSAÇÃO E TENSÃO NO CENÁRIO URBANO: O CASO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM JUNDIAPEBA - MOGI DA CRUZES - SP - BRASIL

*Fernanda Kagan Mallak

O processo de ocupação da terra nas cidades contemporâneas é movido por múltiplos interesses e forças, no qual o território, caracterizado como um espaço de disputa ou “campo de batalha” como diz Walter Benjamin, está formado/tecido por campos de tensões, conflitos e forças. Dentro dessa trama, o presente trabalho traz como ponto de partida a situação de 61 famílias que foram removidas de suas casas em Jundiapéba - Mogi das Cruzes (SP) no dia 22 de maio de 2018 por conta de uma ação de reintegração de posse solicitada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Dentro do debate sobre o acesso à moradia nas cidades, colocamos aqui o desafio do desenvolvimento da análise na perspectiva das margens, enquanto espaços territoriais e lugares de práticas em que se redefinem constantemente os modos de ordenar e legislar. Trazendo a discussão de autoras como Veena Das e Deborah Poole (2004), podemos compreender a atuação do Estado nas margens como o centro das práticas em que há simultaneamente “promessas da garantia” e “ameaça”. Com a perspectiva de transcender a discussão binária das fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, as autoras questionam o discurso amplamente difundido de que nestes espaços o Estado não conseguiu impor a sua ordem, propondo que “(...) tais margens em que um quadro diferente do bem comum é acionado, não são apenas espaços que o Estado ainda terá que penetrar; ao invés, podem ser vistos como loci onde o Estado é continuamente formado no recôndito da vida cotidiana”. (DAS e POOLE, 2004:23).

A situação de Jundiapéba representa uma trama de interesses, conflitos e atores em torno do “problema” que é a impossibilidade de permanência das moradias embaixo das torres de transmissão de energia da CTEEP. Com o olhar para as várias relações, efeitos e manifestações de poder do estado, temos de um lado a implantação de infraestrutura no bairro, ruas asfaltadas, cobrança de água, esgoto, luz e inclusive pagamento do IPTU de algumas residências. Do outro, um processo judicial desde o ano de 2014 solicitando a remoção das moradias “irregulares” sem nenhuma perspectiva de atendimento habitacional. Ou seja, os mesmos indivíduos que são escolarizados, vacinados, atendidos em serviços de assistência social, também segregados e punidos em uma ação permitida/legitimada por procedimentos jurídicos e dispositivos políticos (AGAMBEN, 2007).

A escolha de pensar a partir de um caso empírico, de dentro e de perto, vem justamente de encontro com a tentativa de trazer à luz a liminaridade entre “regra e exceção, legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade” (RIZEK, 2010:36). No interior do conflito é possível perceber que as fronteiras entre estas questões não são

estanques, tampouco claras. São zonas porosas, cinzentas que oscilam entre tolerância, acordos e repressão (TELLES, 2013). Diante dessa cena, cabe o seguinte questionamento: na fluidez dessa liminaridade quem decide sobre a exceção? (RIZEK, 2010).

Compreendendo que a sociedade está orientada em um conjunto de aproximações e afastamentos (SIMMEL, 2005), a vida (fluxo das experiências) aparece enquanto fonte energética que alimenta as relações de recíprocas dos elementos (COHN, 1998). Verificamos na perspectiva simmeliana que o “conflito” pode ser entendido enquanto forma de sociação, sendo esta “a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses - sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (SIMMEL, 2006:60).

O conflito enquanto forma prevalecente nas interações sociais entre indivíduos na sociedade, se manifesta sob a forma de um gradiente que vai desde as relações sociais até os confrontos físicos, “ele é uma ação desencadeadora de reviravoltas, mudanças sociais, constituindo-se num componente regular do próprio cotidiano e substância existentes nos diversos movimentos efetuados pelas mudanças nas relações humanas” (ALCANTARA JR., 2005:10). No caso de Jundiapéba observamos que dentro desse gradiente os conflitos se multiplicam e o conflito inicial (ação de reintegração de posse) passa a gerar uma série de novas tensões na cadeia teleológica da ordem social. Em uma interpretação que parte da sociologia urbana, considera-se que a observação de uma situação empírica traduz a expressão de uma realidade social e que o olhar para o cotidiano seja capaz de trazer à luz análises sobre temas mais amplos, em uma reflexão do território enquanto locus para a produção de subjetividades. Nesse panorama, trabalharemos principalmente com a sociologia formal de Georg Simmel, mas também com pesquisas da sociologia urbana, tais como as realizadas pela Escola de Chicago. A ideia não é, de forma alguma, a transposição literal das análises realizadas pelos autores sobre as cidades, mas sim utilizar a perspectiva sociológica apresentada por eles, sobretudo no que diz respeito à proposição de uma sociologia que parte dos processos do cotidiano, em que a cidade é compreendida enquanto um laboratório social. Ou seja, parafraseando Simmel (2006), a preocupação aqui não paira em como as coisas individuais se comportam, mas sim, a partir delas, formar uma unidade, compreendendo os indivíduos enquanto construtores de caminhos.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar a situação ocorrida em Jundiapéba e a cadeia de ações que surgem/emergem a partir do conflito, compreendendo esses espaços enquanto pontos de condensação e tensão urbana. A intenção é também analisar as mudanças nos grupos de interesse, unificações e organizações, assim como a formação de novos quadros sociais que se formam a partir do caso das reintegrações de posse.

Como parte desse cenário de disputas e tensões parece necessário mapear “de que forma as instâncias do que chamamos de *“legal”* e *“ilegal”* se articulam em determinados momentos e espaços, ora obscurecendo fronteiras e abrindo a possibilidade de arbitrariedades variadas, ora tecendo arranjos precários de vida?” (SILVA, 2011:359). Isto posto, as práticas apontam que nessa nova gramática urbana a questão está menos na fronteira do que é “legal” ou “ilegal”, e mais nas forças e nos modos de operação dentro desse continuum (SIMMEL, 2010).

Esta pesquisa foi motivada pelas incursões etnográficas que tenho realizado desde o dia em que ocorreu a remoção das 61 famílias de Jundiapéba. Ao entrar em contato com essa população tenho buscado compreender o significado das remoções na vida das famílias, sobretudo os cenários de incertezas e inseguranças que pairam no cotidiano desse grupo. O que de início pude constatar é que a cada remoção e mudança do seu espaço vivido sem o consentimento da família, há uma forma de violência e privação de suas escolhas.

.....

* Fernanda Kagan Mallak

Universidade Federal de São Carlos UFSCar. São Carlos, Brasil

Resumen de ponencia

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS ITINERÁRIOS NA BUSCA POR ATENDIMENTO EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

*Jacinta De Aguiar Medeiros

O trinômio pobreza-saúde-doença e as suas interfaces com o direito de acesso universal aos serviços de saúde, paralelamente à trajetória de vulnerabilidade dos que vivem e sobrevivem na e da rua no território central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, servirá de estímulo a essa investigação.

Nesta direção, o presente estudo tem como objetivo central analisar os itinerários terapêuticos da população em situação de rua na busca pelos serviços de assistência à saúde. Essa análise se realizará por meio das narrativas e das autopercepções deste grupo, revelando os elementos que pavimentaram as suas trajetórias de ida para a rua. A partir dos anos 2000, o Brasil experimentou a diminuição da pobreza e das desigualdades. Houve uma elevação do PIB nacional, da renda média municipal e individual no período. Todavia, levando em conta os países para os quais existem registros de dados sobre concentração de renda, de acordo com a Oxfam (2017), o país assume a liderança na porção do 1% mais rico, ocupando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe, ficando atrás apenas da Colômbia e de Honduras.

Ainda de acordo com os números divulgados pelo último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), “o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países” (OXFAM, 2017, p. 21).

Considerando avanços e retrocessos, cumpre destacar que de acordo com o Relatório divulgado recentemente pela Oxford Committee for Famine Relief, Oxfam-Brasil (2017), persistem situações estruturais ligadas à redistribuição de renda e de riqueza no país, dentre elas, uma política tributária injusta e desigual, a constância de serviços públicos de baixa qualidade e a alta concentração fundiária. (OXFAM-BRASIL, 2017). Por fim, o diagnóstico que se faz acerca de pobreza no Brasil é de que o país não é pobre, mas singularmente injusto e desigual. (BARROS, 2000).

Ante o exposto, é passível de constatação que o século XXI nos colocou frente a: “[...] emergência dos “inimprevisíveis” pelo sistema econômico do mundo globalizado, que deixa de ser um fenômeno apenas das pessoas mais pobres; agora, eles estão em toda a parte, inclusive nas sociedades mais afluentes” (BURSZTYN. org. 2003, p. 42).

No caso de um país extremamente desigual como o Brasil, torna-se prioritário o enfrentamento de uma herança de “injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania” (BARROS, 2000, p. 123).

A cidade de Campos dos Goytacazes se encontra situada na região norte do estado do Rio de Janeiro a aproximadamente 278 Km da capital e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o maior município do interior

fluminense, com uma população estimada em 463.731 habitantes de acordo com o último censo de 2010.

Dentre outros aspectos, a ocorrência da presente pesquisa junto aos moradores de rua no município de Campos dos Goytacazes/RJ, justifica-se por sugerir uma investigação acerca das condições correlacionadas à pobreza e ao processo de saúde/adoecimento de um importante segmento populacional.

Para tanto, se torna indispensável trabalhar com a ótica da pobreza que atinge esse grupo de indivíduos extremamente vulneráveis, a partir de uma observação que parta da compreensão desse fenômeno polissêmico (a pobreza) que atinge diversos países ao redor do mundo. Devem ser valorizados aspectos inevitavelmente ligados às condições de pobreza e de miséria, decorrentes intrinsecamente de distintos processos de desagregação social, comunitária e familiar, imbrincados nos mais diversificados contextos e dimensões da vida humana. (FIORATTI. et all., 2013).

Do ponto de vista metodológico operacional, sugere-se uma análise bibliográfica acerca da temática, valorização da empiria no caráter exploratório do campo de pesquisa em clara correlação com a observação da distribuição socioespacial da população em situação de rua na cidade. Em seguida, se faz necessária a avaliação constante da sua dinâmica territorial e, por conseguinte, da sua territorialidade .

O conjunto de tais elementos possui caráter indispensável para eleição dos instrumentos a serem utilizados futuramente na coleta das informações consideradas necessárias à construção da investigação.

Preliminarmente, a investigação traz os números de um estudo realizado no ano 2015 em que foi feito um levantamento sobre a população não domiciliada no Brasil. A pesquisa utilizou os números disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), e revelou que existia naquele ano, aproximadamente 101.854 pessoas em situação de rua no país. (NATALINO, 2016).

No caso da cidade analisada, segundo informações oficiais disponibilizadas pela prefeitura, o número de moradores em situação de rua cresceu cerca de 30% em relação a agosto de 2015 e atingiu o número de 122 pessoas em agosto de 2016. (G1 Norte Fluminense, 2016).

De acordo com Silva & Silva (2017), no que concerne aos equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social que atendem à população em destaque, o município dispõe de quatro: 1) Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP); 2) Abrigo Lar Cidadão; 3) Casa de Passagem e 4) Albergue Francisco de Assis.

Concentrada em sua maioria na região central da cidade, a rede de serviços de saúde conta com uma expressiva oferta de leitos hospitalares exclusivamente mantidos pelo SUS (801 leitos), o que coloca o município em condições de absorver 96,9% das demandas por internação da sua população.

A discussão sobre o trinômio pobreza-saúde-doença, associada às iniquidades em saúde, às condições biopsicossociais dos indivíduos e a sua distribuição nos mais diversos territórios, não deve ser estanque e, deve contribuir para o conhecimento do cotidiano e das perspectivas de vida e de saúde dos sujeitos sobre a problemática social envolvida, mobilizando os diversos setores para a construção de políticas sociais como estratégias de enfrentamento à exclusão social.

Palavras-chave: pobreza, saúde, doença, população de rua.

Referências:

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: retrato de uma estabilidade inaceitável. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 42. pp. 123-142. Fevereiro de 2000.

BOBBIO, Norberto; NICOLLA, Matteucci; PASQUINI Gianfranco. Dicionário de política I. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua - nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Ed. Garamond: pp. 42- 54, 2003.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. In: Ciência & Saúde Coletiva, 5(1): pp.163-177, 2000.

FIORATI Regina; XAVIER, Joab Jefferson da Silva; LOBATO, Beatriz Cardoso; CARRETTA, Regina Yoneko Dakusaku; KEBBE, Leonardo Martins. Iniquidade e exclusão social: estudo sobre população de rua em Ribeirão Preto. In: Revista Eletrônica Gestão & Saúde. São Paulo/SP, 2013.

FLEURY, Sônia. Reforma do Estado, Seguridade Social e Saúde no Brasil. Apresentado no Seminário Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde - Vinte anos do SUS: contradições e desafios, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, setembro de 2008.

G1 Norte Fluminense em 19/08/2016. População de rua tem aumento de cerca de 30% em Campos, no RJ. Disponível em: . Acessado em 20 de novembro de 2017.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Conceitos essenciais da Sociologia. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

LEAVELL, S.; CLARK, E. G. Medicina Preventiva. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1976.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL. In: Instituto de pesquisa econômica aplicada - IPEA. Texto para Discussão. Brasília, 2016.

OXFAM-BRASIL - Oxford Committee for Famine Relief. A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: Acessado em: 12/10/2017.

SACK, R. Human territoriality: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Diogo Jordão; SILVA Silvana Cristina da. População em Situação de Rua, Território e Políticas Sociais em Campos dos Goytacazes/RJ. In: XVII Enanpur. Sessão Temática 2: Estado, Planejamento e Gestão do Território em Suas Múltiplas Escalas:

Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os Caminhos do Planejamento Urbano e Regional?. São Paulo, 2017.

.....

*** Jacinta De Aguiar Medeiros**

Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense - PGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, Brasil

Resumen de ponencia

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS QUE FOMENTEN LA MORAL CRISTIANA EN NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES INTERNADOS EN LA FUNDACIÓN “PUEBLITO LA TERNURA”

*Nicole Salazar

En la presente investigación se analizan las prácticas pedagógicas que fomentan la moral cristiana en niños, niñas y adolescentes internados en la Fundación “Pueblito la Ternura”, ubicada en una zona rural cerca de la ciudad de Quito, capital de Ecuador, llamada San Antonio de Pichincha que acoge a niños, niñas y adolescentes en situación de riesgo. La labor que se desarrolla procura preservar la integridad del niño y proporcionarle un espacio dónde residir, mientras se tramitan otras medidas de prevención. La Fundación “Pueblito la Ternura” brinda acogimiento residencial de tiempo completo de tipo transitorio a los niños, siendo una institución privada y religiosa. Es pertinente la investigación sobre las prácticas pedagógicas que construyen la moral en niños internados en la fundación “Pueblito la Ternura” ya que están directamente relacionadas a la formación integral del niño; además de ser un estudio aplicable en otras instituciones que trabajan con esta población. El enfoque de la investigación es cualitativo ya que está dirigido a conocer la perspectiva de los tutores, directivos y niños con respecto al desarrollo de dichas prácticas, describiendo detalladamente las interacciones que se suscitan y que promueven la formación moral cristiana en los niños. Es a partir de la educación moral que el hombre se autorregula y auto dirige, por lo tanto, la moralidad promueve la convivencia en sociedad, educación moral que comienza en el individuo desde la niñez.

Se procuró conocer el impacto de las mismas sobre los niños dentro de la institución. Para esto primero se investigó cada una de las actividades que desarrolla la misma y que pueden ser catalogadas como prácticas pedagógicas, que les enseñan a vivir en comunidad, a pensar en los demás de manera respetuosa y construyendo sociedad. Además, se conceptuó el imaginario de moral de los niños entre las edades de 8 a 12 años que se encuentran institucionalizados en la Fundación actualmente. Para ello se utilizó la metodología de dilemas morales, aplicados a la población descrita y adaptados al contexto sociocultural de los niños. El personal de la Fundación que participó en la investigación concuerda en lo difícil que es la enseñanza moral hacia estos niños, que llegan de contextos socioculturales en los que no han recibido guía. Entre los niños y las tutoras se percibe una relación de respeto y de afecto mutuo. En las paredes de la institución se lee: “hacerlo todo por amor y como si fuera para Dios”, es evidente que en todo el personal esto, no es solo letra, cada día es un esfuerzo para que se cumpla en los niños de la Fundación.

Al ingresar a la institución se observa que todo el personal maneja el mismo lenguaje, las educadoras/tutoras, la psicóloga, la trabajadora social, los jardineros, el

coordinador y las hermanas, se esfuerzan por brindarles un espacio de respeto y afecto a los niños. La Fundación promueve en todos, un crecimiento cognitivo y espiritual. Esto es evidente en la interacción que existe entre los niños y el personal. Se puede observar coherencia entre lo que se les enseña y lo que se hace. Las oficinas están abiertas y los niños pueden ingresar a todas las instalaciones, sin reproche, es una forma de darles libertad de acercarse a todo el personal sin temor. Se percibe la alegría y la voluntad con la que muchas veces, por ejemplo, ayudan al jardinero. Nace en ellos el deseo de ayudar sin necesidad de ser obligados en las tareas que cada una de estas personas desempeña.

De acuerdo a los resultados y análisis realizados, se concluye que los niños aprenden a través de la formación que les brinda la Fundación “Pueblito la Ternura”, desde los distintos ámbitos: psicológico, teológico y social, que sus actos tienen consecuencias positivas y negativas. Por ejemplo, en la Fundación es muy común enfrentar el problema del robo entre los niños que residen allí. La psicóloga y la trabajadora social de la institución expresaron que desde su experiencia en la Fundación es la familia del niño la que le enseña a robar. El cual es condicionado a obtener sus deseos a través del robo, debido a que su familia lo formó con ese fin, por lo que califica este accionar como bueno.

La formación que presenta la Fundación les permite reconocer a los niños que su accionar no es positivo, aprenden a identificar el robo como un acto que refleja un irrespeto por las cosas de los demás y se les presenta alternativas para obtener sus deseos o alcanzar sus objetivos.

Esto no es fácil, lo expresa una de las entrevistadas, pues muchos de los niños que llegan a la Fundación, no han recibido una educación moral, a veces ni siquiera escolar. La Fundación “Pueblito la Ternura” interviene y a través de los talleres y charlas “descondiciona” la norma para que el niño aprenda a respetar los bienes ajenos.

De acuerdo a los resultados y análisis realizados, se concluye que la modificabilidad se da no solo en el aspecto cognitivo del niño, como lo afirma Feuerstein en su teoría. En la Fundación se evidencia que también es modificable la conducta moral del niño, la Fundación Pueblito la Ternura le presenta una alternativa de vida, sin embargo, la voluntad y decisión del mismo, son parte de los factores que inciden para un cambio en su conducta moral. Fuera de la Fundación que es un espacio donde el niño permanece en constante supervisión, quien podrá continuar con lo aprendido y con su conducta modificada es el niño. La psicóloga expresa que el comportamiento del niño en la institución depende del caso y se ve influenciado por su estado de ánimo. Por ejemplo, cuando son niños maltratados, prefieren quedarse en la institución, no desean retornar a sus hogares y se esfuerzan por portarse bien dentro de la misma. Otro de los factores que inciden en la modificabilidad de la conducta es el medio que les rodea, además de su estado de ánimo en el momento de tomar una decisión que involucre la moral. Un aspecto peculiar que se encontró, es que existe una diferencia entre lo que los niños consideran que está bien hacer, y lo que realmente deciden hacer.

La vida es un proceso de formación moral, no está limitado a un tiempo, o a un espacio, pues convergen todas las experiencias en el individuo. Es un trabajo en conjunto, la escuela, la casa, la sociedad en general. En este caso la institución cumple una doble función, pues hace su parte como sociedad, y además, en cierta manera re direcciona las enseñanzas, si es necesario, de lo que han recibido los niños en sus

casas. Aunque se hayan seleccionado estas referencias teóricas cabe recalcar que las comparaciones son un tanto en desventaja, pues no es lo mismo comparar a niños que han sido cubiertos por parte de sus familias de todas sus necesidades, con niños que han salido adelante en sus estudios y en su vida a pesar de que su familia biológica no ha cubierto sus necesidades. Es por ello que se promueve a través del presente trabajo más investigaciones sobre la construcción de la moral en niños institucionalizados.

.....

*** Nicole Salazar**

UNIVERSIDAD SANTO TOMÁS USTA. BOGOTÁ, Colombia

Resumen de ponencia

PROCESOS PARTICIPATIVOS DE COMUNICACIÓN EN CONTEXTOS DE POBREZA Y DESIGUALDAD

*Debora Leticia Decima

Desde mediados de la década del 70, a nivel mundial distintos procesos de concentración de la riqueza han condicionado el desarrollo de la sociedad. En Argentina la pobreza provocó un deterioro social crítico en el Norte argentino, siendo este uno de los rasgos dominantes que caracteriza esta porción del territorio hasta la actualidad (Bolsi y Paolasso, 2009). Años más tarde, la implementación de políticas neoliberales, como ideología, como paradigma económico y como práctica gubernamental, implicarían consecuencias estructurales. Estas condiciones provocaron fuertes impactos en distintas regiones del país, afectando particularmente al Norte argentino, profundizando niveles de carencia y procesos de urbanización caracterizados por el crecimiento de la vulnerabilidad, concentrando la pobreza en las villas miserias (Bolsi y Paolasso, 2009).

En los últimos doce años se desarrolló en Argentina un nuevo escenario político, caracterizado por algunos autores como neodesarrollista (Katz, 2006; Svampa, 2008, Félix, 2011), que involucra permanencias, reapropiaciones y novedades con un reconocimiento implícito (y muchas veces explícito) de la existencia de un movimiento social reconfigurado y con una importante capacidad de confrontación y resistencia (Félix, 2011). Hay un nuevo rol por parte del Estado, que recupera un carácter activo, operando en forma explícita sobre cuestiones que demandaban su presencia históricamente. Sucede que no pueden mencionarse las políticas públicas, sin pensarlas dentro del marco de una transformación más amplia del Estado, ligada a las mutaciones del empleo y al vaivén de la relación de fuerzas entre clases y grupos que luchan por su control (Wacquant, 2010). Sólo bajo estas características, es que la ciudad pasó a estructurarse como una sumatoria de mosaicos disgregados, dividiendo socialmente el espacio, excluyendo a los sectores populares. Según Janoschka (2011), la producción de la ciudad neoliberal se inscribe en una extensa gama de políticas reproducidas en gran parte del mundo occidental, que satisface intereses exógenos a la población, contra toda idea de participación y apropiación por parte de los habitantes del lugar. Con estos sectores a los que sólo les queda acceder a las zonas periféricas de la ciudad, en territorios caracterizados por pésimas condiciones materiales, de servicios y ambientales para el asentamiento del ser humano, se produce una mayor concentración espacial de la pobreza. En este contexto, la pobreza urbana, entrampada bajo las formas capitalistas del mercado de trabajo, arroja a los sujetos a condiciones de desinserción o precariedad laboral, lo que genera mayores privaciones en estos a la hora de la satisfacción de las necesidades (Del Castillo, 2012).

En este contexto, se entiende a la pobreza como el cuadro situacional estructural de

un individuo, familia, grupo o comunidad, a raíz del lugar que ocupa en la estructura socioproductiva, determinando la capacidad y posibilidad de acceso a determinados bienes y servicios (Longhi, 2012). Asimismo, resulta importante el planteo de Amartya Sen (1997), quien propone pensar este fenómeno más allá de los ingresos, para tener en cuenta aquello que subyace detrás de la privación económica. Sen (2005) concibe la pobreza como la privación de capacidades básicas, trasladando la atención principal de los medios (y de un determinado medio que suele ser objeto de atención exclusiva como la renta) a los fines que los hogares e individuos persiguen y, por lo tanto, a las capacidades necesarias para satisfacer estos fines, o superar el estado de pobreza. En términos generales, las familias pobres se caracterizan por analfabetismo o bajos niveles educacionales, menos posibilidades de inserción en el mercado laboral, e insuficiencias nutricionales. Existe una gran relación entre la pobreza y la desnutrición, lo que condiciona la vida de los sujetos a partir de ciertas limitaciones físicas, psíquicas, cognitivas y afectivas, cuando no conduce a la muerte (Longhi, 2012). Observamos entonces como el bajo nivel de vida, la desigualdad, la marginalidad, la vulnerabilidad y la exclusión social que padecen estos sujetos, resultan características de esta porción de la población. No obstante, resulta interesante considerar la calidad de vida, concepto que permite dimensionar tales carencias, a partir de aspectos objetivos y subjetivos del bienestar de las personas (Longhi, 2011). La inequidad atraviesa los imaginarios, las representaciones sociales, la subjetividad y la identidad configuradas en el escenario de la vida cotidiana, en el marco de las relaciones que establece con otros y con su contexto (Quiroga, 2001). La precariedad habitacional, la dificultad de acceder al suelo urbano, y la segregación socio espacial constituyen otras dimensiones de la pobreza. Sumado a la falta de políticas de gestión concretas dirigidas a la cobertura de las problemáticas de la población.

Las formas en que la pobreza se ha instalado con mayor crudeza en los barrios populares del Gran San Miguel de Tucumán, y las condiciones de miseria que reviste en algunos casos, condiciona la vida de los sujetos adquiriendo nuevos matices (Boldrini, en prensa). En los últimos años el consumo problemático de sustancias, particularmente de la llamada pasta base o paco, se ha instalado y ha penetrado en lo más profundo de los barrios periféricos del Gran San Miguel de Tucumán. Este fenómeno inabordable por las actuales políticas públicas, significa una amenaza constante en los barrios populares para la vida de varones y mujeres jóvenes especialmente. La subjetividad resulta afectada, tanto como la red vincular y los lazos cada vez más fragmentados, en un proceso donde los sujetos pierden su identidad individual y colectiva, víctimas de la imposibilidad de formar activamente parte de la sociedad. La falta de acceso a los beneficios del suelo urbano consolidado, se suma a una multiplicidad de aspectos vinculados a la falta de oportunidades donde la carencia de herramientas para desarrollar procesos participativos -con fuertes obstáculos comunicacionales- dificulta la promoción de la salud en todos sus aspectos, incluso en la producción del hábitat.

Como se dijo, es en el escenario de la vida cotidiana donde se evidencia la reproducción de la ideología dominante por parte del orden jurídico-institucional, reforzado mediante los medios de comunicación de masas (Dorfman, Mattelart, 2010). Todo orden social necesita producir sujetos que reproduzcan esa ideología dominante

sin cuestionarla (Quiroga, Racedo, 2007). Naturalizada y reforzada por los medios de comunicación hegemónicos, su tarea consiste en exaltar ciertos aspectos y ocultar otros (Vinelli, 2014). Tales discursos mediáticos funcionan como correas de transmisión de los intereses de las clases dominantes, a través de fenómenos funcionales a la fragmentación social, la persuasión de la pasividad de los sujetos y el sostenimiento de procesos de conservación de las formas de hegemonía (De Moraes, et. al, 2013). Este fenómeno dificulta tanto la articulación entre sectores sociales como la integración en el seno de las comunidades, al momento de producir mejoras en el hábitat de manera participativa (Boldrini, 2012). Frente a este contexto, surge la pregunta acerca de ¿cómo enfrentan los barrios populares estas condiciones de pobreza, teniendo en cuenta especialmente las estrategias de comunicación?.

Para ello se propone entonces analizar un caso emblemático del área Metropolitana de San Miguel de Tucumán: el barrio Costanera Norte, el cual se localiza en el municipio Capital, sobre un área degradada y caracterizada por su cercanía a los municipios de Banda del Río Salí y Alderetes, un sector con población mayormente perteneciente a sectores medios y populares, y primacía en la localización de asentamientos populares. Tomamos la experiencia de un grupo de jóvenes que, desde mediados del año 2012 hasta fines del 2013, participaron de un taller de comunicación de la Agencia de Prensa Alternativa con el objetivo de producir y emitir un programa de radio semanal, en una radio precaria del barrio. Estos jóvenes, varones y mujeres de entre 15 y 30 años, pertenecían (actualmente continúan conformados como grupo) a un dispositivo de recuperación de las adicciones, dependiente de la Secretaría de Prevención y Asistencia de las Adicciones de Tucumán. Si bien la tarea principal del taller fue acompañar a los jóvenes en el proceso de creación y aprendizaje, esto se enmarcaba en un proceso más amplio, de carácter terapéutico, con la idea de promover en ellos la salud, desde el fortalecimiento de su protagonismo, su identidad, sus discursos, sus voces, favoreciéndoles la posibilidad de tomar tareas, cumplir con actividades y horarios. Así fue que durante más de un año este grupo de jóvenes llevó adelante su propio programa de radio, al que llamaron “Ganas de vivir”, donde no sólo transmitían información importante para el barrio y su comunidad, sino además denunciaban las injusticias que padecían y contaban las historias desde sus propias voces. Aunque cabe aclarar que no todos los jóvenes participaron, aquellos que lo hicieron experimentaron avances en su proceso terapéutico. Sentirse protagonistas de su historia, darle valor a su palabra y organizarse para alcanzar mejoras a partir de su salud, el grupo y el barrio, dinamizando nuevos procesos de mejora de su calidad de vida que atañen aspectos como el hábitat, el trabajo, y el acceso a la asistencia de la salud.

Cotidianamente estigmatizados por pertenecer a un barrio pobre y aún más por ser adictos, el proceso analizado mostró ciertos mecanismos asociados a la comunicación, capaces de promover dinámicas participativas orientadas a la mejora de la calidad de vida.

.....

*** Debora Leticia Decima**

Centro de Estudios sobre el Territorio y el Hábitat Popular - Facultad de Arquitectura y Urbanismo - Universidad Nacional de Tucumán CETyHaP - FAU - UNT. San Miguel de Tucumán, Argentina

Resumen de ponencia

PROPUESTA PRELIMINAR DE LA MEDICIÓN MULTIDIMENSIONAL DE LA POBREZA EN BOLIVIA

*Alethea Gabriela Candia Calderon

Tal como afirma Székely (2005:37), “la pobreza como fenómeno multidimensional afecta la vida de las personas desde distintas aristas daña la dignidad humana, aumenta la desigualdad, niega la igualdad de oportunidades, divide a la sociedad e impide su integración a actividades económicas, sociales y culturales; además limita el fortalecimiento del mercado interno y se constituye en un obstáculo de desarrollo económico con igualdad”. En este sentido países con altos niveles de pobreza, como Bolivia, que según las estadísticas de pobreza y desigualdad de ingresos, levantadas por el Banco Iberoamericano de Desarrollo para la gestión 2015, se constituye en uno de los países de América Latina con mayor pobreza, junto con Honduras y Haití, tienen la misión de detectar, cuantificar y determinar la magnitud de la incidencia e intensidad de la pobreza, esto con el objetivo de garantizar un desarrollo económico, político y social de su población. Por lo tanto, se destaca la importancia de contar con una medida de la pobreza en Bolivia, con mayor periodicidad que la actual y con una visión multidimensional, que logre abarcar las diferentes dimensiones de este fenómeno.

Sin embargo el tratar de definir la pobreza o determinar el método de medición a emplear resulta un trabajo amplio que denota dificultades conceptuales y metodológicas, por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo brindar una propuesta conceptual y metodológica de la medición de la pobreza multidimensional para Bolivia, respetando los principales derechos sociales que se plasman en los diferentes documentos legislativos del país, tales como la Constitución Política del Estado (2008) o las diferentes leyes específicas que se desarrollaron en los últimos años. En este sentido, nos basamos en el método de pobreza multidimensional desarrollado por el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social de México (CONEVAL), llevada a cabo por México, con el fin de adaptarlo a la realidad boliviana y de esta forma generar una nueva herramienta de medición de la pobreza. Para el desarrollo de la medición multidimensional en México el CONEVAL utiliza el Módulo de Condiciones Socio Económicas (M.C.S.), en el caso de Bolivia utilizaremos como principal fuente de información la Encuesta de Hogares 2015 (E.H) levantada por el Instituto Nacional de Estadística de Bolivia (INE), cabe destacar que la EH cuenta con casi todos los apartados del MCS, solo la parte de pobreza alimentaria no se podrá duplicar, dado que la EH no cuenta con la sección necesaria, empero dicha sección se incorpora en la EH del 2017, con lo que para ese año se podrá contar con las 6 carencias que toma el CONEVAL para el estudio de la pobreza.

Para un mejor análisis del tema el trabajo se dividirá en 5 partes: en la primera se realiza una recopilación de los diferentes conceptos que se generaron alrededor de este término, posteriormente se realiza una recopilación de las diferentes formas de

medición de la pobreza, en tercer lugar, se expone las características de la metodología actual de Bolivia. Finalmente se dan a conocer los principales resultados y conclusiones del estudio. Dadas las particularidades del método de NBI llama la atención que, en el gobierno de Evo Morales, caracterizado por la implementación de programas sociales focalizados hacia la población con mayor vulnerabilidad, no promovió la creación de una medida nueva de pobreza. Tal como sucedió en el caso mexicano, que con el apoyo de la comunidad académica lograron generar una institución que se especializa en la evaluación de políticas públicas y contribuye en la implementación e identificación de programas sociales más eficientes y focalizados a la población verdaderamente pobre.

Por ultimo tal como señala Cortés (2014) “las restricciones de información limitan los indicadores que se pueden emplear para medir las diferentes dimensiones de la pobreza, por ello es necesario invertir esfuerzos en impulsar la creación de más y mejores instrumentos para captar información y desarrollar una serie de estudios detallados que permitan profundizar y conocer qué variables deben medirse para dar cuenta con mayor precisión sobre la situación de la población en el espacio del bienestar y de los derechos”. Esto con el fin de coadyuvar al desarrollo social y económico de Bolivia, mediante una planificación y evaluación de programas y políticas públicas, desde una perspectiva multidimensional de la pobreza que considera tanto los ingresos, como los derechos humanos y posibilita desagregar la información.

.....

* Alethea Gabriela Candia Calderon

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México - FLACSO. México, México

Resumen de ponencia

RELACIONES CULTURALES EN EL FENÓMENO JURÍDICO

*Milton Enrique Rocha

El presente estudio titulado “Relaciones culturales en el fenómeno jurídico” tiene por objetivo brindar un marco teórico y metodológico para el análisis del Derecho entorno a realidades complejas de las sociedades actuales, entre ellas, como principal unidad de análisis se considera el fenómeno de las relaciones culturales en contexto de la práctica de la realidad social desde lo individual a lo colectivo; y desde lo constitucional, en países que se auto inscriben en propuestas de elementos constitutivos del Estado o corrientes axiológicas como presupuestos de principios transversales que se fundan en la plurinacional e interculturalidad, como es el caso de Ecuador a partir de su reafirmación en la Constitución del 2008, que a su vez, refuerza las alternativas de pluralismo jurídico y reivindica a la naturaleza como sujeto de derechos. Para lograr este cometido, se procedió a la revisión diacrónica y sincrónica del estudio del concepto de cultura a través un enfoque interdisciplinar centrado en lo jurídico donde muestra su complejidad como fenómeno social, político, cultural; y, se visibilizan las necesidades jurídicas que nacen de su dinámica. En este contexto, explora la pertinencia de la interdisciplinariedad en la comprensión del Derecho tomando el ejemplo de las relaciones culturales: a) cultura unitaria o monismo cultural, b) multiculturalismo; y, c) interculturalidad., para lo cual se utilizaron disciplinas como la psicología, antropología, lingüística, sociología, política y áreas de la filosofía para demostrar las ausencias, debilidades y límites en la teoría jurídica (además de la política) para el tratamiento de instituciones, estructuras, elementos o grupos de la vida en sociedad, que por su complejidad no pueden ser explicados y por tanto, inducen a errores que en la práctica generan más conflicto que soluciones e incluso detiene y retrocede la concreción de los derechos. Los principales resultados ponen de manifiesto la necesidad de aproximaciones metodológicas transdisciplinarias que permitan un análisis del fenómeno jurídico -más allá de una teoría del Derecho- con conceptos como el de interculturalidad para evitar mayores desigualdades, injusticia o exclusión en Estados de composición pluralista; la pertinencia, viabilidad y factibilidad de la propuesta teórico-metodológica de transdisciplinariedad en el fenómeno jurídico es posible debido a los avances de las ciencias - en su conjunto (social, exacta, física, biológica, química, etc.)- y de la tecnología, sobre todo de la información, que superan las falencias operativas que hace siglos impedían el cruce analítico de una ciencia con otra. Por otra parte, el aporte de la teoría crítica sumada a la transdisciplinariedad brindan un espacio de evaluación de las prácticas jurídicas y de las políticas públicas confrontadas a las prácticas individuales y sociales para una reformulación más coherente, pertinente y adecuada a las situaciones y posiciones de los sujetos frente a otros y al Estado en tanto Constituciones de un país; por último, las relaciones culturales a través del pluralismo jurídico ponen en evidencia los retos a superar por la teoría jurídica y política en la comprensión de otras formas de saber que

suceden de la diferenciación senso-perceptiva, representativa, epistemológica, gnoseológica, deontológica, y cosmológica. De esto, que se expliquen las actuales resistencias de pueblos indígenas como mecanismos que incrementan la concreción de alternativas en respuesta al abuso de poder, la represión, la criminalización e injusticia derivadas de un ordenamiento jurídico defectuoso que deja en indefensión a los sujetos titulares de derechos (incluso la naturaleza). El resultado es la defensa de la conservación de aquello que protege y potencia más los derechos; la restauración de la pérdida de la armonía social y constitucional; la innovación en figuras jurídicas, instituciones o reconocimiento de nuevos derechos; y, la transformación de la realidad apoyada en la participación e inclusión desde distintas miradas.

.....

*** Milton Enrique Rocha**

Universitat de Girona UdG. Girona, Ecuador

Resumen de ponencia

REPRESENTACIONES DOCENTES SOBRE LXS ESTUDIANTES DE LAS ESCUELAS PRIMARIAS DE JÓVENES Y ADULTOS EN SANTIAGO DEL ESTERO

*Ana Gabriela Dumrauf

*Ithuralde Raúl Esteban

La Educación de Jóvenes y Adultos es el último reducto de inclusión social y educativa para sectores que han visto vulnerado su derecho a la educación por haber sido expulsados del sistema escolar por variadas causas. La demanda potencial para esta modalidad en todos sus ciclos y niveles sigue siendo elevada en la Nación Argentina: según el Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda en 2010 más de un 10% de la población mayor de 15 años tenía a lo sumo como máximo nivel educativo alcanzado primario incompleto y más de un 20% de la población mayor de 20 años tenía como máximo nivel educativo alcanzado a lo sumo secundario incompleto. La mayoría de esta población ha visto vulnerados una serie de derechos, viviendo una situación de múltiples marginaciones. Las causas de la deserción escolar son variadas, pero en su mayoría se refieren a procesos de exclusión de la educación común, sea por su transferencia a la educación de jóvenes y adultos al llegar a cierta edad o porque la fragilidad de la vida social y económica dificulta su continuidad en la escuela.

En este trabajo hemos trabajado en Escuelas Primarias de Jóvenes y Adultos en Santiago del Estero. La demanda efectiva (quienes asisten al sistema educativo) de la modalidad en este nivel es baja en comparación a la demanda potencial (siendo la primera un 5% de la segunda). Una de las dimensiones de análisis es cómo lxs docentes se representan a sus estudiantes, qué imagen han construido sobre ellxs. Este trabajo se inscribe en un proyecto de la Universidad Nacional de Santiago del Estero que busca rastrear los modos en que, históricamente, la producción simbólica y discursiva de las diferencias culturales se articulan y condicionan parcialmente la reproducción de las desigualdades económicas y sociales en Santiago del Estero, sea con efectos de invisibilización, de reforzamiento o de apertura de oportunidades para generar estrategias de reversión y subversión. Las luchas por la clasificación se realizan como trasfondo de procesos históricos de diferenciación que recortan a los agentes en estratos jerárquicos. Esta lucha por las clasificaciones inscribe/inaugura un terreno desnivelado y desigual y por ello constitutivamente político, porque la capitalización diferencial entre tipos de sujetos influye fuertemente en la producción y circulación de percepciones y discursos sobre lo que acontece en el mundo social. Y en estos procesos las escuelas tienen un papel primordial en tanto se (re)presentan a sí mismas como un espacio de neutralidad política, mientras que difunden una visión del mundo que participa en el reforzamiento o la reversión de las desigualdades (según distintos parámetros de clase, género, etnia, religión, prácticas políticas, el lugar geográfico o espacial, etc.).

Las clasificaciones tienen entonces un efecto performativo que es naturalizado por los

propios agentes y entonces dificulta la comprensión de este proceso por lxs mismxs. Por un lado, porque promueven o dificultan a los agentes la participación en ciertos lugares del espacio social y condicionan así sus trayectorias sociales (en sentido ascendente, descendente o para mantener su posición de origen). Por otro lado, porque contribuyen a la formación de subjetividades y los modos en que las personas se auto-perciben. Entonces las formas en que el personal docente, directivo y de apoyo en las escuelas clasifica al estudiantado tiene una capital importancia para evaluar las dinámicas de inclusión/exclusión que se desarrollan en las mismas, sobre todo en estas escuelas donde todxs lxs estudiantes portan historias de exclusión, una autopercepción del fracaso en el sistema escolar y que están sometidos a múltiples vulnerabilidades. A pesar de los discursos en favor de una educación intercultural, plasmados en numerosos documentos oficiales en Argentina, se siguen sosteniendo en muchos espacios prácticas que abordan la diversidad desde una perspectiva esencializante, produciendo y legitimando desigualdades sociales.

Para realizar este trabajo, realizamos entrevistas al personal escolar de 5 Escuelas de Educación Básica de Adultos (docentes y directivxs), de las ciudades de Santiago del Estero (en tres barrios con diferentes características geográficas y socioeconómicas), de La Banda y de Termas de Río Hondo y de 3 Centros de Educación Básica de Adultos (en Forres, Clodomira y Pozo Hondo), totalizando 24 entrevistadxs. Se les preguntó acerca de sus propias trayectorias escolares y laborales, sobre los saberes que privilegian en la enseñanza y sobre cómo describirían a sus estudiantes. Lxs docentes y directivxs reconocen la diversidad en las aulas, pero en su mayoría definen a sus estudiantes en torno a sus carencias y faltas y nombrando la necesidad de realizar al inicio del ciclo escolar un trabajo de nivelación ante esta heterogeneidad percibida. Se nomina a su vez al estudiantado, sobre todo varón, como “chicos con problemas”, produciendo una estigmatización sobre este grupo social. El personal escolar realiza un sostenido trabajo de acompañamiento de lxs estudiantes, desde “lo humano”, indagando las causas de las ausencias y realizando visitas regulares a las casas de las personas que se ausentan. Realizan además una labor que excede por mucho las funciones estrictamente asociadas a su trabajo docente en condiciones adversas en que el Estado ofrece pocos mecanismos de soporte a estas instituciones que trabajan con poblaciones que requieren estrategias multidimensionales e interinstitucionales que desbordan lo educativo.

.....

*** Ana Gabriela Dumrauf**

Instituto de Física de Líquidos y Sistemas Biológicos - IFLySIB - UNLP - CONICET. La Plata, Argentina

*** Ithuralde Raúl Esteban**

Instituto de Física de Líquidos y Sistemas Biológicos - IFLySIB - UNLP - CONICET. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

RESISTENCIAS A LA COORDINACIÓN INTERSECTORIAL Y LA INFLUENCIA DE LA DIMENSIÓN POLÍTICO - INSTITUCIONAL: LECCIONES DERIVADAS DEL CASO DEL FONDO PARA LA INCLUSIÓN ECONÓMICA EN ZONAS RURALES (FONIE) EN EL PERÚ

Universidad Nacional Mayor de San Marcos - UNMSM (Perú)

*Alex Távara Aranibar

En la primera década del siglo XXI, se manifestó una significativa reducción de la pobreza en el Perú, que según el Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI), pasó del 54,8% en el año 2001 al 31,3% en el año 2010, si bien este avance es estadísticamente significativo, a comienzos del año 2011 se evidenciaba que esta reducción no había alcanzado a una gran parte de la ciudadanía, específicamente a aquella situada en las zonas rurales del país. Así, la disminución de la pobreza rural continuaba siendo un desafío crítico para el Estado peruano.

En esa etapa, la reducción de la pobreza, fue impulsada principalmente por el sostenido crecimiento económico del país (que se asoció con sustantivos incrementos en el presupuesto y la inversión pública) y que fue uno de los más importantes de América Latina en el período 2000-2010. Sin embargo, estas condiciones positivas escondieron la existencia de brechas, es decir, mientras al país como conjunto le iba muy bien, había un conjunto de peruanos y peruanas, principalmente de las zonas rurales del país, que no solo no percibían que su calidad de vida mejorará, sino que tampoco lograban conectarse con los procesos de mejora del conjunto. Al respecto, se señala que frente a los grandes cambios positivos generados por este crecimiento en las zonas de la costa y sobre todo urbanas (pleno empleo en algunas regiones costeras y mejor acceso a servicios en las ciudades), los indicadores de pobreza y extrema pobreza en los hogares rurales no disminuyeron a un ritmo similar (Lafuente. et al., 2013, p. 05).

De acuerdo con información brindada en la Encuesta Demográfica y de Salud Familiar - ENDES (2010) y la Encuesta Nacional de Hogares - ENAHO (2010) del INEI, en las zonas rurales del país, el 81.7% de la población no tenía acceso a los servicios públicos de agua, desagüe y electricidad, en tanto que el 54.2% de la población se encontraba en situación de pobreza y el 23.3% en situación de pobreza extrema; localizándose principalmente en los departamentos de la sierra y selva del país.

Durante este periodo, se manifestó la ausencia de un marco de política que orientará y articulará las intervenciones estatales para la reducción de la pobreza, contrario a ello,

se generaron ineficiencias y llevó a la duplicación de programas con los mismos objetivos, prestaciones o grupos de usuarios. Se identificaba, que la ausencia de una entidad que cumpliera con efectividad el liderazgo y la coordinación de la intervención estatal incidió en la debilidad de la política social.

En ese sentido, el reto para el Perú a mediados del año 2011 no sólo era continuar con la reducción de la pobreza en general, sino particularmente con la reducción de la pobreza y la desigualdad que afectan a las zonas rurales excluidas, que tienen menos o ningún acceso a los servicios públicos básicos. La estrategia entonces era identificar a aquellas personas en situación de exclusión, e implementar una intervención integral que facilitará el acceso a servicios educativos, de salud y de protección social. Para enfrentar este reto, la administración del entonces presidente de la República del Perú, Ollanta Humala Tasso, que asumió la presidencia en julio de 2011, decidió crear el Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS).

En ese contexto, el MIDIS, en el marco de la implementación de la Estrategia Nacional de Desarrollo e Inclusión Social “Incluir para Crecer”, a finales del año 2012, creó el Fondo para la Inclusión Económica en Zonas Rurales (FONIE), considerado un novedoso instrumento de gestión intersectorial e intergubernamental, diseñada con el propósito de aumentar el acceso conjunto a cuatro servicios básicos (saneamiento, electricidad, telecomunicaciones y caminos) con intervenciones simultáneas a través de los denominados “combos de infraestructura” en las zonas rurales focalizadas y priorizadas, que inicialmente fueron 570 distritos y al final del año 2016 el ámbito fue de 672 distritos pobres que concentraron a casi 4,6 millones de personas.

Es importante tomar en cuenta que la evidencia a nivel nacional e internacional (Attanasio y Székely, 2001; Escobal y Torero, 2004; Meléndez y Huaroto, 2014; Fort, 2016) sugiere que la provisión de un paquete integral de estos servicios básicos con calidad y sostenibilidad en las zonas rurales tiene mayor impacto en la mejora de las condiciones de vida de la población que la suma de los impactos de dichas intervenciones de manera separada y descoordinada. Se resaltó que un hogar accede al paquete de servicios integrado cuando accede de manera simultánea a agua, saneamiento, electrificación y telefonía (MIDIS, 2015). Al respecto, se señala que estas mejoras en el bienestar de la población se reflejan al mejorar de forma importante las condiciones de vida de los hogares y del distrito e incrementar notablemente la productividad de los hogares y por ende sus ingresos (permitiendo salir de la pobreza).

Por ello, el FONIE se conformó como una red gubernamental de carácter intersectorial (integrada por representantes del Ministerio de Economía y Finanzas (MEF); Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento (VIVIENDA); Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC); Ministerio de Energía y Minas (MINEM) y el Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS), que promovió la coordinación intersectorial (entre Sectores) buscando la planificación de intervenciones y la programación de recursos de manera conjunta, buscando enfatizar sobre la complementariedad y la identificación de sinergias.

Sin embargo, a pesar de que la propuesta del FONIE fue un instrumento de gestión

innovador al buscar una intervención articulada a nivel intersectorial e intergubernamental (Trivelli, 2015). En la realidad los resultados no han sido los esperados: según información oficial del MIDIS (2016), se evidencia que no se lograron la cantidad de combos de infraestructura esperados, del año 2013 al 2016, el total de recursos asignados al FONIE fue de S/. 1,480 millones de soles, y al tercer trimestre de ese año, de los 552 distritos intervenidos por el FONIE, 131 cuentan con intervenciones en un servicio, 272 cuentan con intervenciones en dos servicios, 143 en tres servicios y solo 6 en cuatro servicios.

A través de este estudio de caso, en esta investigación, se busca analizar la gestión de redes gubernamentales de carácter intersectorial destinadas a la gestión de las políticas públicas a través del estudio del proceso de coordinación que establecieron los diversos actores organizacionales involucrados en la gestión del FONIE. La red bajo estudio conformó un campo de acción estructurado, con dos dimensiones claramente reconocibles y diferenciables. Por un lado, una dimensión intersectorial, conformada por los ministerios dedicados a diferentes Sectores de la política (VIVIENDA, MTC, MINEM, MIDIS y MEF) y, por otro lado, una dimensión intergubernamental, integrada por organizaciones pertenecientes a los niveles del gobierno central, regional y local.

Nos centraremos en analizar la dimensión intersectorial, donde los actores sectoriales intervinieron en la gestión del FONIE. Sin embargo, y a pesar de haber contado con voluntad política, recursos financieros y haber involucrado a organizaciones especializadas, la red conformada se vio sometida a múltiples tensiones e inconvenientes en su proceso de gestión que afectaron seriamente su desempeño y comprometieron el cumplimiento de las metas propuestas y el logro de los resultados esperados.

Se resalta que la coordinación gubernamental se entiende como un componente importante y transversal que aporta a la mejora del proceso de toda política pública, pues sin ella las etapas de la política, principalmente las de diseño e implementación, pueden verse recortadas en sus alcances. Diversos estudios (Peters, 1998 y 2015; Garnier, 2000; Molina y Licha, 2005; Repetto, 2010; Repetto y Fernández, 2012 y Cunill-Grau, 2014) señalan que la coordinación de las políticas públicas tiene un alto componente técnico y administrativo, pero además, es necesario identificar que en primera instancia, es una función esencialmente política. En esta ponencia, se busca comprender la importancia de la coordinación gubernamental de carácter intersectorial como proceso político y técnico para el estudio de la administración pública y de las políticas públicas desde la disciplina de la ciencia política. En ese sentido, es necesario determinar y analizar las relaciones de coordinación intersectorial que establecen las organizaciones públicas, privadas y otras en el ámbito de actuación de una política pública ya que pueden tener efectos considerables en el éxito de las intervenciones públicas.

Por ello, se toma en cuenta dos conceptos fundamentales: instituciones y actores. En ese sentido, en términos de Repetto (2013 y 2015), se busca explicar la influencia de la dimensión político - institucional que se manifiesta a través del papel que juegan los actores y las instituciones (y sus interrelaciones) en los procesos tendientes a

promover la coordinación intersectorial de las intervenciones estatales en materia de políticas públicas, específicamente, políticas y programas sociales (así como su alcance y desempeño), están fuertemente condicionados tanto por ciertas características de la institucionalidad formal e informal (política en general y social en particular) como por algunos rasgos (recursos, intereses e ideología) del entramado de actores que operan de un modo directo o indirecto en la gestión de lo social.

.....

*** Alex Távara Aranibar**

Universidad Nacional Mayor de San Marcos UNMSM. Lima, Perú

Resumen de ponencia

SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL BAJO EL NUEVO MODELO DE CIUDAD EN AMÉRICA LATINA. CARACTERÍSTICAS, PERSPECTIVAS E IMPLICACIONES

*Alexandra López Martínez

El fenómeno de segregación socio-espacial ha cambiado su patrón tradicional principalmente desde finales del siglo XX de acuerdo a las transformaciones económicas que trajo consigo la globalización, en su etapa más desarrollada que es el neoliberalismo. Por ello en este trabajo se persiguen dos objetivos, por un lado, caracterizar el patrón de segregación socio-espacial contemporáneo desde la perspectiva de escala como grado y como valor, y por el otro, avanzar sobre las transformaciones que han producido los agentes y actores sociales a partir de la territorialización de sus acciones en la construcción del espacio urbano. Para el desarrollo de estos objetivos la autora analiza teórica y cualitativamente las características del fenómeno segregativo a escala periurbana, concluyendo que a pesar que no se dé un proceso de metropolización como en las ciudades globales, la ciudad difusa se va a encontrar mayoritariamente en las ciudades independiente de su preponderancia (si son grandes o no), demostrando así que la segregación a pesar de haber cambiado su patrón (geográficamente los grupos sociales se encuentran menos alejados) no ha dejado de ser un fenómeno que esté en aumento no por su separación física sino social.

Las transformaciones tanto económicas como políticas, las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación que se han presentado principalmente desde finales del siglo XX, han sido unos de los factores relevantes junto a la financiarización y la mercantilización del mercado inmobiliario en la transformación y organización del territorio. En este sentido, el estudio de la segregación socio-espacial desde la perspectiva de escala como grado y como valor, se convierte en una vía posible para comprender las transformaciones que han producido tanto los agentes y actores sociales en la construcción del espacio urbano como resultado de la territorialización de sus acciones.

No obstante, las dinámicas de la estructura urbana han traído consigo patrones de segregación diferentes desde la época colonial y del periodo de modernización, conocida en un primer momento como la ciudad compacta comprendida entre el periodo de 1513 y 1820 y posteriormente de desarrollo sectorial entre el periodo de 1820 y 1950, respectivamente. Este modelo de diferenciación residencial tradicional se caracterizó por la localización de las actividades comerciales, administrativas y de uso residencial de la clase alta –aristócratas– y media –comerciantes, mestizos, artesanos, maestros, entre otros– en el centro histórico, y cerca de él la ubicación de los grupos sociales de bajos ingresos en la periferia, es decir, la posición social en aquella época estaba relacionada por la distancia de acuerdo a la ubicación de la plaza central (Bäbr & Borsdorf, 2005). En esta época colonial (1513-1820) se puede decir entonces que la

división social del espacio se evidenciaba de acuerdo a la casta, la raza y la riqueza de los individuos (Aprile & Mosquera, 1984, p. 85). Como muestra de esto, la densidad poblacional es mínima justo en donde se encuentran en su mayoría los equipamientos colectivos, caso contrario en donde la densidad poblacional máxima se encontraba más alejada de ellos.

Con el inicio del desarrollo de las zonas industriales (1820-1950), las cuales se encontraban cerca de las vías ferroviarias o de comunicación, se va cambiando el modelo concéntrico a uno orientado a un crecimiento lineal desde el centro en la primera mitad del siglo XX, caracterizado por la presencia de espacios productivos manufactureros e industriales y áreas residenciales integradas por grupos sociales internamente homogéneos por sus bajos ingresos cada vez más localizados en la periferia, mientras que la población de clase alta crecía en un sector exclusivo en forma de cono que tenía como vértice en el centro de la ciudad (Espinosa, 1992; Sabatini & Cáceres, 2005).

La suburbanización que se va gestando en la ciudad, principalmente en ciudades Latinoamericanas por el desplazamiento de población rural a la ciudad (en el caso colombiano también fue por la guerra civil que se gestaba desde mediados de los años 50 del siglo XX), fue produciendo barrios marginales en la periferia, mientras que la población de clase alta se fue alejando de las áreas tradicionales en las que se concentraban para pasar a ocupar barrios exclusivos, es decir, se cambia a una expansión celular de los barrios marginales en la periferia –particularmente entre los años 1950 y 1970– en el que casi que se pierde el contexto espacial inmediato con el área urbana (Bähr & Borsdorf, 2005, p. 209). Es así como por un lado, los pobres acentúan y autoconstruyen nuevos barrios y por el otro, los ricos se van alejando de la zona central de la ciudad ocupando ya no las casonas con grandes solares, si no comprando casas en conjuntos cerrados y condominios hacia la periferia. Es a partir de la década de los años noventa en donde la estructura de las ciudades cambia de una polarizada a una fragmentada como consecuencia de los procesos de globalización y de transformación económica en donde la distancia espacial entre grupos poblacionales ricos y pobres ha disminuido, pero la segregación aumentó y es en este periodo de estudio en donde se centra el análisis de este trabajo sobre la segregación socioespacial entre 1990 y 2015 a escala periurbana.

.....

* Alexandra López Martínez

Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. Universidad de Caldas - JURIDICASYSOC/UCALDAS. Manizales-Caldas, Colombia

Resumen de ponencia

TECENDO REDES, PRODUZINDO TERRITÓRIOS: GÊNERO, CUIDADO E ESTADO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

*Milena Mateuzi Carmo

Esta apresentação tem por fim expor reflexões preliminares do projeto de pesquisa de doutorado em curso que visa compreender como a produção de territórios segregados na região metropolitana de São Paulo afeta as mulheres. Tem como base a leitura da extensa bibliografia sobre o surgimento e reprodução das periferias na América Latina, buscando entender quais os mecanismos que operam hoje nesta produção. Confronto esta bibliografia no sentido de problematizar o eixo principal sobre o qual ela se estrutura, o marcador social de classe. Parto da hipótese de que raça e gênero também estão articulados na produção de territórios segregados. Assim, neste contexto, as mulheres além de serem afetadas de modo específico, assumem o protagonismo do cuidado, tecendo redes que entrelaçam mundo privado e público, onde família, vizinhança, ativismo, Estado são acionados como forma de mitigar os efeitos da pobreza, desigualdade e de outras violências sociais. Tenho buscado compreender como as mulheres são produzidas na periferia, além de produzirem-se a si mesma e ao próprio território.

A pesquisa

Neide é uma mulher de 58 anos de idade, autodeclarada parda e nascida em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Veio para São Paulo com a família quando era ainda criança, com nove anos de idade. “Era um frio, uma pobreza...”, disse ela na conversa que tivemos por mais de duas horas em sua casa. Neide mora com a filha de 30 anos e com a neta de 5 em um conjunto habitacional no distrito do Jardim São Luiz, periferia da zona sul da cidade. Como muitas moradoras da região com a mesma faixa etária, começou a trabalhar ainda criança, logo que chegou à metrópole. O trabalho era de empregada doméstica em “casa de família”, profissão que manteve até há alguns anos, quando conseguiu montar seu próprio negócio, uma lanchonete em seu bairro. Teve seis filhos: o mais velho, Alex, fruto de um estupro de seu primeiro namorado - acontecimento este que insistiu em enfatizar - e que foi assassinado pela polícia há cerca de 10 anos; o segundo, o Elber, cujo homicídio ocorreu há 3 anos; o terceiro, Jader, que apesar de ter uma carreira profissional promissora na área de marketing, é dependente químico e constantemente é internado em clínicas de reabilitação; o quarto, Denis, que hoje está preso por roubo; o quinto, Edson, que mora na região, mas sem condições de cuidar de sua filha delegou a responsabilidade à sua mãe e irmã; e a caçula, Evelyn, que é hoje provedora financeira da casa cujo rendimento é oriundo de seu trabalho em uma loja de utilidades na região. Neide encontra-se severamente adoentada e sem condições de trabalhar. Como ela mesma afirma, depois da morte do segundo filho e da prisão do terceiro, sua vida desabou.

A história de Neide e de sua família poderia ser entendida como uma infeliz tragédia por reunir tantas mortes e prisões em um mesmo núcleo familiar. No entanto, tais trajetórias não são incomuns em territórios periféricos. Durante minha pesquisa de mestrado e em decorrência de meu ativismo de mais de 5 anos na região da periferia da zona sul da cidade, tive contato com diversas famílias com histórias semelhantes. Eram frequentes os relatos destes familiares - em sua esmagadora maioria mulheres: mães, irmãs e avós - sobre mortes, prisões, envolvimento com o tráfico ou dependência química, por parte de parentes, quase sempre do sexo masculino. Estas narrativas revelam um cotidiano marcado pela presença de múltiplas violências, com destaque, àquela perpetrada por setores do Estado.

Tais histórias são frequentemente compartilhadas em reuniões, atos-show, saraus, círculos de mulheres, debates, dentre outras atividades que tem como objetivo fortalecer a denúncia do Genocídio do povo negro, pobre e periférico e agregar mais moradores à luta. Inicialmente nesta pesquisa, tinha por fim estudar tais discursos que se articulam em torno desta ideia. No entanto, a presença esmagadora de mulheres nestes espaços de luta, sendo protagonistas de um ativismo que busca enfrentar uma violência que afeta sobretudo homens, vem me fazendo deslocar o olhar para observar a condição das mulheres no contexto periférico: seu cotidiano, as forma como são afetadas elas mesmas por essa violência e como resistem a ela. Tanto em minha experiência profissional e de ativismo, quanto no meu trabalho de campo, observo que as mulheres são a maioria não apenas no cotidiano do ativismo, mas também no cotidiano das políticas sociais: técnicas em serviços de assistência social, educadoras, psicólogas, assistentes sociais, etc. Ao mesmo tempo que começo a me envolver com a história dessas famílias, observo como são as mulheres a base de sustentação destes núcleos familiares, tanto no que se refere ao aspecto financeiro, como também - e sobretudo - na dimensão do cuidado.

Neste sentido, tenho percebido nesta pesquisa que a produção destes territórios segregados afeta a vida das mulheres de modo muito específico, modo este que está articulado à questões de gênero, raça e classe social, fazendo com que essas assumam o papel do cuidado em um contexto de reprodução de diversas violências sociais. Assim, é no privado que os efeitos dessas violências são suportados e vividos, sendo as mulheres as articuladores de redes de cuidado que mitigam tais efeitos.

A bibliografia atual que analisa os processos sociais que produzem a periferia, vem identificando novas formas de produção desses territórios que estão associadas aos modos de acumulação do capital na cidade de São Paulo. Identificam a intensificação da desigualdade e ações do Estado no sentido de gerir e controlar a pobreza. Autores com Gabriel Feltran (2008) e Vera Telles (2013) vem demonstrando em suas pesquisas como o recrudescimento da violência por parte da polícia e o aumento do encarceramento em massa se constituíram como forma de controlar a pobreza em territórios segregados.

No entanto essa bibliografia pouco reflete sobre esse processo em termos raciais e de gênero. O eixo central das análises continua sendo classe social e a reprodução do capitalismo. Assim, tenho problematizado essa bibliografia apoiando-me nos estudos sobre interseccionalidade para entender como raça, gênero e classe se articulam na reprodução das violências sociais no cotidiano e entender como as mulheres se constituem e resistem neste contexto.

Em seu livro *Life in Debt*, a antropóloga Clara Han oferece uma chave valiosa de

investigação para pensar sobre as mulheres em regiões periféricas de grandes centros urbanos da América Latina. Segundo a autora, nestes contextos marcados por arranjos institucionais e de mercado que reforçam as desigualdades sociais, são as mulheres que dão sustentações às relações cotidianas que mitigam os efeitos destas opressões. Analisando o contexto chileno, ela demonstra como a abertura democrática, após o regime ditatorial (1973-1990), não representou uma reconciliação com o passado, ao contrário, significou uma quebra performativa com a ditadura. Isto é, embora o discurso político tenha buscado se distanciar da violência do passado, mantiveram-se os arranjos institucionais de Estado e mercado, permanecendo intactas as políticas neoliberais que sustentam os altos índices de desigualdade no país.

A autora destaca a força do parentesco, amizade e vizinhança “em um mundo em que a instabilidade forja padrões, doença e a penetrante economia endividada são aspectos da vida cotidiana” (Han, 2012, p.4). Argumenta que tais formas de interconexão de relações domésticas, amenizam a precariedade econômica. E é nesta dimensão, do cotidiano e da relações domésticas - onde o público é vivido e suportado - que ela destaca o papel das mulheres.

Os caminhos que a autora escolheu para construir sua análise, ofereceram uma maneira de formular questões de minha investigação que até o momento não tinha sido capaz apenas com a leitura da bibliografia sobre a periferia de São Paulo. Além disso vem apresentando um potente suporte metodológico que é a etnografia do cotidiano de famílias, com foco na movimentação das mulheres.

Assim, venho acompanhando famílias moradoras da periferia da região sul de São Paulo que tiveram alguns de seus membros mortos ou presos e pretendo demonstrar como mães, irmãs, esposas, avós, tias, articulam-se em redes que engendram o mundo público e privado - parentesco, vizinhança, políticas sociais, grupos ativistas, igreja ou qualquer possibilidade de apoio disponível - para enfrentar as violências que afetam suas famílias. Neste sentido, a discussão sobre família também tem sido de especial relevância no que se refere à responsabilização destas a respeito da condição e enfrentamento da pobreza e onde as mulheres assumem lugar específico no sentido do cuidado.

Por fim, estas reflexões, ainda muito preliminares, vem demonstrando como as mulheres são produzidas de modo específico nestes territórios a partir de sua condição racial e de classe. No entanto essa produção não é passiva, elas também produzem-se a si mesmas nestes processos de cuidado e resistência, contribuindo assim para a produção também do próprio território.

.....

*** Milena Mateuzi Carmo**

*Programa de Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
PPGAS-USP. São Paulo, Brasil*

Resumen de ponencia

TEMPOS DE AUSTERIDADE, SABOTAGEM E SUBSERVIÊNCIA

*Vanessa Mutti De Carvalho Mirana

O atual artigo surgiu a partir da experiência de colaborar junto ao Grupo de Facilitadores do 17º Fórum Social Mundial que aconteceu no Brasil, no ano de 2018. A atual conjuntura de crise social, desemprego e precarização, fome, criminalidade, redução de investimentos públicos, sucateamento da educação, da saúde e da segurança pública é semelhante ao cenário que vivi no 1º Fórum Social Mundial, que aconteceu no ano de 2001, em Porto Alegre (RS). Naquela época o FSM, através do lema, “um outro mundo é possível”, propunha discutir e lutar contra o neoliberalismo, a (re)colonização (nas palavras de cientista social peruano Anibal Quitano), o imperialismo e, sobretudo, as desigualdades sociais provocadas pela Globalização. Foram discutidos quatro grandes eixos: a) a produção de riquezas e a reprodução social; b) o acesso às riquezas e a sustentabilidade; c) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e d) poder político e ética na nova sociedade. Um dos principais objetivos do fórum foi fazer oposição ao Fórum Econômico de Davos (que acontece desde 1974) organizado por empresas multinacionais que discutem anualmente, controlam a economia mundial e garantem a expansão do neoliberalismo. A organização do FSM se dá de forma horizontal e autogestionada, tendo um Conselho Internacional e Escritórios/Coletivos de organizadores de diversas partes do planeta, de forma que as decisões e tomadas de decisão aconteçam de forma coletiva e democrática.

Particpei no 1º FSM como ouvinte nas atividades propostas, ainda estudante de sociologia, e contribui no 17º FSM como voluntária, já como docente de sociologia. Contribui no Grupo de Voluntariado que se reunia na sede baiana da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Como voluntaria quis colaborar com a formação política das voluntárias e voluntários que seriam responsáveis pela realização, logística e funcionamento do FSM.

De uma forma geral a formação do voluntariado contou com a participação de pessoas que faziam parte de ONG, sindicatos, centrais sindicais, instituições acadêmicas e movimentos sociais, entretanto, neste texto, apresento o recorte que corresponde apenas a minha contribuição na formação política. Com esse objetivo realizei uma pesquisa e transformei em dados comparativos o contexto político econômico do Brasil nos fins dos anos 90 e começo do ano 2000 e do atual período, especificamente entre 2017 e 2018, ocasião que vivíamos um processo de golpe parlamentar-midiático-jurídico no Brasil. Dois momentos de intensa austeridade e políticas neoliberais.

Apresento o primeiro ponto comparativo, a seguir:

No primeiro período, 2001, acontecera o 1º Fórum Social Mundial, ocasião em que eu era estudante da Universidade Federal da Bahia, na Licenciatura em Ciências sociais, e vivia a incerteza em relação a minha futura profissão e atuação como docente, pois

naquele ano discutia-se no Ministério da Educação a um projeto de Lei que propunha a retirada da disciplina Sociologia como componente curricular obrigatório do ensino médio na formação escola brasileira. Meses depois a Lei de Diretrizes e Bases assinalava a retirada da obrigatoriedade da disciplina como componente curricular. E na atualidade, que assistimos através de Medida Provisória um reforma no Ensino Médio, que revoga novamente a retirada da obrigatoriedade da disciplina sociologia como componente curricular (que havia sido incorporada ao currículo do ensino médio em 2006).

De maneira geral, se passaram 17 anos, vivemos momentos de políticas neoliberais e de políticas progressistas, entretanto ao comparar os dois período tive a impressão é que não saímos do lugar! Continuamos garantindo, de forma subserviente, às nações centrais riqueza e opulência. A mesma insegurança que assolava trabalhadores e trabalhadoras, a incerteza de crescimento e a presença de crise/recessão econômica se faz presente, junto ao temor do desemprego e até o medo de se articular e ser criminalizado!!!

Ao pensar nessa infeliz coincidência me motivei a pesquisar e escreve esse breve relato comparando os dois contextos cingidos pela lógica capital neoliberal.

.....

* Vanessa Mutti De Carvalho Mirana

Universidade Federal da Bahia UFBA. Salvador, Brasil

Resumen de ponencia

TERRITORIOS REGIONALES: SUS DESAFÍOS PARA EL DESARROLLO HUMANO Y LAS POLÍTICAS SOCIALES

Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas - CEDER (Chile)

*Daniel Flores

*Daniella Gac

*Marcel Thezá

La construcción social, política y cultural de los territorios se constituye, en nuestros días, en un desafío de suma complejidad y también de suma urgencia. Parte importante de nuestros países - siendo un caso evidente Chile - son herederos de una tradición forjada bajo el sello centralista y centralizador en lo político, homogeneizante en lo cultural y altamente concentrador en lo económico.

Todos estos fenómenos han tenido efectos significativos en las posibilidades de participación de los ciudadanos en el sistema de toma de decisiones; así también en la estructura de oportunidades que la modernización y el desarrollo han impulsado en América Latina.

La propia dinámica inclusión-exclusión social ha puesto en evidencia que la variable territorial ocupa un lugar clave entre los factores explicativos de fenómenos como la pobreza, la vulnerabilidad, la invisibilización de la diferencia cultural y étnica, los nuevos conflictos económicos, entre otros.

En atención a esta realidad, el mundo académico ha puesto un especial interés en observar los procesos de construcción social del territorio, haciendo énfasis inicialmente en aquellos elementos de naturaleza más general, como lo son de tipo socio histórico y cultural. A lo anterior se suma estudios relativos a factores de tipo sociopolítico, económico, medioambiental, etc., que hoy tienen una incidencia clave en lo relativo a los procesos de gestación, reproducción y transformación de las relaciones sociales y políticas en el marco territorial; esto en una lógica multinivel.

Visto desde la perspectiva de la idea de agencia, es en los territorios donde las personas acceden o no a los recursos esenciales para la vida humana, como el aire, el agua y la tierra. Los territorios constituyen el eje que articula la provisión de servicios y soportes necesarios para la construcción y apropiación del conjunto de capacidades relevantes para el despliegue de ésta. Por esta razón, los territorios resultan centrales para que las personas puedan construir una imagen de sí, desarrollar las vidas que consideran valiosas, y concretar, finalmente, sus metas y aspiraciones.

Es por este motivo que los individuos desarrollan un vínculo afectivo e intenso con los

territorios con los cuales se identifican. Los territorios son parte del ser, son parte fundamental del testimonio de la propia biografía, y son, por lo tanto, una extensión de los afectos.

Es en este marco que esta mesa se propone presentar a la discusión, desde la perspectiva territorial anteriormente descrita, un conjunto de elementos que colaboren a una mayor comprensión de la relevancia de la variable territorial como eje explicativo de un planteamiento general sobre la idea de desarrollo humano, de sus desafíos en materia de inclusión social, y de sus efectos en la gobernanza de las políticas sociales, que son precisamente pensadas a fin de resolver los desequilibrios propios de parte importante de los dilemas territoriales que hemos esbozado.

Para lo anterior, el territorio no será considerado como un contexto, sino más bien como un determinante, como un objeto central en las disputas y los conflictos, en los elementos éticos con los que las personas eligen su vivir, en la construcción de las identidades, de las expectativas, de lo deseable y hasta de lo imaginable.

Por ello, esta mesa busca reflexionar sobre los siguientes aspectos:

I.- Primera dimensión: ¿Cuál es el valor de los territorios regionales?, ¿cuál es el tipo de desarrollo territorial que como sociedad debemos perseguir? ¿qué rol desempeñan los territorios en el logro de este objetivo? En definitiva, la mesa discutirá en torno al territorio, la agencia individual y la agencia colectiva, como tres entidades que, si se aspira a alcanzar un desarrollo humano sostenible e integral, deben mirarse de manera interconectada. Lo anterior se realizará a partir de los resultados de investigaciones realizadas como base para el Informe sobre desarrollo humano en Chile (PNUD 2018), y de estudios del Centro de Desarrollo Regional y Políticas Públicas de la Universidad de Los Lagos.

II. Segunda dimensión: La gobernanza de las políticas sociales en contextos regionales. Sus desafíos tanto en materia de colaboración intragubernamental como en materia de integralidad. Lo anterior se realizará a partir de los resultados de investigaciones realizadas Centro de Desarrollo Regional y Políticas Públicas de la Universidad de Los Lagos (CEDER) en relación a las políticas de protección social en Chile.

III: Tercera dimensión: La reconfiguración de los territorios como factores promotores o inhibidores de los procesos de inclusión social en la estructura de oportunidades. En este contexto se mostrarán resultados tanto de avances teóricos como de investigaciones empíricas relativas a temas de accesibilidad en territorios chilenos que han experimentado transformaciones económicas significativas en las últimas décadas, a través de una aproximación metodológica de la movilidad espacial, desde la perspectiva de la apropiación del espacio.

.....

*** Daniel Flores**

Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas - CEDER. Osorno, Chile

*** Daniella Gac**

Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas - CEDER. Osorno, Chile

*** Marcel Thezá**

Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas - CEDER. Osorno, Chile

Resumen de ponencia

TRAYECTORIAS DE EMPOBRECIMIENTO Y DESIGUALDAD. UNA LECTURA DESDE EL PROYECTO MEDELLÍN SOLIDARIA. COMUNA 8 DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN

*Lina María Saldarriaga Escobar

La presente ponencia, hace parte del proyecto investigativo: “Trayectorias de empobrecimiento y perfil social de hogares. Proyecto Medellín Solidaria, Comuna 8”. Dicho estudio, apeló a un abordaje cuanti-cualitativo, con el propósito de explorar las trayectorias de empobrecimiento de los hogares, intervenidos por el proyecto Medellín Solidaria, (MS) en el centroriente de la ciudad. El proyecto (MS), esta adscrito a la Alcaldía municipal, y es una intervención que hace parte de los programas de superación de pobreza, en sus derivas de transferencias condicionadas, de tipo no monetario.

El hilo conductor de la investigación se formuló en los términos siguientes: ¿Cuáles son las trayectorias de empobrecimiento que experimentan los hogares beneficiados por el Proyecto Medellín Solidaria en la comuna 8 de Medellín?. Los objetivos intermedios se corresponden con la identificación de capacidades generadas desde el programa en las personas participantes, así como la construcción de perfiles de los hogares atendidos, y sus eventos de empobrecimiento en el contexto comunal y barrial.

En consecuencia con lo anterior, la pobreza, como fenómeno, no es un hecho estático, inamovible o enraizado en los determinismos, el azar o lo fortuito, existen condicionantes para dicho proceso, que se evidencian en relación con las tendencias en el curso de vida de las personas y sus familias; así como los eventos propios que detonan o contienen el empobrecer, lo cual supera y se escapa a la lógica de la métrica, y el indicador de privación para la clasificación dentro de la categoría de ser pobre o no pobre, en la estadística de las ciudades y las regiones.

En el desarrollo del proyecto investigativo que da lugar a la presente postulación, se parte del reconocimiento monetario a la pobreza, no obstante, se transita por los campos de la historicidad de la misma, bajo los trayectos que se surten, en el curso de vida de los hogares o familias que participan del proyecto Medellín Solidaria, en la Comuna 8 de la ciudad.

En vista de lo anterior, fue importante para este proyecto, acudir a la dimensión de análisis de pobreza subjetiva, pues tiene como cometido entre otros, incluir la polifonía de voces de aquellos actores que nominamos como pobres, pero que no por ello, su perspectiva, frente al fenómeno, entra a jugar como variable o categoría en los stop de medición de la misma.

De ahí, que la dimensión subjetiva tiene que ver con el proceso de empobrecimiento de los hogares, donde las categorías inductivas de manera inicial, están en relación con las trayectorias como proceso de empobrecimiento partiendo de la familia de origen y la actual, y los eventos que detonan o contienen el empobrecer en un momento específico.

Por otro lado, en razón de lo metodológico, el foco de interés para realizar la investigación, estuvo puesto en una opción que se aproxima a lo interpretativo con un abordaje en profundidad, a un grupo de hogares situados en la Comuna 8. Se hizo necesario también, construir tendencias, análisis y lecturas globales de la intervención, a partir de líneas de base del proyecto Medellín Solidaria, al correlacionar las variables de interés y construir los perfiles de los hogares que fueron acompañados para los fines de superación de la pobreza.

De manera particular, desde lo cuantitativo, se trabajó con las bases de datos, proporcionadas por la dirección técnica del proyecto MS; la primera de caracterización de hogares y la segunda de las privaciones de los mismos en razón de su calidad de vida. Siendo así, los registros sirven para configurar el contexto de dichos hogares y conocer su estado de privaciones, y los que se convierten en recurrentes para ellos. Por el carácter poblacional del proyecto, se optó por una lectura cuantitativa, en tanto , describir los datos propios de este universo, solo se logra desde la presente dimensión.

En cuanto la dimensión cuantitativa, esta se desarrolló, mediante la realización de entrevistas en profundidad, con las representantes de los hogares seleccionados bajo criterios consensuados con las directivas del proyecto (MS), y los cogestores sociales como profesionales en terreno, quienes realizaron con estas, el proceso de intervención social. Las categorías exploradas se relacionan con trayectos, eventos, y capacidades, desde un primer orden.

Frente a lo encontrado en la investigación, los antecedente de los hogares promovidos por MS, tienen asocio con el origen rural de las mismas y actividades propias del campo, tales como la producción agrícola, la subsistencia desde el pan coger, y la no tenencia de la tierra sobre la cual se trabaja. Lo anterior, vinculado a eventos el desplazamiento forzado, campo- ciudad, que en las más de las veces, les obligó a contemplar la posibilidad de migrar o de hacerlo como tal.

Desde los relatos de las entrevistadas, los derechos vulnerados, la búsqueda de otras condiciones de vida, y la posibilidad de cuidar de sí y de los suyos, les hizo proclives de participar en programas estatales, direccionados a la protección social y su asistencia, con el correlato de superar la pobreza y contener las vulnerabilidades a que se ven nuevamente expuestas, en un territorio de lo urbano.

A su llegada a la ciudad, dichos hogares experimentan la trashumancia, van de un lugar a otro, de manera transitoria, reciben alojamiento en la casa de otras familias o allegados, asistido esto, por vínculos de solidaridad y fraternidad; de manera seguida, se dan a la búsqueda de conseguir un terreno, apropiarlo por vías de hecho y armar una manera de habitar.

En cuanto a lo anterior, es recurrente que estas familias, en su situación pasada o actual, hayan experimentado eventos catastróficos de tipo socioambiental, con afectaciones parciales o totales en sus viviendas, según estado de consolidación.

Los hogares que participaron del proyecto investigativo, de manera particular, se destacan por tener privaciones en lo que compete a lo educativo, entendidas como rezago escolar, y frente al empleo lo que compete a la informalidad de este, lo que les hace cercanos a oficios de tipo estacionario y precarización laboral. Se aúna a lo anterior, que si bien tienen hijos en edad escolar, estos acceden al sistema educativo, y más aún, han terminado la formación secundaria, en el presente contexto, por diferentes motivos, se hace esquivar la posibilidad de la vinculación a la educación superior. El primer motivo, referido a la dificultad para obtener en una universidad pública, un cupo de ingreso, en el programa académico de interés; el segundo, está relacionado con la apatía frente a un proyecto académico que compite con el ethos de la productividad, el trabajo, y las estrategias de sobrevivencia económica.

Desde el lugar de las entrevistadas, los procesos de empobrecimiento de mayor recordación, son coincidentes con ciclos vitales de la familia que se corresponden con hijos pequeños en edad escolar, y la adolescencia de los mismos.

En suma, se puede decir, que la manera en que las familias promovidas por MS en la Comuna 8, han vivido su empobrecimiento, presenta asociación con variables y categorías tales como: el tamaño del hogar, que influye en la superación de privaciones; la cantidad de miembros del hogar, incide notablemente en el alcance de los logros para superar la pobreza, es decir, las privaciones tienden a permanecer en hogares numerosos, según el caso de estudio.

Por otro lado, en tanto a las categorías, las condiciones de vida de su familia de origen, y en tanto al hogar actual, los motivos para llegar a la ciudad, y estando en esta, la posibilidad de insertarse en propuestas de atención y asistencia referida a los servicios sociales básicos, se asocian a trayectos y eventos de empobrecimiento. Quienes dentro de las familias de estudio, han podido acceder y mantenerse en dichos servicios, así como en las oportunidades que brindan, perciben mejoras en sus condiciones de vida, en lo anterior, es determinante las capacidades inherentes a cada integrante del hogar y/o lo que ha logrado potenciar, desde los procesos formativos que se intencionan desde estas estrategias de reducción de pobreza.

.....

*** Lina María Saldarriaga Escobar**

Institución Universitaria Colegio. Colegio Mayor de Antioquia - IUCMA/COLMAYOR. Antioquia, Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

TRAYECTORIAS ENTRE LA AUTOAFIRMACIÓN Y LA FRUSTRACIÓN EN LA SOCIEDAD CHILENA.

*Valentina Soledad Paz González Madariaga

El presente trabajo se enmarca en los resultados generados a partir de mi tesis de Magister en Ciencias sociales, así como el trabajo realizado en el Núcleo de investigación “Lo político: dominación, poder y autoridad”.

Este trabajo busca adentrarse, desde el campo de las representaciones, en el modo en que hombres y mujeres que han vivido movilidad ascendente, significan la desigualdad y la meritocracia desde su posición.

De un tiempo a esta parte, la desigualdad social se ha presentado como una de las problemáticas más profundas a las que se enfrenta Latinoamérica, la que parece persistir, a pesar, de que Chile se sitúa entre los países con Índice de Desarrollo Humano de 0,832 y que nos ubica en el número 42 a nivel mundial. El Índice de Desarrollo Humano se basa principalmente en tres dimensiones: esperanza de vida al nacer, años de escolaridad e ingreso bruto per cápita. El conflicto se presenta cuando tales atributos no parecen beneficiar a la población nacional de manera equitativa. En efecto, la expansión de la matrícula de educación superior, durante las últimas décadas, si bien, ha permitido la “profesionalización” de mayor cantidad de personas que antes no podían acceder a este espacio, no ha sido hasta ahora un espacio que logre atenuar las desigualdades sociales. Esto se debe a que las transformaciones que ha vivido nuestro país en los últimos 40 años han transferido las responsabilidades que antes ocupaba el Estado, a manos de los individuos. Así, el lugar que estos ocupan dentro de la estructura social los ha responsabilizado como si se tratase de cuestiones netamente ligadas a la voluntad personal.

A razón de lo anterior, la motivación de esta investigación surge del interés de conocer de mejor manera la subjetividad de estos individuos que son cada vez más representativos de la sociedad chilena, en este caso, primera generación de profesionales de sus familias. A partir de una perspectiva crítica, este trabajo busca ser un aporte en el reconocimiento de características que de una u otra forma perpetúan la desigualdad desde las relaciones cotidianas, cuestión que se ha visto fomentada por la preponderancia del ideario meritocrático, que asume que las posiciones se corresponden con el esfuerzo y las capacidades que tiene cada individuo para alcanzar sus metas, donde pasan a segundo plano las desigualdades estructurales que posee nuestro país.

Así surge la pregunta principal ¿Qué representaciones de la desigualdad y el mérito poseen quienes han logrado sortear las dificultades estructurales? ¿Cómo se conciben las propias trayectorias? Desde allí se pretende analizar matices, no solo respecto a las representaciones de cada concepto a trabajar, sino también, comparaciones de sexo y generacionales, dado que las transformaciones que ha vivido nuestro país han erigido lógicas profundamente diferentes, las que repercuten en el modo que los sujetos

perciben su historia vital.

Con el fin de responder estas interrogantes se ha optado metodológicamente por el uso de entrevistas en profundidad, pues el relato permite extraer valoraciones y creencias que, a través de un procesamiento inductivo, permiten presentar diagnósticos más amplios de la sociedad. El muestreo elegido es no-probabilístico de tipo intencional, donde los sujetos seleccionados cumplen con ciertas características básicas que demuestran movilidad ascendente intergeneracional, desde un enfoque multidimensional. Durante la investigación fueron realizadas 13 entrevistas a hombres y mujeres de distintas edades, con y sin hijos/as, para establecer comparaciones entre ellos. Como técnica de análisis de la información se optó por la Teoría Fundamentada. Esta consiste en generar teoría a partir de los mismos datos que aparecen en las entrevistas, sin contrariar tal hecho, en la presente investigación luego de extraer los primeros resultados de las entrevistas, el trabajo posterior se realizó con bibliografía afín en la búsqueda de complementar el conocimiento de campo con elementos teóricos.

.....

*** Valentina Soledad Paz González Madariaga**

Departamento de Investigación y Postgrados. Universidad Academia de Humanismo Cristiano - DIP/UAHC. Comuna de Providencia, Santiago, Chile

Resumen de ponencia

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS EM REGIÕES PERIFÉRICAS E CENTRAL DA CIDADE DE VIÇOSA-MG

*Reinaldo Antônio Bastos Filho

A Segregação Socioespacial é percebida por Maricato (2000) como a expressão maior da exclusão social e se configura em pontos de pobreza generalizada, sendo percebida pela dificuldade de acesso a serviços e equipamentos coletivos, pelas menores oportunidades de emprego e profissionalização, pelos altos índices de violência, pela discriminação social contra mulheres e crianças etc. Ou seja, a condição de vulnerabilidade depende ao mesmo tempo das oportunidades existentes e dos ativos disponíveis para acessá-las (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006). Considerando então a ideia de que o “espaço importa” (FLORES, 2006; TORRES, FERREIRA, GOMES, 2005) nas condições de inserção e reprodução social das famílias, torna-se relevante conhecer não somente a magnitude do fenômeno da segregação socioespacial, mas também as suas principais características em termos dos grupos socioeconômicos envolvidos, características demográficas, percepção em relação a infraestrutura, perfil migratório etc. No que se refere ao perfil migratório, segundo Cunha (2009), a migração para as periferias brasileiras pode gerar uma deterioração das condições de vida dos migrantes, visto que tal mudança implicaria em dificuldade de acesso ou até mesmo redução da qualidade de serviços públicos, uma vez que, de maneira geral, são locais onde tais serviços apresentam pior qualidade. Ou seja, ainda segundo Cunha (2009, p.1), “a mobilidade espacial (e particularmente a residencial) pode não apenas ter impactos importantes sobre a segregação, mas também ter efeitos diferenciados sobre a vulnerabilidade das famílias ou indivíduos, particularmente aqueles de baixa renda”. Assim sendo, esse trabalho se inicia a partir da oportunidade de pesquisa direcionada pelo trabalho de Bastos Filho, De Almeida Pinto e De Carvalho Fiúza (2017), intitulado “Direito À Cidade: Uma Análise do Espaço Urbano de Viçosa-MG a Partir da Elaboração de um Índice de Segregação Socioespacial” e disponível nos anais do II congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos em 2017. Ou seja, a partir da elaboração do índice de Segregação Socioespacial (ISSE) pelos autores citados acima, foi possível identificar as duas regiões urbanas de planejamento na cidade de Viçosa que são, hoje, as mais segregadas socioespacialmente. Contudo, por abarcar uma análise geral do espaço urbano, onde se buscou mostrar o processo de urbanização e segregação socioespacial, as análises não conseguiram descrever as realidades específicas de cada uma dessas regiões, perspectiva que se busca construir nesse momento. Para tanto, por meio da amostragem probabilística e posteriormente aplicação de 196 questionários (Survey), com base na percepção dos chefes de família, eleitos como nossos informantes-chave, buscou-se descrever como se materializa a Segregação Socioespacial no cotidiano das famílias que vivem nessas duas regiões mais segregadas socioespacialmente, em comparação ao grupo de

controle, ou seja, a região centro, apresentada como a melhor classificada em termos de segregação socioespacial.

Assim, essa pesquisa, que possui abordagem qualitativa e caráter descritivo, objetivou analisar de forma comparativa as condições de vida das famílias residentes nessas três regiões urbanas de planejamento em Viçosa-MG, descrevendo os efeitos desse fenômeno nas condições de vida dessas populações. Tal análise leva em consideração a infraestrutura, acessibilidade de transporte, condição do domicílio e percepção dos chefes de família quanto à sensação de violência, para dessa forma perceber as diferenças e semelhanças que os efeitos da segregação socioespacial representam no cotidiano das famílias dessas regiões. Percebe-se ao fim, que há características e percepções que são coincidentes nas diferentes realidades, como por exemplo, o estado civil. Entretanto, percebe-se também diferenças e singularidades em termos de perfil migratório, percepções e taxas de furtos, roubos, homicídios, tipo e qualidade de ruas e iluminação pública, raças e por fim, do tipo e composição familiar.

.....

* Reinaldo Antônio Bastos Filho

Grupo de Investigación en Gobierno, Administración Políticas Públicas - GIGAPP. Madrid, España

Resumen de ponencia

UNIVERSALIDAD E INSEGURIDAD ALIMENTARIA. EFECTOS DE LA PENSIÓN UNIVERSAL DE ADULTOS MAYORES EN LA CIUDAD DE MÉXICO

*Oscar Alfonso Martínez Martínez

Introducción

Los adultos mayores de 65 años y más, en México viven en condiciones adversas, porque 41.1% están en pobreza y 6.6% en pobreza extrema (CONEVAL, 2017). Si bien, 47.8% de este grupo es beneficiario de pensiones no contributivas federales, estatales o municipales, el 17.2% no tienen pensión de ningún tipo, estas son razones que los lleva a seguir trabajando, y enfrentarse a condiciones desventajosas, pues alrededor de ocho de cada diez empleos a los que tienen acceso son informales (CONEVAL, 2017a).

En el caso de la Ciudad de México, el porcentaje de adultos mayores sin pensión contributiva o no contributiva, ha disminuido, pasando del 16.2% en 2010 a 10.4% en 2015 (CONEVAL, 2017b), la reducción podría explicarse por el programa Pensión Alimentaria para Adultos Mayores (PAAM) de 68 años que residen en la Ciudad de México, que es la única pensión no contributiva en México que se otorga de forma universal, siempre y cuando se cumplan los criterios de edad y residencia en la Ciudad de México e independientemente si tienen pensión contributiva.

El PAAM tiene como objetivo, disminuir la inseguridad alimentaria entre las personas adultas mayores (ROP, 2016) para ello, otorga un depósito mensual en una tarjeta electrónica para la compra de alimentos o productos disponibles en supermercados o tiendas, el monto mensual es de \$57.53 dls mensuales (SEDESO, 2016) por adulto mayor; dicha cantidad desde sus inicios ha sido menor al costo mensual de una canasta alimentaria por persona para zonas urbanas, por lo cual el recurso es más un complemento al ingreso de los hogares con adultos mayores.

El PAAM centra sus acciones en la disminución de la inseguridad alimentaria, porque es una carencia social que los adultos mayores son más vulnerables a padecerla debido a los problemas de funcionalidad (Kelleret. al, 2007) y comorbilidades (Quine, & Morrell, 2005) propios de la edad, y que sumados a aspectos como el ambiente construido (Chung et al., 2011) así como la falta de capital social (Dean, Sharkey & Johnson, 2011) la agudizan, generando diversos efectos negativos en los adultos mayores, como la disminución de la salud (Holben, Barnett & Holcomb, 2007; Lee & Frongillo, 2001), decremento en los niveles cognitivos (Gao et al., 2009), desnutrición (Simsek et al., 2013), depresión y, mayor prevalencia de obesidad y sobrepeso (Kim & Frongillo, 2007).

Por esa razón, el PAAM cobra una relevancia para este grupo etario, sin embargo, los resultados obtenidos de su evaluación son moderados, por una parte, reportan que 12.44% de los que reciben el programa tienen menos probabilidad de estar en inseguridad alimentaria leve en comparación con los adultos mayores de la lista de espera pero no encontraron impactos significativos en la inseguridad alimentaria severa y moderada (Evalua, 2016) que es la población con los mayores niveles de pobreza y marginación. Incluso los resultados son conservadores en comparación con otros estudios que se han realizado a pensiones no contributivas de tipo semi universales (Duflo, 2000) así como en focalizadas (Salinas-Rodríguez et al. 2014; Galiani, Gertler, Bandon, 2013).

Si bien, al otorgar el PAAM de forma universal se están cumpliendo los principios de justicia y equidad que emana de la Ley de desarrollo Social de la Ciudad de México (2010), generando que se beneficien tanto a los adultos mayores más pobres, así como los pertenecen a los deciles más altos de ingreso, también pudiera estar aminorando el efecto del programa y explicar en cierta medida los resultados obtenidos en su evaluación, por esa razón, nuestra investigación tuvo como objetivo determinar el efecto del PAAM en la inseguridad alimentaria por grupos homogéneos de adultos mayores (características socioeconómicas y de salud), y con ello determinar si la universalidad del programa puede estar generando que en un grupo específico debido a sus condiciones socioeconómicas y de salud, no tenga efectos el programa, al mismo tiempo de conocer en qué grupo si lo tiene y las características sociales de sus integrantes.

Para ello utilizamos los datos de la encuesta EVPAAM (2016) que contiene a beneficiarios y no beneficiados del programa, realizamos un análisis de subgrupos en tres etapas, en la primera utilizamos clustering para identificar subgrupos homogéneos; en la segunda, se empleó el parejamiento por puntaje de propensión y; en la tercera, estimación del impacto del programa en cada uno del clúster. Los resultados muestran que el bajo impacto del PAMM en los clústeres no podría atribuirse a la universalidad del programa sino a la profunda inseguridad alimentaria en que viven, así como a los problemas de funcionalidad y comorbilidades propios de la edad

.....

* Oscar Alfonso Martínez Martínez

Departamento de Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Iberoamericana - DCSyP/UIA. México, México

Resumen de ponencia

URBANIZACIÓN Y DESIGUALDAD: CASO DE LA REPRODUCCIÓN DE DESIGUALDADES A PARTIR DE LA LLEGADA DE LAS FINCAS DE RECREO AL CORREGIMIENTO AGUAS CLARAS DEL MUNICIPIO DEL CARMEN DE VIBORAL, ANTIOQUIA, COLOMBIA.

*Juan Camilo Fernández Huertas

El Carmen de Viboral es un municipio ubicado al oriente del departamento de Antioquia en Colombia, lo que se conoce como el cercano oriente antioqueño o Valle de San Nicolás, debido a su cercanía hacia la ciudad de Medellín. Este municipio queda a una hora y quince minutos de la capital antioqueña por lo cual, actualmente ha sido uno de los municipios que ha tenido mayor migración intermitente por parte de los habitantes de clase media y alta de Medellín y como impacto ha habido una configuración en el municipio. El corregimiento de aguas claras es uno de los mayores corregimientos que ha vivido este impacto por varias razones. 1) Se encuentra en una posición estratégica para los habitantes de la ciudad, no solo por su relativa cercanía, sino también por la facilidad para incursionar en él, en este corregimiento se encuentra la vía pavimentada que conecta con los municipios de la Ceja y Río Negro, este último es el segundo municipio más poblado después de Medellín. 2) Tiene cercanía con lugares como Llano grande, que es una de las zonas donde la renta de la tierra es más elevada, y donde viven personas de influencia política, como lo es el expresidente y ahora senador Alvaro Uribe Velez. 3) Estas condiciones han generado un desplazamiento a los campesinos, o como se hacen llamar ellos, nativos, debido al aumento del impuesto predial, de los servicios y el estrato de la zona haciendo insostenible su estadía, pasando a ser zonas ocupadas por los habitantes provenientes de la ciudad.

Estos aspectos, plantean si lo que se vive en el corregimiento de Aguas Claras es un asunto de urbanización o de lo que han llamado algunos una nueva ruralidad. Esta ponencia plantea que lo que se vive en esta zona es un asunto de urbanismo, un urbanismo desarrollado en el marco del capitalismo. Se expone que es urbanismo debido a la diversificación de desigualdades, no solo en el ámbito económico, como lo era la relación campesino patrono, sino que desenvuelve otras que son de ámbito económico, social, político y simbólico, como se desarrollarían en las ciudades.

Se entiende la desigualdad como un espectro de antagonismos, debido a que su aparición hace efectivamente la anulación de la identidad del otro sujeto. El hecho de la llegada de los habitantes de la ciudad ha generado una anulación de la identidad campesina o nativa de los habitantes del corregimiento de Aguas Claras, el hecho de dedicarse a la actividad de la tierra no garantiza su estadía en el corregimiento, así

mismo la configuración de estos espacios ha restringido su movilidad no solo de ellos, sino de los animales que tienen, configurando el día a día de estas personas.

En estos tipos de antagonismos se desarrollan de manera más expresa en la configuración del espacio en el corregimiento de Aguas Claras, uno de los asuntos es mostrar la comodidad del habitante proveniente de la ciudad mediante las vías pavimentadas y sistemas de seguridad que expresan el aislamiento como hábito. La falta de interpelación es una forma de relación social imperante en la ciudad, en especial en los barrios de altos ingresos, debido a que su modo de vida está estructurado en las bases mediadas por el dinero, el cual, mediante una burocratización de la vida resuelve todos los problemas. El corregimiento, paulatinamente se ha configurado de esta manera, donde se encuentran parcelaciones que son conjuntos de fincas de recreo videovigilados, cercados y con celadores y, en algunos casos perros. En el caso del nativo del Carmen estos elementos son agresivos para con su entorno, ya que su forma de vivir también se desarrolla en las relaciones sociales basadas en la solidaridad y en el contacto no solo racional sino emocional, ya sea como conflicto o como empatía. El hecho que ya no haya contacto en los espacios rurales, lo compromete a insertarse en las dinámicas citadinas, que es una relación mediada por el dinero, o en la mayoría, en un desplazamiento a otros sectores, debido a su situación insostenible.

Todos estos aspectos, desarrollados, mediante el método de la etnografía, y las herramientas de la entrevista semiestructurada, son solo una muestra de otros tipos de desplazamiento, que en el caso colombiano no han sido tenidos en cuenta debido a la relación del desplazamiento con el conflicto armado. Son desplazamiento sistemáticos, donde no hay cabeza visible, pero en el cual, los nativos se ven motivados para luchar por la tierra que los vio nacer.

.....

* Juan Camilo Fernández Huertas

Universidad de Antioquia UDEA. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

USO DE APLICACIONES TECNOLÓGICAS EN CONTEXTOS EDUCATIVOS INTERCULTURALES INDÍGENAS MAPUCHES DESDE LA INTERDISCIPLINARIEDAD

*Pilar Andrea Uribe Sepúlveda

La propuesta que presentamos a continuación tiene como objetivo socializar el diseño, creación y elaboración de una aplicación tecnológica para trabajar el desarrollo de habilidades lingüísticas en niños menores de 6 años de contextos educativos interculturales indígenas mapuche. Este trabajo comienza a desarrollarse desde el año 2015 como una iniciativa de trabajo interdisciplinario entre profesionales y estudiantes de pregrado de las carreras de educación en infancia, fonoaudiología y diseño gráfico, nuestro eje movilizador en la constitución de este grupo de trabajo es elaborar y construir 'artefactos educativos tecnológicos' para contextos educativos vulnerables que contengan imágenes polisémicas capaces de representar el entorno cultural y social de los párvulos (Lotman, 2004), para asegurar y proteger el derecho a la [identidad cultural], pues la cultura ha dejado de ser únicamente una acumulación de las obras y conocimientos que produce una sociedad determinada y no se limita al acceso a los bienes culturales, sino que es a la vez una exigencia de un modo de vida que abarca también el sistema educativo, los medios de difusión, las industrias culturales y el derecho a la información (Ruíz, 2007, p. 195); y el [derecho a la libertad de convicciones éticas, pensamiento, consciencia religión y cultura], niñas, niños y adolescentes tienen derecho a disfrutar libremente de su lengua, cultura, usos, costumbres, prácticas culturales, religión, recursos y formas específicas de organización social y todos los elementos que constituyan su identidad cultural. Uno de los nudos críticos que hoy enfrentan las prácticas pedagógicas en escenarios educativos interculturales indígenas es que escasean de materiales digitales y análogos que faciliten los procesos de enseñanza y aprendizaje, y además que este material sea contextualizado a las características de aprendizaje de grupos particulares y no respondan únicamente a currículos monoculturales hegemónicos (Quintriqueo, 2012). Destacan como resultado de esta sinergia de trabajo tres aspectos importantes: Prácticas pedagógicas fortalecidas y con sentido educativo; el diseño de un modelo metodológico validado para la elaboración de material educativo pertinente y contextualizado a contextos educativos vulnerables con características culturales específicas; y el efectivo trabajo interdisciplinario de profesiones con enfoques diferentes. El primero tiene que ver con el fortalecimiento de la práctica pedagógica de educadoras de párvulos que trabajan en contextos educativos interculturales indígenas, facilitando la mediación educativa en los procesos pedagógicos a través de la utilización de un [artefacto educativo] tecnológico contextualizado a escenarios particulares que muchas veces quedan excluidos de la valoración de los patrones culturales, lo que permite romper con la barrera currículos monoculturales y occidentalizantes (Williamson 2005; Sagastizabal, 2006; Quintriqueo 2010; Turra

2015). En segundo lugar, el modelo metodológico utilizado en esta experiencia para elaborar un artefacto educativo tecnológico permite ser un modelo replicable a distintos contextos educativos interculturales, sin sesgar los resultados obtenidos, pues con esta se asegura promover el diálogo a partir de imágenes polisémicas en las que se vean representados los párvulos y sus comunidades (Fajardo 2014). Y finalmente la experiencia y resultados del trabajo interdisciplinario entre profesionales y estudiantes de áreas profesionales distintas permite desarrollar una línea de trabajo que hoy se constituye en actividades académicas y de formación de pregrado integradas.

Bibliografía:

- Fajardo, D. (2014). El potencial didáctico del libro-álbum para la educación literaria-intercultural. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 52, p.45-68.
- Lotman, I. (1996). *La Semiósfera* (D. Navarro, Trads.). Madrid, España: Cátedra.
- Quintriqueo, S. (2010). Implicancias de un modelo curricular monocultural en contexto mapuche. Temuco, Chile: Editorial LOM.
- Ruiz Olabuénaga, J. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Ruiz, O. (2007). El derecho a la identidad cultural de los pueblos indígenas y las minorías nacionales: Una mirada desde el sistema interamericano. *Boletín mexicano de derecho comparado*, 40(118), 193-239
- Turra-Díaz, O. (2015). Profesorado y saberes histórico-educativos mapuche en la enseñanza de la historia". *Revista Educare* [® revista electrónica]. vol. 19 (3), 1-20. doi.http://dx.doi.org/1015359/ree.1-3.15
- Williamson, G. (2005), Territorios de aprendizajes interculturales: transitando a una nueva praxis pedagógica. *Revista Pensamiento Educativo*(37), 163-181.

.....

* Pilar Andrea Uribe Sepúlveda

Universidad Autónoma de Chile, sede Temuco UA Chile. Temuco, Chile

Resumen de ponencia

VIDA VIVIDA: EXPERIENCIAS TEJIDAS DE MORBILIDAD MATERNA EXTREMA.

*Belibeth Valencia Flórez

Introducción - La Morbilidad Materna Extrema - MME- es: “Aquella complicación severa que ocurre durante el embarazo, parto o los primeros 42 días postparto, que pone en riesgo la vida de la mujer y requiere de una atención inmediata con el fin de evitar la muerte”, dicho en otras palabras, son aquellos casos en que las mujeres se complican gravemente y casi pierden la vida. Estas mujeres, pese a que sobreviven, presentan lesiones que dejan consecuencias que afectan las dimensiones física, social, psicológica y económica de la vida en la mujer y su hogar. La MME, genera para la mujer, altos costos de salud y a su vez, cuando las lesiones son exacerbadamente graves que requieren de tiempo para que la mujer se recupere, puede hasta tener pérdida de productividad, problemas en su entorno familiar y conducen a agregar una condición más de vulnerabilidad. Sin embargo, no se cuenta con suficiente información cualitativa sobre el problema, que dé cuenta de las situaciones anteriormente descritas; son pocos los estudios de MME que estén centrados en el sujeto -en este caso la mujer que presenta la MME y el cuidador del servicio de salud quién atiende o hace parte de los análisis de la MME- donde se explore el problema desde las subjetividades (o apropiaciones biográficas) que permita comprender esas dimensiones familiares, sociales y/o psicológicas de la mujer que sobrevive a una MME. Por lo anterior, en esta investigación se planteó explorar la experiencia de las mujeres y los cuidadores en su mundo, a través de narrativas o historias valorativas, entendiendo que cada persona es única, en su personalidad, comportamiento, cultura, entorno social, capacidades, valores, creencias, estilo de vida y la visión que tiene del mundo que les rodea. Esto comprende que, desde una perspectiva ética, la construcción de historias cuenta el valor de la dignidad humana del sujeto, de quien se ve enfrentado a una situación, como la MME, que además de ser vital, es compleja y puede afectar no solo a la mujer que sufre la complicación, sino sus familiares y el personal de salud que la atiende.

Algunos investigadores y organizaciones en Salud de Colombia y el mundo, sugieren fortalecer el interés de estudiar los casos de MME como alternativa para aportar elementos a la mejora de la salud materna. No se trata solo de determinar números, sino identificar los puntos que convergen, los disímiles y poder así, transformar los resultados en información que soporte la toma de decisiones.

La vulnerabilidad ha sido definida de diversas formas, situación que evidencia la no universalidad del concepto y en algunos casos, la polémica que se presenta desde diferentes perspectivas al explicarla como fenómeno social. La propuesta para acercarse a la vulnerabilidad en el caso de la experiencia subjetiva de la MME para este trabajo, es desde el análisis de las capacidades humanas como condición clave del

desarrollo, como lo propone Martha Nussbaum en “Crear capacidades”. Desde una perspectiva de antropología filosófica, Nussbaum en su enfoque de “capacidades humanas”, nos ofrece abordar una teoría en cuanto a las dimensiones que son consideradas de suma importancia para el ser humano, que de ser desarrolladas mejoraran la calidad de vida o en caso de ser carentes la vida humana resultará no buena. Esto trae consigo implicaciones de orden político, moral y social, donde se hace una exigencia moral en la garantía de oportunidades que desarrollen las capacidades y más allá hace un reclamo a la garantía de justicia y derechos humanos de los individuos y comunidades, en especial, ante la evidencia de fallas u omisiones de capacidades argumentadas ante la presencia de discriminación o marginación. El enfoque de las capacidades, puede establecerse como la aproximación particular que se realiza a la evaluación de la calidad de vida y en especial, a la teorización sobre la justicia social básica. Este enfoque se basa, en la pregunta ¿qué es capaz de hacer y de ser cada persona?; se centra en la noción de libertad, entendiendo el conjunto de oportunidades que las personas tienen para hacerlas factibles. Enfatiza en que las capacidades permiten no solo medir cuantitativamente sino cualitativamente en cuanto a la comprensión y producción de la naturaleza específica de cada una de ellas. El papel que juega el Estado en este enfoque es imperioso, pues le asigna la tarea concreta de mejorar la calidad de vida para todas las personas, bajo el concepto de capacidades.

Esta investigación, tuvo el interés por acercarse a la experiencia de sobrevivir a una MME, buscando trascender lo que hasta ahora se ha evidenciado a través de los registros clínicos, esto como una posibilidad estudiar al sujeto en su mundo y poder acercarnos a interpretar los fenómenos complejos de la sociedad.

El paradigma de Investigación guió el proceso, se apoya en la creciente reivindicación y aceptación de los paradigmas interpretativos como un modo alternativo de acercamiento y de conocimiento de la realidad y como la posibilidad de superación del método como criterio de validez, la separación del sujeto del objeto y la generalización a través de leyes.

Se realizó una investigación narrativa de tipo autobiográfica, buscando reconstruir la experiencia de mujeres sobrevivientes y cuidadores, mediante un proceso reflexivo, en la cual los narradores le dieron significado a lo sucedido o vivido, a través de la construcción de relatos. Para el desarrollo de esto, se tuvieron en cuenta las consideraciones éticas establecidas para la investigación.

Se define como relato de la vida de una persona, aquella narración que es compuesta por la persona misma, bien sea solicitada o no. Los relatos, dan cuenta de aspectos tan esenciales sobre la vida personal, en el mundo social, dan cuenta de lo sucedido, de las causas, las consecuencias que ha tenido una acción, y un elemento que la hace particular y especial, es que siempre están contextualmente situados en relación con otros; no desde un yo solitario o imparcial, puesto que las historias son el resultado de una trama compleja de significados entretejidos con las vidas de los otros (antecesores, contemporáneos y sucesores).

Resultados

La historia de sobrevivir a una MME, contada por mujeres y cuidadores está configurada por las autobiografías de 6 protagonistas. Los resultados más relevantes

de la historia tejida de sobrevivir a una MME en Urabá, dan sentido a la resignificación del cuidado humano y al reconocimiento de capacidades humanas. Los relatos en su conjunto permiten plantear tres grandes puntos que evidencian lo que significó para las mujeres sobrevivientes el sobrevivir a una MME y para los cuidadores estar en el proceso de la vigilancia de la MME o atender un caso:

1. Las mujeres que sobreviven a una MME y cuidadores, consideran que el cuidado es determinante en la MME.
2. Las mujeres que sobreviven a una MME, potencian y despliegan capacidades humanas
3. Los mundos familiar, social, cultural e histórico en que viven las mujeres que sobreviven a una MME limitan las posibilidades que tienen para ser, actuar y decidir

Conclusiones

La lectura de esta experiencia, desde el enfoque de las capacidades de Nussbaum - como parte de una teoría justicia social-, posibilita valorar la calidad de vida de las sobrevivientes, así como, las limitaciones para desplegarlas, por la dificultad de controlar condiciones adversas en su propio entorno.

La reconstrucción de la experiencia de la MME a través de relatos de las mujeres, capta la riqueza de asuntos humanos (motivaciones, sentimientos, deseos o propósitos); sitúa la calidad humana del cuidado, como elemento trazador en la recuperación de la complicación; y posibilitador del despliegue y potenciación posterior de sus capacidades humanas.

La MME que has sido vista como un evento de vulnerabilidad, al ser narrada como experiencia por sobrevivientes y cuidadores, se re-significa la recuperación de la complicación, al ser atravesada por cada una de las experiencias que se configuran en el pasado.

Limitaciones de infraestructura física y de recurso humano en salud en Urabá, dificultan la atención adecuada de la MME. Desde su experiencia, algunas mujeres piensan que, en un próximo embarazo, en caso de tener posibilidades económicas, se trasladarían a una ciudad fuera de la zona en busca de mejores servicios. Este estudio devela situaciones de ausencia de capacidades, desigualdad y desconocimiento de derechos, lo que plantea una línea de estudio de las historias de vida de MME con una mirada de orientación política y de justicia social.

.....

* Belibeth Valencia Flórez

Grupo de Investigación: Nacer, Salud Sexual y Reproductiva e Infancia - Nacer SSR. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

VULNERABILIDAD SOCIAL Y ESCOLARIZACIÓN COMO FACTORES MODULADORES DE LAS CAPACIDADES COGNITIVAS

*Angel Manuel Elgier

*Gonzalo Daniel Clerici

*Lucas Gustavo Gago Galvagno

Las funciones ejecutivas (FE) son habilidades cognitivas que cumplen un papel fundamental durante el desarrollo del niño. Estas capacidades son de vital importancia para el desarrollo posterior de otras habilidades cognitivas y predicen logros académicos posteriores (Cunningham, & Zelazo, 2016; Oberer, Gashaj, & Roebers, 2018; Walker, Greenwood, Hart, & Carta, 2004) por ende han sido ampliamente estudiadas durante el desarrollo del niño. Muchos estudios se basan en muestras de niños preescolares, siendo escasos los estudios que indagan el desarrollo de las mismas en los primeros años de vida (Gandolfi, Viterbori, Traverso, & Usai, 2014; Miller, & Marcovitch 2015; Mulder, Hoofs, Verhagen, van der Veen, & Leseman, 2014; Rodríguez et al., 2017). Esto se debe a que las FE son de difícil evaluación antes de los primeros tres años de vida, ya que para que esta habilidad se desarrolle es necesario poder manipular y sostener representaciones meta que guíen el comportamiento hacia el objetivo establecido (Zelazo, 2004; Jacques & Marcovitch; 2010), y las habilidades representacionales en la infancia temprana se encuentran aún en pleno desarrollo. Un importante factor modulador de las capacidades cognitivas es la vulnerabilidad social, entendida como una variable multidimensional que comprende no sólo el ingreso económico, sino también el tipo de vivienda, el nivel educativo, hacinamiento, el acceso a servicios, la estimulación a la educación en el hogar y la presencia de necesidades básicas satisfechas. Se ha encontrado que los entornos vulnerables repercuten en el desarrollo cognitivo infantil desde los primeros años de vida, y se ha estudiado la importancia de la intervención temprana para paliar estas dificultades (Campbell, & Ramey, 1994; Burchinal, Roberts, Hooper, & Zeisel, 2000). Dentro de esta área, diferentes estudios demuestran que el nivel socioeconómico modula el desempeño en tareas que demandan comunicación protoverbal, receptiva, expresiva y capacidades ejecutivas en los primeros años de vida, siendo el nivel educativo de los padres un fuerte predictor de desempeño (e. g. Arán Fillipetti & Richaud de Minzi, 2012; Betancourt, Brodsky, & Hurt, 2015; Deanda, Arias-Trejo, Poulin-Dubois, Zesiger, & Friend, 2016; Hackman, Gallop, Evans, & Farah, 2015; O'meagher, Kemp, Norris, Anderson, & Skilbeck, 2017), aunque todavía son necesarias investigaciones que indaguen la repercusión de estos entornos en los primeros meses de desarrollo cognitivo en población latinoamericana (Smulski, Hidalgo, & Lipina, 2015). La vulnerabilidad social es una variable multidimensional que impacta en las capacidades cognitivas de los niños desde los primeros estadios del desarrollo. Específicamente, puede impactar en las funciones ejecutivas (FE) que son de vital

importancia para el desarrollo posterior de otras habilidades cognitivas y en el desempeño escolar de los niños. Sin embargo aún se verifica escasez de estudios empíricos sobre el impacto de crecer en contextos vulnerables en infancia temprana y con población latinoamericana. En este sentido, la siguiente investigación se propone indagar si estas capacidades cognitivas se ven influenciadas por la pertenencia de niños que provienen de hogares con y sin necesidades básicas insatisfechas (NBI-NBS). La muestra estuvo conformada por 60 díadas madre-infante de 18 a 24 meses. Se utilizaron pruebas de FE, la escala de comunicación social temprana (Mundy et al., 2003) y la Escala de Nivel Socioeconómico (NES) del INDEC (2000). Los resultados hallados señalan que estas capacidades cognitivas se ven influenciadas por las variables de vulnerabilidad social y por el nivel de escolarización. Se concluye que el entorno social modula el desempeño de las capacidades cognitivas en este rango etario, y se subraya la importancia que podría tener la inserción educativa en los primeros meses de vida. Esto resalta tener en cuenta el entorno de los infantes a la hora de desarrollar políticas públicas tendientes a promover su desarrollo óptimo.

.....

*** Angel Manuel Elgier**

Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires - UBA. CABA, Argentina

*** Gonzalo Daniel Clerici**

Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires - UBA. CABA, Argentina

*** Lucas Gustavo Gago Galvagno**

Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires - UBA / CONICET / Universidad Abierta Interamericana - UAI. CABA, Argentina

Resumen de ponencia

¿ADSCRIPCIÓN O MÉRITO? DETERMINANTES DE LA OCUPACIÓN PARA LOS PROFESIONALES DEL NORTE DE CHILE.

*Luis Miguel Rodrigo

El estudio analiza los factores que explican las condiciones laborales que logran los profesionales, especialmente cuando éstos poseen exactamente las mismas credenciales académicas y se desempeñan en el mismo mercado laboral. Para ello se encuestó a 900 egresados/as de la Universidad Católica del Norte (Chile), con el objeto de conocer tanto sus condiciones laborales actuales, como los determinantes de las mismas. Los principales factores explicativos que se analizaron mediante distintas técnicas multivariantes fueron: el rendimiento escolar del egresado/a; el conjunto de capitales familiares; y otras propiedades sociales relevantes como el género, la generación y el fenotipo. La hipótesis de partida era que la mayor parte de la variabilidad en las condiciones laborales que presentan los profesionales, se debería a sus propiedades sociales individuales (género, fenotipo y generación) y familiares (capitales sociales), más que su rendimiento escolar (trabajo en curso).

El estudio de los determinantes laborales, esto es, de la posición que ocupan los agentes en el mercado laboral, ha sido acaparado principalmente por los economistas. Esto está más acentuado en el caso chileno, debido al efecto que tuvo la dictadura militar (1973-1990) en el campo académico y en especial en las Ciencias Sociales. Una de las características del modelo neoliberal impuesto por la dictadura, fue el rechazo radical a cualquier paradigma distinto a la teoría económica neoclásica, que pasó a ser considerada como la única capaz de explicar científicamente la realidad social, convirtiéndose así en la teoría oficial del régimen (Moulian, 2002). Por lo anterior, no es extraño que cueste encontrar en Chile investigaciones sobre los determinantes del salario, la ocupación o las condiciones laborales que no hayan sido realizadas por economistas, recurriendo, en la mayoría de los casos, a la explicación neoclásica dominante en esta disciplina.

La sociedad chilena actual se caracteriza por altos niveles de desigualdad social y por un diseño socioeconómico marcadamente neoliberal. En su historia reciente (1973-1990) Chile sufrió una drástica reducción del tamaño del Estado, así como de sus áreas de intervención. Ya que estas políticas fueron diseñadas y justificadas desde el paradigma Neoclásico, es interesante conocer su capacidad explicativa y predictiva para el caso chileno. Si ésta es baja o problemática, se hace necesario abordar el estudio de los determinantes de la posición laboral desde otros paradigmas teóricos. Por lo anterior, resulta interesante conocer los factores que explican la ocupación que logran los profesionales, especialmente cuando éstos poseen exactamente las mismas credenciales académicas, esto es, la misma titulación profesional obtenida en la misma universidad, y se desempeñan en el mismo mercado laboral. El estudio se enmarca en el paradigma de la Reproducción social, por lo que se utilizarán factores sociales

típicamente adscriptivos además de considerar al factor explicativo del paradigma neoclásico, la productividad individual.

Se expondrá brevemente el paradigma económico Neoclásico, por ser el dominante en la explicación del fenómeno, y por su trascendencia en el diseño de políticas públicas en Chile.

El paradigma Neoclásico considera que el ingreso asociado a la realización de un determinado trabajo es el principal factor que determina tanto la actividad laboral (la decisión de trabajar), como la elección de ocupación, rubro y lugar de trabajo. Dos son las teorías que, desde este paradigma, explican y predicen el ingreso de los trabajadores: la Teoría del Capital Humano y la Teoría de la Señalización. Actualmente, la mayoría de trabajos empíricos utilizan ambas teorías de forma complementaria, ya que sus supuestos son similares. La Teoría del Capital Humano (Schultz, 1983 y Becker, 1983) data de los años sesenta y afirma que la productividad individual de los trabajadores está determinada por el conjunto de conocimientos que poseen, éstos conforman un tipo de capital que es rentabilizado en el mercado laboral. Es decir, a mayor acumulación de conocimientos, mayor productividad individual y mayores ingresos. Como consecuencia de lo anterior, la acumulación de conocimiento sería unainversión de largo plazo que deciden los individuos mediante un análisis racional de coste-beneficio. Algunos individuos estarían dispuestos a renunciar a tener ingresos a corto plazo, invirtiendo en capital humano para poder aumentar sus ingresos futuros. Otros, más impacientes, no estarían dispuestos a retrasar su ingresos y no invertirían en capital humano.

Una década después, la Teoría de la Señalización (Spence, 1973; Stiglitz, 1975; Arrow, 1973) postuló que la educación formal no genera productividad individual, sino que simplemente desvela (a las empresas) la capacidad innata de los trabajadores. En esta teoría podemos distinguir dos hipótesis: la hipótesis de la señalización (Spence, 1973 y Stiglitz, 1975); y la hipótesis del filtro (Arrow, 1973). La primera afirma que los empresarios, al carecer de otro medio de información, infieren la productividad de los trabajadores de su nivel educativo, ya que ésta es la única característica (a diferencia de la edad o el sexo) que éstos pueden modificar. Los trabajadores, por tanto, tratarían siempre de aumentar su nivel educativo hasta el límite de sus capacidades. Así, el título escolar sería el mejor indicador posible de la productividad de los trabajadores y los empresarios ofrecerían salarios ajustados a dicha productividad. La segunda hipótesis afirma que el sistema escolar filtraría a los estudiantes según las capacidades de éstos, por lo que los estudiantes más capaces llegarían a niveles educativos más altos. Ambas hipótesis asumen una relación directa entre el nivel de escolaridad que alcanzaron los trabajadores y su productividad laboral.

Hay que señalar que los modelos empíricos que utilizan los economistas neoclásicos, nunca incluyen la explicación del proceso de adquisición del nivel educativo, que aparece siempre como un factor exógeno. Evitan así la comprobación empírica de sus supuestos teóricos poco realistas como: a) la decisión de estudiar está determinada por el nivel de racionalidad de los alumnos o de sus familias (Teoría del Capital Humano); b) los alumnos estudiarían siempre hasta el límite de su capacidades innatas, por lo que el nivel escolar es el mejor indicador de éstas (Teoría de la Señalización); c) la capacidad escolar es equivalente a la productividad laboral (Teoría de la Señalización); y d) la productividad individual determina el salario (ambas teorías). Este conjunto de argumentos pre-científicos, actúan como axiomas de la

explicación neoclásica, pues nunca son demostrados. Finalmente, evidenciar que para el paradigma Neoclásico, el proceso de “elección” de ocupación o de rubro, no se relaciona con el estatus, la identidad, la necesidad de aprobación, la clase social o la socialización familiar (Tacsir, 2009).

.....

*** Luis Miguel Rodrigo**

Universidad Católica del Norte UCN. Antofagasta, Chile

Resumen de ponencia

¿QUIÉN SALIÓ GANANDO? DESIGUALDAD Y CONFLICTO EN EL PERÚ AL FINAL DEL SUPER CICLO EXTRACTIVO, UNA MIRADA DESDE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES.

*Anahi Durand Guevara

Los últimos quince años, el Perú vivió un período de inédito crecimiento de la actividad extractiva (minera, petrolera y gasífera) el cual repercutió en un alza de las exportaciones de materia prima y el incremento de recursos públicos. Entre el 2001 y el 2012, debido a factores internos y externos, tales como la privatización de empresas públicas, la apertura a capitales transnacionales y el alza de los precios en el mercado internacional, el valor de las exportaciones mineras se multiplicó siete veces. No obstante, este crecimiento primario exportador, no implicó necesariamente una adecuada política redistributiva, además de generar impactos ambientales y sociales especialmente en las comunidades andinas y amazónicas donde se localizan los recursos. Asimismo, los sucesivos gobiernos optaron por desarrollar políticas focalizadas que consiguieron cierta disminución de la extrema pobreza, pero un incremento de desigualdades y asimetrías que terminan redundando en mayor conflictividad.

Justamente, el actual momento del neoliberalismo y crisis de régimen tiene un impacto crucial en los territorios de los pueblos indígenas, los mismos que ven afectados sus condiciones de vida, exponiéndose a renovadas desigualdades y profundos cambios en sus formas de vida y organización. Situando el análisis del actual momento de crecimiento económico en los andes y la Amazonia peruana, resulta pertinente volver al citado enfoque de “acumulación por desposesión” desarrollado por Harvey (2004) según el cual la fase actual de desarrollo del capital supone una serie de ajustes espacio-temporales, que asignan a determinadas regiones del orbe un lugar en la producción de bienes y la acumulación de beneficios. Tomando en cuenta la información recabada, la Amazonía en general y la selva peruana en particular ocuparían el rol de proveer recursos energéticos, sea hidrocarburos, electricidad o bio combustibles vitales para el sostenimiento de la gran industria y la reproducción de un estilo de vida cada vez más urbano. Diversos especialistas en el tema coinciden ampliamente en señalar que nunca antes en su historia la Amazonía peruana concentró tantos proyectos, confrontando un momento particular de proyección e implementación de infraestructuras públicas y explotación de recursos naturales a ejecutarse entre los años 2010 y 2021. Entre estos proyectos destacan las 26 centrales hidroeléctricas situadas en la selva, la industria de hidrocarburos que abarca el 72% del territorio amazónico concesionado y la minería que afecta a 10 millones de hectáreas de la cuenca amazónica en forma de derechos titulados, principalmente en los departamentos de Amazonas y San Martín. A esto se suma la industria maderera y la construcción de grandes carreteras, pieza fundamental para concretar la explotación

de la mayor parte de los recursos naturales (Dourojeanni 2009, Chirif, 2011; Rumrill 2010)

El 2016, de modo coincidente con la llegada al gobierno del presidente Kuczynski, representante de la derecha tecnocrática neoliberal, se consolida la baja de precios internacionales de los minerales y con ello una contracción de la economía redundante en menor inversión pública y contracción del empleo etc. Todo ello en medio de un malestar social generalizado debido al destape del caso Lavajato que evidenció lo generalizado de la corrupción en el país. Se intensifican así distintas protestas que cuestionan la utilización de los recursos que entraron durante el super ciclo minero interpelando al Estado y la sociedad sobre las persistentes brechas y desigualdades.

Es el caso del pueblo ashaninka en la selva central peruana, que enfrentan hoy la expansión de la industria de hidrocarburos, la misma que genera desplazamientos y cambios económicos, políticos y sociales. Ante este período de reconfiguraciones, expresado en el ingreso de poderosos actores económicos y nuevas correlaciones de poder, los ashaninkas desarrollan a su vez respuestas organizativas que van de la movilización y la protesta a la participación en la política local. De otro lado, en el caso de Cajamarca, la región como nunca experimentó un incremento de la producción minera, en medio del conflicto que llevó a masivas movilizaciones contra la expansión de las industrias como en Conga el 2012. En tal sentido, la presente ponencia se propone analizar los impactos del denominado fin del super ciclo minero en el incremento de las brechas sociales de desigualdad, y sus repercusiones en la conflictividad. Para ello, se parte de analizar las dinámicas de protesta de los actores sociales más movilizados la etapa de boom extractivo, en particular la central de Rondas de Cajamarca, y la Asociación de pueblos indígenas de la Selva Central (ARPI-SC)

.....

*** Anahi Durand Guevara**

Instituto de Estudios Peruanos - IEP. Lima, Perú

Resumen de ponencia

“A PARTICIPACIÓN DESIGUAL, REPRESENTACIÓN DESIGUAL: ¿CÓMO AFECTA EL INGRESO A LA PARTICIPACIÓN ELECTORAL EN SISTEMAS CON VOTO VOLUNTARIO? LOS CASOS DE CHILE Y COLOMBIA.”

*Alberto Ignacio Riquelme Arriagada

La participación electoral en Sudamérica ha dado lugar a un variado número de estudios, sin embargo, poca atención existe respecto a cómo la desigualdad, uno de los problemas históricos de la región; afecta al momento de ejercer el voto. Si bien en la actualidad solo existen 3 países sudamericanos con un sistema de voto voluntario, sus experiencias arrojan cifras dispares. Por un lado, está Venezuela, el cual presenta altos niveles de votación, sin ir más lejos en las elecciones presidenciales del 2013 la abstención fue de sólo 20,31%. Pero, por otro lado, la realidad de Chile y Colombia, resulta totalmente opuesta. El primero, pasó de un sistema con voto obligatorio a uno voluntario durante el 2012, y en las últimas elecciones presidenciales del año 2017 presentó un nivel de votantes de 46,70% y una abstención de 53,30%. Mientras tanto, en Colombia nunca ha existido un régimen obligatorio, y en las elecciones presidenciales del 2014 la abstención fue de 49,35%.

Precisamente en estos dos países centramos nuestro interés, y aún cuando se dispone de una amplia literatura respecto a las causas que explican la participación electoral, se pretende investigar como el ingreso económico afecta al momento de votar. Se sostiene que las personas con mayores ingresos tienden a votar más que aquellos que tienen bajos ingresos, por lo tanto, eso implicaría que una desigualdad económica nos llevaría a una desigualdad política en el plano electoral, y en consecuencia a participación desigual, representación desigual.

Para testear el argumento, la investigación recurre a los índices de ingresos y tasas de pobreza de los municipios de Chile y Colombia, para estimar un modelo de regresión a partir de las bases de datos de la participación electoral en las últimas elecciones presidenciales.

Respecto a perspectivas teóricas, encontramos autores como Guzmán (2013), Bucarey, Engel y Jorquera (2013), quienes sostienen que los pobres votan en idéntica magnitud en comparación con los ricos, y que por lo tanto el ingreso no sería una variable importante a la hora de explicar el comportamiento electoral. Para este grupo de autores la variable edad es más significativa para dar cuenta de las determinantes a la hora de participar de una elección. Sin embargo, para autores como Miller y Shanks (1996) la edad por sí sola no bastaría para explicar las variaciones de la participación, sino que son las diferencias generacionales las que inciden en el comportamiento

político de las personas. En otras palabras, sucesos históricos que han marcado determinadas generaciones propiciarían mayor participación de ese grupo de votantes, por ejemplo, el plebiscito del año 88 en el caso chileno.

Por otro lado, encontramos estudios como los de Contreras Joignat y Morales (2013), Corvalan y Cox (2013), entre otros, que nos argumentan que la participación estaría determinada por condiciones socioeconómicas de los electores, es decir, los ricos votaban mas que los pobres, fenómeno al que ellos han llamado “sesgo de clase”. Dicha condición se agudizaría aun mas con los sistemas de voto voluntario. En esta misma línea, investigaciones mas clásicas como las de Wolfinger y Rosenstone (1980); Jackman (1987) y Lijphart (1997), nos señalan que cuando los ciudadanos no están obligados a votar los pobres lo hacen significativamente menos que los ricos. Además, Lijphart agrega que, si bien no encuentra que el nivel socioeconómico sea una variable significativa en países con altas tasas de participación, pues allí votan casi todos; si es relevante en aquellos países donde la participación tiene bajos niveles.

Por su parte, el estudio de Corvalan y Cox (2013) ya habían descubierto que, para el caso chileno, previo al paso al voto voluntario; ya se producía de cierta manera este evento. Pues si bien los jóvenes se inscribían sustantivamente menos que las personas de otras edades, lo más grave en realidad era que los jóvenes pobres se inscribían mucho menos que los jóvenes ricos. De acuerdo con Mauricio Morales, este “sesgo de clase” también se evidencia en las encuestas, dado que en ellas frente a la pregunta de si participará o no de las próximas elecciones presidenciales, los encuestados por deshabilidad social tienden a responder que si, independiente de que no tenga pensado hacerlo. Según el autor “coincidentalmente, este núcleo esta constituido básicamente por personas de estratos bajos” (Contreras y Morales. 2013: 47). Además, agrega que, a mayor riqueza, menor apoyo a entender el voto como un derecho, en otras palabras, en los estratos sociales con mejores ingresos se percibe el voto como un deber, mientras que en los grupos con ingresos mas bajos este se entiende como un derecho por lo tanto depende de la persona hacerlo valer, más no es una obligación.

Bibliografía

Bargsted, M.; Valenzuela, S.; de la Cerda, N. y Mackenna, B. (2015) “Participación ciudadana en las elecciones municipales del 2012: Diagnóstico y propuestas en torno al sistema de voto voluntario” en Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2015) Condicionantes de la participación electoral en Chile. PNUD : Santiago

Bucarey, A.; Engel, E. y Jorquera, M. (2013) “Determinantes de la participación electoral en Chile”. Documento de trabajo, Departamento de Economía, Universidad de Chile.

Contreras, G. y Morales, M. (2014) “Jóvenes y participación electoral en Chile 1989-2013. Analizando el efecto del voto voluntario” Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 12 (2), pp. 597-615.

Contreras, G. y Morales, M. (2015) "El sesgo de clase existió y existe. Análisis de la participación electoral en Chile (Municipales 2012 y presidenciales 2013)" en Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2015) Condicionantes de la participación electoral en Chile. PNUD: Santiago

Contreras, G. Y Morales, M. (2017) "Elecciones presidenciales en Chile 2013: voto voluntario y sesgo de clase" en Morales, Mauricio; Navia, Patricio y Garrido, Carolina (2017) "El Tsunami Electoral de 2013 en Chile". RIL Editores: Santiago

Cox, L. y González, R. (2016) "Elecciones municipales en frío: Criterios para dimensionar la participación y los resultados electorales de las elecciones 2016". CEP Chile: Puntos de Referencia, N° 441.

Jackman, R. (1987) "Political institutions and voter turnout in the industrial democracies" American Political Science Review

Lijphart, A. (1997) "Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. Presidential address". American Political Science Review, 91, 1, 1-14.

Martinkeinen, P., Martinkeinen, T. Y Wass, H (2005) "The effect of socioeconomic factors on voter turnout in Finland: A registered based study of 2,9 million voter". European journal of political research , 44, 5, 645-669.

Navia, P. y del Pozo, B. (2012) "Los efectos de la voluntariedad del voto y de la inscripción automática en Chile". Estudios Públicos, 127.

PNUD (2017) "Diagnóstico sobre la Participación Electoral en Chile" PNUD: Santiago

Ramírez, Jorge (2015) "Municipales 2012. Indagando en la abstención electoral". en Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2015) Condicionantes de la participación electoral en Chile. PNUD: Santiago

Wass, H (2007) "The effects age, generation and period turnout in finland 1975 - 2003". Electoral Studies, 26, 3, 648-659.

Wolfinger R. y Rosestone S. (1980) "Who votes?". New Haven: Yale University Press.

.....

* Alberto Ignacio Riquelme Arriagada

Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile IEI. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

“DESIGUALDAD Y OPORTUNIDADES. LOS NIÑOS COMO AGENTES DE TRANSFORMACIÓN TERRITORIAL EN LA LADERA DE CALI”

La Ciudad Verde - LCV (Colombia)

*Diana Patricia Valdes Zambrano

*John Fredy Bustos López

Título: “Desigualdad y oportunidades. Los niños como agentes de transformación territorial en la ladera de Cali”

Pregunta de investigación: ¿De qué manera los niños y niñas del barrio Lleras Camargo desarrollan estrategias de uso y apropiación de un territorio caracterizado por profundas desigualdades socioterritoriales y de violencia urbana?

El escenario urbano de América Latina se ha caracterizado por profundas desigualdades socioterritoriales, en donde los espacios crecen aceleradamente bajo procesos de segregación y fragmentación. Según Apaolaza y Blanco (2015) este contexto es un condicionante clave para la reproducción de las ventajas y oportunidades de la vida urbana y al mismo tiempo de las condiciones de movilidad.

Para el caso colombiano, el crecimiento desbordado de las ciudades, producido en gran medida por fenómenos coyunturales como el desplazamiento forzado y la falta de oportunidades en las zonas rurales, ha generado que las poblaciones urbanas asentadas en las zonas periféricas no tengan un arraigo en el territorio que las acoge y generan una percepción de vivir en un territorio aparte de la urbe que habitan, hasta el punto de decir que van a ir a la ciudad, aún cuando hacen parte de ella.

Desde la organización ciudadana La Ciudad Verde y en el desarrollo de una tesis de Maestría de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), se ha optado por hacer un reconocimiento de la percepción de urbe que tienen los habitantes de la zona de ladera de Cali, no para generar un choque y profundizar las brechas, sino para propiciar procesos de capacitación en intervenciones urbanas que permitan a los habitantes hacer acciones de urbanismo reparador para generar de nuevo un arraigo con el territorio y el fortalecimiento de los lazos comunitarios.

A través, de recorridos urbanos en un proceso de cartografía participativa, financiado por el Banco de Desarrollo de América Latina, se identificaron potenciales áreas de intervención y una estrategia de apropiación con las autoridades del sistema de transporte de cables urbanos. No obstante, se identificó que los detonadores de estos procesos de reparación urbana deben partir desde niños y niñas entre los 10 y 17 años,

pues ellos son los habitantes frecuentes del espacio público en el territorio, por tanto, son ellos con la disposición para aprender a trabajar por la comunidad.

En este sentido, esta ponencia se centra en abordar las oportunidades que ofrece el territorio a la luz de la experiencia, capacidades y estrategias que han desarrollado los niños y niñas que habitan el barrio Lleras Camargo desde su cotidianidad, su percepción y apropiación del espacio público. Un territorio ubicado en la comuna 20 de Cali que presenta un patrón de segregación espacial, dinámicas de exclusión social y estigmatización por ser territorios que concentran altos índices de marginalidad, pobreza y violencia urbana. Además, han sido zonas que históricamente han presentado serios problemas de movilidad y accesibilidad a las centralidades de la ciudad, por tanto, han sido focos de reproducción de sistemas de transporte alternativos e informales para satisfacer, por un lado, las necesidades de movilidad de la población, y por el otro, una opción para mitigar el desempleo en la ciudad.

De esta forma, uno de los principales retos es lograr comprender la visión de ciudad desde los más pequeños y jóvenes, quienes, generalmente, la conocen desde sus recorridos cotidianos de la casa a la escuela y desde sus espacios de juego, identificando medios de transporte, calles, espacios públicos entre otros y apropiándose de éstos que, aunque limitados y escasos, permiten hacer realidad del derecho a la ciudad para los habitantes.

Palabras claves: Urbanismo Reparador, Desigualdad Social, Infancia, Cartografía Participativa

Bibliografía

Ricardo Apaolaza y Jorge Blanco (2015). Sobre capacidades, experiencias y posibilidades de uso y apropiación de la ciudad: Breve estado del arte del concepto de capital espacial. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

.....

* Diana Patricia Valdes Zambrano

La Ciudad Verde LCV. Cali, Colombia

* John Fredy Bustos López

La Ciudad Verde LCV. Cali, Colombia

Resumen de ponencia

“EXPERIENCIA COTIDIANA DE LA DESIGUALDAD: ANÁLISIS EXPLORATORIO EN EL GRAN CONCEPCIÓN, CHILE”

*Marco Rojas Trejo

Con niveles constantes de desigualdad en la distribución del ingreso, Chile no presentaba mayor conflictividad social a pesar del rechazo explícito a las desigualdades a nivel discursivo (Cumsille and Garretón, 2000; Espinoza, 2012; Puga, 2011). Sin embargo, este cuadro cambia de manera sustantiva durante el último decenio, dejando en evidencia que algunas desigualdades, anteriormente invisibilizadas o naturalizadas, han pasado a ser consideradas particularmente injustas o han dejado de ser tolerables (Araujo, 2009a, 2013; Barozet and Mac-Clure, 2015; Espinoza, 2012; Güell, 2013; Mayol et al., 2013).

Progresivamente, el cuestionamiento de la desigualdad y sus expresiones cotidianas vienen adquiriendo mayor relevancia como motor de denuncias y conflictos sociales, transitando hacia una mayor politización, dónde la concepción de las desigualdades y el eje del conflicto se extiende desde las desigualdades económicas y la distribución del ingreso hasta reivindicaciones sociales, políticas y culturales (Espinoza, 2012; Güell, 2013; PNUD, 2015). Todo pareciera indicar que los chilenos están apelando a una noción de igualdad más compleja y empíricamente sustentada, estableciendo una mirada crítico-reflexiva de la sociedad y sus instituciones, la que viene a constituirse en el motor de la movilización ciudadana (Ibídem).

La desigualdad, en tanto significante y constructo teórico, corresponde a una objetivación que intenta representar la operación en la cotidianeidad de un conjunto de procesos que definen la distribución y acceso diferenciado a bienes, recursos y oportunidades para un colectivo. Dichos procesos se materializan a través de relaciones e interacciones entre individuos y de éstos con las instituciones, estableciéndose el cierre y exclusión social sobre bienes socialmente significativos por medio de fronteras simbólicas y sociales. Por consiguiente, la operación de tales procesos en la realidad de la vida cotidiana serán vividos y experimentados por agentes contextualmente situados; experiencia que a su vez, será interpretada y reconstruida simbólicamente por los sujetos.

En rigor, la producción y reproducción de la desigualdad, incluso cuando aparece fuertemente institucionalizada, depende en último término de la interacción directa entre los seres humanos (Lamont et al., 2014a; Schwalbe et al., 2000; Therborn, 2006) y los mecanismos que intervienen en su reproducción cotidiana se encuentran enraizados en la vida de los sujetos, llegando a constituirse en parte de la normalidad social, de lo que es dado (Barozet and Mac-Clure, 2015; Horowitz, 1997).

La reproducción y legitimación de las desigualdades en la dimensión microsocial puede ser comprendida y analizada a través de la operación regular y sistemática de mecanismos de distinción y diferenciación social que intervienen en la distribución y

acceso a bienes materiales y simbólicos (Barozet and Mac-Clure, 2015, p. 156). Por lo tanto, para avanzar en la comprensión de la desigualdad social, se hace necesario poner atención en los procesos que permiten su producción y reproducción en la cotidianeidad, como su legitimación a través de relaciones e interacciones sociales regulares (Schwalbe et al., 2000, p. 420).

Lejos de cualquier abstracción, las manifestaciones de la desigualdad en la realidad de la vida cotidiana son vividas y experimentadas por sujetos contextualmente situados y podrán ser entendidas como distinciones arbitrarias, discriminaciones, exclusión u obstaculización en el acceso a bienes, recursos y relaciones socialmente significativas (Barozet and Mac-Clure, 2015; Boltanski, 2014; Horowitz, 1997; Villoro, 2007b, 2000).

Sin embargo, las experiencias de la desigualdad dentro de la realidad de la vida cotidiana pasarán desapercibidas si es que no son sometidas a la crítica (Boltanski, 2014; Villoro, 2007b, 2000; Young, 2000) o interpretadas reflexivamente por los sujetos (Araujo, 2009b, 2009a, Dubet, 2013, 2010, Schütz, 2012, 1993). En tal caso, la vivencia personal sometida a la crítica e interpretada reflexivamente, permitirá el conocimiento directo de la desigualdad y la exclusión de la cual se es objeto, confirmando de paso la inoperancia de la justicia y la igualdad como valores objetivos en la realidad de la vida cotidiana (Boltanski, 2014; Villoro, 2007b, 2000; Young, 2000). Por tanto, las relaciones e interacciones que sostenemos con otros y con nuestro mundo social, se constituirán en experiencia a través y como consecuencia del trabajo de interpretación individual desarrollado a partir de tales eventos.

La experiencia cotidiana de la desigualdad, entonces, asumiría el carácter de una vivencia originaria, constituyente. En cuanto tal, representa la vivencia de un mal injustificado, arbitrario y gratuito, ya sea a través del “conocimiento directo por el individuo, ya sea del rechazo del que él personalmente es objeto, ya de la comprobación de la exclusión a que están sometidos otros individuos o grupos con los que mantiene contacto” (Villoro, 2000, p. 112). Sólo una vez ocurrido aquello, tendremos una percepción y conocimiento real de la desigualdad y la injusticia (Horowitz, 1997; Schütz, 2012; Villoro, 2007b, 2000; Young, 2000). La experiencia cotidiana de la desigualdad, representaría una forma de subjetivación que implica una evaluación reflexiva de la realidad social, un juicio crítico entre las “formas simbólicas y el estado de las cosas”, que se levanta desde las experiencias concretas de desigualdad y discriminación de la realidad de la vida cotidiana.

La experiencia de la desigualdad, así definida, nos ofrece una ruta de exploración alternativa para analizar la operación efectiva de los procesos y mecanismos que intervienen en su reproducción cotidiana. En particular, trabajar desde la experiencia cotidiana de la desigualdad nos allana el camino hacia un conocimiento directo de la operación de los mecanismos materiales y simbólicos que intervienen en la distribución diferenciada de recursos socialmente significativos; como de los argumentos y justificaciones que buscan su legitimación.

este trabajo de investigación busca analizar la forma en que la desigualdad social y los procesos que permiten su reproducción y legitimación en la cotidianeidad son vividos y experimentados por sujetos contextualmente situados, permitiéndonos conocer desde la perspectiva de los agentes la forma en que dichos procesos operan, los criterios y variables intervinientes, como los argumentos que permiten su legitimación.

El estudio se desarrolló en la provincia de Concepción, uno de los tres centros urbanos

más importantes de Chile. La muestra fue seleccionada a través de un muestreo intencionado, siguiendo el muestreo de máxima variación. La muestra estuvo constituida por 32 casos. La recolección de información se realizó durante el segundo semestre de 2015 y el primer semestre de 2016 a través entrevistas en profundidad semiestructurada. El material empírico fue analizado siguiendo el análisis crítico del discurso y más específicamente, a través de la estrategia del análisis histórico del discurso.

Los resultados, entre otros aspectos, nos indican los siguiente:

El discurso de los sujetos, refiere a la desigualdad social como un fenómeno complejo, multidimensional, omnipresente y profundamente enraizado en la realidad de la vida cotidiana. En particular, la desigualdad es comprendida como un problema de diferenciación arbitraria en el acceso a bienes socialmente significativos, lo que viene a limitar las posibilidades de desarrollo individual, repercutiendo en las condiciones de vida de la población. Con independencia de los factores causales o de la dimensión priorizada en la explicación de la desigualdad, el relato de los sujetos apunta a caracterizar y describir la desigualdad social como un fenómeno que se expresa fundamentalmente en el acceso diferenciado a bienes materiales y simbólicos, en función de variables arbitrariamente establecidas.

Sin embargo, la comprensión y representación de la desigualdad por parte de los agentes dista mucho de ser una imagen homogénea o unitaria. En rigor, en torno a dicho núcleo, se articulan distintas argumentaciones o formulaciones semánticas que intentan describir y explicar la desigualdad social como un fenómeno dado. En términos generales, el posicionamiento social diferenciado de los sujetos y los repertorios culturales disponibles aparecen como factores asociados a las variaciones argumentales que implican distinciones significativas en la forma de comprender la desigualdad.

En todos los casos, la experiencia cotidiana de desigualdad es interpretada reflexivamente por los sujetos; interpretación que es moldeada en atención a la dotación de capitales que ostentan, al condicionamiento estructural que se expresa en el posicionamiento social particular y muy especialmente en relación a los repertorios culturales disponibles. En este caso se han identificado cuatro relatos o repertorios culturales: estructural, tradicional-cultural, sistémico y mítico-religioso.

Los repertorios culturales, en este caso, se presentan como un relato relativamente consistente y sintético que ofrece a los individuos ciertos argumentos que permiten explicar las causas de la desigualdad, su legitimación en la práctica cotidiana y establecer criterios de diferenciación categorial.

.....

* Marco Rojas Trejo

Universidad Católica de la Santísima Concepción UCSC. Concepción, Chile

Resumen de ponencia

“JUVENTUDE PROLETÁRIA E TERRITÓRIO: CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E SELETIVIDADE PENAL DE GÊNERO NO BRASIL”

*Joana Das Flores Duarte

Este trabalho intitulado “Juventude Proletária e Território: criminalização da pobreza e seletividade penal de gênero no Brasil” resulta de uma pesquisa de doutorado em andamento, e sobre as expressões da questão social na contemporaneidade. À luz da perspectiva marxista, a autora afirma o conteúdo histórico de criminalização da pobreza no Brasil mediante o caráter seletivo do Estado, no tocante a justiça juvenil. Afirmativa que parte das condições aviltantes do mundo do trabalho, as suas transformações e a exclusão dessa parcela do direito humano ao trabalho assegurado. Mostra que aos pobres e com baixa escolarização a era da desindustrialização no Brasil compeliu essa população à favela, ao gueto e a informalidade. A partir daí publiciza como a questão do desemprego estrutural somado à política neoliberal executada pelo Estado brasileiro produz as rejeitadas do capital e a inserção dessas jovens no mercado informal e ilícito de drogas. Mostra a erosão do espaço público e despacificação da vida diária dessas jovens e como o Estado punitivo seleciona os sujeitos dignos de direitos e proteção e os condenados à judicialização da vida. Sobre as taxas de desigualdade, a autora traz vários indicadores sociais e econômicos que impactam no território dos sujeitos, expondo a abismal diferença entre os mais ricos e os mais pobres, ao revelar que o Estado Brasileiro, durante o período de 2013 a 2016, favoreceu diretamente a renda dos mais ricos, com rendimento mensal superior a 160 salários mínimos (R\$ 152,640,00)”, e aponta o paradoxo de que “o número de pessoas que desistiram de procurar emprego entre 2012 e 2017 passou de 1,9 milhões de pessoas para 4,3 milhões (Pnad, 2018). Junto a este dado, o número de subempregados atingiu 23,6% da força de trabalho, isso significa 26,4 milhões de pessoas subempregadas no país”. Nesse contexto, só entre 2015 e 2016, mais de 9 milhões de brasileiros chegaram à linha pobreza, cujos impactos foram especificamente a deterioração do emprego e da renda. O segmento juvenil é o mais afetado nesse sentido. O nível de ocupação que era de 59,1% em 2012, passou para 52,6% em 2016. Com essa diminuição as mulheres jovens foram mais prejudicadas, com ocupação laboral de 44,8%, enquanto para os homens esse percentual chegou a 65,5%. A faixa etária dos 16 a 29 anos desocupados é 21,1% mais alta que dos demais grupos etários. As mulheres seguem em desvantagem também quando comparados seus rendimentos aos dos homens, tanto no setor formal quanto informal. No ano de 2012, por exemplo, as mulheres com atividade laboral no mercado de trabalho formal ganhavam 73% dos rendimentos dos homens, em 2016 esse percentual chegou a 76%. Na ocupação laboral informal além da diferença que essa atividade implica na renda, em que pese uma perda significativa de 20% para homens e 30% para as mulheres, a falta de instrução e baixa escolarização faz com que recebam 20,6% menos que os

homens com o mesmo nível de formação e escolarização (IBGE, 2017). Por fim, importante destacar que, as mulheres ainda seguem como as mais prejudicadas no acesso ao mercado de trabalho formal; isso porque o advento do capitalismo aprofundou os níveis de desigualdade de renda, não eliminando o caráter de subordinação entre os sexos advindos da era feudal. Na era da desindustrialização poucas são as alternativas de geração de renda para este segmento, trata-se de uma realidade ainda pouco estudada e compreendida, que é a relação de gênero no mercado informal e ilícito de drogas, como uma nova expressão do desmantelamento do estado social e a ascensão de sua penalidade neoliberal. A sociedade e o Estado brasileiro compelem a massa empobrecida e habitante da favela a ocupar os piores postos de trabalho, a ter as piores condições de vida, contrastando passado e presente, riqueza e pobreza como fenômenos intrínsecos. Diante deste cenário as projeções futuras de jovens proletários/as para além da informalidade e precariedade laboral seguem limitadas ao capital.

.....

* Joana Das Flores Duarte

Escola de Serviço Social ESS. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

“TODO MUNDO PODE EMPREENDER”: CRÍTICA AOS FUNDAMENTOS LIBERAIS DOS PROGRAMAS SOCIAIS DE EMPREENDEDORISMO PARA GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA.

*Daniela Calderón Díaz

Os Estados, na sua função de criar condições mínimas para a reprodução da vida de trabalhadoras e trabalhadores, pela via das políticas sociais, vem desenvolvendo estratégias dinâmicas e criativas frente ao crescente desemprego em todas partes do mundo. Na latino-américa cobram especial força os chamados “programas sociais de empreendedorismo” como modalidade de enfrentamento à pobreza mediante a promoção da geração autónoma de renda, que se pretende sustentável no tempo para elevar as condições mínimas de consumo (que compõem a cesta básica) de modo de impulsar aumentos no nível de bem-estar. Especificamente no Chile, essa proposta, vem sendo aperfeiçoada desde o ano 2000, com mais continuidades do que mudanças, seguindo fielmente as sugestões dos órgãos internacionais.

A proposta da presente exposição, é analisar criticamente o desenho e a lógica que orientam ditos programas que, em síntese, podem ser vistos como uma forma alternativa, efêmera e barata, dos já conhecidos “programas de transferência de renda”, com a substantiva diferença de que ela é condicionada pelas concretas possibilidades e limitações do autoemprego, proposto sob forma de empreendedorismo para os segmentos mais pauperizados do país; considerando que o critério de focalização abrange apenas os primeiros três quintis de ingresso e se inscrevem no Sistema de Proteção Social chileno.

O desenho contemplado em as orientações técnicas dos programas contempla geralmente três ações básicas: 1) promoção de capacidades empreendedoras e habilidades pessoais; 2) criação e planejamento de um micro-emprego assessorado tecnicamente; 3) transferência de um monto fixo para financiar o plano de negócios, a ser distribuído entre as necessidades operacionais iniciais segundo a natureza do empreendimento (produtivo-comercial ou simplesmente comercial). Algumas variantes incluem aulas de educação financeira e uma fraca sugestão (não requisito) de formas associativas de produção entre os e as participantes dos programas.

Cabe destacar, que a capacitação inicial é geralmente grupal sob orientação de algum especialista cujo requisito básico é o credenciamento na chamada metodologia CEFE (Competency based Economies through Formation of Entrepreneurs), de origem alemão e incorporada em latino-américa desde fins dos anos 80. Apesar de ser

apresentada didaticamente com atividades grupais, ela baseia-se no desenvolvimento pessoal individual e na interação indivíduo-entorno.

Conjuntamente, as declaradas capacidades a promover são: “autoconfiança e independência; persistência e aceitação dos fracassos como aprendizagem; capacidade de planejamento e seguimento; procura de oportunidades e iniciativa” (FOSIS, 2017, p.15). Ensina-se a ideia de um “perfil empreendedor” a desenvolver e cultivar na prática mesma de gestar o negócio, pois “todo mundo pode empreender”, seguindo as orientações do modelo de Timmons, que planteia que tais qualidades são adquiríveis e, portanto, não fazem parte de uma seleção apriorística e inata.

Assim, reforça-se nos programas sociais, a chamada “cultura do empreendedorismo” a qual apresenta um horizonte que tem no centro um sujeito altamente criativo; que procura o modo de inovar constantemente e que é o suficientemente flexível como para gerir corretamente seus recursos no meio das incertezas; está disposto a correr os “riscos necessários”, mas medidos (nem mais nem menos); que vê a mudança como algo saudável e tem facilidade de perceber as oportunidades que oferece o mercado; que confia em si e nas metas que se propõe, pelo que atua com determinação (FORMICHELLA, 2014).

Supõe-se também que, por meio de um exercício de planejamento e racionalização, as pessoas aprenderão a fixar objetivos e aprender a maneira de alcançá-los, “captando” a seu favor os recursos disponíveis (mesmo que escassos), detectando dificuldades e “exercitando a criatividade”, mas com critério de realidade, adaptada ao cenário de pobreza do público alvo. Lembrando que o fim desses empreendimentos em particular é a geração de uma renda básica que lhes permita a reprodução cotidiana da sua vida.

De forma clara pode-se apreciar que a base do modelo é uma homogeneização do sujeito empreendedor, sem considerar as condicionantes estruturais dos setores pauperizados, ou seja, uma mera transposição das teorias de gestão empresarial. Com um pouco mais de distância crítica se contemplam lógicas positivistas popperianas subjacentes, como a aprendizagem por ensaio e erro (mas dependendo disso a sustentabilidade da renda de sujeitos em condição de pobreza).

A proposta é aprofundar a crítica, desde uma análise teórica dos fundamentos dos programas sociais de empreendedorismo que, a pouco andar, evidenciam seu cunho neoliberal, em coerência com alguns autores formados na Escola Austríaca de Economia, destacando o individualismo metodológico e o “homo agens” de Ludwig Von Mises (1986), e a “perspicácia empresarial” do contemporâneo Israel Kirzner (1998).

O Chile tem um nexos histórico especial com dita Escola monetarista. Não é por acaso que sejam adotadas suas matrizes de pensamento até a atualidade, considerando que a administração das políticas econômicas tem sido planejadas e executadas durante o período ditatorial pelos Chicago Boys, discípulos de Milton Friedman, que ao mesmo tempo foi discípulo de Friedrich Hayek (aluno de Mises). Há logo uma linha distinguível de influências que não pode ser ignorada, ainda mais quando dito país (laboratório

mundial e pioneiro das medidas neoliberais, que somente anos depois foram designadas sob nome de “Consenso de Washington”) é apresentado na região latino-americana como “o bom aluno”, destacando o seu jeito de fazer política social e torcendo no plano comunicacional os indicadores estatísticos, especialmente os de emprego, desemprego e subemprego.

Voltando aos programas. Apesar das constantes mudanças de nomes e formatos, o fato é que os resultados das avaliações às quais tem-se submetidos, mostram a fraqueza do desenho para o enfrentamento de tamanho desafio. A Direção de Orçamento (DIPRES, pelas suas siglas em espanhol) expressa continuamente a insuficiência desse tipo de programas para os fins declarados com escassos resultados positivos em termos quantitativos, pois “no que respeita à vigência dos empreendimentos, medida pela realização de vendas nos últimos 12 meses anteriores ao questionário, um 46,4% do total dos entrevistados declara ter vigente seu micro-empendimento” (DIPRES, 2009,p.34). Também, “no relativo às mudanças de ingressos per capita do lar, se observam diferenças próximas aos \$11.000 pesos mensais [US\$17 aprox.] que favorecem ao grupo-controle [versus o grupo sem intervenção do programa]” (Idem, p.36).

Desse modo, é urgente pensar a luta pela igualdade e a justiça social, como indica o evento que nos convoca, questionando as bases liberais das propostas de política social para o enfrentamento à pobreza na contemporaneidade. Desmitificando seu sucesso e considerando a largura mundial das tendências que vem descrevendo o desemprego.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), dependente da Organização das Nações Unidas (ONU), dá conta de mais de 192 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas atualmente no mundo, projetando para 2019 um aumento em 1,3 milhões. Ao mesmo tempo, informa a probabilidade do aumento de trabalhadores sob formas de “emprego vulnerável” (“por conta própria” ou como “familiar auxiliar”), que hoje correspondem ao 42% dos trabalhadores a nível mundial, elevando-se significativamente ao considerar somente a periferia, na qual persiste a chamada “pobreza laboral” ou “problema do emprego de má qualidade”. Aliás, o organismo destaca a particular e preocupante situação das mulheres, que apresentam menores taxas de participação laboral e maior ocupação nos “empregos vulneráveis” (82% das mulheres nos países “em desenvolvimento”) (OIT, 2018).

Pensar conjuntamente a direção para ampliar essas reduzidas fórmulas que vem sendo aplicadas pelos governos (embora muitos deles se presumam progressistas) desde inícios desse século, é um desafio que não será bem enfrentado, enquanto os atores do pensamento crítico não paremos para mergulhar em os fundamentos econômicos e ideológicos por trás. O risco é reproduzir essas limitantes lógicas apesar das boas intenções de mudança e transformação. O presente trabalho pretende uma contribuição à análise de ditos fundamentos cristalizados nos programas sociais de empreendedorismo.

Referências empregadas no resumo estendido:

DIPRES. Evaluación en profundidad programas de microemprendimiento. Santiago de Chile: Statcom consultores, 2009.

FORMICHELLA, María Marta. El concepto de emprendimiento y su relación con el empleo, la educación y el desarrollo local. VII Congreso Nacional e internacional de Administración, y XI CONAMerco. Chile, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281465619_El_concepto_de_emprendimiento_y_su_relacion_con_el_empleo_la_educacion_y_el_desarrollo_local Acesso em: 15/8/17.

FOSIS. Bases de Licitación Pública Yo Emprendo Semilla 2017. Santiago de Chile, 2017.

KIRZNER, Israel. Competencia y empresarialidad. Madrid: Unión Editorial, 1998.

MISES, L. La acción humana. Madrid: Unión Editorial, 1986.

OIT. Perspectivas sociales y del empleo en el mundo. Tendências 2018. Resumo executivo. Disponível em: http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2018/WCMS_615674/lang-es/index.htm Acesso em: 30/05/2018.

.....

* Daniela Calderón Díaz

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO DE JANEIRO UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

